

**NOTA**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

**Assunto: Parte II da Constituição**  
**– Relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão**

---

1. Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão para proceder à adaptação técnica das disposições dos Tratados CE e UE que deverão ser inseridas na Parte II do Tratado Constitucional.

Trata-se de um exercício puramente técnico cujo objectivo é facilitar o debate político, mas que não prejudica nem condiciona as decisões da Convenção.

2. Em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em 29 de Janeiro de 2003 (CONV 529/03), o Grupo de Peritos, nomeadamente:
  - introduziu nas disposições da Parte II as alterações decorrentes, no essencial, das conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação dos Procedimentos e Instrumentos;
  - identificou no TCE e no TUE o destino das diversas disposições à luz do anteprojecto de Tratado Constitucional, de acordo com o esquema apresentado em Outubro de 2002 (CONV 369/02), procedendo pois à fusão dos dois Tratados e à reorganização das disposições;

- harmonizou, do ponto de vista técnico, a formulação das diferentes bases jurídicas;
- suprimiu certos artigos, a fim de dar seguimento aos trabalhos da Convenção, ou por se terem tornado caducos.

O Grupo transmitiu também ao Praesidium sugestões de posterior simplificação técnica, bem como a sugestão de se proceder, na segunda parte, a agrupamentos diferentes que considerou oportunos, de acordo com o convite que lhe foi dirigido no mandato. Em conformidade com este, o Grupo limitou-se a proceder a alterações puramente técnicas, sem efectuar outras alterações, designadamente no que respeita aos processos decisórios, que não tenham sido objecto de orientações consensuais na Convenção, ou sobre os quais o Praesidium e a Convenção ainda não tenham tomado uma decisão definitiva.

3. O projecto de texto da Parte II, elaborado pelo Grupo de Peritos com base no anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002, consta do Volume I adiante. Este volume contém, no Anexo I, as "Convenções terminológicas e tipográficas" e, no Anexo II, um certo número de sugestões e de comentários apresentados pelo Grupo de Peritos, que serão úteis para o seguimento dos trabalhos sobre a Parte II.

O presente documento inclui igualmente um Volume II, também elaborado pelo Grupo de Peritos, do qual constam, a título ilustrativo, as alterações introduzidas nas actuais disposições dos Tratados CE e UE antes da fusão e reestruturação destas na Parte II, a fim de permitir aos Convencionais identificar mais facilmente as referidas alterações.

Nenhum dos dois volumes inclui a secção consagrada à política económica e monetária (Título VII do TCE). Dada a tecnicidade da matéria, o Grupo de Peritos considerou necessário proceder a uma análise mais aprofundada. Este título será objecto de uma adenda, que será distribuída logo que possível aos membros da Convenção.

4. Este trabalho técnico efectuado pelo Grupo de Peritos tem por objectivo fornecer um documento de base que facilite os debates no Praesidium e na Convenção sobre os aspectos da Parte II que requerem uma decisão de fundo. Essas questões dizem nomeadamente respeito:

- a) ao âmbito de aplicação do processo legislativo e às eventuais excepções a esse processo;
- b) ao âmbito de aplicação da regra de votação da maioria qualificada e às excepções a essa regra;
- c) às alterações necessárias na sequência dos trabalhos da Convenção e à análise, por parte desta última, dos artigos sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, sobre a acção externa e a defesa, bem como sobre o orçamento;
- d) à repartição das disposições relativas às Instituições entre a Parte I e a Parte II, que só poderá ter lugar depois de realizado na Convenção o debate sobre as Instituições;
- e) às sugestões apresentadas pelo Grupo de Peritos que ultrapassam a adaptação técnica, de acordo com o convite que lhes foi dirigido. Deverá ser dada particular atenção à questão de saber qual o lugar a atribuir às cláusulas horizontais e gerais identificadas pelo Grupo de Peritos.

5. O Praesidium apresentará propostas à Convenção sobre todas estas questões .

---

## **Texto apresentado ao Praesidium**

**em 13 de Março de 2003**

**pelo Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos**

### **Pelo Parlamento Europeu:**

- Christian PENNERA
- Kieran BRADLEY

### **Pelo Conselho:**

- Thérèse BLANCHET
- Emer FINNEGAN

### **Pela Comissão:**

- Alain VAN SOLINGE
- Paolo STANCANELLI

# VOLUME I

## ANTEPROJECTO DE TRATADO CONSTITUCIONAL

### Parte II

#### Políticas e Execução das Acções na União

\* \* \*

#### *Texto das disposições dos Tratados CE e UE*

*segundo a estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002*

*(CONV 369/02)*

As disposições que não se enquadram na segunda parte do projecto de Constituição e que, depois de analisadas pela Convenção, figurarão quer na Parte I, quer na Parte II (disposições gerais e finais), foram colocadas, *pro memoria*, em adenda ao presente documento.

## *ÍNDICE*

### **PARTE II:**

### **POLÍTICAS E EXECUÇÃO DAS ACÇÕES DA UNIÃO**

	página
[DISPOSIÇÕES COMUNS] ( <i>nova denominação</i> )	9
[NÃO DISCRIMINAÇÃO E CIDADANIA] ( <i>nova denominação</i> )	11
<b>A. POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS</b>	14
<b>A1. MERCADO INTERNO</b>	14
I. Livre circulação de pessoas e de serviços	16
1. Trabalhadores	16
2. Liberdade de estabelecimento	18
3. Liberdade de prestação de serviços	21
4. <del>Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas</del> ( <i>transferido para A4. "Espaço de liberdade, de segurança e de justiça"</i> )	
II. Livre circulação de mercadorias	23
1. União aduaneira	23
[1-A. Cooperação aduaneira] ( <i>nova denominação</i> )	25
2. Proibição das restrições quantitativas	25
III. Capitais e pagamentos	26
[III-A. Disposições fiscais] ( <i>nova denominação</i> )	28
IV. Aproximação das legislações	29

<b>A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA</b>	32
<b>A3. POLÍTICAS NOUTROS DOMÍNIOS ESPECÍFICOS</b>	33
I. Regras de concorrência	33
II. Política Social	38
III. Coesão económica e social	45
IV. Agricultura e pescas	47
V. Ambiente	51
VI. Defesa dos consumidores	53
VII. Transportes	54
VIII. Redes transeuropeias	58
IX. Investigação e desenvolvimento tecnológico	59
<b>A4. <del>SEGURANÇA INTERNA</del> ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA</b>	63
Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas <i>(retomado do ponto A1.I.4. supra)</i>	63
Política em matéria de polícia e de justiça no domínio penal	68
<b>A5. DOMÍNIOS EM QUE A UNIÃO PODE DECIDIR CONDUZIR UMA ACÇÃO DE APOIO</b>	76
I. Emprego	76
II. Saúde pública	78
III. Indústria	80
IV. Cultura	81
V. Educação, formação profissional e juventude	82

<b>B. ACÇÃO EXTERNA</b>	84
I. Política comercial	84
II. Cooperação para o desenvolvimento	87
[II-A. Cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros] <i>(nova denominação)</i>	88
III. Aspectos externos de políticas abrangidas pelos capítulos A1 a A4	89
IV. Política externa e de segurança comum	89
1. Política externa	89
2. Gestão de crises	89
V. Celebração de acordos internacionais	98
[V-A. Outras disposições] <i>(nova denominação)</i>	101
<b>C. DEFESA</b>	103
<b>D. FUNCIONAMENTO DA UNIÃO</b>	103
Disposições institucionais e processuais; e disposições orçamentais	103
[Outras disposições] <i>(nova denominação)</i>	145
*   *   *	
<b>DISPOSIÇÕES DOS TRATADOS CE E UE QUE NÃO SE ENQUADRAM NA PARTE II DO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO</b>	150
Disposições retomadas do Tratado CE	151
Disposições retomadas do Tratado UE	162
<b>ANEXO I: CONVENÇÕES TERMINOLÓGICAS E TIPOGRÁFICAS</b>	170
<b>ANEXO II: OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES</b>	174
*   *   *	



**SEGUNDA PARTE:**  
**POLÍTICAS E EXECUÇÃO DAS ACCÇÕES DA UNIÃO**

**[DISPOSIÇÕES COMUNS] <sup>1</sup>**

Cláusula 1 (ex-artigo 3.º)

1. [...] <sup>2</sup>

2. Na realização de todas as acções previstas ~~no presente artigo~~ **na presente Parte**, a ~~Comunidade União~~ terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres. <sup>3</sup>

Cláusula 2 (ex-artigo 6.º) <sup>4</sup>

As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da ~~Comunidade União~~ previstas ~~no artigo 3.º~~ **na presente Parte**, em especial com o objectivo de promover um desenvolvimento sustentável.

---

<sup>1</sup> Dado que o anteprojecto de estrutura do Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02) não especifica qual a localização de determinadas disposições, estas foram inseridas em diversas posições ao longo do texto, subordinadas a um título provisório, enquanto se aguardam indicações mais precisas da parte da Convenção. Além disso, de uma forma geral, a formulação dos títulos e secções intermédios (existentes ou sugeridos) surgem entre parênteses rectos, até que seja definida uma estrutura mais precisa.

<sup>2</sup> Este número consta da adenda ao presente documento.

<sup>3</sup> Este número, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com o artigo 6.º (ambiente), ou até mesmo com as restantes disposições deste tipo que se encontram dispersas nos vários capítulos, por exemplo sob o título de "disposições comuns". Além disso, observe-se que a referência à "presente parte", na medida em que essa parte viesse a incluir matérias que actualmente se inserem no âmbito do segundo e terceiro pilares, alargaria o âmbito de aplicação deste (ou destes) parágrafo(s) horizontal(ais).

<sup>4</sup> Este artigo, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com outros artigos do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º). Mesma observação que na referida nota no que se refere à utilização da expressão "presente parte".

### Cláusula 3 (ex-artigo 16.º)

Sem prejuízo do disposto nos [artigos 73.º, 86.º e 87.º], e atendendo à posição que os serviços de interesse económico geral ocupam no conjunto [dos valores comuns]<sup>1</sup> da União e ao papel que desempenham na promoção da **sua** coesão social e territorial, a ~~Comunidade~~ **União** e os seus Estados-Membros, dentro do limite das respectivas competências e no âmbito de aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, zelarão por que esses serviços funcionem com base em princípios e em condições que lhes permitam cumprir as suas missões.

### Cláusula 4 (ex-artigo 295.º)

~~O presente Tratado~~ **A Constituição** em nada prejudica o regime da propriedade nos Estados-Membros.

### Cláusula 5 (ex-artigo 296.º)<sup>2</sup>

1. ~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não prejudicam a aplicação das seguintes regras:

- a) Nenhum Estado-Membro é obrigado a fornecer informações cuja divulgação considere contrária aos interesses essenciais da sua própria segurança.
- b) Qualquer Estado-Membro pode tomar as ~~medidas~~ **disposições** que considere necessárias à protecção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou o comércio de armas, munições e material de guerra; tais ~~medidas~~ **disposições** não devem alterar as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno** no que diz respeito aos produtos não destinados a fins especificamente militares.

2. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, pode introduzir, **por unanimidade**, modificações ~~nesta~~ **na** lista, ~~que foi fixada em 15 de Abril de 1958, dos que~~ **enumera os** produtos aos quais se aplicam as disposições da alínea b) do n.º 1.

---

<sup>1</sup> Poder-se-á reflectir sobre esta noção de "valores comuns", quando a noção de "valores" está definida no projecto de artigo "Valores da União" (artigo 2.º- doc. CONV 528/03) e se refere a valores tais com os direitos humanos. Foi sugerido que se tentasse encontrar outra expressão.

<sup>2</sup> Este artigo poderia ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas à defesa comum.

## [NÃO DISCRIMINAÇÃO E CIDADANIA]<sup>1</sup>

### Cláusula 6 (ex-artigo 12.º)

~~No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.~~

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, deliberando nos termos do artigo 251.º, de acordo com o processo legislativo, pode adoptar normas destinadas a proibir essa discriminação medidas para a proibição das discriminações em razão da nacionalidade a que se refere o [artigo (...)]<sup>2</sup>.**

### Cláusula 7 (ex-artigo 13.º)

1. Sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** e dentro dos limites das competências que ~~este esta~~ confere à ~~Comunidade União~~, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar~~ **pode aprovar por unanimidade, sob proposta da Comissão**, as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

2. Em derrogação do n.º 1, ~~sempre que adopte as~~ medidas de incentivo ~~comunitárias da União~~, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros, ~~para apoiar que apoiem~~ as acções dos Estados-Membros destinadas a contribuir para a realização dos objectivos referidos no n.º 1, ~~o Conselho delibera nos termos do artigo 251.º são~~ **aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.**

### Cláusula 8 (ex-artigo 18.º)

~~1. Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adoptadas em sua aplicação.<sup>3</sup>~~

---

<sup>1</sup> Sugestão de novo título que não consta da estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02).

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Não discriminação em razão da nacionalidade" da Parte I (artigo 6.º - doc. CONV 528/03).

<sup>3</sup> O n.º 1 do artigo 18.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

2. Se, para atingir esse o objectivo, referido no [artigo (...)] <sup>1</sup>, do direito de livre circulação e de livre permanência para qualquer cidadão da União, se revelar necessária uma acção da Comunidade União sem que o presente Tratado a Constituição tenha previsto poderes de acção para o efeito, o Conselho pode adoptar disposições o Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos a que se refere o n.º 1 desse direito. O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º.

3. O [n.º 2] não se aplica às disposições medidas relativas aos passaportes, aos bilhetes de identidade, às autorizações de residência ou a qualquer outro documento equiparado, nem às disposições respeitantes à segurança social ou à protecção social. <sup>2</sup>

#### Cláusula 9 (ex-artigo 19.º) <sup>3</sup>

1. Qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito <sup>4</sup> será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu; O Conselho aprovará por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam as regras relativas ao exercício do direito, referido no [artigo (...)] <sup>5</sup>, de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições municipais no Estado-Membro de residência. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu. Essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.

<sup>1</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>2</sup> Sugere-se que se esclareça se este número se destina a excluir toda e qualquer competência a título deste artigo nos domínios enumerados ou se o objectivo pretendido é excluir a co-decisão ou apenas a maioria qualificada no Conselho. No segundo caso, seria conveniente que a Convenção analisasse a oportunidade de introduzir uma base jurídica específica para as medidas referidas no n.º 3.

<sup>3</sup> Sugere-se que estes dois números, que são praticamente idênticos, sejam fundidos, sob reserva de se encontrar uma solução para o problema da referência ao n.º 4 do artigo 190.º (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 19.º *infra*).

<sup>4</sup> O primeiro período dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>5</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

2. Sem prejuízo do disposto no [n.º 4 do artigo 190.º]<sup>1</sup> e das disposições adoptadas **medidas aprovadas** em sua aplicação, ~~qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade, goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu;~~ **o Conselho aprovará por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam as regras relativas ao exercício do direito, referido no [artigo (...)]<sup>2</sup>, de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** Essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.

Cláusula 10 (ex-artigo 20.º)<sup>3</sup>

~~Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras necessárias e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa a protecção~~ **diplomática e consular dos cidadãos da União nos Estados terceiros, referida no [artigo (...)]<sup>4</sup>.**

Cláusula 11 (ex-artigo 21.º)<sup>5</sup>

~~Qualquer cidadão da União goza do direito de petição ao Parlamento Europeu, nos termos do disposto no artigo 194.º.~~

~~Qualquer cidadão da União pode dirigir-se ao Provedor de Justiça instituído nos termos do disposto no artigo 195.º.~~

<sup>1</sup> A referência ao artigo 190.º (processo eleitoral uniforme para os membros do Parlamento Europeu, que será abrangido pela Parte I) visava o direito (de eleger/ser eleito nas eleições europeias) e não o processo relativo à aprovação das disposições necessárias para o exercício desse direito (que é aqui fixado). Ora, o projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03), que contém esse direito, deixou de se referir ao artigo 190.º. Assim, deixar aqui a referência ao artigo 190.º, ligada apenas ao processo, modificaria o âmbito de aplicação dessa referência, a não ser que fosse objecto de uma frase distinta que especificasse que só se aplica ao direito de eleger e ser eleito.

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> O primeiro período do artigo 20.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03). Para dar seguimento a esta disposição, os Estados-Membros negociaram no âmbito do Conselho e celebraram entre si um acordo internacional. A Convenção poderia analisar se seria adequado alterar o processo segundo o qual devem ser fixadas as regras previstas neste artigo, nomeadamente no que se refere à possibilidade de deixar de recorrer a um instrumento convencional (ver relatório do grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 5).

<sup>4</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (terceiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>5</sup> Os dois primeiros parágrafos, que não são funcionais e apenas remetem para os artigos 194.º e 195.º, devem ser suprimidos, uma vez que o direito que prevêem está enunciado no projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

**As línguas em que qualquer cidadão da União se pode dirigir-se por escrito a qualquer das às Instituições ou órgãos ao abrigo do [artigo (...)]<sup>1</sup>, e obter uma resposta na mesma língua, são as que se encontram enumeradas no artigo 314.º a que se refere o presente artigo ou o artigo 7.º numa das línguas previstas no artigo 314.º e obter uma resposta redigida na mesma língua. As Instituições e órgãos a que se refere o presente artigo são os que estão enumerados no [artigo (...)]<sup>2</sup> e o Provedor de Justiça.**

## Cláusula 12 (ex-artigo 22.º)

A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, de três em três anos, um relatório sobre a aplicação das disposições **do [artigo (...)]<sup>3</sup>** e da [presente Parte]. Esse relatório terá em conta o desenvolvimento da União.

Com base nesses relatórios, e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho **pode aprovar por unanimidade, sob proposta da Comissão, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, pode aprovar disposições, medidas** destinadas a aprofundar os direitos previstos ~~na presente Parte no [artigo (...)]<sup>4</sup>~~, cuja aprovação recomendará aos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

## A. POLÍTICAS E ACCÕES INTERNAS<sup>5</sup>

### A1. MERCADO INTERNO

## Cláusula 13 (ex-artigo 14.º)<sup>6</sup>

1. ~~A Comunidade adoptará~~ **União aprovará** as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno ~~durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992~~<sup>7</sup>, nos termos do disposto no presente artigo, nos [artigos 15.º e 26.º], no [n.º 2 do artigo 47.º] e nos [artigos 49.º, 80.º, 93.º e 95.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~.

<sup>1</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo da Parte I que incluirá a lista das Instituições e dos dois órgãos consultivos (Comité Económico e Social e Comité das Regiões).

<sup>3</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>4</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>5</sup> Observe-se que a estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional (CONV 369/02) não previa posição específica no texto para disposições relativas a determinados domínios, como a energia, a investigação espacial, a ajuda humanitária, a protecção contra as catástrofes e o desporto, que foram entretanto previstos nos projectos de artigos sobre as competências da União (CONV 528/03). Assim, a Convenção deverá indicar se pretende que estas disposições surjam no texto e em que posição.

<sup>6</sup> Sugere-se que os artigos 14.º e 15.º passem a constar do Capítulo "Mercado Interno".

<sup>7</sup> A referência a este prazo é obsoleta, sendo sugerida a sua supressão.

2. O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~.

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, definirá~~ **aprovará por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as medidas que definem** as orientações e condições necessárias para assegurar um progresso equilibrado no conjunto dos sectores abrangidos.<sup>1</sup>

#### Cláusula 14 (ex-artigo 15.º)<sup>2</sup>

Aquando da formulação das suas propostas destinadas a realizar os objectivos enunciados no artigo 14.º, a Comissão terá em conta a amplitude do esforço que certas economias que apresentam diferenças de desenvolvimento devem suportar ~~durante o período de~~ **para o** estabelecimento do mercado interno e pode propor as ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

Se estas ~~disposições~~ **medidas** tomarem a forma de derrogações, devem ter carácter temporário e implicar o mínimo possível de perturbações no funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

#### Cláusula 15 (ex-artigo 297.º)

Os Estados-Membros procederão a consultas recíprocas tendo em vista estabelecer de comum acordo as providências necessárias para evitar que o funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno** seja afectado pelas ~~medidas~~ **disposições** que qualquer Estado-Membro possa ser levado a tomar em caso de graves perturbações internas que afectem a ordem pública, em caso de guerra ou de tensão internacional grave que constitua ameaça de guerra, ou para fazer face a compromissos assumidos por esse Estado para a manutenção da paz e da segurança internacional.

#### Cláusula 16 (ex-artigo 298.º)

Se as ~~medidas~~ **disposições** tomadas nos casos previstos nos artigos [296.º e 297.º] tiverem por efeito falsear as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, a Comissão analisará com o Estado interessado as condições em que tais ~~medidas~~ **disposições** podem ser adaptadas às disposições constantes ~~do presente Tratado da Constituição~~.

---

<sup>1</sup> Este número parece nunca ter sido utilizado. Deverá ser suprimido?

<sup>2</sup> Foi sugerido que se suprimisse a referência ao período de estabelecimento do mercado interno (ver nota relativa ao artigo 14.º). Todavia, a supressão desta referência poderia acarretar aqui uma perenização das possibilidades de derrogação previstas no artigo 15.º e que só podiam ser aplicadas durante o período em questão.

Em derrogação do processo previsto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerarem que outro Estado-Membro está a fazer utilização abusiva das faculdades previstas nos [artigos 296.º e 297.º]. O Tribunal de Justiça decide à porta fechada.

## I. LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE SERVIÇOS

### 1. TRABALHADORES

#### Cláusula 17 (ex-artigo 39.º)

1. ~~A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada~~ **Os trabalhadores têm o direito de circular livremente na Comunidade União.**<sup>1</sup>
2. ~~A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de~~ **É proibida**<sup>2</sup> toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-Membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
3. ~~A livre circulação dos trabalhadores compreende,~~ Sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, **os trabalhadores têm**<sup>3</sup> o direito de:
  - a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas.
  - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros.
  - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais.
  - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele terem exercido uma actividade laboral, nas condições que ~~serão~~ **são** objecto de regulamentos **européus** ~~de execução a estabelecer~~ **aprovados** pela Comissão.
4. ~~O disposto no~~ **O** presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

<sup>1</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>2</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>3</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.



Cláusula 18 (ex-artigo 40.º)

~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º e após consulta do Comité Económico e Social, tomará, por meio de directivas ou de regulamentos, as medidas~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis ou leis-quadro europeias** necessárias à realização da livre circulação dos trabalhadores, tal como se encontra definida no [artigo anterior]. **O Conselho e o Parlamento Europeu deliberam após consulta ao Comité Económico e Social. As referidas leis e leis-quadro europeias destinar-se-**  
**-ão, designadamente, a:**

- a) ~~Assegurando~~ **Assegurar** uma colaboração estreita entre os serviços nacionais de emprego.
- b) ~~Eliminando~~ **Eliminar** tanto os procedimentos e práticas administrativas, como os prazos de acesso aos empregos disponíveis, decorrentes quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberalização dos movimentos dos trabalhadores.
- c) ~~Eliminando~~ **Eliminar** todos os prazos e outras restrições previstas, quer na legislação nacional quer em acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, que imponham aos trabalhadores dos outros Estados-Membros condições diferentes das que se aplicam aos trabalhadores nacionais quanto à livre escolha de um emprego.
- d) ~~Criando~~ **Criar** mecanismos adequados a pôr em contacto as ofertas e pedidos de emprego e a facilitar o seu equilíbrio em condições tais que excluam riscos graves para o nível de vida e de emprego nas diversas regiões e indústrias.

Cláusula 19 (ex-artigo 41.º)

O Estados-Membros devem fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores.<sup>1</sup>

Cláusula 20 (ex-artigo 42.º)

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º,~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão tomará, de acordo com o processo legislativo,** no domínio da segurança social, as medidas necessárias ao estabelecimento da livre circulação dos trabalhadores<sup>2</sup>, instituindo, designadamente, um sistema que assegure aos trabalhadores migrantes e às pessoas que deles dependam:

<sup>1</sup> Sugere-se que se analise se seria útil "modernizar" esta disposição prevendo uma competência da União cuja natureza teria de ser definida.

<sup>2</sup> Esta base jurídica só permite a aprovação de medidas para os "trabalhadores", isto é, para os trabalhadores assalariados. A extensão do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados foi feita com base no artigo 308.º do TCE. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado prever, no capítulo "Estabelecimento", que se aplica aos trabalhadores não assalariados, uma base jurídica específica que abranja esta matéria.

- a) A totalização de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção do direito às prestações, como para o cálculo destas;
- b) O pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados-Membros.

~~O Conselho delibera por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º.~~<sup>1</sup>

## 2. LIBERDADE DE ESTABELECIMENTO

### Cláusula 21 (ex-artigo 43.º)

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro.

~~A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso~~ **Os nacionais de um Estado-Membro têm o direito de aceder, no território de outro Estado-Membro,** a actividades não assalariadas e ~~o seu exercício de as exercer, bem como a constituição e a gestão de empresas de constituir e~~ **gerir empresas,** designadamente de sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], nas condições definidas na legislação do país ~~Estado-Membro~~ **Estado-Membro** de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no [Capítulo] relativo aos capitais.<sup>2</sup>

### Cláusula 22 (ex-artigo 44.º)

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro europeias** para realizar a liberdade de estabelecimento numa determinada actividade, ~~e o Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará directivas. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.~~

2. **O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão exercerão as funções que lhes são confiadas nos termos das disposições anteriores pelo n.º 1,** designadamente:

- a) Dando prioridade, em geral, às actividades em que a liberdade de estabelecimento constitua uma contribuição particularmente útil para o desenvolvimento da produção e das trocas comerciais.

<sup>1</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

<sup>2</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo (ver também artigo 39.º, relativo aos trabalhadores).

- b) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais competentes tendo em vista conhecer as situações especiais, na ~~Comunidade~~ **União**, das diversas actividades em causa.
- c) Eliminando os procedimentos e práticas administrativas decorrentes, quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberdade de estabelecimento.
- d) Velando por que os trabalhadores assalariados de um dos Estados-Membros, empregados no território de outro Estado-Membro, possam permanecer nesse território, para nele exercerem uma actividade não assalariada, desde que satisfaçam as condições que lhes seriam exigidas se chegassem a esse Estado no momento em que pretendem ter acesso a essa actividade.
- e) Tornando possível a aquisição e exploração de propriedades fundiárias, situadas no território de um Estado-Membro, por um nacional de outro Estado-Membro, na medida em que não sejam lesados os princípios estabelecidos no [n.º 2 do artigo 33.º].
- f) Aplicando a supressão gradual das restrições à liberdade de estabelecimento em todos os ramos de actividade considerados, por um lado, quanto às condições de constituição de agências, sucursais ou filiais no território de um Estado-Membro e, por outro, quanto às condições que regulam a admissão de pessoal do estabelecimento principal nos órgãos de gestão ou de fiscalização daquelas.
- g) Coordenando as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], na medida em que tal seja necessário, e a fim de tornar equivalentes essas garantias.
- h) Certificando-se de que as condições de estabelecimento não sejam falseadas pelos auxílios concedidos pelos Estados-Membros.

#### Cláusula 23 (ex-artigo 45.º)

~~As disposições do O~~ presente capítulo não são aplicáveis **se aplica** às actividades que, num Estado-Membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública. <sup>1</sup>

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão,~~ pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, medidas que isentem** ~~determinar que as disposições do presente capítulo não são aplicáveis a certas actividades~~ **da aplicação do presente capítulo.**

<sup>1</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

Cláusula 24 (ex-artigo 46.º)

1. ~~As disposições de O~~ [presente capítulo] e as medidas ~~tomadas~~ **aprovadas** em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas **dos Estados-Membros** que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.
2. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará directivas~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro europeias** para a coordenação das ~~existentes~~ disposições **nacionais a que se refere o n.º 1.**

Cláusula 25 (ex-artigo 47.º) <sup>1</sup>

1. A fim de facilitar o acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício, ~~o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, adoptará directivas o~~ **Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro europeias** que visem:
  - a) **O** reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos;
  - b) **A coordenação das** disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício.
2. ~~Para o mesmo fim, o Conselho adoptará, nos termos do artigo 251.º, directivas que visem coordenar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. O Conselho, deliberando por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º, decidirá sobre as directivas cuja execução implique, num Estado-Membro pelo menos, uma alteração dos princípios legislativos existentes do regime das profissões, no que respeita à formação e às condições de acesso de pessoas singulares. Nos outros casos, o Conselho delibera por maioria qualificada.~~ <sup>2</sup>
3. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a eliminação progressiva das restrições dependerá da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-Membros.

<sup>1</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2, que seguem o mesmo processo (na sequência da supressão da unanimidade no Conselho, conforme indicado no relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

<sup>2</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

Cláusula 26 (ex-artigo 48.º)

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na ~~Comunidade~~ **União** são, para efeitos do disposto no [presente Capítulo], equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados-Membros.

Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

Cláusula 27 (ex-artigo 294.º) <sup>1</sup>

Os Estados-Membros concederão aos nacionais dos outros Estados-Membros o mesmo tratamento que aos seus próprios nacionais, no que diz respeito à participação financeira daqueles no capital das sociedades, na acepção do [artigo 48.º], sem prejuízo da aplicação das outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

### 3. LIBERDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 28 (ex-artigo 49.º)

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, as restrições à livre prestação de serviços na ~~Comunidade~~ **União** serão proibidas em relação aos nacionais dos Estados-Membros estabelecidos num ~~Estado da Comunidade~~ **Estado-Membro** que não seja o do destinatário da prestação.

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão,~~ **pode aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, medidas destinadas a tornar as disposições do presente capítulo** ~~são extensivas~~ **extensivo** aos prestadores de serviços nacionais de um Estado terceiro estabelecidos na ~~Comunidade~~ **União**.

Cláusula 29 (ex-artigo 50.º)

Para efeitos do disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, consideram-se "serviços" as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Os serviços compreendem designadamente:

- a) Actividades de natureza industrial.

---

<sup>1</sup> Esta disposição diz respeito à liberdade de estabelecimento e à livre circulação de capitais. Sugere-se que essa disposição seja transferida para o título ou capítulo consagrado a essas liberdades no mercado interno.

- b) Actividades de natureza comercial.
- c) Actividades artesanais.
- d) Actividades das profissões liberais.

Sem prejuízo do disposto no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento, o prestador de serviços pode, para a execução da prestação, exercer, a título temporário, a sua actividade no Estado-Membro onde a prestação é realizada, nas mesmas condições que esse Estado impõe aos seus próprios nacionais.

#### Cláusula 30 (ex-artigo 51.º)

1. A livre prestação de serviços em matéria de transportes é regulada ~~pelas disposições constantes do~~ pelo [título] relativo aos transportes.
2. A liberalização dos serviços bancários e de seguros ligados a movimentos de capitais deve efectuar-se de harmonia com a liberalização da circulação dos capitais.

#### Cláusula 31 (ex-artigo 52.º)

1. Para realizar a liberalização de um determinado serviço, o Conselho **aprovará leis-quadro europeias, por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão. ~~e após consulta do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu adoptará directivas, por maioria qualificada. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.~~
2. As ~~directivas~~ **leis-quadro europeias** a que se refere o n.º 1 contemplarão, em geral, prioritariamente os serviços que influem de modo directo nos custos de produção, ou cuja liberalização contribua para fomentar as trocas comerciais de mercadorias.

#### Cláusula 32 (ex-artigo 53.º) <sup>1</sup>

Os Estados-Membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força das ~~directivas adoptadas~~ **leis-quadro europeias aprovadas** em execução do [n.º 1 do artigo 52.º], caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-Membros em causa.

<sup>1</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta disposição.

Cláusula 33 (ex-artigo 54.º) <sup>1</sup>

Enquanto não forem suprimidas as restrições à livre prestação de serviços, cada Estado-Membro aplicá-las-á, sem qualquer distinção em razão da nacionalidade ou da residência, a todos os prestadores de serviços referidos no [primeiro parágrafo do artigo 49.º].

Cláusula 34 (ex-artigo 55.º)

~~As disposições dos Os~~ [artigos 45.º a 48.º], ~~inclusive~~, são aplicáveis à matéria regulada no [presente capítulo].

~~[4. — VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS]~~ <sup>2</sup>

## II. LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

### 1. UNIÃO ADUANEIRA

Cláusula 35 (ex-artigo 23.º)

1. A ~~Comunidade União assenta numa~~ **compreende uma** união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-Membros, de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a aprovação de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros.

2. ~~O disposto no [O artigo 25.º] e no [o Capítulo 2] do [presente Título] é aplicável~~ **são aplicáveis** tanto aos produtos originários dos Estados-Membros, como aos produtos provenientes de países terceiros que se encontrem em livre prática nos Estados-Membros.

Cláusula 36 (ex-artigo 24.º)

Consideram-se em livre prática num Estado-Membro os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-Membro, e que não tenham beneficiado de draubaque total ou parcial desses direitos ou encargos.

<sup>1</sup> Por uma questão de coerência, poder-se-ia estudar se não seria mais adequado prever esta disposição a nível horizontal para as quatro liberdades.

<sup>2</sup> Este Título é integrado no Capítulo A4. *Infra*, a fim de ter em conta o último projecto relativo ao espaço de liberdade, segurança e justiça, em fase de análise pelo Praesidium.

Cláusula 37 (ex-artigo 25.º)

São proibidos entre os Estados-Membros os direitos aduaneiros de importação e de exportação ou os encargos de efeito equivalente. Esta proibição é igualmente aplicável aos direitos aduaneiros de natureza fiscal.

Cláusula 38 (ex-artigo 26.º)

~~Os direitos da pauta aduaneira comum são fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.~~ **O Conselho aprova por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam os direitos da pauta aduaneira comum.**

Cláusula 39 (ex-artigo 27.º)

No exercício das funções que lhe são confiadas no presente capítulo, a Comissão orientar-se-á:

- a) Pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-Membros e países terceiros.
- b) Pela evolução das condições de concorrência na ~~Comunidade~~ **União**, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas.
- c) Pelas necessidades de abastecimento da ~~Comunidade~~ **União** em matérias-primas e produtos semiacabados cuidando que se não falseiem, entre os Estados-Membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados.
- d) Pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-Membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo na ~~Comunidade~~ **União**.



## [1-A. COOPERAÇÃO ADUANEIRA] <sup>1</sup>

### Cláusula 40 (ex-artigo 135.º)

No âmbito de aplicação do presente Tratado ~~da Constituição, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, tomará~~ **aprovarão, de acordo com o processo legislativo**, medidas destinadas a reforçar a cooperação aduaneira entre os Estados-Membros e entre estes e a Comissão. Essas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

## 2. PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS

### Cláusula 41 (ex-artigo 28.º) <sup>2</sup>

São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas **tanto** à importação **como** à **exportação**, bem como todas as medidas de efeito equivalente.

### ~~Artigo 29.º~~

~~São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas à exportação, bem como todas as medidas de efeito equivalente.~~

### Cláusula 42 (ex-artigo 30.º)

~~As disposições dos [O artigos 28.º] e 29.º são aplicáveis~~ **é aplicável** sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir nem um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> Sugestão de título que não constava da estrutura do anteprojecto de 28 de Outubro de 2002.

<sup>2</sup> É sugerida a fusão deste artigo com o artigo 29.º

Cláusula 43 (ex-artigo 31.º)

1. Os Estados-Membros adaptarão os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-Membros, quanto às condições de abastecimento e de comercialização.

~~O disposto no~~ O presente artigo é aplicável a qualquer organismo através do qual um Estado-Membro, de jure ou de facto, controle, dirija ou influencie sensivelmente, directa ou indirectamente, as importações ou as exportações entre os Estados-Membros. ~~Estas disposições são~~ É igualmente aplicável aos monopólios delegados pelo Estado.

2. Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar qualquer nova medida, que seja contrária aos princípios enunciados no [n.º 1], ou que restrinja o âmbito da aplicação dos artigos relativos à proibição dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-Membros.

3. No caso de um monopólio de natureza comercial comportar regulamentação destinada a facilitar o escoamento ou a valorização de produtos agrícolas, devem ser tomadas medidas para assegurar, na aplicação ~~do disposto no~~ do presente artigo, garantias equivalentes para o emprego e nível de vida dos produtores interessados.

### III. CAPITAIS E PAGAMENTOS

Cláusula 44 (ex-artigo 56.º) <sup>1</sup>

1. No âmbito ~~das disposições~~ do presente capítulo, são proibidas ~~todas~~ as restrições **tanto** aos movimentos de capitais **como aos pagamentos** entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

~~2. No âmbito das disposições do presente Capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.~~

Cláusula 45 (ex-artigo 57.º)

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica a aplicação a países terceiros de quaisquer restrições em vigor em 31 de Dezembro de 1993 ao abrigo de legislação nacional ou ~~comunitária~~ **da União** aprovada em relação à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.

---

<sup>1</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2.

2. Ao mesmo tempo que se esforça por alcançar, em toda a medida do possível, o objectivo da livre circulação de capitais entre Estados-Membros e países terceiros, e sem prejuízo dos restantes [capítulos] ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão~~, pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão**, medidas relativas à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais. ~~É exigida unanimidade relativamente às~~ **Sempre que aprove** medidas ~~a adoptar~~ ao abrigo do presente número que constituam um retrocesso da legislação ~~comunitária da União~~ em relação à liberalização dos movimentos de capitais provenientes ou com destino a países terceiros, **o Conselho delibera por unanimidade**.

Cláusula 46 (ex-artigo 58.º)

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica o direito de os Estados-Membros:
  - a) Aplicarem as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o seu capital é investido.
  - b) Tomarem todas as ~~medidas~~ **disposições** indispensáveis para impedir infracções às suas ~~leis e regulamentos~~ **disposições legislativas e regulamentares**, nomeadamente em matéria fiscal e de supervisão prudencial das instituições financeiras, preverem processos de declaração dos movimentos de capitais para efeitos de informação administrativa ou estatística, ou tomarem medidas justificadas por razões de ordem pública ou de segurança pública.
2. ~~O disposto no presente [capítulo] não prejudica a possibilidade de aplicação de restrições ao direito de estabelecimento que sejam compatíveis com o presente Tratado~~ **a Constituição**.
3. As medidas e procedimentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 não devem constituir um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição dissimulada à livre circulação de capitais e pagamentos, tal como definida no [artigo 56.º].

Cláusula 47 (ex-artigo 59.º)

Sempre que, em circunstâncias excepcionais, os movimentos de capitais provenientes ou com destino a países terceiros causem ou ameacem causar graves dificuldades ao funcionamento do União Económica e Monetária, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta de BCE~~, pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão**, medidas de salvaguarda em relação a países terceiros, por um período não superior a seis meses, se essas medidas forem estritamente necessárias. **O Conselho delibera após consulta ao BCE**<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Interrogação quanto à utilização de abreviaturas na Constituição (ver nota relativa ao artigo 8.º *supra*).

### [III-A. DISPOSIÇÕES FISCAIS] <sup>1</sup>

#### Cláusula 48 (ex-artigo 90.º)

Nenhum Estado-Membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-Membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

#### Cláusula 49 (ex-artigo 91.º)

Os produtos exportados <sup>2</sup> **de um Estado-Membro** para o território de ~~um dos~~ **outro** Estados-Membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

#### Cláusula 50 (ex-artigo 92.º)

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos à exportação para outros Estados-Membros, ou lançados direitos de compensação às importações provenientes de Estados-Membros, desde que as ~~medidas~~ **disposições** projectadas tenham sido previamente aprovadas, para vigorarem por um período ~~de tempo~~ limitado, **mediante decisão europeia aprovada** pelo Conselho **por maioria qualificada**, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~para vigorarem por um período de tempo limitado~~.

#### Cláusula 51 (ex-artigo 93.º)

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta as disposições~~ **aprova por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas** relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno ~~no prazo previsto no artigo 14.º~~. <sup>3</sup> **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

<sup>1</sup> Sugestão de título que não constava da estrutura do anteprojecto de 28 de Outubro de 2002.

<sup>2</sup> A utilização do termo "exportados" no contexto do comércio entre Estados-Membros deveria ser reanalisada.

<sup>3</sup> Foi sugerida a supressão deste prazo (31.12.1992) (ver nota relativa ao artigo 14.º).

#### IV. APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

##### Cláusula 52 (ex-artigo 94.º) <sup>1</sup>

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta directivas~~ **aprova por unanimidade, sob proposta da Comissão, leis-quadro europeias** para a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado ~~em um~~ **interno. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

##### Cláusula 53 (ex-artigo 95.º) <sup>2</sup>

1. Em derrogação do [artigo 94.º] e salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado da Constituição, aplicam-se as disposições seguintes~~ **o presente artigo aplica-se** à realização dos objectivos enunciados no [artigo 14.º]. ~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adopta~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo,** as medidas relativas à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham por objecto o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

2. O n.º 1 não se aplica às disposições fiscais, às relativas à livre circulação das pessoas e às relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.

3. A Comissão, nas suas propostas previstas no n.º 1 em matéria de saúde, de segurança, de protecção do ambiente e de defesa dos consumidores, basear-se-á num nível de protecção elevado, tendo nomeadamente em conta qualquer nova evolução baseada em dados científicos. No âmbito das respectivas competências, o Parlamento Europeu e o Conselho procurarão igualmente alcançar esse objectivo.

---

<sup>1</sup> Neste momento, os artigos 94.º e 95.º só permitem aprovar medidas que constituam uma aproximação das legislações nacionais, o que leva a que o artigo 308.º seja utilizado em diversas situações que dizem respeito ao mercado interno mas não implicam uma harmonização das legislações nacionais. Isto acontece, nomeadamente, quando se pretende criar um título comunitário de propriedade intelectual que se sobrepõe aos títulos nacionais. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado criar bases jurídicas específicas ou alterar a referência à "aproximação das legislações", nos artigos 94.º e 95.º, por forma a permitir as acções em causa. Além disso, a Convenção poderá analisar a questão da relação entre os artigos 94.º e 95.º (ver explicação no Anexo II do presente relatório).

<sup>2</sup> Ver sugestão da nota anterior.

4. Se, após aprovação de uma medida de harmonização pelo **Parlamento Europeu e pelo Conselho** ou pela Comissão <sup>1</sup>, um Estado-Membro considerar necessário manter disposições nacionais justificadas por exigências importantes a que se refere o [artigo 30.º] ou relativas à protecção do meio de trabalho ou do ambiente, notificará a Comissão dessas medidas, bem como das razões que motivam a sua manutenção.

5. Além disso, sem prejuízo do disposto no n.º 4, se, após a aprovação de uma medida de harmonização **pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho** ou pela Comissão <sup>2</sup>, um Estado-Membro considerar necessário aprovar disposições nacionais baseadas em novas provas científicas relacionadas com a protecção do meio de trabalho ou do ambiente, ou motivadas por qualquer problema específico desse Estado-Membro, que tenha surgido após a aprovação da referida medida de harmonização, notificará a Comissão das disposições previstas, bem como ~~dos motivos da sua adoção~~ **da sua fundamentação**.

6. No prazo de seis meses a contar da data das notificações a que se referem os n.ºs 4 e 5, a Comissão **aprovará uma decisão europeia** que aprovará ou rejeitará as disposições nacionais em causa, depois de ter verificado que não constituem um meio de discriminação arbitrária ou uma restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros, nem um obstáculo ao funcionamento do mercado interno.

Na ausência de decisão **europeia** da Comissão dentro do citado prazo, considera-se que as disposições nacionais a que se referem os n.ºs 4 e 5 foram aprovadas.

Se a complexidade da questão o justificar, e não existindo perigo para a saúde humana, a Comissão pode notificar o respectivo Estado-Membro de que o prazo previsto no presente número pode ser prorrogado por um novo período de seis meses, no máximo.

7. Se, em aplicação do [n.º 6], um Estado-Membro for autorizado a manter ou aprovar disposições nacionais derogatórias de uma medida de harmonização, a Comissão ponderará imediatamente se deve propor uma adaptação dessa medida.

8. Sempre que um Estado-Membro levante um problema específico em matéria de saúde pública num domínio que tenha sido previamente objecto de medidas de harmonização, informará do facto a Comissão, que ponderará imediatamente se deve propor ao **Parlamento Europeu e ao Conselho** medidas adequadas.

9. Em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro pode recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro utiliza de forma abusiva os poderes previstos no presente artigo.

---

<sup>1</sup> Recorde-se que a Comissão só aprova medidas de harmonização ao abrigo das competências de execução que lhe são conferidas no âmbito do artigo 202.º.

<sup>2</sup> Mesma observação que na nota relativa ao n.º 4 do artigo 95.º *supra*.

10. As medidas de harmonização ~~acima~~ referidas **no presente artigo** compreenderão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda que autorize os Estados-Membros a tomarem, por uma ou mais razões não económicas previstas no [artigo 30.º], ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **pela União**.

Cláusula 54 (ex-artigo 96.º)

Se a Comissão verificar que a existência de uma disparidade entre as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas dos Estados-Membros falseia as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, provocando ~~assim~~ uma distorção que deve ser eliminada, consultará os Estados-Membros em causa.

Se desta consulta não resultar ~~um acordo que elimine~~ a **eliminação da** distorção em causa, o Conselho, ~~sob proposta da Comissão, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas~~ **aprovará por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as leis-quadro europeias** necessárias para o efeito. A Comissão e o Conselho podem ~~tomar~~ **aprovar** quaisquer outras medidas adequadas previstas no presente Tratado.

Cláusula 55 (ex-artigo 97.º)

1. Quando houver motivo para recear que a ~~adoção~~ **aprovação** ou alteração de uma disposição legislativa, regulamentar ou administrativa **nacional** possa provocar uma distorção, na acepção do [artigo ~~anterior~~ **96.º**], o Estado-Membro que pretenda tomar essa medida consultará a Comissão. Após ter consultado os Estados-Membros, a Comissão ~~recomendará~~ **dirigirá** aos Estados interessados **uma recomendação sobre** as medidas adequadas, tendentes a evitar a distorção em causa.

2. Se o Estado-**Membro** que pretende aprovar ou alterar disposições nacionais não proceder em conformidade com a recomendação que a Comissão lhe dirigiu, não se pode pedir aos outros Estados-Membros que, por força do [artigo 96.º], alterem as suas disposições nacionais a fim de eliminarem tal distorção. Se o Estado-Membro que ignorou a recomendação da Comissão provocar uma distorção em seu exclusivo detrimento, não é aplicável o ~~disposto no~~ [artigo 96.º].

## A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

### Cláusula 56 (ex-artigo 4.º) <sup>1</sup>

1. Para alcançar os fins enunciados [no artigo 2.º] <sup>2</sup>, a acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade União~~ implica, nos termos do disposto [e segundo o calendário previsto] <sup>3</sup> ~~no presente Tratado na Constituição~~, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.
2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo [o calendário e] <sup>4</sup> os procedimentos previstos ~~no presente Tratado na Constituição~~, essa acção implica ~~a fixação irrevogável das taxas de câmbio conducente à criação de~~ uma moeda única, o ~~ecu~~ euro, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na ~~Comunidade União~~, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.
3. Essa acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade União~~ implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.

<b>A parte restante deste título será objecto de uma adenda ao presente relatório</b>
---

---

<sup>1</sup> Sugere-se transferir este artigo para o início do Capítulo sobre a "Política Económica e Monetária".

<sup>2</sup> O artigo 2.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (n.º 2 do artigo 3.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta menção (o calendário...).

<sup>4</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta menção (o calendário...).



### A3. POLÍTICAS NOUTROS DOMÍNIOS ESPECÍFICOS

#### I. REGRAS DE CONCORRÊNCIA

##### [SECÇÃO 1

##### REGRAS APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS]

##### Cláusula 57 (ex-artigo 81.º)

1. São incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno** e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-Membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, designadamente as que consistam em:

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção.
- b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos.
- c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento.
- d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
- e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.

3. ~~As disposições no O n.º 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis~~ **declarado inaplicável:**

- a) a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
- b) a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e
- c) a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas,

que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que:

- d) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos.
- e) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

#### Cláusula 58 (ex-artigo 82.º)

É incompatível com o mercado ~~economia~~ **interno** e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados-Membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado ~~economia~~ **interno** ou numa parte substancial deste.

Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

- a) Impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas.
- b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores.
- c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
- d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

#### Cláusula 59 (ex-artigo 83.º)

1. **O Conselho aprova por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, Os regulamentos ou directivas-as leis europeias/os regulamentos europeus<sup>1</sup> ou leis-quadro europeias necessários(as) à aplicação dos princípios constantes dos [artigos 81.º e 82.º]. serão estabelecidos pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão; O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

---

<sup>1</sup> Uma vez que, de acordo com os projectos de artigos do Título V "Exercício das competências" da Parte I (artigos 25.º e 26.º - CONV 571/03), o Conselho pode aprovar ou leis ou regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar ou um ou outro tipo de acto (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

2. **As leis europeias/os regulamentos europeus ou leis-quadro europeias e as directivas referidas(os)** no n.º 1 têm por finalidade, designadamente:

- a) Garantir o respeito das proibições referidas no [n.º 1 do artigo 81.º] e no [artigo 82.º], pela cominação de multas e adstricções.
- b) Determinar as modalidades de aplicação do [n.º 3 do artigo 81.º], tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir uma fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo.
- c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos [artigos 81.º e 82.º], relativamente aos diversos sectores económicos.
- d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça quanto à aplicação do disposto no presente número.
- e) Definir as relações entre as legislações nacionais e ~~as disposições constantes da~~ a presente secção ou as **medidas** aprovadas em execução do presente artigo.

Cláusula 60 (ex-artigo 84.º)

Até à data da entrada em vigor ~~das disposições adoptadas~~ **das leis europeias/dos regulamentos europeus ou leis-quadro europeias aprovada(o)s** em execução do [artigo 83.º], as autoridades dos Estados-Membros decidirão sobre a admissibilidade dos acordos, decisões e práticas concertadas e sobre a exploração abusiva de uma posição dominante no mercado ~~comum interno~~, em conformidade com ~~o direito dos seus próprios países~~ **o respectivo direito interno** e com o disposto ~~no~~ [artigo 81.º, designadamente ~~no~~ o n.º 3, e ~~no~~ o artigo 82.º].

Cláusula 61 (ex-artigo 85.º)

1. Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 84.º], a Comissão velará pela aplicação dos princípios enunciados nos [artigos 81.º e 82.º]. A pedido de um Estado-Membro, ou oficiosamente, e em cooperação com as autoridades competentes dos Estados-Membros, que lhe prestarão assistência, a Comissão instruirá os casos de presumível infracção a estes princípios. Se a Comissão verificar que houve infracção, proporá os meios adequados para se lhe pôr termo.

2. Se a infracção não tiver cessado, a Comissão ~~declarará verificada essa infracção aos princípios, em decisão devidamente fundamentada~~ **aprovará uma decisão europeia fundamentada que declare verificada essa infracção aos princípios**. A Comissão pode publicar a sua **decisão europeia** e autorizar os Estados-Membros a tomarem as ~~medidas~~ **disposições**, de que fixará as condições e modalidades, necessárias para sanar a situação.

Cláusula 62 (ex-artigo 86.º)

1. No que respeita às empresas públicas e às empresas a que concedam direitos especiais ou exclusivos, os Estados-Membros não tomarão nem manterão qualquer medida contrária ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente ao disposto nos [artigos 12.º e 81.º a 89.º]; ~~inclusive.~~
2. As empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação destas regras não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada. O desenvolvimento das trocas comerciais não deve ser afectado de maneira que contrarie os interesses da ~~Comunidade~~ **União**.
3. A Comissão velará pela aplicação do ~~disposto no presente artigo e dirigirá aos Estados-Membros~~ **aprovará**, quando necessário, ~~as directivas ou~~ **[os regulamentos europeus<sup>1</sup> ou]** as decisões **europeias** adequada(o)s.

[SECÇÃO 2

AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELOS ESTADOS-MEMBROS]

Cláusula 63 (ex-artigo 87.º)

1. Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, são incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados-Membros ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.
2. São compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
  - a) Os auxílios de natureza social atribuídos a consumidores individuais com a condição de serem concedidos sem qualquer discriminação relacionada com a origem dos produtos.
  - b) Os auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários.

---

<sup>1</sup> Uma vez que se prevê que o instrumento "directiva" deixe de fazer parte dos instrumentos que a Comissão pode aprovar (ver projecto de Título V ("Exercício das competências da União") da Parte I – CONV 571/03), já só restarão os instrumentos "decisão" (ver artigo 26.º do referido projecto) e "regulamento". Todavia, o regulamento é um instrumento que, contrariamente à directiva, não deixa, em princípio, qualquer margem de manobra aos Estados-Membros. Assim, prevê-lo aqui constitui uma alteração em relação à situação actual.

- [c) Os auxílios atribuídos à economia de certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, desde que sejam necessários para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.]<sup>1</sup>
3. Podem ser considerados compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
- a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego.
  - b) Os auxílios destinados a fomentar a realização de um projecto importante de interesse europeu comum, ou a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro.
  - c) Os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum.
  - d) Os auxílios destinados a promover a cultura e a conservação do património, quando não alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na ~~Comunidade~~ **União** num sentido contrário ao interesse comum.
  - e) As outras categorias de auxílios determinadas por ~~decisão do Conselho~~ **medidas aprovadas pelo Conselho por maioria qualificada, deliberando por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão.

Cláusula 64 (ex-artigo 88.º)

1. A Comissão procederá, em cooperação com os Estados-Membros, ao exame permanente dos regimes de auxílios existentes nesses Estados. A Comissão proporá também aos Estados-Membros as medidas adequadas que sejam exigidas pelo desenvolvimento progressivo ou pelo funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

2. Se a Comissão, depois de ter notificado os interessados para apresentarem as suas observações, verificar que um auxílio concedido por um Estado-Membro ou proveniente de recursos estatais não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], ou que esse auxílio está a ser aplicado de forma abusiva, ~~decidirá aprovar uma decisão europeia para~~ **deverá aprovar uma decisão europeia para** que o Estado em causa ~~deve suprimir~~ **suprima** ou ~~modificar~~ **modifique** esse auxílio no prazo que ela fixar.

Se o Estado em causa não der cumprimento a esta decisão **europeia** no prazo fixado, a Comissão ou qualquer outro Estado-Membro interessado podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º].

---

<sup>1</sup> A Convenção considerará talvez útil ponderar se esta alínea ainda tem actualidade (ver também artigo 78.º).

A pedido de qualquer Estado-Membro, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode ~~decidir~~ **aprovar por unanimidade uma decisão europeia segundo a qual** que um auxílio, instituído ou a instituir por esse Estado, deve considerar-se compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, em derrogação do ~~disposto no [artigo 87.º] ou nos regulamentos previstos das leis europeias/dos regulamentos europeus previstas(os)~~ no [artigo 89.º], se circunstâncias excepcionais justificarem tal decisão **europeia**. Se, em relação a este auxílio, a Comissão tiver dado início ao procedimento previsto no primeiro parágrafo deste número, o pedido do Estado interessado dirigido ao Conselho terá por efeito suspender o referido procedimento até que o Conselho se pronuncie sobre a questão.

Todavia, se o Conselho não se pronunciar no prazo de três meses a contar da data do pedido, a Comissão decidirá.

3. Para que possa apresentar as suas observações, deve a Comissão ser informada, **pelos Estados-Membros**, atempadamente dos projectos relativos à instituição ou alteração de quaisquer auxílios. Se a Comissão considerar que determinado projecto de auxílio não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], deve sem demora dar início ao procedimento previsto no ~~número anterior~~ **n.º 2**. Os Estado-Membro em causa não pode pôr em execução as medidas projectadas antes de tal procedimento haver sido objecto de uma decisão **europeia** final.

#### Cláusula 65 (ex-artigo 89.º)

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Parlamento Europeu, pode adoptar todos os regulamentos~~ **pode aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, leis europeias/regulamentos europeus** <sup>1</sup> adequados ~~à~~ **para a** execução dos [artigos 87.º e 88.º] e fixar, designadamente, as condições de aplicação do [n.º 3 do artigo 88.º] e as categorias de auxílios que ficam dispensadas desse procedimento. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

## II. POLÍTICA SOCIAL

#### Cláusula 66 (ex-artigo 136.º)

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros, tendo presentes os direitos sociais fundamentais, tal como os enunciam a Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961 e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, terão por objectivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a permitir a sua harmonização, assegurando simultaneamente essa melhoria, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões.

<sup>1</sup> Uma vez que, de acordo com os projectos de artigos do Título V "Exercício das competências" da Parte I (artigos 25.º e 26.º - CONV 571/03), o Conselho pode aprovar ou leis ou regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar ou um ou outro tipo de acto (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros ~~desenvolverão acções que tenham~~ **actuarão tendo** em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais, e a necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia ~~comunitária da~~ **União**.

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros consideram que esse desenvolvimento decorrerá não apenas do funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**, que favorecerá a harmonização dos sistemas sociais, mas igualmente dos processos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e da aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas.<sup>1</sup>

Cláusula 67 (ex-artigo 137.º)

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 136.º], a ~~Comunidade~~ **União** apoiará e completará a acção dos Estados-Membros nos seguintes domínios:

- a) Melhoria, principalmente, do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- b) Condições de trabalho;
- c) Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- d) Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- e) Informação e consulta aos trabalhadores;
- f) Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão, sem prejuízo do ~~disposto no~~ n.º 5;
- g) Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da ~~Comunidade~~ **União**;
- 1) h) Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho, sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 150.º];
- i) Igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho;
- j) Luta contra a exclusão social;
- k) Modernização dos sistemas de protecção social, sem prejuízo ~~do disposto na~~ da alínea c).

2. Para o efeito, ~~o Conselho pode~~ **podem ser aprovadas**:

---

<sup>1</sup> Este parágrafo parece ter um valor meramente declarativo.

- a) ~~Tomar~~ Medidas destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros;
- b) ~~Adoptar~~, Nos domínios referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, ~~por meio de directivas~~, **leis-quadro europeias que definam** prescrições mínimas progressivamente aplicáveis, tendo em conta as condições e as regulamentações técnicas existentes em cada um dos Estados-Membros. Essas ~~directivas~~ **leis-quadro europeias** devem evitar impor disciplinas administrativas, financeiras e jurídicas contrárias à criação e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

**Nos domínios referidos nas alíneas a), b), e), i), j) e k) do n.º 1, o Parlamento Europeu e o Conselho deliberam de acordo com o processo legislativo, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.<sup>1</sup>**

**Nos domínios referidos nas alíneas c), d), f) e g) do n.º 1, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão, após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**2. –A O Conselho pode, sob proposta da Comissão, decidir por unanimidade tornar o processo legislativo aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

~~O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, excepto nos domínios referidos nas alíneas e), d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo, em que o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e aos referidos Comités. O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo o processo previsto no artigo 251.º.<sup>2</sup>~~

3. Qualquer Estado-Membro pode confiar aos parceiros sociais, a pedido conjunto destes, a execução das ~~directivas adoptadas~~ **leis-quadro europeias aprovadas** em aplicação do n.º 2.

Nesse caso, assegurará que, o mais tardar na data em que determinada ~~directiva~~ **lei-quadro europeia** deva ser transposta ~~nos termos do artigo 249.º~~, os parceiros sociais tenham introduzido, por acordo, as disposições necessárias, devendo o Estado-Membro em questão tomar as disposições indispensáveis para poder garantir, a todo o tempo, os resultados impostos por essa ~~directiva~~ **lei-quadro**.

<sup>1</sup> Por uma questão de clareza, os três parágrafos seguintes reproduzem as disposições do segundo parágrafo do actual n.º 2 do artigo 137.º do TCE.

<sup>2</sup> O conteúdo deste parágrafo é retomado nos novos parágrafos anteriores.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume I*



4. As ~~disposições adoptadas~~ **medidas aprovadas** ao abrigo do presente artigo:
- a) não prejudicam a faculdade de os Estados-Membros definirem os princípios fundamentais dos seus sistemas de segurança social nem devem afectar substancialmente o equilíbrio financeiro desses sistemas;
  - b) não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam medidas de protecção mais estritas compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**.
5. O ~~disposto no~~ presente artigo não é aplicável às remunerações, ao direito ~~sindical de~~ **associação**, ao direito ~~de~~ à greve e ao direito ~~de~~ **ao lock-out**.

Cláusula 68 (ex-artigo 138.º)

1. À Comissão caberá promover a consulta aos parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** e ~~toma~~ **aprovar** todas as medidas necessárias para facilitar o seu diálogo, assegurando um apoio equilibrado às partes.
2. Para o efeito, antes de apresentar propostas no domínio da política social, a Comissão consultará os parceiros sociais sobre a possível orientação da acção ~~comunitária~~ **da União**.
3. Se, após essa consulta, a Comissão considerar desejável uma acção ~~comunitária~~ **da União**, consultará os parceiros sociais sobre o conteúdo da proposta prevista. Estes enviarão à Comissão um parecer ou, quando adequado, uma recomendação.
4. Ao efectuarem essa consulta, os parceiros sociais podem informar a Comissão do seu desejo de dar início ao processo previsto no [artigo 139.º]. A duração deste não pode exceder nove meses, salvo prorrogação decidida em comum por esses parceiros sociais e pela Comissão.

Cláusula 69 (ex-artigo 139.º)

1. O diálogo entre os parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** pode conduzir, se estes o entenderem desejável, a relações contratuais, incluindo acordos.
2. Os acordos celebrados ao nível ~~comunitário~~ **da União** serão aplicados, quer de acordo com os processos e práticas próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros quer, nas matérias abrangidas pelo [artigo 137.º], a pedido conjunto das partes signatárias, com base em ~~decisão~~ **adoptada medida<sup>1</sup> aprovada** pelo Conselho **por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão.

---

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece, neste caso, ser utilizado no sentido genérico, o que não corresponde a definição de "decisão" do quarto parágrafo do artigo 249.º do TCE. Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja precisar o acto jurídico a utilizar, que, até agora, tem sido a directiva, devendo pois passar a ser a lei-quadro (ver Anexo II ao presente relatório).

~~O Conselho delibera por maioria qualificada, salvo~~ Se o acordo em questão contiver uma ou mais disposições relativas a um dos domínios em relação aos quais por força do [n.º 2 do artigo 137.º] seja exigida a unanimidade, ~~Neste caso,~~ o Conselho delibera por unanimidade.

#### Cláusula 70 (ex-artigo 140.º)

Tendo em vista a realização dos objectivos do [artigo 136.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, a Comissão incentivará a cooperação entre os Estados-Membros e facilitará a coordenação das suas acções nos domínios da política social abrangidos pelo [presente capítulo], designadamente em questões relativas:

- a) ao emprego;
- b) ao direito do trabalho e às condições de trabalho;
- c) à formação e ao aperfeiçoamento profissionais;
- d) à segurança social;
- e) à protecção contra acidentes e doenças profissionais;
- f) à higiene no trabalho;
- g) ao direito sindical e às negociações colectivas entre entidades patronais e trabalhadores.

Para o efeito, a Comissão actuará em estreito contacto com os Estados-Membros, realizando estudos e pareceres e organizando consultas, tanto sobre os problemas que se colocam ao nível nacional, como sobre os que interessam às organizações internacionais.

Antes de formular os pareceres previstos no presente artigo, a Comissão consultará o Comité Económico e Social.

#### Cláusula 71 (ex-artigo 141.º)

1. Os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual.
2. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "remuneração" o salário ou vencimento ordinário, de base ou mínimo, e quaisquer outras regalias pagas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador em razão do emprego deste último.

A igualdade de remuneração sem discriminação em razão do sexo implica que:

- a) A remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;
- b) A remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.

3. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará~~ **aprovarão, de acordo com o processo legislativo,** medidas destinadas a garantir a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

4. A fim de assegurar, na prática, a plena igualdade entre homens e mulheres na vida profissional, o princípio da igualdade de tratamento não obsta a que os Estados-Membros mantenham ou aprovem medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma actividade profissional pelas pessoas do sexo sub-representado, ou a prevenir ou compensar desvantagens na sua carreira profissional.

Cláusula 72 (ex-artigo 142.º)

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por manter a equivalência existente dos regimes de férias pagas.<sup>1</sup>

Cláusula 73 (ex-artigo 143.º)

A Comissão elaborará anualmente um relatório sobre a evolução na realização dos objectivos a que se refere o [artigo 136.º], incluindo a situação demográfica na ~~Comunidade~~ **União**. Esse relatório será enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social.

~~O Parlamento Europeu pode convidar a Comissão a elaborar relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.~~<sup>2</sup>

Cláusula 74 (ex-artigo 144.º)

~~O Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu,~~ criará um Comité da Protecção Social, com carácter consultivo, para promover a cooperação em matéria de protecção social entre os Estados-Membros e com a Comissão. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** Compete ao Comité:

<sup>1</sup> Alguns interrogam-se quanto à operacionalidade desta disposição.

<sup>2</sup> Este parágrafo é idêntico ao segundo parágrafo do artigo 145.º, pelo que poderia ser suprimido.

- a) acompanhar a situação social e a evolução das políticas de protecção social nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) promover o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Estados-Membros e com a Comissão;
- c) sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], preparar relatórios, formular pareceres ou desenvolver outras actividades nos domínios da sua competência, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria.

No cumprimento do seu mandato, o Comité estabelecerá os devidos contactos com os parceiros sociais.

Cada Estado-Membro e a Comissão nomeiam dois membros do Comité.

#### Cláusula 75 (ex-artigo 145.º)

No seu relatório anual a apresentar ao Parlamento Europeu, a Comissão consagrará um capítulo especial à evolução da situação social na ~~Comunidade~~ **União**.

O Parlamento Europeu pode pedir à Comissão que elabore relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.

### [CAPÍTULO 2

#### FUNDO SOCIAL EUROPEU]

#### Cláusula 76 (ex-artigo 146.º)

A fim de melhorar as oportunidades de emprego dos trabalhadores no mercado interno e contribuir assim para uma melhoria do nível de vida, é instituído um Fundo Social Europeu, nos termos ~~das disposições seguintes do presente [capítulo]~~, que tem por objectivo promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na ~~Comunidade~~ **União**, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais.

#### Cláusula 77 (ex-artigo 147.º)

O Fundo é administrado pela Comissão.

Nestas funções a Comissão é assistida por um Comité presidido por um membro da Comissão e composto por representantes dos ~~Governos~~ **Estados-Membros** e das organizações sindicais de trabalhadores e das associações patronais.

Cláusula 78 (ex-artigo 148.º)

~~O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as decisões medidas** <sup>1</sup> de aplicação relativas ao Fundo Social Europeu. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

### III. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

Cláusula 79 (ex-artigo 158.º)

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social.

Em especial, a ~~Comunidade~~ **União** procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais.

Cláusula 80 (ex-artigo 159.º)

Os Estados-Membros conduzirão e coordenarão as suas políticas económicas tendo igualmente em vista atingir os objectivos enunciados no [artigo 158.º]. A formulação e a concretização das políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**, bem como a realização do mercado interno, terão em conta os objectivos enunciados no [artigo 158.º] e contribuirão para a sua realização. <sup>2</sup> A ~~Comunidade~~ **União** apoiará igualmente a realização desses objectivos pela acção por si desenvolvida através dos fundos com finalidade estrutural (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), do Banco Europeu de Investimento e dos demais instrumentos financeiros existentes.

De três em três anos, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um relatório sobre os progressos registados na realização da coesão económica e social e sobre a forma como os vários meios previstos no presente artigo contribuíram para esses progressos; este relatório será acompanhado, se for caso disso, de propostas adequadas.

---

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece, neste caso, ser utilizado no sentido genérico, o que não corresponde a definição de "decisão" do quarto parágrafo do artigo 249.º do TCE. Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja precisar o acto jurídico a utilizar.

<sup>2</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, Se se verificar a necessidade de acções quaisquer medidas específicas necessárias não inseridas no âmbito dos fundos, e sem prejuízo das medidas decididas aprovadas no âmbito das outras políticas da Comunidade União, essas acções podem ser aprovadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

Cláusula 81 (ex-artigo 160.º)

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na **Comunidade União** através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.

Cláusula 82 (ex-artigo 161.º)

~~Sem prejuízo do disposto no [artigo 162.º], o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, medidas~~<sup>1</sup> **que definam:**

- a) ~~definirá~~ As missões, os objectivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural, o que poderá implicar o agrupamento desses fundos; e
- b) ~~O Conselho, deliberando de acordo com o mesmo procedimento, definirá igualmente~~ As regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**De acordo com o mesmo processo, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovam as medidas necessárias à criação de um Um Fundo de Coesão, criado pelo Conselho segundo o mesmo procedimento, que contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.**

~~A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Conselho delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, caso tenham sido adoptadas até essa data as perspectivas financeiras plurianuais aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, assim como o respectivo acordo interinstitucional. Caso contrário, o processo previsto no presente parágrafo será aplicável a contar da data da sua adopção.~~

<sup>1</sup> Alteração do processo decisório, de parecer favorável para co-decisão ("processo legislativo"), de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) (CONV 424/02, p. 17).

Cláusula 83 (ex-artigo 162.º)

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas** ~~As decisões de aplicação relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional serão tomadas pelo Conselho, nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

No que diz respeito ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação, e ao Fundo Social Europeu, ~~continuam a ser~~ **são-lhes** aplicáveis, respectivamente, os [artigos 37.º e 148.º].

#### IV. AGRICULTURA E PESCAS

Cláusula 84 (ex-artigo 32.º) <sup>1</sup>

1. O mercado ~~comum~~ **interno** abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.
2. As regras previstas para o estabelecimento do mercado ~~comum~~ **interno** são aplicáveis aos produtos agrícolas, salvo disposição em contrário dos [artigos 33.º a 38.º] ~~inclusive~~.
3. Os produtos **enumerados no [Anexo I] são** abrangidos ~~pele disposto nos~~ **pelos** artigos 33.º a 38.º ~~inclusive, são enumerados na lista constante do Anexo I do presente Tratado~~ <sup>2</sup>.
4. O funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno** para os produtos agrícolas devem ser acompanhados da adopção de uma Política Agrícola Comum.

Cláusula 85 (ex-artigo 33.º)

1. A Política Agrícola Comum tem como objectivos:
  - a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;

<sup>1</sup> Haverá que adaptar a redacção do artigo 32.º ao aditamento da pesca no título deste capítulo.

<sup>2</sup> É sugerida a supressão destas formulações supérfluas, uma vez que a referência ao Anexo só pode remeter para a Constituição.

- b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
  - c) Estabilizar os mercados;
  - d) Garantir a segurança dos abastecimentos;
  - e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.
2. Na elaboração da Política Agrícola Comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração:
- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
  - b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;
  - c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-Membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia.

#### Cláusula 86 (ex-artigo 34.º)

1. A fim de atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], é criada uma organização comum dos mercados agrícolas.

Segundo os produtos, esta organização assumirá uma das formas seguintes:

- a) Regras comuns em matéria de concorrência;
- b) Uma coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado;
- c) Uma organização europeia de mercado.

2. A organização comum, sob uma das formas previstas no n.º 1, pode abranger todas as medidas necessárias para atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], designadamente: regulamentações dos preços; subvenções tanto à produção como à comercialização dos diversos produtos; medidas de armazenamento e de reporte; mecanismos comuns de estabilização das importações ou das exportações.

A organização comum deve limitar-se a prosseguir os objectivos definidos no [artigo 33.º] e excluir toda e qualquer discriminação entre produtores ou consumidores da **Comunidade União**.

Uma eventual política comum de preços deve assentar em critérios comuns e em métodos de cálculo uniformes.

3. A fim de permitir que a organização comum referida no n.º 1 atinja os seus objectivos, podem ser criados um ou mais fundos agrícolas de orientação e garantia.



#### Cláusula 87 (ex-artigo 35.º)

Tendo em vista alcançar os objectivos definidos no [artigo 33.º], pode prever-se, no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente:

- a) Uma coordenação eficaz dos esforços empreendidos nos domínios da formação profissional, da investigação e da divulgação da agronomia, que pode incluir projectos ou instituições financiados em comum;
- b) Acções comuns destinadas a promover o consumo de certos produtos.

#### Cláusula 88 (ex-artigo 36.º)

~~As disposições de O~~ [capítulo] relativo às regras de concorrência ~~só são aplicáveis~~ **é aplicável** à produção e ao comércio dos produtos agrícolas, na medida em que tal seja determinado pelo Conselho, no âmbito do disposto nos [n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º] e em conformidade com o processo [aí previsto], tendo em conta os objectivos definidos no [artigo 33.º].

O Conselho pode, nomeadamente, **aprovar medidas que** autorizem a concessão de auxílios:

- a) Para a protecção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais;
- b) No âmbito de programas de desenvolvimento económico.

#### Cláusula 89 (ex-artigo 37.º)

~~1. — A fim de traçar as linhas directrizes de uma política agrícola comum, a Comissão convocará, logo após a entrada em vigor do presente Tratado, uma conferência dos Estados-Membros para proceder à comparação das suas políticas agrícolas, efectuando, nomeadamente, o balanço dos seus recursos e necessidades.<sup>1</sup>~~

2. A Comissão, ~~tomando em consideração os trabalhos da conferência prevista no n.º 1,~~ após consulta ~~de ao~~ Comité Económico e Social, apresentará, ~~no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado,~~ propostas relativas à elaboração e execução da Política Agrícola Comum, incluindo a substituição das organizações nacionais por uma das formas de organização comum previstas no [n.º 1 do artigo 34.º] e a execução das medidas ~~especificadas~~ **referidas** no [presente Título].

Tais propostas ~~devem ter~~ **têm** em conta a interdependência das questões agrícolas mencionadas no presente Título.

---

<sup>1</sup> Este número é obsoleto. A Conferência teve lugar em Stresa em 1958, pelo que os seus resultados já fazem parte do acervo.

~~O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, deliberando por maioria qualificada, adoptará regulamentos ou directivas, ou tomará~~ **O Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará, por maioria qualificada, leis europeias/regulamentos europeus<sup>1</sup>, leis-quadro europeias, decisões europeias, sem prejuízo das e recomendações que possa formular. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

3. ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada,<sup>2</sup> pode substituir, nas condições previstas no número anterior, as~~ **As organizações nacionais de mercado podem ser substituídas, nas condições previstas no número anterior,** pela organização comum prevista no [n.º 1 do artigo 34.º]:

- a) Se a organização comum oferecer, aos Estados-Membros que sejam contrários a esta medida e que disponham eles próprios de uma organização nacional para a produção em causa, garantias equivalentes quanto ao emprego e ao nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias; e
- b) Se essa organização assegurar às trocas comerciais na ~~Comunidade~~ **União** condições análogas às que existem num mercado nacional.

4. Se for criada uma organização comum para certas matérias-primas, sem que exista ainda uma organização comum para os produtos transformados correspondentes, essas matérias-primas, quando utilizadas em produtos transformados destinados à exportação para países terceiros, podem ser importadas do exterior da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Cláusula 90 (ex-artigo 38.º)

Quando, em qualquer Estado-Membro, um produto for submetido a uma organização nacional de mercado ou a outra regulamentação interna de efeito equivalente que afecte a concorrência de produção similar noutro Estado-Membro, será aplicado pelos Estados-Membros um direito de compensação à entrada desse produto proveniente do Estado-Membro em que tal organização ou regulamentação exista, a menos que esse Estado aplique um direito de compensação à saída do referido produto.

A Comissão fixará o montante desses direitos, na medida em que tal seja necessário para restabelecer o equilíbrio; a Comissão pode igualmente autorizar o recurso a outras medidas, de que fixará as condições e modalidades.

---

<sup>1</sup> Uma vez que, segundo os projectos de artigos do Título V ("Exercício das competências da União") da Parte I (artigos 25.º e 26.º - doc. CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis, quer regulamentos, será necessário que a Convenção identifique os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II do presente relatório).

<sup>2</sup> Esta menção é supérflua, uma vez que o processo aplicável já está indicado, através da remissão para o n.º 2 do artigo 37.º.

## V. AMBIENTE

### Cláusula 91 (ex-artigo 174.º)

1. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente;
- b) A protecção da saúde das pessoas;
- c) A utilização prudente e racional dos recursos naturais;
- d) A promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente.

2. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente terá por objectivo atingir um nível de protecção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da ~~Comunidade~~ **União**. Basear-se-á nos princípios da precaução e da acção preventiva, da correcção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador.

Neste contexto, as medidas de harmonização destinadas a satisfazer exigências em matéria de protecção do ambiente incluirão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda autorizando os Estados-Membros a tomar, por razões ambientais não económicas, ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **por parte da União**.

3. Na elaboração da sua política no domínio do ambiente, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta:

- a) Os dados científicos e técnicos disponíveis;
- b) As condições do ambiente nas diversas regiões da ~~Comunidade~~ **União**;
- c) As vantagens e os encargos que podem resultar da actuação ou da ausência de actuação;
- d) O desenvolvimento económico e social da ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões.

4. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros cooperarão, no âmbito das respectivas atribuições, com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da ~~Comunidade~~ **União** podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

O disposto no parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

Cláusula 92 (ex-artigo 175.º)

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará as acções a empreender pela Comunidade para medidas destinadas a realizar os objectivos previstos no [artigo 174.º]. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

2. Em derrogação do processo de decisão previsto no n.º 1 e sem prejuízo do disposto no [artigo 95.º], o Conselho **aprovará, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará:**

- a) **Disposições Medidas** de carácter fundamentalmente fiscal;
- b) As medidas que afectem:
  - i) o ordenamento do território;
  - ii) a gestão quantitativa dos recursos hídricos ou que digam respeito, directa ou indirectamente, à disponibilidade desses recursos;
  - iii) a afectação dos solos, com excepção da gestão dos lixos;
- c) As medidas que afectem consideravelmente a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético.

**O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**De acordo com o mesmo processo, o Conselho, deliberando nas condições previstas no primeiro parágrafo, pode definir quais os domínios referidos no presente número que devem ser objecto de decisões a tomar relativamente aos quais deliberará por maioria qualificada.**

3. Noutros domínios <sup>1</sup>, **o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que estabelecem, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará programas gerais de acção que fixarão os objectivos prioritários a atingir. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

<sup>1</sup> Estes termos poderão ser suprimidos, dado que, na realidade, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovam programas-quadro de âmbito geral.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume I*

~~O Conselho, deliberando nas condições~~ **As medidas necessárias à execução destes programas serão aprovadas de acordo com o processo previsto, respectivamente,** no n.º 1 ou no n.º 2, ~~consoante o caso, adoptará as medidas necessárias para a execução desses programas.~~

4. Sem prejuízo de certas medidas ~~de carácter comunitário~~ **aprovadas pela União**, os Estados-Membros assegurarão o financiamento e a execução da política em matéria de ambiente.

5. Sem prejuízo do princípio do poluidor-pagador, nos casos em que uma medida ~~adoptada~~ **aprovada** nos termos do n.º 1 implique custos considerados desproporcionados para as autoridades públicas de um Estado-Membro, ~~o Conselho, ao adoptar essa medida~~ **deverá prever, tomará as disposições apropriadas sob a forma de adequada:**

a) Derrogações de carácter temporário e/ou

b) Um apoio financeiro proveniente do Fundo de Coesão ~~criado nos termos do artigo 161.º~~<sup>1</sup>.

#### Cláusula 93 (ex-artigo 176.º)

As ~~medidas~~ **disposições** de protecção ~~adoptadas~~ **aprovadas** por força do [artigo 175.º] não obstem a que cada Estado-Membro mantenha ou introduza ~~medidas~~ **disposições** de protecção reforçadas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

## VI. DEFESA DOS CONSUMIDORES

#### Cláusula 94 (ex-artigo 153.º)

1. A fim de promover os interesses dos consumidores e assegurar um elevado nível de defesa destes, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a protecção da saúde, da segurança e dos interesses económicos dos consumidores, bem como para a promoção do seu direito à informação, à educação e à organização para a defesa dos seus interesses.

2. As exigências em matéria de defesa dos consumidores serão tomadas em conta na definição e execução das demais políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Esta especificação é supérflua, uma vez que existe apenas um Fundo de Coesão.

<sup>2</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

3. ~~A Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1 através de:

- a) Medidas aprovadas em aplicação do [artigo 95.º] no âmbito da realização do mercado interno;
- b) Medidas de apoio, complemento e acompanhamento da política seguida pelos Estados-Membros.

4. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as medidas previstas na alínea b) do n.º 3. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

5. As medidas ~~adoptadas~~ **aprovadas** nos termos do n.º 4 não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam ~~medidas~~ **disposições** de protecção mais estritas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

## VII. TRANSPORTES

### Cláusula 95 (ex-artigo 70.º)

No que diz respeito à matéria regulada no presente título, ~~os Estados-Membros prosseguirão~~<sup>1</sup> os objectivos ~~do Tratado da Constituição~~ **serão prosseguidos** no âmbito de uma política comum dos transportes.

### Cláusula 96 (ex-artigo 71.º)

1. ~~Para efeitos de aplicação de~~ **A fim de aplicar o** [artigo 70.º], e tendo em conta os aspectos específicos dos transportes, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, estabelece~~ **aprovarão medidas, de acordo com o processo legislativo. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. Essas medidas incluirão:**

- a) Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-Membro, ou que atravessem o território de um ou mais Estados-Membros;
- b) As condições em que os transportadores não residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-Membro;

---

<sup>1</sup> Uma vez que se trata de uma competência partilhada, é sugerida a supressão desta menção, que não aparece antes da referência às outras políticas. Ver também a sugestão de fusão com o artigo 80.º (*infra*).

- c) Medidas que permitam aumentar a segurança dos transportes;
- d) Quaisquer outras ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

2. Em derrogação do procedimento previsto no [n.º 1], as ~~disposições~~ **medidas** que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente o nível de vida e o emprego em certas regiões, bem como a exploração dos equipamentos de transporte, tendo em conta a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do mercado ~~comum interno~~, serão ~~adoptadas~~ **aprovadas, por unanimidade**, pelo Conselho, ~~por unanimidade~~, sob proposta da Comissão. **O Conselho delibera** após consulta ~~de~~ **ao** Parlamento Europeu e ~~de~~ **ao** Comité Económico e Social.

#### Cláusula 97 (ex-artigo 72.º)

Enquanto não forem ~~adoptadas as disposições~~ **aprovadas as medidas** referidas no [n.º 1 do artigo 71.º], e a não ser que o Conselho aprove, **por unanimidade, medidas de derrogação**, nenhum ~~dos~~ Estados-Membros pode alterar as diversas disposições que regulem a matéria em 1 de Janeiro de 1958 ou, quanto aos Estados que aderem à Comunidade, à data da respectiva adesão, de tal modo que elas, nos seus efeitos directos ou indirectos, se tornem, para os transportadores dos restantes Estados-Membros, menos favoráveis do que para os transportadores nacionais desse Estado.

#### Cláusula 98 (ex-artigo 73.º)

São compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** os auxílios que vão ao encontro das necessidades de coordenação dos transportes ou correspondam ao reembolso de certas prestações inerentes à noção de serviço público.

#### Cláusula 99 (ex-artigo 74.º)

Qualquer medida relativa aos preços e condições de transporte, ~~tomada~~ **aprovada** no âmbito ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, deve ter em consideração a situação económica dos transportadores.

#### Cláusula 100 (ex-artigo 75.º)

1. ~~Devem ser suprimidas~~ **São proibidas**, no tráfego interno da ~~Comunidade União~~, as discriminações que consistam na aplicação, por parte de um transportador, a idênticas mercadorias e nas mesmas relações de tráfego, de preços e condições de transporte diferentes, em razão do ~~país~~ **Estado-Membro** de origem ou de destino dos produtos transportados.

2. O disposto no n.º 1 não exclui que o **Parlamento Europeu e o** Conselho possam tomar outras medidas em execução do [n.º 1 do artigo 71.º].

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará regulamentação~~ **aprovará, por maioria qualificada, medidas** para a execução do disposto no n.º 1. **O Conselho delibera após consulta ao Comité Económico e Social.**

O Conselho pode, designadamente, ~~tomar~~ **aprovar** as medidas necessárias que permitam às instituições ~~da Comunidade~~ velar pelo cumprimento do disposto no n.º 1 e assegurem que os utentes disso tirem pleno benefício.

4. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, examinará os casos de discriminação previstos no n.º 1 e, após consulta de todos os Estados-Membros interessados, ~~tomará~~ **aprovará** as decisões **europeias** necessárias, no âmbito ~~da regulamentação adoptada das medidas a que se refere o~~ **nos termos de** n.º 3.

#### Cláusula 101 (ex-artigo 76.º)

1. Fica proibido a qualquer Estado-Membro, salvo autorização **por uma decisão europeia** da Comissão, impor aos transportes efectuados na ~~Comunidade~~ **União** preços e condições que impliquem qualquer elemento de apoio ou protecção em benefício de uma ou mais empresas ou indústrias determinadas.

2. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, analisará os preços e condições referidos no n.º 1, tomando, designadamente, em consideração, por um lado, as exigências de uma política económica regional adequada, as necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas e, por outro, os efeitos destes preços e condições na concorrência entre os diferentes modos de transporte.

Após consulta de todos os Estados-Membros interessados, a Comissão ~~tomará~~ **aprovará** as decisões **europeias** necessárias.

3. A proibição prevista no n.º 1 não é aplicável às tarifas de concorrência.

#### Cláusula 102 (ex-artigo 77.º)

Os encargos ou taxas que, para além dos preços de transporte, forem cobrados por <sup>1</sup> um transportador [na passagem das fronteiras], não devem ultrapassar um nível razoável, tendo em conta os custos reais efectivamente ocasionados por essa passagem.

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por reduzir ~~progressivamente~~ esses custos.

---

<sup>1</sup> Poder-se-á reflectir sobre o tipo de taxas que são assim cobradas pelo transportador. Além disso, num mercado interno sem fronteiras internas, a expressão "na passagem das fronteiras" parece obsoleta. Haverá que analisar se este artigo não será obsoleto.



A Comissão pode dirigir recomendações aos Estados-Membros, tendo em vista a aplicação do presente artigo.

#### Cláusula 103 [(ex-artigo 78.º) <sup>1</sup>

As disposições do presente Título não prejudicam as medidas tomadas na República Federal da Alemanha, desde que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas que a divisão da Alemanha causa na economia de certas regiões da República Federal afectadas por essa divisão.]

#### Cláusula 104 (ex-artigo 79.º)

Um comité consultivo, composto por peritos designados pelos Governos dos Estados-Membros, será instituído junto da Comissão. A Comissão consultá-lo-á em matéria de transportes, sempre que o considere oportuno[, sem prejuízo das atribuições do Comité Económico e Social] <sup>2</sup>.

#### Cláusula 105 (ex-artigo 80.º)

1. ~~As disposições do O presente Título são aplicáveis~~ **é aplicável** aos transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por via navegável.

2. **O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, deliberando por maioria qualificada, pode decidir-se, em que medida, e por que processo, <sup>3</sup> podem ser adoptadas, de acordo com o processo legislativo, medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos, disposições adequadas. <sup>4</sup> O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~São aplicáveis as disposições processuais do artigo 71.º.~~

---

<sup>1</sup> A Convenção considerará talvez útil examinar se este artigo ainda tem actualidade (ver também alínea c) do n.º 2 do artigo 87.º).

<sup>2</sup> Sugere-se que seja suprimida esta expressão supérflua, uma vez que é evidente que a consulta deste comité não poderá prejudicar as atribuições do Comité Económico e Social.

<sup>3</sup> Esta referência ao processo adequado não faz sentido, uma vez que esse processo – a co-decisão – já está fixado no segundo parágrafo.

<sup>4</sup> Na sequência das sucessivas alterações do Tratado CE, a habilitação conferida ao Conselho pelo primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º torna-se dificilmente conciliável com o segundo parágrafo desta disposição. De resto, na prática, o primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º parece não ter sido utilizado. Desde a aprovação do Acto Único Europeu, tem-se procedido directamente à aprovação de disposições em matéria de transportes marítimos e aéreos.

Outra possibilidade, mais concisa e legível, consistiria em dar ao n.º 2 a seguinte redacção: "Podem ser aprovadas, de acordo com o processo previsto no artigo 71.º, medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos".

## VIII. REDES TRANSEUROPEIAS

### Cláusula 106 (ex-artigo 154.º)

1. A fim de contribuir para a realização dos objectivos enunciados nos [artigos 14.º e 158.º] e de permitir que os cidadãos da União, os operadores económicos e as autarquias regionais e locais beneficiem plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes transeuropeias nos sectores das infra-estruturas dos transportes, das telecomunicações e da energia.
2. No âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a acção da ~~Comunidade~~ **União** terá por objectivo fomentar a interconexão e a interoperabilidade das redes nacionais, bem como o acesso a essas redes. Terá em conta, em especial, a necessidade de ligar as regiões insulares, sem litoral e periféricas às regiões centrais da ~~Comunidade~~ **União**.

### Cláusula 107 (ex-artigo 155.º)

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no artigo 154.º, a ~~Comunidade~~ **União**:
  - a) Estabelecerá um conjunto de orientações que englobem os objectivos, as prioridades e as grandes linhas das acções previstas no domínio das redes transeuropeias; essas orientações identificarão os projectos de interesse comum;
  - b) Realizará todas as acções que possam revelar-se necessárias para assegurar a interoperabilidade das redes, em especial no domínio da harmonização das normas técnicas;
  - c) Pode apoiar projectos de interesse comum que beneficiem do apoio dos Estados-Membros, identificados no âmbito das orientações referidas ~~no primeiro travessão na alínea a)~~ **na alínea a)**, em especial sob a forma de estudos de viabilidade, de garantias de empréstimo ou de bonificações de juros; a ~~Comunidade~~ **União** pode ainda contribuir para o financiamento de projectos específicos na área das infra-estruturas de transportes, nos Estados-Membros, através do Fundo de Coesão, ~~criado nos termos do disposto no artigo 161.º~~.

A acção da ~~Comunidade~~ **União** terá em conta a potencial viabilidade económica dos projectos.

2. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as** ~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e.~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>1</sup>

23. Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as políticas desenvolvidas a nível nacional que sejam susceptíveis de ter um impacto significativo na realização dos objectivos enunciados no [artigo 154.º]. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

34. A ~~Comunidade~~ **União** pode decidir cooperar com países terceiros para promover projectos de interesse comum e assegurar a interoperabilidade das redes.

#### ~~Artigo 156.º~~

~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

~~As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>2</sup>~~

### **IX. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

#### Cláusula 108 (ex-artigo 163.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo reforçar as bases científicas e tecnológicas da indústria ~~comunitária~~ **da União** e fomentar o desenvolvimento da sua capacidade concorrencial internacional, bem como promover as acções de investigação consideradas necessárias ao abrigo de outros capítulos ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

2. Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** incentivará, em todo o seu território, as empresas, incluindo as pequenas e médias empresas, os centros de investigação e as universidades nos seus esforços de investigação e de desenvolvimento tecnológico de elevada qualidade; apoiará os seus esforços de cooperação, tendo especialmente por objectivo dar às empresas a possibilidade de explorarem plenamente as potencialidades do mercado interno, nomeadamente através da abertura dos concursos públicos nacionais, da definição de normas comuns e da eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a essa cooperação.

---

<sup>1</sup> Por uma questão de simplificação, o novo n.º 2, que fornece a base jurídica para a acção da União em matéria de redes transeuropeias, retoma integralmente o texto do artigo 156.º; as alterações indicadas são as que se propõem para o texto actual desse artigo.

<sup>2</sup> Este artigo poderá ser suprimido; ver nota anterior.

3. Todas as acções da ~~Comunidade~~ **União** empreendidas ao abrigo ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**, incluindo os projectos de demonstração, no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico serão decididas e realizadas de acordo com ~~as disposições de o~~ [presente Título].

#### Cláusula 109 (ex-artigo 164.º)

Na prossecução destes objectivos, a ~~Comunidade~~ **União** desenvolverá as seguintes acções, que serão complementares das empreendidas nos Estados-Membros:

- a) Execução de programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração, promovendo a cooperação com e entre as empresas, os centros de investigação e as universidades;
- b) Promoção da cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~ com países terceiros e com organizações internacionais;
- c) Difusão e valorização dos resultados das actividades em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~;
- d) Incentivo à formação e à mobilidade dos investigadores da ~~Comunidade~~ **União**.

2)

#### 3) Cláusula 110 (ex-artigo 165.º)

- 1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros coordenarão a sua acção em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de forma a assegurar a coerência recíproca das políticas nacionais e da política ~~comunitária da União~~.
- 2. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover a coordenação a que se refere o número anterior.

#### Cláusula 111 (ex-artigo 166.º)

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, uma lei europeia que criará,** ~~deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará~~ um programa-quadro plurianual, do qual constarão todas as acções ~~comunitárias da União~~. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

O programa-quadro:

- a) Estabelecerá os objectivos científicos e tecnológicos a realizar pelas acções previstas no [artigo 164.º] e as respectivas prioridades;

- b) Definirá as grandes linhas dessas acções;
  - c) Fixará o montante global máximo e as modalidades da participação financeira da ~~Comunidade~~ **União** no programa-quadro, bem como as quotas-partes respectivas de cada uma das acções previstas.
2. O programa-quadro será adaptado ou completado em função da evolução das situações.
3. O programa-quadro será posto em prática mediante programas específicos desenvolvidos no âmbito de cada acção. Cada programa específico definirá as regras da respectiva realização, fixará a sua duração e preverá os meios considerados necessários. A soma dos montantes considerados necessários, previstos nos programas específicos, não pode exceder o montante global máximo fixado para o programa-quadro e para cada acção.
4. **O Conselho aprovará, sob proposta da Comissão, as medidas que criam os** ~~Os~~ programas específicos. ~~O Conselho delibera serão adoptados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta de ao Parlamento Europeu e de ao Comité Económico e Social.~~

#### Cláusula 112 (ex-artigo 167.º) <sup>1</sup>

Para a execução do programa-quadro plurianual, **o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que fixam:**

- a) ~~fixará~~ As regras de participação das empresas, dos centros de investigação e das universidades;
- b) ~~fixará~~ As regras aplicáveis à difusão dos resultados da investigação.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

#### Cláusula 113 (ex-artigo 168.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, ~~pode ser decidido adoptar~~ **podem ser aprovados** programas complementares em que apenas participarão alguns Estados-Membros que assegurem o seu financiamento, sem prejuízo da eventual participação da ~~Comunidade~~ **União**.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que fixam** ~~adoptará~~ as regras aplicáveis aos programas complementares, nomeadamente em matéria de difusão dos conhecimentos e de acesso de outros Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

<sup>1</sup> Por uma questão de legibilidade, os processos decisórios actualmente previstos no artigo 172.º do TCE foram associados às bases jurídicas respectivas (artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º).

**A aprovação dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.<sup>1</sup>**

Cláusula 114 (ex-artigo 169.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever, com o acordo dos Estados-Membros interessados, a participação em programas de investigação e de desenvolvimento empreendidos por vários Estados-Membros, incluindo a participação nas estruturas criadas para a execução desses programas.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão as medidas necessárias, de acordo com o processo legislativo, deliberando após consulta ao Comité Económico e Social.**

Cláusula 115 (ex-artigo 170.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever a cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União** com países terceiros ou organizações internacionais.

As formas dessa cooperação podem ser objecto de acordos entre a ~~Comunidade~~ **União** e as partes terceiras interessadas, que serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

Cláusula 116 (ex-artigo 171.º)

A ~~Comunidade~~ **União** pode criar empresas comuns ou quaisquer outras estruturas necessárias à boa execução dos programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União**. **O Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará as medidas necessárias por maioria qualificada, deliberando após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

Cláusula 117 (ex-artigo 172.º)<sup>2</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se refere o artigo 171.º.~~

---

<sup>1</sup> Parágrafo retomado da última frase do actual artigo 172.º do TCE.

<sup>2</sup> Por uma questão de legibilidade, todas as disposições deste artigo foram retomadas nos artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º *supra*.

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se referem os artigos 167.º, 168.º e 169.º. A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.~~

#### Cláusula 118 (ex-artigo 173.º)

No início de cada ano, a Comissão apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Esse relatório incidirá, nomeadamente, sobre as actividades desenvolvidas em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico e de difusão dos resultados durante o ano anterior e sobre o programa de trabalhos para o ano em curso.

### **A4. SEGURANÇA INTERNA** **ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA**<sup>1</sup>

#### *[TÍTULO IV*<sup>2</sup>

#### *VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS*

#### Cláusula 119 (ex-artigo 61.º)

*A fim de criar progressivamente um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o Conselho adoptará:*

- a) No prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, medidas destinadas a assegurar a livre circulação de pessoas nos termos do artigo 14.º, em conjugação com medidas de acompanhamento, com ela directamente relacionadas, em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, nos termos do disposto nos pontos 2 e 3 do artigo 62.º, no ponto 1, alínea a), e no ponto 2, alínea a), do artigo 63.º, bem como medidas destinadas a prevenir e combater a criminalidade, nos termos da alínea e) do artigo 31.º do Tratado da União Europeia;*
- b) Outras medidas em matéria de asilo, imigração e protecção dos direitos de nacionais de países terceiros, nos termos do artigo 63.º;*

---

<sup>1</sup> Este título foi alterado a fim de ter em conta o último projecto sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, que está a ser analisado pelo Praesidium (esse projecto reagrupa tanto as disposições relativas aos vistos, asilo, imigração, etc., como a cooperação policial e judiciária em matéria penal).

<sup>2</sup> Este título será reanalisado pela Convenção, não sendo por isso tratado aqui.

- c) *Medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil, previstas no artigo 65.º;*
- d) *Medidas destinadas a incentivar e reforçar a cooperação administrativa a que se refere o artigo 66.º;*
- e) *Medidas no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, destinadas a assegurar um elevado nível de segurança através da prevenção e combate da criminalidade na União, nos termos do Tratado da União Europeia.*

#### Cláusula 120 (ex-artigo 62.º)

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- 1) *Medidas destinadas a assegurar, de acordo com o artigo 14.º, a ausência de controlos de pessoas, quer se trate de cidadãos da União, quer de nacionais de países terceiros, na passagem das fronteiras internas;*
- 2) *Medidas relativas à passagem das fronteiras externas dos Estados-Membros, que conterão:*
  - a) *As normas e processos a seguir pelos Estados-Membros para a realização dos controlos de pessoas nessas fronteiras;*
  - b) *Regras em matéria de vistos para as estadias previstas por um período máximo de três meses, nomeadamente:*
    - i) *A lista dos países terceiros cujos nacionais devem ser detentores de visto na passagem das fronteiras externas e daqueles cujos nacionais estão isentos dessa obrigação;*
    - ii) *Os processos e condições de emissão de vistos pelos Estados-Membros;*
    - iii) *Um modelo-tipo de visto;*
    - iv) *Regras em matéria de visto uniforme;*
- 3) *Medidas que estabeleçam as condições da livre circulação de nacionais de países terceiros no território dos Estados-Membros durante um período não superior a três meses.*



## Cláusula 121 (ex-artigo 63.º)

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- 1) Medidas em matéria de asilo concordantes com a Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, bem como com os demais tratados pertinentes, nos seguintes domínios:*
  - a) Critérios e mecanismos para a determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro;*
  - b) Normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros;*
  - c) Normas mínimas em matéria de condições a preencher pelos nacionais de países terceiros que pretendam aceder ao estatuto de refugiado;*
  - d) Normas mínimas em matéria de concessão ou retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros.*
- 2) Medidas relativas aos refugiados e às pessoas deslocadas, nos seguintes domínios:*
  - a) Normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária a pessoas deslocadas de países terceiros que não possam regressar ao seu país de origem, bem como a pessoas que, por outros motivos, necessitem de protecção internacional;*
  - b) Medidas tendentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-Membros ao acolherem refugiados e pessoas deslocadas e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento.*
- 3) Medidas relativas à política de imigração, nos seguintes domínios:*
  - a) Condições de entrada e de residência, bem como normas relativas aos processos de emissão de vistos de longa duração e autorizações de residência permanente, pelos Estados-Membros, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;*
  - b) Imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o repatriamento de residentes em situação ilegal.*
- 4) Medidas que definam os direitos e condições em que os nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro podem residir noutros Estados-Membros.*

*As medidas adoptadas pelo Conselho em aplicação dos pontos 3 e 4 não impedirão os Estados-Membros de manter ou introduzir, nos domínios em causa, disposições nacionais que sejam compatíveis com o presente Tratado e com os acordos internacionais.*

*O prazo de cinco anos acima previsto não é aplicável às medidas a adoptar nos termos da alínea b) do ponto 2, da alínea a) do ponto 3 e do ponto 4.*

#### Cláusula 122 (ex-artigo 64.º)

*1. O disposto no presente Título não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*

*2. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros, e sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode adoptar medidas provisórias, de duração não superior a seis meses, a favor desses Estados-Membros.*

#### Cláusula 123 (ex-artigo 65.º)

*As medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil que tenham uma incidência transfronteiriça, a adoptar nos termos do artigo 67.º e na medida do necessário ao bom funcionamento do mercado interno, terão por objectivo, nomeadamente:*

*a) Melhorar e simplificar:*

- o sistema de citação e de notificação transfronteiriça dos actos judiciais e extrajudiciais;*
- a cooperação em matéria de obtenção de meios de prova;*
- o reconhecimento e a execução das decisões em matéria civil e comercial, incluindo as decisões extrajudiciais;*

*b) Promover a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdição;*

*c) Eliminar os obstáculos à boa tramitação das acções cíveis, promovendo, se necessário, a compatibilidade das normas de processo civil aplicáveis nos Estados-Membros.*

Cláusula 124 (ex-artigo 66.º)

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará medidas destinadas a assegurar uma cooperação entre os serviços competentes das Administrações dos Estados-Membros nos domínios abrangidos pelo presente Título, bem como entre esses serviços e a Comissão.*

Cláusula 125 (ex-artigo 67.º)

- 1. Durante um período transitório de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão ou por iniciativa de um Estado-Membro e após consulta ao Parlamento Europeu.*
- 2. Findo esse período de cinco anos:*
  - o Conselho delibera sob proposta da Comissão; a Comissão deve instruir qualquer pedido formulado por um Estado-Membro, destinado a constituir uma proposta ao Conselho;*
  - o Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu, toma uma decisão destinada a tornar aplicável o processo previsto no artigo 251.º à totalidade ou a parte dos domínios abrangidos pelo presente Título e a adaptar as disposições relativas à competência do Tribunal de Justiça.*
- 3. Em derrogação dos n.ºs 1 e 2, a partir da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, as medidas previstas no ponto 2, subalíneas i) e iii) da alínea b), do artigo 62.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu.*
- 4. Findo um período de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, as medidas previstas no ponto 2, subalíneas ii) e iv) da alínea b), do artigo 62.º serão adoptadas pelo Conselho nos termos do artigo 251.º.*
- 5. Em derrogação do n.º 1, o Conselho adopta nos termos do artigo 251.º:*
  - as medidas previstas no ponto 1) e no ponto 2), alínea a), do artigo 63.º, desde que tenha aprovado previamente, nos termos do n.º 1 do presente artigo, legislação comunitária que defina as normas comuns e os princípios essenciais que passarão a reger essas matérias;*
  - as medidas previstas no artigo 65.º, com exclusão dos aspectos referentes ao direito da família.*

#### Cláusula 126 (ex-artigo 68.º)

1. *O artigo 234.º é aplicável ao presente Título, nas circunstâncias e condições a seguir enunciadas: sempre que uma questão sobre a interpretação do presente Título ou sobre a validade ou interpretação dos actos adoptados pelas Instituições da Comunidade com base no presente Título seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, deve pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.*
2. *O Tribunal de Justiça não tem competência, em caso algum, para se pronunciar sobre medidas ou decisões tomadas em aplicação do ponto 1 do artigo 62.º relativas à manutenção da ordem pública e à garantia da segurança interna.*
3. *O Conselho, a Comissão ou um Estado-Membro podem solicitar ao Tribunal de Justiça que se pronuncie sobre uma questão de interpretação do presente Título ou de actos adoptados pelas Instituições da Comunidade com base nele. A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em resposta a esse pedido não é aplicável às decisões dos órgãos jurisdicionais dos Estados-Membros que constituam caso julgado.*

#### Cláusula 127 (ex-artigo 69.º)

*O presente Título é aplicável sob reserva do disposto no Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda e no Protocolo relativo à posição da Dinamarca e sem prejuízo do Protocolo relativo à aplicação de certos aspectos do artigo 14.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia ao Reino Unido e à Irlanda.*

### [TÍTULO VI <sup>1</sup>

#### *DISPOSIÇÕES RELATIVAS À COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL]*

#### Cláusula 128 (ex-artigo 29.º do TUE)

*Sem prejuízo das competências da Comunidade Europeia, será objectivo da União facultar aos cidadãos um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, segurança e justiça, mediante a instituição de acções em comum entre os Estados-Membros no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal e a prevenção e combate do racismo e da xenofobia.*

---

<sup>1</sup> Este título voltará a ser analisado pela Convenção, pelo que não será aqui abordado.

*Este objectivo será atingido prevenindo e combatendo a criminalidade, organizada ou não, em especial o terrorismo, o tráfico de seres humanos e os crimes contra as crianças, o tráfico ilícito de droga e o tráfico ilícito de armas, a corrupção e a fraude, através de:*

- uma cooperação mais estreita entre forças policiais, autoridades aduaneiras e outras autoridades competentes dos Estados-Membros, tanto directamente como através do Serviço Europeu de Polícia (Europol), nos termos do disposto nos artigos 30.º e 32.º;*
- uma cooperação mais estreita entre as autoridades judiciárias e outras autoridades competentes dos Estados-Membros, inclusive por intermédio da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), nos termos do disposto nos artigos 31.º e 32.º;*
- uma aproximação, quando necessário, das disposições de direito penal dos Estados-Membros, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 31.º.*

#### Cláusula 129 (ex-artigo 30.º do TUE)

##### *1. A acção em comum no domínio da cooperação policial abrange:*

- a) A cooperação operacional entre as autoridades competentes, incluindo os serviços de polícia, das alfândegas e outros serviços especializados responsáveis pela aplicação da lei nos Estados-Membros, no domínio da prevenção e da detecção de infracções penais e das investigações nessa matéria;*
- b) A recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações pertinentes, incluindo informações em poder de serviços responsáveis pela aplicação da lei respeitantes a transacções financeiras suspeitas, em especial através da Europol, sob reserva das disposições adequadas relativas à protecção dos dados de carácter pessoal;*
- c) A cooperação e as iniciativas conjuntas em matéria de formação, intercâmbio de agentes de ligação, destacamentos, utilização de equipamento e investigação forense;*
- d) A avaliação em comum de técnicas de investigação específicas relacionadas com a detecção de formas graves de criminalidade organizada.*

##### *2. O Conselho promoverá a cooperação através da Europol e, em especial, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- a) Habilitará a Europol a facilitar e apoiar a preparação, bem como a incentivar a coordenação e execução, de acções específicas de investigação efectuadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo acções operacionais de equipas conjuntas em que participem representantes da Europol com funções de apoio;*

- b) *Adoptará medidas que permitam à Europol solicitar às autoridades competentes dos Estados-Membros que efectuem e coordenem investigações em casos concretos, bem como desenvolver conhecimentos especializados que possam ser postos à disposição dos Estados-Membros para os assistir na investigação de casos de criminalidade organizada;*
- c) *Promoverá o estabelecimento de contactos entre magistrados e investigadores especializados na luta contra a criminalidade organizada, em estreita cooperação com a Europol;*
- d) *Criará uma rede de investigação, documentação e estatística sobre a criminalidade transfronteiriça.*

#### Cláusula 130 (ex-artigo 31.º do TUE)

*1. A acção em comum no domínio da cooperação judiciária em matéria penal terá por objectivo, nomeadamente:*

- a) *Facilitar e acelerar a cooperação entre os ministérios e as autoridades judiciárias ou outras equivalentes dos Estados-Membros, inclusive, quando tal se revele adequado, por intermédio da Eurojust, no que respeita à tramitação dos processos e à execução das decisões;*
- b) *Facilitar a extradição entre os Estados-Membros;*
- c) *Assegurar a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros, na medida do necessário para melhorar a referida cooperação;*
- d) *Prevenir os conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros;*
- e) *Adoptar gradualmente medidas que prevejam regras mínimas quanto aos elementos constitutivos das infracções penais e às sanções aplicáveis nos domínios da criminalidade organizada, do terrorismo e do tráfico ilícito de droga.*

*2. O Conselho promoverá a cooperação através da Eurojust:*

- a) *Permitindo à Eurojust facilitar a coordenação adequada entre as autoridades nacionais dos Estados-Membros competentes para a investigação e o exercício da acção penal;*
- b) *Favorecendo o contributo da Eurojust para as investigações relativas aos processos referentes a formas graves de criminalidade transfronteiriça, especialmente quando se trate de criminalidade organizada, tendo em conta, nomeadamente, as análises da Europol;*
- c) *Promovendo a estreita cooperação entre a Eurojust e a Rede Judiciária Europeia, designadamente a fim de facilitar a execução das cartas rogatórias e dos pedidos de extradição.*

Cláusula 131 (ex-artigo 32.º do TUE)

*O Conselho definirá as condições e limites dentro dos quais as autoridades competentes a que se referem os artigos 30.º e 31.º podem intervir no território de outro Estado-Membro em articulação e em acordo com as autoridades desse Estado.*

Cláusula 132 (ex-artigo 33.º do TUE)

*O presente Título não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*

Cláusula 133 (ex-artigo 34.º do TUE)

*1. Nos domínios previstos no presente Título, os Estados-Membros devem informar-se e consultar-se mutuamente no âmbito do Conselho, de modo a coordenarem a sua acção. Para o efeito, devem instituir uma colaboração entre os serviços competentes das respectivas Administrações.*

*2. O Conselho tomará medidas e promoverá a cooperação, sob a forma e segundo os processos adequados instituídos pelo presente Título, no sentido de contribuir para a realização dos objectivos da União. Para o efeito, o Conselho pode, deliberando por unanimidade, por iniciativa de qualquer Estado-Membro ou da Comissão:*

- a) Adoptar posições comuns que definam a abordagem da União em relação a uma questão específica;*
- b) Adoptar decisões-quadro para efeitos de aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. As decisões-quadro vinculam os Estados-Membros quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. As decisões-quadro não produzem efeito directo;*
- c) Adoptar decisões para quaisquer outros efeitos compatíveis com os objectivos do presente Título, com exclusão da aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. Estas decisões têm carácter vinculativo e não produzem efeito directo; o Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará as medidas necessárias à execução destas decisões ao nível da União;*
- d) Elaborar convenções e recomendar a sua adopção pelos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais. Os Estados-Membros iniciarão o cumprimento das formalidades aplicáveis num prazo a fixar pelo Conselho.*

*Após adopção por parte de, pelo menos, metade dos Estados-Membros, essas convenções entrarão em vigor em relação a esses Estados-Membros, salvo disposições em contrário que nelas se contenham. As medidas de aplicação dessas convenções serão adoptadas no âmbito do Conselho, por maioria de dois terços das Partes Contratantes.*

3. *Se as deliberações do Conselho exigirem maioria qualificada, os votos dos membros serão ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia; as deliberações serão tomadas se obtiverem, pelo menos, sessenta e dois votos que expressem a votação favorável de, no mínimo, dez membros.*

4. *Em questões de natureza processual, o Conselho delibera por maioria dos seus membros.*

#### Cláusula 134 (ex-artigo 35.º do TUE)

1. *O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias é competente, sob reserva das condições constantes do presente artigo, para decidir a título prejudicial sobre a validade e a interpretação das decisões-quadro e das decisões, sobre a interpretação das convenções estabelecidas ao abrigo do presente Título e sobre a validade e a interpretação das respectivas medidas de aplicação.*

2. *Mediante declaração feita no momento da assinatura do Tratado de Amesterdão, ou posteriormente, a todo o tempo, qualquer Estado-Membro pode aceitar a competência do Tribunal de Justiça para decidir a título prejudicial, nos termos do n.º 1.*

3. *Qualquer Estado-Membro que apresente uma declaração nos termos do n.º 2 deve especificar que:*

a) *Qualquer órgão jurisdicional desse Estado cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno pode pedir ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre uma questão suscitada em processo pendente perante esse órgão jurisdicional relativa à validade ou interpretação de um acto a que se refere o n.º 1, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, ou que*

b) *Qualquer órgão jurisdicional desse Estado pode pedir ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre uma questão suscitada em processo pendente perante esse órgão jurisdicional relativa à validade ou interpretação de um acto a que se refere o n.º 1, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa.*

4. *Qualquer Estado-Membro, quer tenha ou não feito uma declaração nos termos do n.º 2, tem o direito de apresentar ao Tribunal alegações ou observações escritas nos casos previstos no n.º 1.*

5. *O Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços responsáveis pela aplicação da lei num Estado-Membro, ou o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*



6. *O Tribunal de Justiça é competente para fiscalizar a legalidade das decisões-quadro e das decisões no âmbito dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-Membro ou pela Comissão. Os recursos previstos no presente número devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar da publicação do acto.*

7. *O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer litígio entre Estados-Membros decorrente da interpretação ou da execução dos actos adoptados em aplicação do n.º 2 do artigo 34.º, sempre que o diferendo não possa ser resolvido pelo Conselho no prazo de seis meses a contar da data em que lhe tenha sido submetido por um dos seus membros. O Tribunal de Justiça é igualmente competente para decidir sobre qualquer litígio entre os Estados-Membros e a Comissão decorrente da interpretação ou da aplicação das convenções elaboradas ao abrigo do n.º 2, alínea d), do artigo 34.º.*

#### Cláusula 135 (ex-artigo 36.º do TUE)

1. *É instituído um Comité de Coordenação constituído por altos funcionários. Além do seu papel de coordenação, o Comité tem por missão:*

- formular pareceres destinados ao Conselho, quer a pedido deste, quer por sua própria iniciativa;*
- contribuir, sem prejuízo do disposto no artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, para a preparação dos trabalhos do Conselho nos domínios a que se refere o artigo 29.º.*

2. *A Comissão será plenamente associada aos trabalhos nos domínios previstos no presente Título.*

#### Cláusula 136 (ex-artigo 37.º do TUE)

*Os Estados-Membros expressarão, nas organizações internacionais e nas conferências internacionais em que participem, as posições comuns adoptadas em aplicação das disposições do presente Título.*

*O disposto nos artigos 18.º e 19.º aplicar-se-á, quando adequado, às matérias abrangidas pelo presente Título.*

#### Cláusula 137 (ex-artigo 39.º do TUE)

1. *Previamente à adopção de qualquer das medidas a que se refere o n.º 2, alíneas b), c) e d), do artigo 34.º, o Conselho consultará o Parlamento Europeu. Este emitirá parecer num prazo que pode ser fixado pelo Conselho e não pode ser inferior a três meses. Se o Parlamento Europeu não tiver emitido parecer nesse prazo, o Conselho pode deliberar.*

2. *A Presidência e a Comissão informarão regularmente o Parlamento Europeu sobre os trabalhos realizados nos domínios abrangidos pelo presente Título.*

3. *O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados nos domínios a que se refere o presente Título.*

#### Cláusula 138 (ex-artigo 40.º do TUE)

1. *As cooperações reforçadas num dos domínios referidos no presente Título destinam-se a permitir à União tornar-se mais rapidamente um espaço de liberdade, segurança e justiça, sem deixar de respeitar as competências da Comunidade Europeia e os objectivos fixados no presente Título.*

2. *Salvo disposição em contrário contida no artigo 40.º-A e nos artigos 43.º a 45.º, às cooperações reforçadas previstas no presente artigo aplica-se o disposto nos artigos 29.º a 39.º e nos artigos 40.º-A, 40.º-B e 41.º.*

3. *Aplica-se ao presente artigo, assim como aos artigos 40.º-A e 40.º-B, o disposto no Tratado que institui a Comunidade Europeia em matéria de competência do Tribunal de Justiça e de exercício dessa competência.*

#### Cláusula 139 (ex-artigo 40.º-A do TUE)

1. *Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada nos termos do artigo 40.º devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, que pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram. Estes podem então submeter ao Conselho um pedido no sentido de obter autorização para a cooperação em questão.*

2. *A autorização a que se refere o n.º 1 é concedida, no respeito dos artigos 43.º a 45.º, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão ou por iniciativa de, pelo menos, oito Estados-Membros, e após consulta ao Parlamento Europeu. Os votos dos membros do Conselho estão sujeitos à ponderação fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.*

*Qualquer membro do Conselho pode pedir que o assunto seja levado ao Conselho Europeu. Nessa sequência, o Conselho pode deliberar nos termos do disposto no primeiro parágrafo.*

#### Cláusula 140 (ex-artigo 40.º-B do TUE)

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 40.º-A notificará a sua intenção ao Conselho e à Comissão, que, no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação, apresentará ao Conselho um parecer, eventualmente acompanhado de uma recomendação relativa a disposições específicas que julgue necessárias para que o Estado-Membro em causa possa participar nessa cooperação. O Conselho tomará uma*

*decisão sobre a questão no prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação. A decisão considera-se tomada, excepto se o Conselho, deliberando por maioria qualificada dentro desse prazo, decidir suspendê-la; neste caso, indicará os motivos da sua decisão e fixará um prazo para voltar a avaliá-la.*

*Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera nas condições previstas no n.º 1 do artigo 44.º.*

#### Cláusula 141 (ex-artigo 41.º do TUE)

- 1. Os artigos 189.º, 190.º, 195, 196.º a 199.º, 203.º, 204.º, o n.º 3 do artigo 205.º, os artigos 206.º a 209.º, 213.º a 219.º, 255.º e 290.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia são aplicáveis às disposições relativas aos domínios previstos no presente Título.*
- 2. As despesas administrativas em que incorram as Instituições por força das disposições relativas aos domínios previstos no presente Título ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*
- 3. As despesas operacionais decorrentes da execução das referidas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, salvo nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário. Nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade.*
- 4. O processo orçamental estabelecido no Tratado que institui a Comunidade Europeia é aplicável às despesas que fiquem a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*

#### Cláusula 142 (ex-artigo 42.º do TUE)

*O Conselho, deliberando por unanimidade, por iniciativa da Comissão ou de um Estado-Membro, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável o Título IV do Tratado que institui a Comunidade Europeia a acções nos domínios a que se refere o artigo 29.º, determinando simultaneamente as correspondentes condições de votação. O Conselho recomendará a adopção dessa decisão pelos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

## A5. DOMÍNIOS EM QUE A UNIÃO PODE DECIDIR CONDUZIR UMA ACÇÃO DE APOIO

### I. EMPREGO <sup>1</sup>

#### Cláusula 143 (ex-artigo 125.º)

Os Estados-Membros e ~~a Comunidade~~ **a União** empenhar-se-ão, nos termos do presente Título, em desenvolver uma estratégia coordenada em matéria de emprego e, em especial, em promover uma mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação, bem como mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas, tendo em vista alcançar os objectivos enunciados no ~~[artigo ...2.º do Tratado da União Europeia e no artigo 2.º]~~ <sup>2</sup> ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

#### Cláusula 144 (ex-artigo 126.º)

1. Através das suas políticas de emprego, os Estados-Membros contribuirão para a realização dos objectivos previstos no [artigo 125.º], de forma coerente com as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** aprovadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
2. Tendo em conta as práticas nacionais relativas às responsabilidades dos parceiros sociais, os Estados-Membros considerarão a promoção do emprego uma questão de interesse comum e coordenarão a sua acção neste domínio no âmbito do Conselho, nos termos do ~~disposto no~~ [artigo 128.º].

#### Cláusula 145 (ex-artigo 127.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização de um elevado nível de emprego, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros, apoiando e, se necessário, completando a sua acção. Ao fazê-lo, respeitará as competências dos Estados-Membros.
2. O objectivo de alcançar um elevado nível de emprego será tomado em consideração na definição e execução das políticas e acções ~~comunitárias~~ **da União**. <sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Haverá eventualmente que rever o conteúdo deste Título em função das conclusões da Convenção sobre o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) (CONV 516/03).

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (artigo 3.º- doc. CONV 528/03).

<sup>3</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

#### Cláusula 146 (ex-artigo 128.º)

1. O Conselho Europeu procederá anualmente à avaliação da situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e aprovará conclusões nessa matéria, com base num relatório anual conjunto do Conselho e da Comissão.
  2. Com base nas conclusões do Conselho Europeu, o Conselho, ~~deliberando sob proposta da Comissão, aprova anualmente, por maioria qualificada, por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego a que se refere o artigo 130.º, definirá anualmente~~ as orientações que os Estados-Membros devem ter em conta nas respectivas políticas de emprego. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego.**
- Essas orientações deverão ser coerentes com as orientações gerais aprovadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
3. Cada Estado-Membro transmitirá ao Conselho e à Comissão um relatório anual sobre as principais ~~medidas~~ **disposições** tomadas para executar a sua política de emprego, à luz das orientações em matéria de emprego previstas no n.º 2.
  4. Com base nos relatórios previstos no n.º 3 e uma vez obtido o parecer do Comité do Emprego, o Conselho analisará anualmente a execução das políticas de emprego dos Estados-Membros, à luz das orientações em matéria de emprego. O Conselho, **sob proposta da Comissão, pode aprovar, por maioria qualificada, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, pode, se o considerar adequado na sequência dessa análise, dirigir** recomendações **dirigidas** aos Estados-Membros.
  5. Com base nos resultados daquela análise, o Conselho e a Comissão apresentarão anualmente ao Conselho Europeu um relatório conjunto sobre a situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e a aplicação das orientações em matéria de emprego.

#### Cláusula 147 (ex-artigo 129.º)

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, pode adoptar acções aprovar medidas** de incentivo destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros e apoiar a sua acção no domínio do emprego, por meio de iniciativas que tenham por objectivo desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, facultar análises comparativas e consultadoria, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, em especial mediante o recurso a projectos-piloto. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

Essas ~~acções~~ **medidas** não incluirão a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

#### Cláusula 148 (ex-artigo 130.º)

O Conselho, ~~após consulta ao Parlamento Europeu~~, criará um Comité do Emprego, com carácter consultivo, para promover a coordenação das políticas em matéria de emprego e de mercado de trabalho entre os Estados-Membros. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções:

- a) Acompanhar a evolução da situação do emprego e das políticas de emprego nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, e contribuir para a preparação das deliberações do Conselho a que se refere o [artigo 128.º].

No cumprimento do seu mandato, o Comité consultará os parceiros sociais.

Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.

## II. SAÚDE PÚBLICA <sup>1</sup>

### Cláusula 149 (ex-artigo 152.º) <sup>2</sup>

1. Na definição e execução de todas as políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União** será assegurado um elevado nível de protecção da saúde. <sup>3</sup>

A acção da ~~Comunidade~~ **União**, que será complementar das políticas nacionais, incidirá na melhoria da saúde pública e na prevenção das doenças e afecções humanas e na redução das causas de perigo para a saúde humana. Esta acção abrangerá a luta contra os grandes flagelos, fomentando a investigação sobre as respectivas causas, formas de transmissão e prevenção, bem como a informação e a educação sanitária.

---

<sup>1</sup> A localização aqui escolhida para o capítulo relativo à saúde pública, ou seja, no âmbito do ponto "A5", que reagrupa os domínios de acção de apoio, segue a indicação dada no projecto de estrutura do Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (doc. CONV 369/02) e não a indicação dada no projecto de artigo "Competências partilhadas" da Parte I (doc. CONV 528/03), que insere a saúde pública como competência partilhada.

<sup>2</sup> O Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) propôs que o âmbito deste artigo fosse alargado de modo a "abranger questões como graves ameaças transfronteiras, doenças transmissíveis, bioterrorismo e acordos no âmbito da OMS" (CONV 516/03, ponto 35).

<sup>3</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

A acção da ~~Comunidade~~ **União** será complementar da acção empreendida pelos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos da droga sobre a saúde, nomeadamente através da informação e da prevenção.

2. A ~~Comunidade~~ **União** incentivará a cooperação entre os Estados-Membros nos domínios a que se refere o presente artigo, apoiando, se necessário, a sua acção.

Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as suas políticas e programas nos domínios a que se refere o n.º 1. A Comissão, em estreito contacto com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros fomentarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da saúde pública.

4. **O Parlamento Europeu e o Conselho contribuirão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, adoptando aprovando:**

- a) Medidas que estabeleçam normas elevadas de qualidade e segurança dos órgãos e substâncias de origem humana, do sangue e dos derivados do sangue; essas medidas não podem obstar a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam medidas de protecção mais estritas;
- b) Em derrogação do [artigo 37.º], medidas nos domínios veterinário e fitossanitário que tenham directamente por objectivo a protecção da saúde pública;
- c) ~~Ações~~ **Medidas** de incentivo destinadas a proteger e melhorar a saúde humana, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**Para os fins enunciados no presente artigo, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode igualmente aprovar recomendações deliberando por maioria qualificada.**

5. A acção da ~~Comunidade~~ **União** no domínio da saúde pública respeitará plenamente as competências dos Estados-Membros em matéria de organização e prestação de serviços de saúde e de cuidados médicos. Em especial, as medidas a que se refere a alínea a) do n.º 4 em nada afectam as disposições nacionais sobre doação de órgãos e de sangue ou a sua utilização para fins médicos.

### III. INDÚSTRIA

#### Cláusula 150 (ex-artigo 157.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros velarão por que sejam asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento da capacidade concorrencial da indústria da ~~Comunidade~~ **União**.

Para o efeito, e no âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a sua acção tem por objectivo:

- a) Acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais;
- b) Incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, e nomeadamente das pequenas e médias empresas;
- c) Incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas;
- d) Fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de investigação e de desenvolvimento tecnológico.

2. Os Estados-Membros consultar-se-ão mutuamente em articulação com a Comissão e, na medida do necessário, coordenarão as suas acções. A Comissão pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos enunciados no n.º 1 através das políticas e acções por si desenvolvidas em aplicação de outras disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~. <sup>1</sup> **O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, pode decidir adoptar** medidas específicas destinadas a apoiar as acções empreendidas nos Estados-Membros para alcançar os objectivos enunciados no n.º 1. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

A ~~Comunidade~~ **União** não pode invocar o presente Título para introduzir quaisquer medidas que possam conduzir a distorções de concorrência ou que comportem disposições fiscais ou relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).



## IV. CULTURA

### Cláusula 151 (ex-artigo 151.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional a regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes domínios:
  - a) Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;
  - b) Conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;
  - c) Intercâmbios culturais não comerciais;
  - d) Criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.
4. Na sua acção ao abrigo de outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta os aspectos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.<sup>1</sup>
5. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adota:~~
  - a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité das Regiões,~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, medidas acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. O Conselho delibera por unanimidade ao aplicar o procedimento previsto no artigo 251.º; O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité das Regiões;**
  - b) **O Conselho, sob proposta da Comissão, aprova recomendações deliberando por unanimidade.**

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## V. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

### Cláusula 152 (ex-artigo 149.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros;
  - b) Incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
  - c) Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
  - d) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
  - e) Incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores sócio-educativos;
  - f) Estimular o desenvolvimento da educação à distância.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.
4. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adota:~~
  - a) **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, aprovam, de acordo com o processo legislativo, medidas acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;**
  - b) **O Conselho**, sob proposta da Comissão, **aprova recomendações** ~~deliberando por maioria qualificada.~~

Cláusula 153 (ex-artigo 150.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** desenvolve uma política de formação profissional que apoie e complete as acções dos Estados-Membros, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Facilitar a adaptação às mutações industriais, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais;
  - b) Melhorar a formação profissional inicial e a formação contínua, de modo a facilitar a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho;
  - c) Facilitar o acesso à formação profissional e incentivar a mobilidade de formadores e formandos, nomeadamente dos jovens;
  - d) Estimular a cooperação em matéria de formação entre estabelecimentos de ensino ou de formação profissional e empresas;
  - e) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas de formação dos Estados-Membros.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de formação profissional.
4. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, aprovarão, de acordo com o processo legislativo, adoptar~~ medidas que contribuam para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

## B. ACÇÃO EXTERNA<sup>1</sup>

### I. POLÍTICA COMERCIAL<sup>2</sup>

#### Cláusula 154 (ex-artigo 131.º)

*Ao instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-Membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e para a redução das barreiras alfandegárias.*

*A política comercial comum tomará em conta a incidência favorável que a supressão de direitos aduaneiros entre os Estados-Membros possa ter no aumento da capacidade concorrencial das empresas destes Estados.*

#### Cláusula 155 (ex-artigo 132.º)

*1. Sem prejuízo dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no âmbito de outras organizações internacionais, os regimes de auxílios concedidos pelos Estados-Membros às exportações para países terceiros serão progressivamente harmonizados na medida em que tal for necessário para evitar que a concorrência entre as empresas da Comunidade seja falseada.*

*Sob proposta da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito.*

*2. As disposições precedentes não são aplicáveis aos draubques de direitos aduaneiros ou de encargos de efeito equivalente, nem aos reembolsos que resultem de imposições indirectas, incluindo os impostos sobre o volume de negócios, os impostos sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, concedidos no momento da exportação de uma mercadoria de um Estado-Membro para um país terceiro, na medida em que esses draubques ou reembolsos não excedam os direitos, encargos ou imposições que tenham incidido, directa ou indirectamente, sobre os produtos exportados.*

---

<sup>1</sup> Este capítulo ainda deverá ser analisado pela Convenção.

<sup>2</sup> Este título ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado.

Cláusula 156 (ex-artigo 133.º)

1. *A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de protecção do comércio, tais como as medidas a tomar em caso de dumping e de subvenções.*
2. *Tendo em vista a execução desta política comercial comum, a Comissão submeterá propostas ao Conselho.*
3. *Quando devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, a Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias. Cabe ao Conselho e à Comissão assegurar que os acordos negociados sejam compatíveis com as políticas e normas internas da Comunidade.*

*A Comissão, no âmbito das directrizes que o Conselho lhe pode dirigir, conduzirá estas negociações, consultando para o efeito um Comité especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções. A Comissão apresentará regularmente ao Comité especial um relatório sobre a situação das negociações.*

*São aplicáveis as disposições pertinentes do artigo 300.º.*

4. *No exercício da competência que lhe é atribuída no presente artigo, o Conselho delibera por maioria qualificada.*
5. *Os n.ºs 1 a 4 são igualmente aplicáveis à negociação e à celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, na medida em que os referidos acordos não estejam abrangidos por esses números e sem prejuízo do n.º 6.*

*Em derrogação do n.º 4, o Conselho delibera por unanimidade no que diz respeito à negociação e à celebração de acordos nos domínios referidos no primeiro parágrafo, sempre que incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas ou sempre que incidam em domínios em que a Comunidade não tenha ainda exercido, através da adopção de normas internas, as suas competências por força do presente Tratado.*

*O Conselho delibera por unanimidade no que diz respeito à negociação e à celebração de acordos de carácter horizontal na medida em que estejam também abrangidos pelo parágrafo anterior ou pelo segundo parágrafo do n.º 6.*

*O disposto no presente número não prejudica o direito dos Estados-Membros de manter ou celebrar acordos com países terceiros ou com organizações internacionais, desde que esses acordos respeitem o direito comunitário e os outros acordos internacionais pertinentes.*

6. O Conselho não pode celebrar acordos que incluam disposições que excedam as competências internas da Comunidade, tendo nomeadamente por consequência uma harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros num domínio em que o presente Tratado exclua essa harmonização.

*A este respeito, em derrogação do primeiro parágrafo do n.º 5, os acordos no domínio do comércio de serviços culturais e audiovisuais, de serviços de educação, bem como de serviços sociais e de saúde humana, são da competência partilhada entre a Comunidade e os seus Estados-Membros, pelo que a sua negociação requer, para além de uma decisão comunitária tomada nos termos do disposto no artigo 300.º, o comum acordo dos Estados-Membros. Os acordos assim negociados são celebrados conjuntamente pela Comunidade e pelos Estados-Membros.*

*A negociação e a celebração de acordos internacionais no domínio dos transportes continuam a reger-se pelo disposto no Título V e no artigo 300.º.*

7. Sem prejuízo do primeiro parágrafo do n.º 6, o Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode alargar a aplicação dos n.ºs 1 a 4 às negociações e acordos internacionais que incidam na propriedade intelectual, na medida em que estes não estejam abrangidos pelo n.º 5.

#### Cláusula 157 (ex-artigo 134.º)

*A fim de garantir que a execução das medidas de política comercial, adoptadas nos termos do presente Tratado por qualquer Estado-Membro, não seja impedida por desvios de tráfego, ou sempre que haja disparidades nessas medidas que provoquem dificuldades económicas em um ou mais Estados, a Comissão recomendará os métodos a empregar pelos outros Estados-Membros para prestarem a cooperação necessária. Na falta dessa cooperação, a Comissão pode autorizar os Estados-Membros a tomarem as medidas de protecção necessárias, de que fixará as condições e modalidades.*

*Em caso de urgência, os Estados-Membros devem pedir autorização à Comissão, que se pronunciará no mais curto prazo, para tomarem eles próprios as medidas necessárias, notificando-as em seguida aos outros Estados-Membros. A Comissão pode decidir, em qualquer momento, que os Estados-Membros em causa devem modificar ou revogar as medidas tomadas.*

*Devem ser prioritariamente escolhidas as medidas que provoquem o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum.*

## II. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO <sup>1</sup>

### Cláusula 158 (ex-artigo 177.º)

1. *A política da Comunidade em matéria de cooperação para o desenvolvimento, que é complementar das políticas dos Estados-Membros, deve fomentar:*

- *o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos;*
- *a inserção harmoniosa e progressiva dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial;*
- *a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento.*

2. *A política da Comunidade neste domínio deve contribuir para o objectivo geral de desenvolvimento e de consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.*

3. *A Comunidade e os Estados-Membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos aprovados no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais competentes.*

### Cláusula 159 (ex-artigo 178.º)

*A Comunidade terá em conta os objectivos a que se refere o artigo 177.º nas políticas que puser em prática e que sejam susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento.*

### Cláusula 160 (ex-artigo 179.º)

1. *Sem prejuízo das demais disposições do presente Tratado, o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará as medidas necessárias para a prossecução dos objectivos a que se refere o artigo 177.º. Essas medidas podem revestir a forma de programas plurianuais.*

2. *O Banco Europeu de Investimento contribuirá, nas condições previstas nos respectivos estatutos, para a aplicação das medidas a que se refere o n.º 1.*

3. *O disposto no presente artigo não afecta a cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, no âmbito da Convenção ACP-CE.*

---

<sup>1</sup> Este título ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado.

#### Cláusula 161 (ex-artigo 180.º)

1. *A Comunidade e os Estados-Membros coordenarão as respectivas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e concertar-se-ão sobre os seus programas de ajuda, inclusivamente nas organizações internacionais e no decorrer de conferências internacionais. Podem empreender acções conjuntas. Os Estados-Membros contribuirão, se necessário, para a execução dos programas de ajuda comunitários.*
2. *A Comissão pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação a que se refere o número anterior.*

#### Cláusula 162 (ex-artigo 181.º)

*No âmbito das respectivas competências, a Comunidade e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da Comunidade podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do artigo 300.º.*

*O disposto no parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.*

### **[II-A. COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS] <sup>1</sup>**

#### Cláusula 163 (ex-artigo 181.º-A)

1. *Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, nomeadamente das do Título XX, a Comunidade realizará, no âmbito das suas competências, acções de cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros. Essas acções serão complementares das efectuadas pelos Estados-Membros e coerentes com a política de desenvolvimento da Comunidade.*

*A política da Comunidade neste domínio contribuirá para o objectivo geral de desenvolvimento e consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o objectivo de respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.*

---

<sup>1</sup> Este título ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado. Foi inserido aqui, apesar de não constar da estrutura de 28 de Outubro de 2002.



2. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará as medidas necessárias à execução do n.º 1. O Conselho deliberará por unanimidade no que diz respeito aos acordos de associação a que se refere o artigo 310.º e aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União.

3. No âmbito das respectivas competências, a Comunidade e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais pertinentes. As modalidades de cooperação da Comunidade poderão ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras envolvidas, que serão negociados e celebrados em conformidade com o artigo 300.º.

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

### **III. ASPECTOS EXTERNOS DE POLÍTICAS ABRANGIDAS PELOS CAPÍTULOS A1 A A4 <sup>1</sup>**

[...]

### **IV. POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM <sup>2</sup>**

#### **[1. POLÍTICA EXTERNA 2. GESTÃO DE CRISES]**

Cláusula 164 (ex-artigo 11.º do TUE)

1. A União definirá e executará uma política externa e de segurança comum extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança, que terá por objectivos:

- a salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais, da independência e da integridade da União, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas;

---

<sup>1</sup> Este título fica por enquanto por preencher enquanto se aguardam as decisões da Convenção sobre os elementos que gostaria que fossem aqui inseridos.

<sup>2</sup> O Grupo não separou os diferentes aspectos da política externa e de segurança comum para efeitos do presente relatório (com excepção da disposição sobre a celebração de acordos internacionais), dado que, por um lado, estas disposições estão por enquanto muito sobrepostas e seguem uma lógica diferente da indicada na estrutura de 28 de Outubro de 2002 e que, por outro, todas estas disposições ainda estão a ser (ou serão) analisadas mais em pormenor pela Convenção.

- *o reforço da segurança da União, sob todas as formas;*
  - *a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, com os princípios da Acta Final de Helsínquia e com os objectivos da Carta de Paris, incluindo os respeitantes às fronteiras externas;*
  - *o fomento da cooperação internacional;*
  - *o desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.*
2. *Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.*

*Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Os Estados-Membros abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais.*

*O Conselho assegura a observância destes princípios.*

#### Cláusula 165 (ex-artigo 12.º do TUE)

*A União prosseguirá os objectivos enunciados no artigo 11.º:*

- *definindo os princípios e as orientações gerais da política externa e de segurança comum;*
- *decidindo sobre as estratégias comuns;*
- *adoptando acções comuns;*
- *adoptando posições comuns;*
- *reforçando a cooperação sistemática entre os Estados-Membros na condução da política.*

#### Cláusula 166 (ex-artigo 13.º do TUE)

1. *O Conselho Europeu definirá os princípios e as orientações gerais da política externa e de segurança comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa.*
2. *O Conselho Europeu decidirá sobre as estratégias comuns a executar pela União nos domínios em que os Estados-Membros tenham importantes interesses em comum.*

*As estratégias comuns especificarão os respectivos objectivos e duração, bem como os meios a facultar pela União e pelos Estados-Membros.*

*3. O Conselho tomará as decisões necessárias para a definição e execução da política externa e de segurança comum, com base nas orientações gerais definidas pelo Conselho Europeu.*

*O Conselho recomendará ao Conselho Europeu estratégias comuns e executá-las-á designadamente mediante a adopção de acções comuns e de posições comuns.*

*O Conselho assegura a unidade, coerência e eficácia da acção da União.*

#### Cláusula 167 (ex-artigo 14.º do TUE)

*1. O Conselho adoptará acções comuns. As acções comuns incidirão sobre situações específicas em que se considere necessária uma acção operacional por parte da União. As acções comuns definirão os respectivos objectivos e âmbito, os meios a pôr à disposição da União e condições de execução respectivas e, se necessário, a sua duração.*

*2. Se se verificar alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto de uma acção comum, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e adoptará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a acção comum.*

*3. As acções comuns vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.*

*4. O Conselho pode solicitar à Comissão que lhe apresente propostas adequadas em matéria de política externa e de segurança comum para assegurar a execução de uma acção comum.*

*5. Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução de uma acção comum será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.*

*6. Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na falta de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da acção comum. Os Estados-Membros que tomarem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.*

*7. Em caso de dificuldades importantes na execução de uma acção comum, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção comum, nem prejudicar a eficácia desta.*

Cláusula 168 (ex-artigo 15.º do TUE)

*O Conselho adoptará posições comuns. As posições comuns definirão a abordagem global de uma questão específica de natureza geográfica ou temática pela União. Os Estados-Membros zelarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições comuns.*

Cláusula 169 (ex-artigo 16.º do TUE)

*Os Estados-Membros informar-se-ão mutuamente e concertar-se-ão no âmbito do Conselho sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, de modo a garantir que a influência da União se exerça da forma mais eficaz, através da convergência das suas acções.*

Cláusula 170 (ex-artigo 17.º do TUE)

*1. A política externa e de segurança comum abrange todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum, se o Conselho Europeu assim o decidir. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adoptem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

*A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito.*

*A definição gradual de uma política de defesa comum será apoiada por uma cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento, na medida em que estes a considerem pertinente.*

*2. As questões a que se refere o presente artigo incluem missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.*

*3. As decisões com repercussões no domínio da defesa a que se refere o presente artigo serão tomadas sem prejuízo das políticas e obrigações a que se refere o segundo parágrafo do n.º 1.*

*4. O disposto no presente artigo não obsta ao desenvolvimento de uma cooperação mais estreita entre dois ou mais Estados-Membros a nível bilateral, no âmbito da União da Europa Ocidental (UEO) e da NATO, na medida em que essa cooperação não contrarie nem dificulte a cooperação prevista no presente Título.*

*5. A fim de promover a realização dos objectivos definidos no presente artigo, as respectivas disposições serão revistas nos termos do artigo 48.º.*

Cláusula 171 (ex-artigo 18.º do TUE)

1. *A Presidência representará a União nas matérias do âmbito da política externa e de segurança comum.*
2. *A Presidência é responsável pela execução das decisões tomadas ao abrigo do presente Título; nessa qualidade, expressará em princípio a posição da União nas organizações internacionais e nas conferências internacionais.*
3. *A Presidência será assistida pelo Secretário-Geral do Conselho, que exercerá as funções de Alto-Representante para a política externa e de segurança comum.*
4. *A Comissão será plenamente associada às funções previstas nos n.ºs 1 e 2. No desempenho dessas funções, a Presidência será assistida, se necessário, pelo Estado-Membro que for exercer a presidência seguinte.*
5. *Sempre que o considere necessário, o Conselho pode nomear um representante especial, a quem será conferido um mandato relativo a questões políticas específicas.*

Cláusula 172 (ex-artigo 19.º do TUE)

1. *Os Estados-Membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições comuns.*

*Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições comuns.*

2. *Sem prejuízo do disposto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 14.º, os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam, manterão estes últimos informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum.*

*Os Estados-Membros que sejam igualmente membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas concertar-se-ão e manterão os outros Estados-Membros plenamente informados. Os Estados-Membros que são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderão, no exercício das suas funções, as posições e os interesses da União, sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas.*

Cláusula 173 (ex-artigo 20.º do TUE)

*As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da Comissão nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, concertar-se-ão no sentido de assegurar a observância e a execução das posições comuns e das acções comuns adoptadas pelo Conselho.*

*As referidas missões, delegações e representações intensificarão a sua cooperação através do intercâmbio de informações, procedendo a avaliações comuns e contribuindo para a aplicação das disposições a que se refere o artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.*

Cláusula 174 (ex-artigo 21.º do TUE)

*A Presidência consultará o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da política externa e de segurança comum e zelará por que as opiniões daquela Instituição sejam devidamente tomadas em consideração. O Parlamento Europeu será regularmente informado pela Presidência e pela Comissão sobre a evolução da política externa e de segurança da União.*

*O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados na execução da política externa e de segurança comum.*

Cláusula 175 (ex-artigo 22.º do TUE)

- 1. Qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da política externa e de segurança comum e apresentar-lhe propostas.*
- 2. Nos casos que exijam uma decisão rápida, a Presidência convocará, por iniciativa própria ou a pedido da Comissão ou de um Estado-Membro, uma reunião extraordinária do Conselho, no prazo de quarenta e oito horas ou, em caso de absoluta necessidade, num prazo mais curto.*

Cláusula 176 (ex-artigo 23.º do TUE)

- 1. As decisões ao abrigo do presente Título serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção dessas decisões.*

*Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a posição daquele. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, a decisão não será adoptada.*

*2. Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:*

- sempre que adopte acções comuns ou posições comuns ou tome qualquer outra decisão com base numa estratégia comum,*
- sempre que adopte qualquer decisão que dê execução a uma acção comum ou a uma posição comum*
- sempre que nomeie um representante especial nos termos do n.º 5 do artigo 18.º.*

*Se um membro do Conselho declarar que, por importantes e expressas razões de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.*

*Os votos dos membros do Conselho serão ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. As deliberações serão tomadas se obtiverem, pelo menos, sessenta e dois votos que expressem a votação favorável de, no mínimo, dez membros.*

*O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.*

*3. Em questões de natureza processual, o Conselho delibera por maioria dos seus membros.*

#### **Cláusula 177 (ex-artigo 25.º do TUE)**

*Sem prejuízo do disposto no artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, um Comité Político e de Segurança acompanhará a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da política externa e de segurança comum e contribuirá para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste ou por sua própria iniciativa. O Comité acompanhará igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências da Presidência e da Comissão.*

*No âmbito do presente Título, este Comité exercerá, sob a responsabilidade do Conselho, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises.*

*Sem prejuízo do disposto no artigo 47.º, para efeitos de uma operação de gestão de crises e pela duração desta, tal como determinadas pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação.*

#### Cláusula 178 (ex-artigo 26.º do TUE)

*O Secretário-Geral do Conselho, Alto-Representante para a política externa e de segurança comum, assistirá o Conselho nas questões do âmbito da política externa e de segurança comum, contribuindo nomeadamente para a formulação, elaboração e execução das decisões políticas e, quando necessário, actuando em nome do Conselho a pedido da Presidência, conduzindo o diálogo político com terceiros.*

#### Cláusula 179 (ex-artigo 27.º do TUE)

*A Comissão será plenamente associada aos trabalhos realizados no domínio da política externa e de segurança comum.*

#### Cláusula 180 (ex-artigo 27.º-A do TUE)

*1. As cooperações reforçadas num dos domínios referidos no presente Título destinam-se a salvaguardar os valores e servir os interesses da União no seu conjunto, afirmando a sua identidade como força coerente na cena internacional. Devem respeitar:*

- os princípios, os objectivos, as orientações gerais e a coerência da política externa e de segurança comum, bem como as decisões tomadas no quadro dessa política;*
- as competências da Comunidade Europeia;*
- a coerência entre o conjunto das políticas da União e a sua acção externa.*

*2. Salvo disposição em contrário contida no artigo 27.º-C e nos artigos 43.º a 45.º, às cooperações reforçadas previstas no presente artigo aplica-se o disposto nos artigos 11.º a 27.º e nos artigos 27.º-B a 28.º.*

#### Cláusula 181 (ex-artigo 27.º-B do TUE)

*As cooperações reforçadas ao abrigo do presente Título incidem na execução de uma acção comum ou de uma posição comum. Não podem incidir em questões que tenham implicações militares ou do domínio da defesa.*



Cláusula 182 (ex-artigo 27.º-C do TUE)

*Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada nos termos do artigo 27.º-B devem dirigir um pedido nesse sentido ao Conselho.*

*O pedido será enviado à Comissão e, para informação, ao Parlamento Europeu. A Comissão dará o seu parecer, nomeadamente, sobre a coerência da cooperação reforçada prevista com as políticas da União. A autorização é concedida pelo Conselho, deliberando nos termos do n.º 2, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 23.º, no respeito dos artigos 43.º a 45.º.*

Cláusula 183 (ex-artigo 27.º-D do TUE)

*Sem prejuízo das competências da Presidência e da Comissão, o Secretário-Geral do Conselho, Alto Representante para a política externa e de segurança comum, assegurará em especial que o Parlamento Europeu e todos os membros do Conselho sejam plenamente informados da execução das cooperações reforçadas instituídas no domínio da política externa e de segurança comum.*

Cláusula 184 (ex-artigo 27.º-E do TUE)

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 27.º-C notificará a sua intenção ao Conselho e informará a Comissão. A Comissão apresentará um parecer ao Conselho, no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação. No prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, o Conselho tomará uma decisão sobre a questão, bem como sobre eventuais disposições específicas que julgue necessárias. A decisão considera-se tomada, excepto se o Conselho, deliberando por maioria qualificada dentro desse prazo, decidir suspendê-la; neste caso, indicará os motivos da sua decisão e fixará um prazo para voltar a avaliá-la.*

*Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera por maioria qualificada. Esta é definida como sendo constituída pela mesma proporção dos votos ponderados e do número dos membros do Conselho em causa do que a fixada no n.º 2, terceiro parágrafo, do artigo 23.º.*

Cláusula 185 (ex-artigo 28.º do TUE)

- 1. Os artigos 189.º, 190.º, 196.º a 199.º, 203.º, 204.º, 206.º a 209.º, 213.º a 219.º, 255.º e 290.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia são aplicáveis às disposições relativas aos domínios previstos no presente Título.*
- 2. As despesas administrativas em que incorram as Instituições por força das disposições relativas aos domínios previstos no presente Título ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*

3. *As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.*

*Nos casos em que as despesas não sejam imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias, ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tiverem feito uma declaração formal nos termos do n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 23.º não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.*

4. *O processo orçamental estabelecido no Tratado que institui a Comunidade Europeia é aplicável às despesas imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias.*

## **V. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS**

### **Cláusula 186 (ex-artigo 300.º) <sup>1</sup>**

1. *Nos casos em que as disposições do presente Tratado prevêem a celebração de acordos entre a Comunidade e um ou mais Estados ou organizações internacionais, a Comissão apresenta recomendações ao Conselho, que a autoriza a dar início às negociações necessárias. Essas negociações são conduzidas pela Comissão em consulta com comités especiais designados pelo Conselho para assistirem nessa tarefa e no âmbito das directrizes que o Conselho lhe pode endereçar.*

*No exercício das competências que lhe são atribuídas no presente número, o Conselho delibera por maioria qualificada, excepto nos casos em que o primeiro parágrafo do n.º 2 dispõe que o Conselho delibera por unanimidade.*

2. *Sem prejuízo das competências reconhecidas à Comissão nesta matéria, a assinatura, que poderá ser acompanhada de uma decisão de aplicação provisória antes da entrada em vigor, bem como a celebração dos acordos, são decididas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão. O Conselho delibera por unanimidade sempre que o acordo seja relativo a um domínio no qual seja exigida a unanimidade para a de normas internas, bem como no caso dos acordos a que se refere o artigo 310.º.*

---

<sup>1</sup> Este artigo ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado.

*Em derrogação das regras constantes do n.º 3, é aplicável o mesmo processo para decidir da suspensão da aplicação de um acordo, bem como para definir as posições a tomar em nome da Comunidade numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a aprovar decisões que produzam efeitos jurídicos, com excepção das decisões que completem ou alterem o quadro institucional do acordo.*

*O Parlamento Europeu será imediata e plenamente informado de qualquer decisão tomada ao abrigo do presente número que diga respeito à aplicação provisória ou à suspensão de acordos, ou ainda à definição da posição da Comunidade numa instância criada por um acordo.*

3. *O Conselho celebra os acordos após consulta do Parlamento Europeu, excepto nos casos previstos no n.º 3 do artigo 133.º, inclusivamente quando o acordo seja relativo a um domínio para o qual se exija o procedimento previsto no artigo 251.º ou no artigo 252.º para a aprovação de normas internas. O Parlamento Europeu dará o seu parecer num prazo que o Conselho pode fixar em função da urgência da questão. Na falta de parecer nesse prazo, o Conselho pode deliberar.*

*Em derrogação do disposto no parágrafo anterior, serão celebrados após parecer favorável do Parlamento Europeu os acordos a que se refere o artigo 310.º, bem como os demais acordos que criem um quadro institucional específico mediante a organização de processos de cooperação, os acordos com consequências orçamentais significativas para a Comunidade e os acordos que impliquem a alteração de um acto adoptado segundo o procedimento previsto no artigo 251.º.*

*O Conselho e o Parlamento Europeu podem, em caso de urgência, fixar um prazo para o parecer favorável.*

4. *Ao celebrar um acordo, o Conselho pode, em derrogação do disposto no n.º 2, conferir poderes à Comissão para aprovar, em nome da Comunidade, as adaptações cuja aprovação se encontre prevista nesse acordo por um processo simplificado ou por um órgão criado pelo acordo, acompanhando eventualmente esses poderes de condições específicas.*

5. *Sempre que o Conselho preveja celebrar um acordo que implique alterações ao presente Tratado, estas devem ser previamente adoptadas segundo o procedimento previsto no artigo 48.º do Tratado da União Europeia.*

6. *O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão ou qualquer Estado-Membro podem obter previamente o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um projecto de acordo com as disposições do presente Tratado. Um acordo que tenha sido objecto de parecer negativo do Tribunal de Justiça só pode entrar em vigor nas condições previstas no artigo 48.º do Tratado da União Europeia.*

7. *Os acordos celebrados nas condições definidas no presente artigo são vinculativos para as Instituições da Comunidade e para os Estados-Membros.*

Cláusula 187 (ex-artigo 24.º do TUE)

1. *Sempre que seja necessário celebrar um acordo com um ou mais Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente Título, o Conselho pode autorizar a Presidência, eventualmente assistida pela Comissão, a encetar negociações para esse efeito. Esses acordos serão celebrados pelo Conselho sob recomendação da Presidência.*
2. *O Conselho delibera por unanimidade sempre que o acordo incida numa questão em relação à qual seja exigida a unanimidade para a adopção de decisões internas.*
3. *Sempre que o acordo seja previsto para dar execução a uma acção comum ou a uma posição comum, o Conselho delibera por maioria qualificada nos termos do n.º 2 do artigo 23.º.*
4. *O disposto no presente artigo é igualmente aplicável às matérias abrangidas pelo Título VI. Sempre que o acordo incida numa questão em relação à qual seja exigida a maioria qualificada para a adopção de decisões ou medidas internas, o Conselho delibera por maioria qualificada nos termos do n.º 3 do artigo 34.º.*
5. *Nenhum acordo vinculará um Estado-Membro cujo representante no Conselho declare que esse acordo deve obedecer às normas constitucionais do respectivo Estado; os restantes membros do Conselho podem decidir que o acordo será contudo provisoriamente aplicável.*
6. *Os acordos celebrados de acordo com as condições fixadas no presente artigo vinculam as Instituições da União.*

Cláusula 188 (ex-artigo 38.º do TUE)

*Os acordos a que se refere o artigo 24.º podem abranger questões do âmbito do presente Título.*

## [V-A. OUTRAS DISPOSIÇÕES] <sup>1</sup>

### Cláusula 189 (ex-artigo 3.º do TUE)

[...] <sup>2</sup>

*A União assegurará, em especial, a coerência do conjunto da sua acção externa no âmbito das políticas que adoptar em matéria de relações externas, de segurança, de economia e de desenvolvimento. Cabe ao Conselho e à Comissão a responsabilidade de assegurar essa coerência, cooperando para o efeito. O Conselho e a Comissão assegurarão a execução dessas políticas de acordo com as respectivas competências.* <sup>3</sup>

### Cláusula 190 (ex-artigo 60.º) <sup>4</sup>

1. *Se, no caso previsto no [artigo 301.º], for considerada necessária uma acção da Comunidade, o Conselho, de acordo com o procedimento previsto no [artigo 301.º], pode tomar, relativamente aos países <sup>5</sup> terceiros em causa, as medidas urgentes necessárias em matéria de movimentos de capitais e de pagamentos.*

2. *Sem prejuízo do disposto no [artigo 297.º], e enquanto o Conselho não tiver tomado medidas ao abrigo do n.º 1, um Estado-Membro pode, por razões políticas graves e por motivos de urgência, tomar medidas unilaterais contra um país terceiro relativamente aos movimentos de capitais e aos pagamentos. A Comissão e os outros Estados-Membros serão informados dessas medidas, o mais tardar na data da sua entrada em vigor.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode decidir que o Estado-Membro em causa deve alterar ou revogar essas medidas. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu das decisões tomadas pelo Conselho.*

---

<sup>1</sup> Sugestão de nova denominação, que não constava da estrutura de 28 de Outubro de 2002.

<sup>2</sup> O primeiro parágrafo deste artigo é incorporado na adenda ao presente documento.

<sup>3</sup> Este ponto deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas", pelo que não é aqui abordado.

<sup>4</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas", pelo que não é aqui abordado. Sugere-se que se analise a pertinência de se fundir este artigo com o artigo 301.º.

<sup>5</sup> Esta restrição aos "países" impede actualmente a utilização deste artigo para fins de sanções contra indivíduos ou entidades não estatais (por exemplo, sanções contra os Talibãs e terroristas designados nominalmente). Esta lacuna obriga actualmente a recorrer, a título suplementar, ao artigo 308.º do TCE. Assim, sugere-se que se analise a eventual utilidade de se prever uma extensão do âmbito de aplicação deste artigo (ver também a sugestão relativa ao artigo 301.º).

Cláusula 191 (ex-artigo 301.º) <sup>1</sup>

*Sempre que uma posição comum ou uma acção comum adoptada nos termos das disposições do Tratado da União Europeia relativas à política externa e de segurança comum prevejam uma acção da Comunidade para interromper ou reduzir, total ou parcialmente, as relações económicas com um ou mais países <sup>2</sup> terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, toma as medidas urgentes necessárias.*

Cláusula 192 (ex-artigo 302.º) <sup>3</sup>

*Cabe à Comissão assegurar todas as ligações úteis com os órgãos das Nações Unidas e das suas agências especializadas.*

*A Comissão assegurará, além disso, com todas as organizações internacionais, as ligações que considere oportunas.*

Cláusula 193 (ex-artigo 303.º)

*A Comunidade estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com o Conselho da Europa.*

Cláusula 194 (ex-artigo 304.º)

*A Comunidade estabelecerá com a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Económico uma estreita colaboração, cujas modalidades serão fixadas de comum acordo.*

Cláusula 195 (ex-artigo 310.º) <sup>4</sup>

*A Comunidade pode celebrar com um ou mais Estados ou organizações internacionais acordos que criem uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções comuns e procedimentos especiais.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado. Todavia, sugere-se que se analise a pertinência de o fundir com o actual artigo 60.º do Tratado CE.

<sup>2</sup> Esta restrição aos "países" impede actualmente a utilização deste artigo para fins de sanções contra indivíduos ou entidades não estatais. Ver nota de rodapé relativa ao artigo 60.º para mais pormenores e sugestões sobre esta questão.

<sup>3</sup> Os artigos 302.º a 304.º deverão ainda ser analisados pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não são aqui abordados.

<sup>4</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado.

C. **DEFESA**<sup>1</sup>

D. **FUNCIONAMENTO DA UNIÃO**

A presente parte foi sujeita a alterações de ordem técnica, de acordo com o mandato, mas que não prejudicam as alterações de fundo que a Convenção venha a efectuar.

Além disso, como referido no documento CONV 369/02 (página 7, nota 1):

*"A extensão das disposições institucionais e processuais nesta parte dependerá do grau de pormenor da primeira parte. Também se poderia prever que estas disposições só abranjam os procedimentos interinstitucionais: as disposições relativas à aplicação interna pelas Instituições poderiam ser incluídas nos Protocolos".*

[TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS]

[CAPÍTULO 1

INSTITUIÇÕES]

[SECÇÃO 1

PARLAMENTO EUROPEU]

Cláusula 196 (ex-artigo 189.º)

*O Parlamento Europeu, composto por representantes dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, exerce os poderes que lhe são atribuídos pelo presente Tratado.*

*O número de deputados do Parlamento Europeu não será superior a setecentos e trinta e dois.*

---

<sup>1</sup> Deixou-se este título em branco pelas razões indicadas na nota de rodapé relativa ao Capítulo B.IV (Política Externa e de Segurança Comum).

## Cláusula 197 (ex-artigo 190.º)

1. *Os representantes ao Parlamento Europeu, dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, são eleitos por sufrágio universal directo.*

2. *O número de representantes eleitos em cada Estado-Membro é fixado da seguinte forma:*

<i>Bélgica</i>	<i>25</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>16</i>
<i>Alemanha</i>	<i>99</i>
<i>Grécia</i>	<i>25</i>
<i>Espanha</i>	<i>64</i>
<i>França</i>	<i>87</i>
<i>Irlanda</i>	<i>15</i>
<i>Itália</i>	<i>87</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>31</i>
<i>Áustria</i>	<i>21</i>
<i>Portugal</i>	<i>25</i>
<i>Finlândia</i>	<i>16</i>
<i>Suécia</i>	<i>22</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>87.</i>

*Em caso de alteração ao presente número, o número de representantes eleitos em cada Estado-Membro deve assegurar a representação adequada dos povos dos Estados reunidos na Comunidade.*

3. *Os representantes são eleitos por um período de cinco anos.*

4. *O Parlamento Europeu elaborará um projecto destinado a permitir a eleição por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-Membros ou baseado em princípios comuns a todos os Estados-Membros.*

*O Conselho, deliberando por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem, aprova as disposições cuja adopção recomendará aos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

5. *O Parlamento Europeu estabelecerá o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros, após parecer da Comissão e mediante aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada. Quaisquer regras ou condições respeitantes ao regime fiscal dos membros ou ex-membros exigem a unanimidade no Conselho.*



#### Cláusula 198 (ex-artigo 191.º)

Os partidos políticos ao nível europeu desempenham um importante papel como factor de integração na União. Contribuem para a criação de uma consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que definem,** ~~deliberando nos termos do artigo 251.º, definirá~~ o estatuto dos partidos políticos ao nível europeu, nomeadamente as regras relativas ao seu financiamento.

#### Cláusula 199 (ex-artigo 192.º)

Na medida em que ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** o prevê, o Parlamento Europeu participa no processo conducente à aprovação dos actos ~~comunitários da União~~, exercendo as suas atribuições no âmbito **do processo legislativo dos procedimentos definidos nos artigos 251.º e 252.º** e emitindo pareceres favoráveis ou formulando pareceres consultivos.<sup>1</sup>

O Parlamento Europeu pode, por maioria dos ~~seus~~ membros **que o compõem**, solicitar à Comissão que submeta à sua apreciação todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigure requererem a elaboração de ~~actos comunitários~~ **uma medida da União**<sup>2</sup> para efeitos de aplicação ~~do presente Tratado da Constituição~~.

#### Cláusula 200 (ex-artigo 193.º)

No exercício das suas atribuições, o Parlamento Europeu pode, a pedido de um quarto dos ~~seus~~ membros **que o compõem**,<sup>3</sup> constituir uma comissão de inquérito temporária para analisar, sem prejuízo das atribuições conferidas ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição** a outras Instituições ou órgãos, alegações de infracção ou de má administração na aplicação do direito ~~comunitário da União~~<sup>4</sup>, excepto se os factos alegados estiverem em instância numa jurisdição, e enquanto o processo jurisdicional não se encontrar concluído.

A Comissão de inquérito temporária extingue-se com a apresentação do seu relatório.

---

<sup>1</sup> Esta descrição geral das funções do Parlamento Europeu deveria ser completada por uma referência às respectivas competências orçamentais, de controlo e de nomeação; o PE exerce igualmente competências de decisão autónomas (ver Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (pedido de apresentação de proposta) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>3</sup> Clarificação, conforme à redacção da maioria das demais disposições do Tratado CE que requerem a maioria dos membros do Parlamento Europeu para aprovação de uma decisão.

<sup>4</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (comissão de inquérito temporária) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

As formas de exercício do direito de inquérito são determinadas de comum acordo <sup>1</sup> pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão.

#### Cláusula 201 (ex-artigo 194.º)

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, tem o direito de apresentar, a título individual ou em associação com outros cidadãos ou pessoas, petições ao Parlamento Europeu sobre qualquer questão que se integre nos domínios de actividade da ~~Comunidade da União~~ <sup>2</sup> e lhe diga directamente respeito <sup>3</sup>.

#### Cláusula 202 (ex-artigo 195.º)

1. O Parlamento Europeu nomeará um Provedor de Justiça <sup>4</sup>, com poderes para receber queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro e respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições ou organismos ~~comunitários da União~~ <sup>5</sup>, com excepção do Tribunal de Justiça e, do Tribunal de Primeira Instância e **das câmaras jurisdicionais** <sup>6</sup> no exercício das respectivas funções jurisdicionais.

De acordo com a sua missão, o Provedor de Justiça procederá aos inquéritos que considere justificados, quer por sua própria iniciativa quer com base nas queixas que lhe tenham sido apresentadas, directamente ou por intermédio de um membro do Parlamento Europeu, salvo se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional. Sempre que o Provedor de Justiça constate uma situação de má administração, apresentará o assunto à Instituição em causa, que dispõe de um prazo de três meses para lhe apresentar a sua posição. O Provedor de Justiça enviará seguidamente um relatório ao Parlamento Europeu e àquela Instituição. A pessoa que apresentou a queixa será informada do resultado dos inquéritos.

O Provedor de Justiça apresentará anualmente ao Parlamento um relatório sobre os resultados dos inquéritos que tenha efectuado.

2. O Provedor de Justiça é nomeado após cada eleição do Parlamento Europeu, pelo período da legislatura. Pode ser reconduzido nas suas funções.

---

<sup>1</sup> Este acto não se insere na tipologia estabelecida pelo projecto de artigo "actos jurídicos da União" da Parte I (artigo 24.º, CONV 571/03).

<sup>2</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (direito de petição) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>3</sup> A Convenção poderia analisar se será ou não conveniente acrescentar a este artigo uma base jurídica específica para a aprovação das modalidades de exercício do direito de petição.

<sup>4</sup> De acordo com a prática habitual, poderia ser aqui utilizado o termo "Provedor de Justiça Europeu".

<sup>5</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá, salvo disposições especiais, implicar o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (Provedor de Justiça) às matérias que são actualmente abrangidas pelo Segundo Pilar.

<sup>6</sup> Embora as câmaras jurisdicionais venham a ser "adstritas ao Tribunal de Primeira Instância", seria conveniente referi-las aqui expressamente.

A pedido do Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça pode demitir o Provedor de Justiça, se este deixar de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tiver cometido falta grave.

3. O Provedor de Justiça exercerá as suas funções com total independência. No cumprimento dos seus deveres, não solicitará nem aceitará instruções de qualquer organismo. Enquanto durarem as suas funções, o Provedor de Justiça não pode exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não.

4. O Parlamento Europeu ~~estabelecerá~~ **aprovará as medidas** <sup>1</sup> **que definem** o estatuto e as condições gerais de exercício das funções do Provedor de Justiça. **O Parlamento Europeu delibera** após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho, ~~deliberando que se pronuncia~~ por maioria qualificada.

#### Cláusula 203 (ex-artigo 196.º)

O Parlamento Europeu realiza uma sessão anual, reunindo-se por direito próprio na segunda terça-feira de Março.

O Parlamento Europeu pode reunir-se em **período** extraordinário **de** sessões <sup>2</sup>, a pedido da maioria dos seus membros, do Conselho ou da Comissão.

#### Cláusula 204 (ex-artigo 197.º)

O Parlamento Europeu designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa.

Os membros da Comissão podem assistir a todas as reuniões e serão ouvidos em nome dela quando assim o solicitarem.

A Comissão responderá, oralmente ou por escrito, às questões que lhe forem colocadas pelo Parlamento Europeu ou pelos seus membros.

O Conselho será ouvido pelo Parlamento Europeu nas condições por ele estabelecidas no seu regulamento interno.

#### Cláusula 205 (ex-artigo 198.º)

Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, o Parlamento Europeu delibera por maioria ~~absoluta~~ <sup>3</sup> dos votos expressos.

O regulamento interno fixará o quórum.

---

<sup>1</sup> Observe-se o projecto de Título V da Parte I da Constituição (CONV 571/03) não prevê a possibilidade de o Parlamento aprovar autonomamente actos normativos (ver Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> A actual terminologia não corresponde nem à prática nem à terminologia do parágrafo anterior; a distinção entre "sessão" e "período de sessões" é retomada do artigo 10.º do Regimento do Parlamento.

<sup>3</sup> O termo "absoluta" pode criar confusão entre a maioria dos votos e a maioria (qualificada) dos membros que compõem o Parlamento (ver Anexo II ao presente relatório).

#### Cláusula 206 (ex-artigo 199.º)

O Parlamento Europeu ~~estabelecerá~~ **aprovará** o seu regulamento interno por maioria dos membros que o compõem.

As actas do Parlamento Europeu serão publicadas nas condições previstas no regulamento interno.

#### Cláusula 207 (ex-artigo 200.º)

O Parlamento Europeu discutirá em sessão pública o relatório geral anual que lhe é submetido pela Comissão.

#### Cláusula 208 (ex-artigo 201.º)

Quando uma moção de censura sobre as actividades da Comissão for submetida à apreciação pelo Parlamento Europeu, este só pode pronunciar-se sobre ela por votação pública e depois de decorridos pelo menos três dias sobre o depósito da referida moção.

Se a moção de censura for ~~adoptada~~ **aprovada** por maioria de dois terços dos votos expressos que representem a maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão, porém, a gerir os assuntos correntes até à sua substituição, nos termos do [artigo 214.º]. Neste caso, o mandato dos membros da Comissão designados para os substituir expira na data em que expiraria o mandato dos membros da Comissão obrigados a abandonar funções colectivamente.

### [SECÇÃO 2

### CONSELHO]

#### Cláusula 209 (ex-artigo 202.º)

Tendo em vista garantir a realização dos objectivos enunciados ~~no presente Tratado na~~ **Constituição** e nas condições nela previstas, o Conselho:

- a) assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-Membros;
- b) dispõe de poder de decisão;

- c) *atribui à Comissão, nos actos que adopta, as competências de execução das normas que estabelece. O Conselho pode submeter o exercício dessas competências a certas modalidades. O Conselho pode igualmente reservar-se, em casos específicos, o direito de exercer directamente competências de execução. As modalidades acima referidas devem corresponder aos princípios e normas que o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após parecer do Parlamento Europeu, tenha estabelecido previamente.*<sup>1</sup>

Cláusula 210 (ex-artigo 203.º)

*O Conselho é composto por um representante de cada Estado-Membro a nível ministerial, com poderes para vincular o Governo desse Estado-Membro.*

*A Presidência é exercida sucessivamente por cada Estado-Membro no Conselho, durante um período de seis meses, pela ordem decidida pelo Conselho, deliberando por unanimidade.*

Cláusula 211 (ex-artigo 204.º)

O Conselho reúne-se por convocação do seu Presidente, por iniciativa deste, de um dos seus membros ou da Comissão.

Cláusula 212 (ex-artigo 205.º)

1. *Salvo disposição em contrário do presente Tratado, as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros.*

2. *Relativamente às deliberações do Conselho que exijam maioria qualificada, atribui-se aos votos dos seus membros a seguinte ponderação:*

<i>Bélgica</i>	<i>5</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>3</i>
<i>Alemanha</i>	<i>10</i>
<i>Grécia</i>	<i>5</i>
<i>Espanha</i>	<i>8</i>
<i>França</i>	<i>10</i>
<i>Irlanda</i>	<i>3</i>
<i>Itália</i>	<i>10</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>2</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>5</i>
<i>Áustria</i>	<i>4</i>
<i>Portugal</i>	<i>5</i>
<i>Finlândia</i>	<i>3</i>
<i>Suécia</i>	<i>4</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>10.</i>

---

<sup>1</sup> Ver projecto de artigo "actos de execução" da Parte I (n.º 3 do artigo 28.º, CONV 571/03).

*As deliberações são tomadas se obtiverem pelo menos:*

- *sessenta e dois votos, sempre que, por força do presente Tratado, devam ser tomadas sob proposta da Comissão;*
  - *sessenta e dois votos que exprimam a votação favorável de, pelo menos, dez membros nos restantes casos.*
3. *As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem que sejam tomadas as deliberações do Conselho que exijam unanimidade.*

#### Cláusula 213 (ex-artigo 206.º)

Em caso de votação, cada membro do Conselho só pode representar, por delegação, um dos outros membros.

#### Cláusula 214 (ex-artigo 207.º)

1. Um Comité, composto pelos representantes permanentes dos Estados-Membros, prepara os trabalhos do Conselho e exerce os mandatos que este lhe confia. O Comité pode aprovar decisões de natureza processual nos casos previstos no regulamento interno do Conselho.
2. O Conselho é assistido por um Secretariado-Geral, colocado na dependência de um Secretário-Geral, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, que será coadjuvado por um Secretário-Geral Adjunto responsável pela gestão do Secretariado-Geral. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto são nomeados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.

O Conselho decide sobre a organização do Secretariado-Geral.

3. O Conselho aprova o seu regulamento interno.

Para efeitos de aplicação do [n.º 3 do artigo 255.º], o Conselho estabelecerá no seu regulamento interno as condições de acesso por parte do público aos documentos do Conselho. Para efeitos do presente número, o Conselho determinará os casos em que se deve considerar que actua no exercício dos seus poderes legislativos, a fim de possibilitar um maior acesso aos documentos nesses casos, preservando simultaneamente a eficácia do seu processo decisório. De qualquer modo, sempre que o Conselho actue no exercício de poderes legislativos, os resultados das votações e as declarações de voto, bem como as declarações exaradas em acta, serão tornados públicos.

#### Cláusula 215 (ex-artigo 208.º)

O Conselho pode solicitar à Comissão que proceda a todos os estudos que ele considere oportunos para realização dos objectivos comuns e que lhe submeta todas as propostas adequadas.

Cláusula 216 (ex-artigo 209.º)

O Conselho ~~estabelecerá, após parecer da Comissão,~~ **aprovará as medidas que definem os estatutos dos comités previstos no presente Tratado na Constituição. O Conselho delibera após consulta à Comissão.**

Cláusula 217 (ex-artigo 210.º)

O Conselho, ~~deliberando~~ **aprova**, por maioria qualificada, **as medidas que fixam** ~~fixa~~ os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do Presidente e dos membros da Comissão, e ainda do Presidente, dos juizes, dos advogados-gerais e do secretário do Tribunal de Justiça, bem como dos membros e do secretário do Tribunal de Primeira Instância. O Conselho fixa igualmente, por maioria qualificada, todos os subsídios e abonos que substituam a remuneração.

[SECÇÃO 3

COMISSÃO]

Cláusula 218 (ex-artigo 211.º) <sup>1</sup>

[A fim de garantir o funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno**] <sup>2</sup>, a Comissão:

- a) vela pela aplicação das disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, bem como das medidas ~~tomadas~~ **aprovadas** por força desta pelas Instituições;
- b) formula recomendações ou pareceres sobre as matérias que são objecto ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, quando esta o preveja expressamente ou quando tal seja por ela considerado necessário;
- c) dispõe de poder de decisão próprio, participando na formação dos actos do **Parlamento Europeu e do Conselho e do Parlamento Europeu**, nas condições previstas ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**;
- d) exerce as competências que **o Parlamento Europeu e o Conselho ou o Conselho** lhe atribuem para a execução das ~~regras~~ **medidas** por eles ~~estabelecidas~~ **aprovadas**.

<sup>1</sup> Observe-se que o desaparecimento dos pilares poderá implicar, salvo disposições especiais, um alargamento do âmbito dos domínios que fazem parte das atribuições da Comissão às matérias actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>2</sup> Poderá questionar-se a coerência entre o alcance desta frase e o âmbito das atribuições da Comissão referidas nas alíneas a) a d) que se lhe seguem.

#### Cláusula 219 (ex-artigo 212.º)

A Comissão publicará anualmente, pelo menos um mês antes da abertura da sessão do Parlamento Europeu, um relatório geral sobre as actividades da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Cláusula 220 (ex-artigo 213.º)

*1. A Comissão é composta por vinte membros, escolhidos em função da sua competência geral e que ofereçam todas as garantias de independência.*

*O número de membros da Comissão pode ser modificado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.*

*Só nacionais dos Estados-Membros podem ser membros da Comissão.*

*A Comissão deve ter, pelo menos, um nacional de cada Estado-Membro, mas o número de membros com a nacionalidade de um mesmo Estado não pode ser superior a dois.*

*2. Os membros da Comissão exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.*

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade. Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Os Estados-Membros comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros da Comissão no exercício das suas funções.

Enquanto durarem as suas funções, os membros da Comissão não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios. Se estes deveres não forem respeitados, pode o Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão, conforme o caso, ordenar a demissão compulsiva do membro em causa, nos termos do [artigo 216.º], ou a perda do seu direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam.

#### Cláusula 221 (ex-artigo 214.º)

*1. Os membros da Comissão são nomeados segundo o procedimento previsto no n.º 2, por um período de cinco anos, sem prejuízo da eventual aplicação do disposto no artigo 201.º.*

*Podem ser reconduzidos nas suas funções.*

*2. O Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo e deliberando por maioria qualificada, designa a personalidade que tenciona nomear Presidente da Comissão; essa designação será aprovada pelo Parlamento Europeu.*



*O Conselho, deliberando por maioria qualificada e de comum acordo com o Presidente designado, aprova a lista das outras personalidades que tenciona nomear membros da Comissão, estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro.*

*O Presidente e os demais membros da Comissão assim designados são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. Após a aprovação pelo Parlamento Europeu, o Presidente e os demais membros da Comissão são nomeados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.*

#### Cláusula 222 (ex-artigo 215.º)

Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções de membro da Comissão cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva.

O membro demissionário, demitido ou falecido será substituído por um novo membro, nomeado pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, pelo período remanescente do seu mandato. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode decidir, **por unanimidade**, pela não substituição durante esse período.

Em caso de demissão voluntária ou compulsiva, ou de morte, o Presidente é substituído pelo período remanescente do seu mandato. É aplicável à substituição do Presidente o procedimento previsto no [n.º 2 do artigo 214.º].

Excepto no caso de demissão compulsiva previsto [no artigo 216.º], os membros da Comissão permanecem em funções até serem substituídos ou até o Conselho decidir, **por unanimidade**, pela não substituição, ~~em conformidade com o segundo parágrafo do presente artigo.~~

#### Cláusula 223 (ex-artigo 216.º)

Qualquer membro da Comissão que deixe de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tenha cometido falta grave pode ser demitido pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão.

#### Cláusula 224 (ex-artigo 217.º)

1. A Comissão actuará sob a orientação política do seu Presidente, que decide da sua organização interna, a fim de assegurar a coerência, a eficácia e a colegialidade da sua acção.
2. As responsabilidades que incumbem à Comissão são estruturadas e distribuídas entre os seus membros pelo Presidente. Este pode alterar a distribuição dessas responsabilidades no decurso do mandato. Os membros da Comissão exercem as funções que lhes foram atribuídas pelo Presidente sob a responsabilidade deste.

3. Após aprovação pelo colégio, o Presidente nomeia vice-presidentes de entre os membros da Comissão.
4. Qualquer membro da Comissão deve apresentar a sua demissão se o Presidente lho pedir, após aprovação pelo colégio.

#### Cláusula 225 (ex-artigo 218.º)

1. O Conselho e a Comissão procederão a consultas recíprocas, organizando, de comum acordo, as modalidades da sua colaboração <sup>1</sup>.
2. A Comissão ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno, de forma a garantir o seu próprio funcionamento e o dos seus serviços, ~~nas condições previstas no presente Tratado~~. A Comissão assegura a publicação desse regulamento interno.

#### Cláusula 226 (ex-artigo 219.º)

As deliberações da Comissão são tomadas por maioria do número de membros previsto no [artigo 213.º].

A Comissão só pode reunir-se validamente se estiver presente o número de membros fixado no seu regulamento interno.

### [SECÇÃO 4

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA] <sup>2</sup>

**As disposições constantes desta secção poderão ter de ser adaptadas na sequência dos trabalhos do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça (CONV 543/03)**

#### Cláusula 227 (ex-artigo 220.º)

No âmbito das respectivas competências, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância garantem o respeito do direito na interpretação e aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

---

<sup>1</sup> Poder-se-ia questionar a utilidade deste número, dada a sua natureza meramente declarativa.

<sup>2</sup> Note-se que o desaparecimento dos pilares poderá ter incidências no âmbito de competências do Tribunal de Justiça. No que respeita à situação actual, ver o actual artigo 46.º do Tratado UE. O Anexo II contém observações complementares sobre esta questão.

Além disso, nas condições previstas no [artigo 225.º-A], podem ser adstritas ao Tribunal de Primeira Instância câmaras jurisdicionais que, em certos domínios específicos, exercerão as competências jurisdicionais previstas ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**.

#### Cláusula 228 (ex-artigo 221.º)

*O Tribunal de Justiça é composto de um juiz por Estado-Membro.*

*O Tribunal de Justiça reúne-se em secções ou em grande secção, em conformidade com as regras previstas para o efeito no seu Estatuto.*

*Nos casos previstos no Estatuto, o Tribunal de Justiça pode também reunir em tribunal pleno.*

#### Cláusula 229 (ex-artigo 222.º)

*O Tribunal de Justiça é assistido por oito advogados-gerais. Se o Tribunal de Justiça lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais.*

*Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas que, nos termos do Estatuto do Tribunal de Justiça, requeiram a sua intervenção.*

#### Cláusula 230 (ex-artigo 223.º)

*Os juizes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reünam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros.*

*De três em três anos, proceder-se-á à substituição parcial dos juizes e dos advogados-gerais, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.*

Os juizes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.

Os juizes e os advogados-gerais cessantes podem ser nomeados de novo.

O Tribunal de Justiça nomeia o seu secretário e estabelece o respectivo estatuto.

O Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo <sup>1</sup>. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

#### Cláusula 231 (ex-artigo 224.º)

*O Tribunal de Primeira Instância é composto de, pelo menos, um juiz por Estado-Membro. O número de juizes é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal seja assistido por advogados-gerais.*

*Os membros do Tribunal de Primeira Instância serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de altas funções jurisdicionais; são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros. De três em três anos, proceder-se-á à sua substituição parcial. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.*

Os juizes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Primeira Instância, que pode ser reeleito.

O Tribunal de Primeira Instância nomeia o seu secretário e ~~estabelece~~ **aprova** o respectivo estatuto.

O Tribunal de Primeira Instância ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça <sup>2</sup>. ~~Esse regulamento é submetido à~~ **O Tribunal de Primeira Instância** delibera após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Salvo disposição em contrário do Estatuto do Tribunal de Justiça, são aplicáveis ao Tribunal de Primeira Instância as disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** relativas ao Tribunal de Justiça.

#### Cláusula 232 (ex-artigo 225.º)

1. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer em primeira instância dos recursos referidos nos [artigos 230.º, 232.º, 235.º, 236.º e 238.º], com excepção dos atribuídos a uma câmara jurisdicional e dos que o Estatuto reservar para o Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal de Primeira Instância seja competente para outras categorias de recursos.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância ao abrigo do presente número podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Justiça limitado às questões de direito, nas condições e limites previstos no Estatuto.

2. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer dos recursos interpostos contra as decisões das câmaras jurisdicionais criadas nos termos do [artigo 225.º-A].

---

<sup>1</sup> Este parágrafo prevê um poder normativo para o Tribunal de Justiça. Há que notar que, actualmente, o projecto de Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (CONV 571/03) não prevê a possibilidade de o Tribunal aprovar actos normativos.

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 223.º.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume I*

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância ao abrigo do presente número podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**.

3. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer das questões prejudiciais, submetidas por força do [artigo 234.º], em matérias específicas determinadas pelo Estatuto.

Quando o Tribunal de Primeira Instância considerar que a causa exige uma decisão de princípio susceptível de afectar a unidade ou a coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**, pode remeter essa causa ao Tribunal de Justiça, para que este delibere sobre ela.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância sobre questões prejudiciais podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**.

#### Cláusula 233 (ex-artigo 225.º-A)

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Justiça, ou a pedido do Tribunal de Justiça e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão,~~ pode criar câmaras jurisdicionais encarregadas de conhecer em primeira instância de certas categorias de recursos em matérias específicas. **O Conselho delibera por unanimidade, quer sob proposta da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

A ~~decisão~~ **medida**<sup>1</sup> que crie uma câmara jurisdicional fixará as regras relativas à composição dessa câmara e especificará o âmbito das competências que lhe forem conferidas.

As decisões das câmaras jurisdicionais podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Primeira Instância limitado às questões de direito ou, quando tal estiver previsto na ~~decisão~~ **medida** que cria a câmara, que incida também sobre as questões de facto.

Os membros das câmaras jurisdicionais serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de funções jurisdicionais. São nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

---

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece ser aqui utilizado na acepção geral, na medida em que não corresponde à definição de decisão que figura no actual artigo 249.º do Tratado CE (a saber, acto com um ou vários destinatários determinados). Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja prever um instrumento específico.

As câmaras jurisdicionais ~~estabelecem~~ **aprovam** o respectivo regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça <sup>1</sup>. ~~Esse regulamento é submetido~~ **As câmaras jurisdicionais deliberam após** aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Salvo disposição em contrário da ~~decisão~~ **medida** que cria a câmara jurisdicional, aplicam-se às câmaras jurisdicionais as disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** relativas ao Tribunal de Justiça e as disposições do seu Estatuto.

#### Cláusula 234 (ex-artigo 226.º)

Se a Comissão considerar que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, formulará um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações.

Se o Estado em causa não proceder em conformidade com este parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

#### Cláusula 235 (ex-artigo 227.º)

Qualquer Estado-Membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

Antes de qualquer Estado-Membro introduzir recurso contra outro Estado-Membro, com fundamento em pretenso incumprimento das obrigações que a este incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, deve submeter o assunto à apreciação da Comissão.

A Comissão formulará um parecer fundamentado, depois de os Estados interessados terem tido oportunidade de apresentar, em processo contraditório, as suas observações escritas e orais.

Se a Comissão não tiver formulado parecer no prazo de três meses a contar da data do pedido, a falta de parecer não impede o recurso ao Tribunal de Justiça.

#### Cláusula 236 (ex-artigo 228.º)

1. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, esse Estado deve tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

2. Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as referidas ~~medidas~~ **disposições**, e após ter dado a esse Estado a possibilidade de apresentar as suas observações, formulará um parecer fundamentado especificando os pontos em que o Estado-Membro não executou o acórdão do Tribunal de Justiça.

---

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 223.º.

Se o referido Estado-Membro não tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça dentro do prazo fixado pela Comissão, esta pode submeter o caso ao Tribunal de Justiça. Ao fazê-lo, indicará o montante da quantia fixa ou progressiva correspondente à sanção pecuniária, a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequada às circunstâncias.

Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou progressiva correspondente a uma sanção pecuniária.

Este procedimento não prejudica o [artigo 227.º].

#### Cláusula 237 (ex-artigo 229.º)

~~os regulamentos adoptados em conjunto pelo~~ **As leis europeias do Parlamento Europeu e pel do Conselho, e pelo as (os) leis europeias /regulamentos europeus <sup>1</sup> do Conselho aprovadas (os)** por força ~~das disposições do presente Tratado da Constituição~~ podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça ~~No que respeita às~~ **para as sanções nelas/neles previstas.**

#### Cláusula 238 (ex-artigo 229.º-A)

Sem prejuízo das restantes disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta ao Parlamento Europeu,~~ **pode aprovar disposições pode aprovar por unanimidade medidas** destinadas a atribuir **que atribuam** ao Tribunal de Justiça, ~~na medida determinada pelo Conselho,~~ competência para decidir sobre litígios ligados à aplicação dos actos aprovados com base ~~do presente Tratado na~~ **Constituição** que criem títulos ~~comunitários~~ de propriedade [industrial] <sup>2</sup> **a nível da União.** O Conselho **deliberará após consulta ao Parlamento Europeu** e recomendará a aprovação dessas ~~disposições medidas~~ pelos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

---

<sup>1</sup> Dado que, de acordo com o projecto de artigos do Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (artigos 25.º e 26.º CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis quer regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> Poderia questionar-se a pertinência desta noção, que parece restritiva e registar que o n.º 7 do artigo 133.º do Tratado CE se refere à noção mais vasta de "propriedade intelectual".

## Cláusula 239 (ex-artigo 230.º) <sup>1</sup>

*O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade dos actos adoptados em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, dos actos do Conselho, da Comissão e do BCE <sup>2</sup>, que não sejam recomendações ou pareceres, e dos actos do Parlamento Europeu destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros. <sup>3</sup>*

*Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão.*

*O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer dos recursos interpostos pelo Tribunal de Contas e pelo BCE com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.*

*Qualquer pessoa singular ou colectiva pode interpor, nas mesmas condições, recurso das decisões **européias** de que seja destinatária e das decisões que, embora tomadas sob a forma de **[lei europeia]** <sup>4</sup>, de regulamento **europeu** ou de decisão **europeia** dirigida a outra pessoa, lhe digam directa e individualmente respeito.*

*Os recursos previstos no presente artigo devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto.*

## Cláusula 240 (ex-artigo 231.º)

Se o recurso tiver fundamento, o Tribunal de Justiça anulará o acto impugnado.

Todavia, ~~no que respeita aos regulamentos,~~ o Tribunal de Justiça indicará, quando o considerar necessário, quais os efeitos do regulamento <sup>5</sup> do acto anulado que se devem considerar subsistentes.

<sup>1</sup> Este artigo é objecto de uma análise específica por parte do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça e, por conseguinte, não é aqui tratado.

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 8.º sobre a conveniência de utilizar abreviaturas na Constituição e sobre a alternativa possível.

<sup>3</sup> No quadro dos debates sobre o Tribunal de Justiça, a Convenção poderia analisar a oportunidade de alargar a competência do Tribunal a que se refere o presente artigo, a fim de abranger os actos, aprovados pelas agências comunitárias e por outros órgãos, destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros. Actualmente, tal competência está prevista por certos regulamentos relativos à criação de agências.

<sup>4</sup> Observe-se que a inserção da palavra "lei" constituiria uma alteração de fundo.

<sup>5</sup> A substituição do termo "regulamento" pelo termo "acto" é uma adaptação necessária a fim de tornar este parágrafo conforme com a jurisprudência através da qual o Tribunal de Justiça manteve os efeitos de actos que não os regulamentos.



#### Cláusula 241 (ex-artigo 232.º)

Se, em violação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão se absterem <sup>1</sup> de se pronunciar, os Estados-Membros e as outras Instituições da ~~Comunidade~~ **União** podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada essa violação.

Este recurso só é admissível se a Instituição em causa tiver sido previamente convidada a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição não tiver tomado posição, o recurso pode ser introduzido dentro de novo prazo de dois meses.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer ao Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das Instituições ~~da Comunidade~~ de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer.

O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer dos recursos interpostos pelo *BCE* no domínio das suas atribuições ou das acções contra este intentadas.

#### Cláusula 242 (ex-artigo 233.º)

A Instituição ou as Instituições de que emane o acto anulado, ou cuja abstenção tenha sido declarada contrária ~~do presente Tratado~~ **à Constituição**, devem tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Esta obrigação não prejudica aquela que decorre da aplicação do [segundo parágrafo do artigo 288.º].

O presente artigo aplica-se igualmente ao *BCE*.

#### Cláusula 243 (ex-artigo 234.º)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre:

- a) A interpretação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**;
- 4) b) A validade e a interpretação dos actos ~~adoptados pelas~~ das Instituições ~~da Comunidade e do BCE~~;
- c) A interpretação dos estatutos dos organismos criados por acto [*do Conselho*], desde que estes estatutos o prevejam <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 230.º sobre a oportunidade do alargamento às agências e a outras entidades.

<sup>2</sup> Pode-se colocar a questão do alcance desta alínea c) em relação à alínea precedente. De qualquer modo, o texto deveria ser adaptado, a fim de ter em conta organismos criados por um acto em co-decisão.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.

#### Cláusula 244 (ex-artigo 235.º)

O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos referidos no [segundo parágrafo do artigo 288.º].

#### Cláusula 245 (ex-artigo 236.º)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre todo e qualquer litígio entre a ~~Comunidade~~ **a União** e os seus agentes, dentro dos limites e condições estabelecidas no estatuto ou decorrentes do regime que a estes é aplicável.

#### Cláusula 246 (ex-artigo 237.º)

Nos limites a seguir indicados, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios respeitantes:

- a) À execução das obrigações dos Estados-Membros, decorrentes dos Estatutos do Banco Europeu de Investimento. O Conselho de Administração do Banco dispõe, para o efeito, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º];
- b) Às deliberações do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento. Qualquer Estado-Membro, a Comissão e o Conselho de Administração do Banco podem interpor recurso nesta matéria, nos termos do [artigo 230.º];
- c) Às deliberações do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. Os recursos destas deliberações só podem ser interpostos, nos termos do [artigo 230.º], pelos Estados-Membros ou pela Comissão e apenas por violação das formalidades previstas nos n.ºs 2 e 5 a 7, inclusive, do artigo 21.º dos Estatutos do Banco;
- d) À execução das obrigações resultantes ~~do Tratado~~ **da Constituição** e dos Estatutos do *SEBC* pelos bancos centrais nacionais. O Conselho do *BCE* disporá, neste contexto, em relação aos bancos centrais nacionais, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º] em relação aos Estados-Membros. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um banco central nacional não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, esse banco central deve tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Cláusula 247 (ex-artigo 238.º)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir com fundamento em cláusula compromissória constante de um contrato de direito público ou de direito privado, celebrado pela ~~Comunidade~~ **União** ou por sua conta.

Cláusula 248 (ex-artigo 239.º)

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer diferendo entre os Estados-Membros, relacionado com o objecto ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, se esse diferendo lhe for submetido por compromisso.

Cláusula 249 (ex-artigo 240.º)

Sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**, os litígios em que a ~~Comunidade~~ **União** seja parte não ficam, por este motivo, subtraídos à competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

Cláusula 250 (ex-artigo 241.º)

Mesmo depois de decorrido o prazo previsto no [quinto parágrafo do artigo 230.º], qualquer parte pode, em caso de litígio que ponha em causa ~~um regulamento adoptado em conjunto por~~ **uma lei europeia** do Parlamento Europeu e ~~por~~ **do Conselho, uma lei europeia do Conselho** ou um regulamento **europeu** do Conselho, da Comissão ou do *BCE*, recorrer aos meios previstos no [segundo parágrafo do artigo 230.º] para arguir, no Tribunal de Justiça, a inaplicabilidade desse ~~regulamento~~ **acto**.

Cláusula 251 (ex-artigo 242.º)

Os recursos perante o Tribunal de Justiça não têm efeito suspensivo. Todavia, o Tribunal de Justiça pode ordenar a suspensão da execução do acto impugnado, se considerar que as circunstâncias o exigem.

Cláusula 252 (ex-artigo 243.º)

O Tribunal de Justiça, nas causas submetidas à sua apreciação, pode ordenar as medidas provisórias necessárias.

Cláusula 253 (ex-artigo 244.º)

Os acórdãos do Tribunal de Justiça têm força executiva, nos termos do [artigo 256.º].

Cláusula 254 (ex-artigo 245.º)

O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado ~~em~~ **num** Protocolo ~~separado~~.

~~O Conselho, deliberando por unanimidade, a pedido do Tribunal de Justiça e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, ou a pedido da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Justiça, pode alterar as disposições do Estatuto, com excepção do Título I.~~  
**O Conselho delibera por unanimidade, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

[SECÇÃO 5

TRIBUNAL DE CONTAS]

Cláusula 255 (ex-artigo 246.º)

A fiscalização das contas é efectuada pelo Tribunal de Contas.

Cláusula 256 (ex-artigo 247.º)

1. *O Tribunal de Contas é composto por um nacional de cada Estado-Membro.*
2. Os membros do Tribunal de Contas serão escolhidos de entre personalidades que pertençam ou tenham pertencido, nos respectivos países, a instituições de fiscalização externa ou que possuam uma qualificação especial para essa função. Devem oferecer todas as garantias de independência.
3. Os membros do Tribunal de Contas são nomeados por um período de seis anos **e podem ser nomeados de novo.** ~~O Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu, aprova, por maioria qualificada, a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. Os membros do Tribunal de Contas podem ser nomeados de novo. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.~~<sup>1</sup>

Os membros do Tribunal de Contas designam de entre si, por um período de três anos, o ~~seu~~ **Presidente do Tribunal de Contas**, que pode ser reeleito.

4. Os membros do Tribunal de Contas exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>1</sup> Parece mais lógico tratar primeiro a questão da duração e da renovação do mandato e depois o processo de nomeação.

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade. Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções.

5. Enquanto durarem as suas funções, os membros do Tribunal de Contas não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios.

6. Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções dos membros do Tribunal de Contas cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva declarada pelo Tribunal de Justiça, nos termos do n.º 7.

O membro em causa será substituído pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício das suas funções.

Salvo no caso de demissão compulsiva, os membros do Tribunal de Contas permanecem em funções até serem substituídos.

7. Os membros do Tribunal de Contas só podem ser afastados das suas funções, ou privados do direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam, se o Tribunal de Justiça declarar verificado, a pedido do Tribunal de Contas, que deixaram de corresponder às condições exigidas ou de cumprir os deveres decorrentes do cargo.

8. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ fixa, **por maioria qualificada**, as condições de emprego, designadamente os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do Presidente e dos membros do Tribunal de Contas. ~~O Conselho fixa, igualmente por maioria qualificada,~~ **bem como** todos os subsídios e abonos que substituam a remuneração.

9. As disposições do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias <sup>1</sup> aplicáveis aos juizes do Tribunal de Justiça são igualmente aplicáveis aos membros do Tribunal de Contas <sup>2</sup>.

#### Cláusula 257 (ex-artigo 248.º)

1. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da ~~Comunidade~~ **União**. O Tribunal de Contas examina igualmente as contas da totalidade das receitas e despesas de qualquer organismo criado pela ~~Comunidade~~ **União**, na medida em que o respectivo acto constitutivo não exclua esse exame.

---

<sup>1</sup> Na sequência da nova denominação da União, deverá ser assegurada a alteração da denominação deste protocolo.

<sup>2</sup> Por uma questão de simplificação, poderá colocar-se a questão de saber se não seria melhor integrar este número directamente no protocolo, como é o caso para os membros das outras Instituições.

O Tribunal de Contas envia ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações a que elas se referem, que será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*. Essa declaração pode ser completada por apreciações específicas sobre cada domínio importante da actividade ~~comunitária~~ **da União**.

2. O Tribunal de Contas examina a legalidade e a regularidade das receitas e despesas e garante a boa gestão financeira. Ao fazê-lo, assinalará, em especial, quaisquer irregularidades.

A fiscalização das receitas efectua-se com base na verificação dos créditos e dos pagamentos feitos à ~~Comunidade~~ **União**.

A fiscalização das despesas efectua-se com base nas autorizações e nos pagamentos.

Estas fiscalizações podem ser efectuadas antes do encerramento das contas do exercício orçamental em causa.

3. A fiscalização é feita com base em documentos e, se necessário, nas próprias instalações das outras Instituições ~~da Comunidade~~, nas instalações de qualquer organismo que efectue a gestão de receitas ou despesas em nome da ~~Comunidade~~ **União**, e nos Estados-Membros, inclusivamente nas instalações de qualquer pessoa singular ou colectiva beneficiária de pagamentos provenientes do orçamento. A fiscalização nos Estados-Membros é feita em colaboração com as instituições de fiscalização nacionais ou, se estas para isso não tiverem competência, com os serviços nacionais competentes. O Tribunal de Contas e as instituições de fiscalização nacionais dos Estados-Membros cooperarão num espírito de confiança, mantendo embora a respectiva independência. Estas instituições ou serviços darão a conhecer ao Tribunal de Contas a sua intenção de participar na fiscalização.

Todos os documentos ou informações necessários ao desempenho das funções do Tribunal de Contas ser-lhe-ão comunicados, a seu pedido, pelas outras Instituições ~~da Comunidade~~, pelos organismos que efectuem a gestão de receitas ou despesas em nome da ~~Comunidade~~ **União**, pelas pessoas singulares ou colectivas beneficiárias de pagamentos provenientes do orçamento e pelas instituições de fiscalização nacionais ou, se estas não tiverem competência para o efeito, pelos serviços nacionais competentes.

No que respeita à actividade de gestão de despesas e receitas ~~comunitárias~~ **da União** exercida pelo Banco Europeu de Investimento, o direito de acesso do Tribunal às informações detidas pelo Banco será regido por um acordo celebrado entre o Tribunal, o Banco e a Comissão. Na ausência de um acordo, o Tribunal terá, contudo, acesso às informações necessárias para efectuar a fiscalização das despesas e receitas ~~comunitárias~~ **da União** geridas pelo Banco.

4. O Tribunal de Contas elabora um relatório anual após o encerramento de cada exercício. Este relatório é transmitido às outras Instituições ~~da Comunidade~~ e publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, acompanhado das respostas das referidas Instituições às observações do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas pode ainda, em qualquer momento, apresentar observações, nomeadamente sob a forma de relatórios especiais, sobre determinadas questões e formular pareceres a pedido de uma das outras Instituições da Comunidade.

O Tribunal de Contas adopta os relatórios anuais, os relatórios especiais ou os pareceres, por maioria dos membros que o compõem. Todavia, pode criar secções para adoptar determinadas categorias de relatórios ou de pareceres nas condições previstas no seu regulamento interno.

O Tribunal de Contas assiste o Parlamento Europeu e o Conselho no exercício da respectiva função de controlo da execução do orçamento.

O Tribunal de Contas ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno. ~~Esse regulamento é submetido à O Tribunal de Contas delibera após~~ aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

## [CAPÍTULO 2

### DISPOSIÇÕES COMUNS A VÁRIAS INSTITUIÇÕES]

#### Artigo 249.º <sup>1</sup>

~~Para o desempenho das suas atribuições e nos termos do presente Tratado, o Parlamento Europeu em conjunto com o Conselho, o Conselho e a Comissão adoptam regulamentos e directivas, tomam decisões e formulam recomendações ou pareceres.~~

~~O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.~~

~~A directiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios.~~

~~A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que designar.~~

~~As recomendações e os pareceres não são vinculativos.~~

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Actos jurídicos da União" do Título V da Parte I (artigo 24.º CONV 571/03).

Cláusula 258 (ex-artigo 250.º) <sup>1</sup>

1. *Sempre que, por força do presente Tratado, um acto do Conselho seja adoptado sob proposta da Comissão, o Conselho só pode aprovar um acto que constitua alteração dessa proposta deliberando por unanimidade, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 251.º.*

2. *Enquanto o Conselho não tiver deliberado, a Comissão pode alterar a sua proposta em qualquer fase dos procedimentos para a aprovação de um acto comunitário.*

Cláusula 259 (ex-artigo 251.º) <sup>2</sup>

1. *Sempre que no presente Tratado se remeta para o presente artigo para a aprovação de um acto, aplicar-se-á o processo a seguir enunciado.*

2. *A Comissão apresenta uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, após parecer do Parlamento Europeu:*

- *se aprovar todas as emendas constantes do parecer do Parlamento Europeu, pode aprovar o acto proposto assim alterado;*
- *se o Parlamento Europeu não propuser emendas, pode aprovar o acto proposto;*
- *nos demais casos, adopta uma posição comum e transmite-a ao Parlamento Europeu. O Conselho informa plenamente o Parlamento Europeu das razões que o conduziram a aprovar a posição comum. A Comissão informa plenamente o Parlamento Europeu da sua posição.*

*Se, no prazo de três meses após essa comunicação, o Parlamento Europeu:*

- a) *Aprovar a posição comum ou não se tiver pronunciado, considera-se que o acto em causa foi adoptado nos termos dessa posição comum;*
- b) *Rejeitar a posição comum por maioria absoluta dos membros que o compõem, considera-se que o acto proposto não foi adoptado;*
- c) *Propuser emendas à posição comum por maioria absoluta dos membros que o compõem, o texto assim alterado será enviado ao Conselho e à Comissão, que emitirá parecer sobre essas emendas.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no quadro da Parte I da Constituição e, por conseguinte, não é aqui tratado.

<sup>2</sup> Este artigo deverá ser adaptado em função do artigo 250.º do Tratado CE e das recomendações do Grupo IX sobre a Simplificação e, por conseguinte, não é aqui tratado.



3. *Se, no prazo de três meses após a recepção das emendas do Parlamento Europeu, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, aprovar todas essas emendas, considera-se que o acto em causa foi adoptado sob a forma da posição comum assim alterada; todavia, o Conselho delibera por unanimidade sobre as emendas em relação às quais a Comissão tenha dado parecer negativo. Se o Conselho não aprovar todas as emendas, o Presidente do Conselho, de acordo com o Presidente do Parlamento Europeu, convoca o Comité de Conciliação no prazo de seis semanas.*
4. *O Comité de Conciliação, que reúne os membros do Conselho ou os seus representantes e igual número de representantes do Parlamento Europeu, tem por missão chegar a acordo sobre um projecto comum, por maioria qualificada dos membros do Conselho ou dos seus representantes e por maioria dos representantes do Parlamento Europeu. A Comissão participa nos trabalhos do Comité de Conciliação e toma todas as iniciativas necessárias para promover uma aproximação das posições do Parlamento Europeu e do Conselho. No cumprimento da sua missão, o Comité de Conciliação analisa a posição comum com base nas emendas propostas pelo Parlamento Europeu.*
5. *Se, no prazo de seis semanas após ter sido convocado, o Comité de Conciliação aprovar um projecto comum, o Parlamento Europeu e o Conselho disporão de um prazo de seis semanas a contar dessa aprovação para aprovar o acto em causa de acordo com o projecto comum, por maioria absoluta dos votos expressos, no caso do Parlamento Europeu, e por maioria qualificada, no caso do Conselho. Se qualquer destas Instituições não aprovar o acto proposto dentro desse prazo, considera-se que não foi adoptado.*
6. *Quando o Comité de Conciliação não aprovar um projecto comum, considera-se que o acto proposto não foi adoptado.*
7. *Os prazos de três meses e de seis semanas a que se refere o presente artigo podem ser prorrogados, respectivamente, por um mês e por duas semanas, no máximo, por iniciativa do Parlamento Europeu ou do Conselho.]*

#### Artigo 252.º <sup>1</sup>

~~Sempre que no presente Tratado se remeta para o presente artigo para a de uma acto, é aplicável o seguinte procedimento:~~

- a) ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer do Parlamento Europeu, adopta uma posição comum.~~
- b) ~~A posição comum do Conselho é transmitida ao Parlamento Europeu. O Conselho e a Comissão informam plenamente o Parlamento Europeu das razões que conduziram o Conselho a adoptar a sua posição comum, bem como da posição da Comissão.~~

---

<sup>1</sup> Artigo suprimido, ver o relatório do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação, página 16.

~~Se, no prazo de três meses após essa comunicação, o Parlamento Europeu aprovar essa posição comum ou se não se tiver pronunciado nesse prazo, o Conselho adopta definitivamente o acto em causa de acordo com a posição comum.~~

- ~~e) — O Parlamento Europeu pode, no prazo de três meses a que se refere a alínea b), por maioria absoluta dos membros que o compõem, propor alterações à posição comum do Conselho. O Parlamento Europeu pode igualmente, pela mesma maioria, rejeitar a posição comum do Conselho. O resultado das deliberações é transmitido ao Conselho e à Comissão.~~

~~— Se o Parlamento Europeu tiver rejeitado a posição comum do Conselho, este só pode deliberar em segunda leitura por unanimidade.~~

- ~~d) — A Comissão reexamina, no prazo de um mês, a proposta em que o Conselho se baseou ao adoptar a posição comum, a partir das alterações propostas pelo Parlamento Europeu.~~

~~A Comissão transmite ao Conselho, simultaneamente com a sua proposta reexaminada, as alterações do Parlamento Europeu que não tenham recebido o seu acordo, acompanhadas de um parecer sobre estas. O Conselho pode adoptar essas alterações por unanimidade.~~

- ~~e) — O Conselho, deliberando por maioria qualificada, adopta a proposta reexaminada da Comissão.~~

~~O Conselho só pode alterar a proposta reexaminada da Comissão por unanimidade.~~

- ~~f) — Nos casos referidos nas alíneas c), d) e e), o Conselho deve deliberar no prazo de três meses. Se não houver decisão nesse prazo, considera-se que a proposta da Comissão não foi adoptada.~~

- ~~g) — Os prazos referidos nas alíneas b) e f) podem ser prorrogados por comum acordo entre o Conselho e o Parlamento Europeu, por um mês, no máximo.~~

#### ~~Artigo 253.º<sup>1</sup>~~

~~Os regulamentos, directivas e decisões adoptados em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, e esses mesmos actos adoptados pelo Conselho e pela Comissão serão fundamentados e referir-se-ão às propostas ou pareceres obrigatoriamente obtidos por força do presente Tratado.~~

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Princípios comuns aos actos da União" do Título V da Parte I (artigo 32.º CONV 571/03).

## Artigo 254.º<sup>1</sup>

~~1. — Os regulamentos, directivas e decisões adoptados de acordo com o procedimento a que se refere o artigo 251.º são assinados pelo Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente do Conselho e publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*, entrando em vigor na data por eles fixada ou, na falta desta, no vigésimo dia seguinte ao da publicação.~~

~~2. — Os regulamentos do Conselho e da Comissão, assim como as directivas destas Instituições dirigidas a todos os Estados-Membros, são publicados no *Jornal Oficial da União Europeia* e entram em vigor na data por eles fixada ou, na falta desta, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.~~

~~3. — As outras directivas, bem como as decisões, são notificadas aos respectivos destinatários produzindo efeitos mediante essa notificação.~~

## Cláusula 260 (ex-artigo 255.º)<sup>2</sup>

1. *Todos os cidadãos da União e todas as pessoas singulares ou colectivas que residam ou tenham a sua sede social num Estado-Membro têm direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, sob reserva dos princípios e condições a definir nos termos dos n.ºs 2 e 3.*

2. *Os princípios gerais e os limites que, por razões de interesse público ou privado, hão-de reger o exercício do direito de acesso aos documentos serão definidos pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.*

3. *Cada uma das citadas Instituições estabelecerá, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.*

## Cláusula 261 (ex-artigo 256.º)

Constituem título executivo as ~~decisões~~ **medidas**<sup>3</sup> do Conselho, ~~ou~~ da Comissão ou do **Banco Central Europeu**<sup>4</sup> que imponham uma obrigação pecuniária a pessoas que não sejam Estados.

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Publicação e entrada em vigor" do Título V da Parte I (artigo 33.º CONV 571/03).

<sup>2</sup> Este artigo poderá ser retomado na Parte I da Constituição (ver CONV 369/02) não sendo, por conseguinte, aqui tratado. Todavia, sugere-se que a Convenção analise a oportunidade de alargar a obrigação a que se refere o presente artigo às agências e outras entidades. Actualmente, tal obrigação está prevista em certos regulamentos relativos à criação de agências.

<sup>3</sup> O termo "decisão" é aqui utilizado na acepção geral e, por conseguinte, sugere-se que seja substituído por "medidas", a fim de se ter em conta o facto de poder abranger outros tipos de actos.

<sup>4</sup> Este aditamento permite proceder à supressão do quarto parágrafo do n.º 2 do artigo 110.º do Tratado CE, que remete para o presente artigo.

A execução é regulada pelas normas de processo civil em vigor no Estado-**Membro** em cujo território se efectuar. A fórmula executória é aposta, sem outro controlo além da verificação da autenticidade do título, pela autoridade nacional que o Governo de cada um dos Estados-Membros designará para o efeito e de que ~~dará conhecimento à~~ **informará a** Comissão e ao Tribunal de Justiça.

Após o cumprimento destas formalidades a pedido do interessado, este pode promover a execução, recorrendo directamente ao órgão competente, em conformidade com a legislação nacional.

A execução só pode ser suspensa por força de uma decisão do Tribunal de Justiça. No entanto, a fiscalização da regularidade das ~~medidas~~ **disposições** de execução é da competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

### [CAPÍTULO 3

### COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL] <sup>1</sup>

#### Cláusula 262 (ex-artigo 257.º)

É instituído um Comité Económico e Social, de natureza consultiva.

O Comité é composto por representantes das diferentes componentes de carácter económico e social da sociedade civil organizada, designadamente dos produtores, agricultores, transportadores, trabalhadores, comerciantes e artífices, das profissões liberais, dos consumidores e do interesse geral.

#### Cláusula 263 (ex-artigo 258.º)

*O número de membros do Comité Económico e Social não será superior a trezentos e cinquenta.*

---

<sup>1</sup> Sugere-se que se examine a questão de saber se, de acordo com a denominação utilizada actualmente por este Comité, não deveria ser aditado o termo "europeu".

*O número de membros do Comité é estabelecido do seguinte modo:*

<i>Bélgica</i>	<i>12</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>9</i>
<i>Alemanha</i>	<i>24</i>
<i>Grécia</i>	<i>12</i>
<i>Espanha</i>	<i>21</i>
<i>França</i>	<i>24</i>
<i>Irlanda</i>	<i>9</i>
<i>Itália</i>	<i>24</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>12</i>
<i>Áustria</i>	<i>12</i>
<i>Portugal</i>	<i>12</i>
<i>Finlândia</i>	<i>9</i>
<i>Suécia</i>	<i>12</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>24</i>

Os membros do Comité não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercerão as suas funções com plena independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, **aprova por maioria qualificada as medidas que fixam** os subsídios dos membros do Comité.

#### Cláusula 264 (ex-artigo 259.º)

~~1.—Os membros do Comité são nomeados por quatro anos, sob proposta dos Estados—~~  
~~Membros~~ <sup>1</sup> **e podem ser reconduzidos nas suas funções.** O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, aprova, **por maioria qualificada**, a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. ~~Os membros do Comité podem ser reconduzidos nas suas funções.~~ <sup>2</sup>

2.—O Conselho ~~consultará a~~ **deliberará após consulta à** Comissão, podendo obter o parecer das organizações europeias representativas dos diferentes sectores económicos e sociais interessados nas actividades da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Cláusula 265 (ex-artigo 260.º)

O Comité designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos.

O Comité ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno.

---

<sup>1</sup> A referência à proposta dos Estados-Membros constitui uma duplicação relativamente à frase seguinte.  
<sup>2</sup> O Grupo considera mais lógico tratar primeiro a questão da duração e da renovação do mandato e depois o processo de nomeação.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do **Parlamento Europeu**,<sup>1</sup> do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

#### Cláusula 266 (ex-artigo 261.º)

O Comité compreende secções especializadas para os principais sectores abrangidos ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**.

O funcionamento das secções especializadas exercer-se-á no âmbito das competências gerais do Comité. As secções especializadas não podem ser consultadas independentemente do Comité.

Podem, por outro lado, ser instituídos, no seio do Comité, subcomités, chamados a elaborar projectos de pareceres a submeter à consideração do Comité sobre questões ou em domínios determinados.

O regulamento interno fixará as modalidades de composição e as normas de competência das secções especializadas e dos subcomités.

#### Cláusula 267 (ex-artigo 262.º)

O Comité será obrigatoriamente consultado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, podendo **em todos os outros casos** ser consultado por estas Instituições ~~sempre que o considerem oportuno~~. O Comité pode **igualmente** tomar a iniciativa de emitir parecer, sempre que o considere oportuno.

**O Parlamento Europeu**, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

O parecer do Comité e o da secção especializada, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao **Parlamento Europeu**, ao Conselho e à Comissão.

~~O Comité pode ser consultado pelo Parlamento Europeu.~~<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Esta alteração, bem como as alterações relativas aos artigos 262.º, 264.º e 265.º, são oportunas a fim de colocar o Parlamento Europeu em pé de igualdade com o Conselho no âmbito do processo legislativo, como foi recomendado no relatório do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação, CONV 424/02, página 15.

<sup>2</sup> Esta supressão resulta das outras alterações introduzidas no presente artigo, ver nota de rodapé relativa ao artigo 260.º.

## [CAPÍTULO 4

### COMITÉ DAS REGIÕES]

#### Cláusula 268 (ex-artigo 263.º)

É instituído um comité de natureza consultiva, adiante designado por "Comité das Regiões", composto por representantes das autarquias regionais e locais, quer titulares de um mandato eleitoral a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.

*O número de membros do Comité das Regiões não será superior a trezentos e cinquenta.*

*O número de membros do Comité é estabelecido do seguinte modo:*

<i>Bélgica</i>	<i>12</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>9</i>
<i>Alemanha</i>	<i>24</i>
<i>Grécia</i>	<i>12</i>
<i>Espanha</i>	<i>21</i>
<i>França</i>	<i>24</i>
<i>Irlanda</i>	<i>9</i>
<i>Itália</i>	<i>24</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>12</i>
<i>Áustria</i>	<i>12</i>
<i>Portugal</i>	<i>12</i>
<i>Finlândia</i>	<i>9</i>
<i>Suécia</i>	<i>12</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>24</i>

Os membros do Comité, bem como igual número de suplentes, são nomeados por quatro anos, ~~sob proposta dos respectivos Estados-Membros~~<sup>1</sup>. Podem ser reconduzidos nas suas funções. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, aprova, **por maioria qualificada**, a lista dos membros efectivos e suplentes estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas ~~por cada um dos respectivos Estados-Membros~~. O mandato dos membros do Comité cessa automaticamente no termo do mandato, referido no primeiro parágrafo, em virtude do qual foram propostos, sendo substituídos pelo período remanescente do mandato no Comité de acordo com o mesmo processo. Nenhum membro do Comité pode ser simultaneamente membro do Parlamento Europeu.

Os membros do Comité não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercerão as suas funções com plena independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>1</sup> A referência à proposta dos Estados-Membros constitui uma duplicação relativamente à frase seguinte.

Cláusula 269 (ex-artigo 264.º)

O Comité das Regiões designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos.

O Comité ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do **Parlamento Europeu**, do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

Cláusula 270 (ex-artigo 265.º)

O Comité das Regiões será consultado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e em todos os outros casos, nomeadamente aqueles que digam respeito à cooperação transfronteiriça, em que uma destas Instituições o considere oportuno.

O **Parlamento Europeu**, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

Sempre que o Comité Económico e Social seja consultado ao abrigo do [artigo 262.º], o Comité das Regiões será informado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão desse pedido de parecer. ~~[Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos, o Comité das Regiões pode emitir parecer a esse respeito]~~<sup>1</sup>

~~O Comité das Regiões pode ser consultado pelo Parlamento Europeu.~~<sup>2</sup>

~~Sempre que o considerar oportuno,~~ **Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos**, o Comité das Regiões pode emitir parecer por sua própria iniciativa.

O parecer do Comité, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao **Parlamento Europeu**, ao Conselho e à Comissão.

---

<sup>1</sup> É sugerida a fusão desta frase com o penúltimo parágrafo do presente artigo, tendo em conta que este último prevê que o Comité possa, em todos os casos, emitir parecer por sua própria iniciativa.

<sup>2</sup> Esta supressão resulta das outras alterações introduzidas no presente artigo, ver nota de rodapé relativa ao artigo 260.º.



## [CAPÍTULO 5

### BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO]

#### Cláusula 271 (ex-artigo 266.º)

O Banco Europeu de Investimento goza de personalidade jurídica.

Os Estados-Membros são os membros do Banco Europeu de Investimento.

Os Estatutos do Banco Europeu de Investimento constam de um Protocolo ~~anexo ao presente Tratado. O Conselho, deliberando por unanimidade, a pedido do Banco Europeu de Investimento e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, ou a pedido da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Banco Europeu de Investimento,~~ pode alterar os artigos 4.º, 11.º e 12.º e o n.º 5 do artigo 18.º dos referidos Estatutos. **O Conselho delibera por unanimidade, quer a pedido do Banco Europeu de Investimento e após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão e após consulta ao Banco Europeu de Investimento. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

#### Cláusula 272 (ex-artigo 267.º)

O Banco Europeu de Investimento tem por missão contribuir, recorrendo ao mercado de capitais e utilizando os seus próprios recursos, para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do mercado ~~comum~~ **interno** no interesse da ~~Comunidade~~ **União**. Para o efeito, o Banco facilitará, mediante a concessão de empréstimos e de garantias, sem prosseguir qualquer fim lucrativo, o financiamento dos seguintes projectos, em todos os sectores da economia:

- a) Projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;
- b) Projectos de modernização ou reconversão de empresas, ou de criação de novas actividades necessárias ao estabelecimento progressivo do mercado ~~comum~~ **interno** que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros;
- c) Projectos de interesse comum para vários Estados-Membros que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros.

No cumprimento da sua missão, o Banco facilitará o financiamento de programas de investimento em articulação com as intervenções dos fundos estruturais e dos demais instrumentos financeiros ~~comunitários~~ **da União**.

## [TÍTULO II <sup>1</sup>

### DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS]

#### Cláusula 273 (ex-artigo 268.º) <sup>2</sup>

*Todas as receitas e despesas da Comunidade, incluindo as relativas ao Fundo Social Europeu, devem ser objecto de previsões para cada exercício orçamental e ser inscritas no orçamento.*

*As despesas administrativas ocasionadas às Instituições pelas disposições do Tratado da União Europeia relativas à política externa e de segurança comum e à cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos <sup>3</sup> ficarão a cargo do orçamento. As despesas operacionais ocasionadas pela aplicação das referidas disposições podem, nas condições nelas referidas, ficar a cargo do orçamento.*

*As receitas e despesas previstas no orçamento devem estar equilibradas.*

#### Cláusula 274 (ex-artigo 269.º)

*O orçamento é integralmente financiado por recursos próprios, sem prejuízo de outras receitas.*

*O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, aprova as disposições relativas ao sistema de recursos próprios da Comunidade, cuja aprovação recomendará aos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

#### Cláusula 275 (ex-artigo 270.º)

*Para assegurar a manutenção da disciplina orçamental, a Comissão não apresentará propostas de actos comunitários, não alterará as suas propostas nem aprovará medidas de execução susceptíveis de ter uma incidência sensível no orçamento, sem dar a garantia de que essas propostas ou medidas podem ser financiadas nos limites dos recursos próprios da Comunidade decorrentes das disposições estabelecidas pelo Conselho por força do artigo 269.º.*

---

<sup>1</sup> Certas disposições deste título poderão ser retomadas na Parte I da Constituição, ver CONV 369/02.

<sup>2</sup> Os artigos 268.º a 273.º deverão ser analisados pela Convenção no quadro da Parte I e, por conseguinte, não são aqui tratados.

<sup>3</sup> Esta referência não está de acordo com as alterações introduzidas pelo Tratado de Amesterdão no Tratado UE, sendo o título correcto "disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal".

#### Cláusula 276 (ex-artigo 271.º)

*Salvo disposição em contrário da regulamentação adoptada por força do [artigo 279.º], as despesas inscritas no orçamento são autorizadas para o período de um ano financeiro.*

*Os créditos que não tenham sido utilizados até ao final do ano financeiro, exceptuando os respeitantes às despesas de pessoal, podem transitar para o ano financeiro seguinte, e unicamente para esse, nas condições que serão fixadas em execução do [artigo 279.º].*

*Os créditos são especificados em capítulos, agrupando as despesas segundo a sua natureza ou destino, e subdivididos, quando necessário, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do [artigo 279.º].*

*As despesas do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão e do Tribunal de Justiça são objecto de partes separadas do orçamento, sem prejuízo de um regime especial destinado a certas despesas comuns.*

#### Cláusula 277 (ex-artigo 272.º)

1. *O ano financeiro tem início em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.*
2. *Cada uma das Instituições da Comunidade elaborará, antes de 1 de Julho, uma previsão das suas despesas. A Comissão reunirá essas previsões num anteprojecto de orçamento, juntando-lhe um parecer que pode incluir previsões divergentes.*

*Este anteprojecto compreenderá uma previsão das receitas e uma previsão das despesas.*

3. *A Comissão deve submeter à apreciação do Conselho o anteprojecto do orçamento, o mais tardar até 1 de Setembro do ano que antecede o da execução do orçamento.*

*O Conselho consultará a Comissão e, se for caso disso, as outras Instituições interessadas, sempre que pretenda afastar-se desse anteprojecto.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, elaborará o projecto de orçamento e transmiti-lo-á ao Parlamento Europeu.*

4. *O projecto de orçamento deve ser submetido à apreciação do Parlamento Europeu o mais tardar até 5 de Outubro do ano que antecede o da execução do orçamento.*

*O Parlamento Europeu tem o direito de alterar, por maioria dos membros que o compõem, o projecto de orçamento e de propor ao Conselho, por maioria absoluta dos votos expressos, modificações ao projecto, relativas às despesas que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste.*

*Se, no prazo de quarenta e cinco dias após comunicação do projecto de orçamento, o Parlamento Europeu tiver dado a sua aprovação, o orçamento fica definitivamente aprovado. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver alterado o projecto de orçamento nem tiver proposto modificações, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado.*

*Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu tiver adoptado alterações ou proposto modificações, o projecto de orçamento, assim alterado ou incluindo as propostas de modificação, será transmitido ao Conselho.*

*5. Após discussão do projecto de orçamento com a Comissão e, se for caso disso, com as outras Instituições interessadas, o Conselho deliberará nas condições seguintes:*

- a) O Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, modificar qualquer uma das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu;*
- b) No que diz respeito às propostas de modificação:*
  - se uma modificação proposta pelo Parlamento Europeu não tiver por efeito aumentar o montante global das despesas de uma Instituição, nomeadamente porque o aumento das despesas que ela implica seria expressamente compensado por uma ou várias modificações propostas que comportassem uma correspondente diminuição das despesas, o Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, rejeitar essa proposta de modificação. Na falta de uma decisão de rejeição, a proposta de modificação será aceite;*
  - se uma modificação proposta pelo Parlamento Europeu tiver por efeito aumentar o montante global das despesas de uma Instituição, o Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, aceitar essa proposta de modificação. Na falta de uma decisão de aceitação, a proposta de modificação será rejeitada;*
  - se, nos termos de um dos dois travessões anteriores, o Conselho tiver rejeitado uma proposta de modificação, pode, deliberando por maioria qualificada, quer manter o montante inscrito no projecto de orçamento quer fixar outro montante.*

*O projecto de orçamento será modificado em função das propostas de modificação aceites pelo Conselho.*

*Se, no prazo de quinze dias após comunicação do projecto de orçamento, o Conselho não tiver modificado nenhuma das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu e tiver aceite as propostas de modificação por ele apresentadas, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado. O Conselho informará o Parlamento Europeu de que não modificou nenhuma das alterações e de que aceitou as propostas de modificação.*

*Se, dentro do mesmo prazo, o Conselho tiver modificado uma ou várias das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu ou se as propostas de modificação por ele apresentadas tiverem sido rejeitadas ou modificadas, o projecto de orçamento modificado será novamente transmitido ao Parlamento Europeu. O Conselho expor-lhe-á o resultado das suas deliberações.*

6. No prazo de quinze dias após comunicação do projecto de orçamento, o Parlamento Europeu, informado sobre o seguimento dado às suas propostas de modificação, pode, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, alterar ou rejeitar as modificações introduzidas pelo Conselho às suas alterações e, conseqüentemente, aprovar o orçamento. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver deliberado, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado.

7. Terminado o processo previsto no presente artigo, o Presidente do Parlamento Europeu declarará verificado que o orçamento se encontra definitivamente aprovado.

8. Todavia, o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e dois terços dos votos expressos, pode, por motivo importante, rejeitar o projecto de orçamento e solicitar que um novo projecto lhe seja submetido.

9. Para a totalidade das despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, será fixada anualmente uma taxa máxima de aumento, em relação às despesas da mesma natureza do ano financeiro em curso.

A Comissão, após consulta do Comité de Política Económica, fixará esta taxa máxima, que resulta da:

- evolução do produto nacional bruto em volume na Comunidade;
- variação média dos orçamentos dos Estados-Membros;
- e
- evolução do custo de vida durante o último ano financeiro.

A taxa máxima será comunicada, antes de 1 de Maio, a todas as Instituições da Comunidade. Estas Instituições devem respeitá-la no decurso do processo orçamental, sem prejuízo do disposto nos quarto e quinto parágrafos do presente número.

Se, para as despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, a taxa de aumento resultante do projecto de orçamento elaborado pelo Conselho for superior a metade da taxa máxima, o Parlamento Europeu, no exercício de seu direito de alterar, pode ainda aumentar o montante total das despesas referidas, até ao limite de metade da taxa máxima.

Quando o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão entenderem que as actividades das Comunidades exigem que se ultrapasse a taxa estabelecida de acordo com o processo definido no presente número, pode ser fixada uma nova taxa, por acordo entre o Conselho, deliberando por maioria qualificada, e o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos.

10. Cada Instituição exercerá os poderes que lhe são atribuídos pelo presente artigo, no respeito pelas disposições do Tratado e dos actos adoptados por força deste, nomeadamente em matéria de recursos próprios das Comunidades e de equilíbrio entre as receitas e as despesas.

#### Cláusula 278 (ex-artigo 273.º)

*Se, no início de um ano financeiro, o orçamento ainda não tiver sido votado, as despesas podem ser efectuadas mensalmente, por capítulo ou segundo outra subdivisão, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 279.º, e até ao limite de um duodécimo dos créditos abertos no orçamento do ano financeiro anterior. Esta medida não pode ter por efeito colocar à disposição da Comissão créditos superiores ao duodécimo dos previstos no projecto de orçamento em preparação.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode, desde que se respeitem as outras condições previstas no primeiro parágrafo, autorizar despesas que excedam o referido duodécimo.*

*Se esta decisão disser respeito a despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, o Conselho transmiti-la-á imediatamente ao Parlamento Europeu. No prazo de trinta dias, o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, pode tomar uma decisão diferente sobre estas despesas, no que diz respeito à parte que excede o duodécimo a que se refere o primeiro parágrafo. Esta parte da decisão do Conselho fica suspensa até que o Parlamento Europeu tenha tomado a sua decisão. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver tomado uma decisão diferente da decisão do Conselho, esta última considera-se definitivamente adoptada.*

*As decisões a que se referem os segundo e terceiro parágrafos devem prever as medidas necessárias, em matéria de recursos, tendo em vista a aplicação do presente artigo.*

#### Cláusula 279 (ex-artigo 274.º)

A Comissão executa o orçamento nos termos ~~da regulamentação adoptada~~ **das leis europeias/dos regulamentos europeus aprovada(o)s** em execução do [artigo 279.º], sob sua própria responsabilidade e até ao limite das dotações concedidas, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os Estados-Membros cooperarão com a Comissão a fim de assegurar que as dotações sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

A **lei europeia/regulamento europeu** deve prever normas específicas segundo as quais cada Instituição participa na execução das suas despesas próprias.

Dentro do orçamento e nos limites e condições fixados pela **lei europeia/regulamento europeu** ~~adoptada~~ **aprovada(o)** por força do [artigo 279.º], a Comissão pode proceder a transferências de dotações, quer de capítulo para capítulo quer de subdivisão para subdivisão.

#### Cláusula 280 (ex-artigo 275.º)

A Comissão apresentará todos os anos ao **Parlamento Europeu** e ao Conselho ~~e ao Parlamento Europeu~~ as contas do ano financeiro findo relativas às operações orçamentais. A Comissão comunicar-lhes-á, além disso, um balanço financeiro que descreva o activo e o passivo da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Cláusula 281 (ex-artigo 276.º)

1. O Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, que delibera por maioria qualificada, dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento. Para o efeito, o Parlamento Europeu examina, posteriormente ao Conselho, as contas e o balanço financeiro a que se refere o [artigo 275.º] e o relatório anual do Tribunal de Contas, acompanhado das respostas das Instituições fiscalizadas às observações do Tribunal de Contas, a declaração de fiabilidade prevista no [n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 248.º], bem como quaisquer relatórios especiais pertinentes deste Tribunal.

2. Antes de dar quitação à Comissão, ou para qualquer outro efeito relacionado com o exercício das atribuições desta Instituição em matéria de execução do orçamento, o Parlamento Europeu pode solicitar que a Comissão seja ouvida sobre a execução das despesas ou o funcionamento dos sistemas de controlo financeiro. A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, a pedido deste, todas as informações necessárias.

3. A Comissão tomará todas as medidas necessárias para dar seguimento às observações que acompanham as decisões de quitação e às demais observações do Parlamento Europeu sobre a execução das despesas, bem como aos comentários que acompanharem as recomendações de quitação aprovadas pelo Conselho.

A pedido do Parlamento Europeu ou do Conselho, a Comissão apresentará um relatório sobre as medidas tomadas em função dessas observações e comentários, e nomeadamente sobre as instruções dadas aos serviços encarregados da execução do orçamento. Esses relatórios serão igualmente enviados ao Tribunal de Contas.

#### Cláusula 282 (ex-artigo 277.º)

O orçamento será elaborado ~~na unidade de conta fixada em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 279.º~~ **em euros**.

#### Cláusula 283 (ex-artigo 278.º)

A Comissão, desde que informe do facto as autoridades competentes dos Estados-Membros interessados, pode transferir para a moeda de um dos Estados-Membros os haveres que detenha na moeda de outro Estado-Membro, na medida em que se torne necessário utilizar tais haveres para os fins previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**. A Comissão evitará, na medida do possível, proceder a tais transferências, caso detenha haveres disponíveis ou realizáveis nas moedas de que necessita.

A Comissão tratará com cada um dos Estados-Membros por intermédio da autoridade por este designada. Na execução das operações financeiras, a Comissão recorrerá ao Banco emissor do Estado-Membro interessado ou a qualquer outra instituição financeira por este aprovada.

#### Cláusula 284 (ex-artigo 279.º)

1. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do Tribunal de Contas~~:

- a) ~~Adopta~~ **Aprova as leis financeiras europeias/os regulamentos financeiros europeus**<sup>1</sup> que especifiquem, nomeadamente, as modalidades relativas à elaboração e execução do orçamento e à prestação e fiscalização das contas;
- b) Determina as regras relativas à responsabilidade dos auditores financeiros, dos gestores orçamentais e dos contabilistas, assim como ao seu controlo.

**O Conselho delibera por unanimidade e**, a partir de 1 de Janeiro de 2007, ~~o Conselho delibera por maioria qualificada. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do ao Tribunal de Contas.~~

2. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão ~~e após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do Tribunal de Contas~~, **aprova, por unanimidade, as medidas que** fixam as modalidades e o processo segundo os quais as receitas orçamentais previstas no regime dos recursos próprios da ~~Comunidade~~ **União** são colocadas à disposição da Comissão, **bem como e estabelece** as medidas a aplicar para fazer face, se necessário, às necessidades de tesouraria. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Contas.**

#### Cláusula 285 (ex-artigo 280.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros combaterão as fraudes e quaisquer outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade-União~~, por meio de medidas a tomar ao abrigo do presente artigo, que tenham um efeito dissuasor e proporcionem uma protecção efectiva nos Estados-Membros.

2. Para combater as fraudes lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade-União~~, os Estados-Membros tomarão ~~medidas~~ **disposições** análogas às que tomarem para combater as fraudes lesivas dos seus próprios interesses financeiros.

---

<sup>1</sup> Dado que, de acordo com o projecto de artigos do Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (artigos 25.º e 26.º, doc. CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis quer regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).



3. Sem prejuízo de outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, os Estados-Membros coordenarão as respectivas acções no sentido de defender os interesses financeiros da ~~Comunidade-União~~ contra a fraude. Para o efeito, organizarão, em conjunto com a Comissão, uma colaboração estreita e regular entre as autoridades competentes.

4. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão**, ~~deliberando nos termos de~~ **de acordo com o processo artigo 251.º e após consulta ao Tribunal de Contas legislativo**, adoptará as medidas necessárias nos domínios da prevenção e combate das fraudes lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade-União~~, tendo em vista proporcionar uma protecção efectiva e equivalente nos Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Tribunal de Contas**. Estas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

5. A Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, apresentará anualmente ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre as medidas ~~tomadas e disposições~~ **aprovadas** em aplicação do presente artigo.

### [OUTRAS DISPOSIÇÕES] <sup>1</sup>

#### Cláusula 286 (ex-artigo 11.º) <sup>2</sup>

1. *Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos no presente Tratado devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, que pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.*

2. *A autorização para dar início à cooperação reforçada a que se refere o n.º 1 é concedida, no respeito dos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu. Quando a cooperação reforçada vise um domínio abrangido pelo processo previsto no artigo 251.º do presente Tratado, é necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu.*

*Qualquer membro do Conselho pode pedir que o assunto seja levado ao Conselho Europeu. Nessa sequência, o Conselho pode deliberar nos termos do disposto no primeiro parágrafo.*

3. *Salvo disposição em contrário contida no presente artigo e nos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, os actos e decisões necessários à execução das acções de cooperação reforçada ficam sujeitos a todas as disposições aplicáveis do presente Tratado.*

---

<sup>1</sup> Sugestão de novo título que não constava da estrutura de 28 de Outubro de 2002.

<sup>2</sup> Os artigos 11.º e 11.º-A serão analisados pela Convenção.

Cláusula 287 (ex-artigo 11.º-A)

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 11.º notificará a sua intenção ao Conselho e à Comissão, que apresentará um parecer ao Conselho no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação. No prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão tomará uma decisão sobre a questão, bem como sobre eventuais disposições específicas que julgue necessárias.*

Cláusula 288 (ex-artigo 282.º)

Em cada um dos Estados-Membros a ~~Comunidade~~ **União** goza da mais ampla capacidade jurídica reconhecida às pessoas colectivas pelas legislações nacionais, podendo, designadamente, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e estar em juízo. Para o efeito, é representada pela Comissão.

Cláusula 289 (ex-artigo 283.º)

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, estabelecerá, sob proposta da Comissão e após consulta das outras Instituições interessadas,~~ **aprova, por maioria qualificada,** o Estatuto dos Funcionários ~~das Comunidades Europeias da União~~ e o regime aplicável aos outros agentes ~~destas Comunidades da União~~. **O Conselho delibera após consulta às outras Instituições interessadas.**

Cláusula 290 (ex-artigo 284.º)

Para o desempenho das funções que lhe são confiadas, a Comissão pode recolher todas as informações e proceder a todas as verificações necessárias, dentro dos limites e condições fixados pelo Conselho, nos termos ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**.

Cláusula 291 (ex-artigo 285.º)

1. Sem prejuízo do artigo 5.º do Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, **o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão,** ~~deliberando nos termos do,~~ **de acordo com o processo** ~~artigo 251.º,~~ **adoptará legislativo,** medidas **relativas destinadas** à elaboração de estatísticas, sempre que necessário para a realização das actividades da ~~Comunidade~~ **União**.

2. A elaboração das estatísticas far-se-á no respeito pela imparcialidade, fiabilidade, objectividade, isenção científica, eficácia em relação aos custos e pelo segredo estatístico, não devendo acarretar encargos excessivos para os agentes económicos.

Cláusula 292 (ex-artigo 286.º) <sup>1</sup>

1. ~~A partir de 1 de Janeiro de 1999, os~~ **Os actos comunitários da União** relativos à protecção das pessoas singulares em matéria de tratamento de dados de carácter pessoal e de livre circulação desses dados serão aplicáveis às Instituições e órgãos instituídos ~~pelo presente Tratado pela~~ **Constituição**, ou com base ~~nele nela~~.

2. ~~Antes da data prevista no n.º 1,~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam deliberando nos termos do, de acordo com o processo artigo 251.º, eriará legislativo, medidas que criam um** órgão independente de supervisão, incumbido de fiscalizar a aplicação dos ~~actos comunitários referidos no n.º 1~~ **às Instituições e órgãos da Comunidade União, e adoptará bem como as demais disposições medidas** que se afigurem adequadas.

Cláusula 293 (ex-artigo 287.º) <sup>2</sup>

Os membros das Instituições da ~~Comunidade~~ **União**, os membros dos Comitês, bem como os funcionários e agentes da ~~Comunidade~~ **União** são obrigados, mesmo após a cessação das suas funções, a não divulgar as informações que, por sua natureza, estejam abrangidas pelo segredo profissional, designadamente as respeitantes às empresas e respectivas relações comerciais ou elementos dos seus preços de custo.

Cláusula 294 (ex-artigo 288.º)

A responsabilidade contratual da ~~Comunidade~~ **União** é regulada pela lei aplicável ao contrato em causa.

Em matéria de responsabilidade extracontratual, a ~~Comunidade~~ **União** <sup>3</sup> deve indemnizar, de acordo com os princípios gerais comuns aos direitos dos Estados-Membros, os danos causados pelas suas Instituições ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.

O parágrafo anterior aplica-se nas mesmas condições aos danos causados pelo Banco Central Europeu ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.

A responsabilidade pessoal dos agentes perante a ~~Comunidade~~ **União** é regulada pelas disposições do respectivo Estatuto ou do regime que lhes é aplicável.

---

<sup>1</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, o desaparecimento dos pilares poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação desta disposição às matérias actualmente abrangidas pelo Segundo e pelo Terceiro Pilares.

<sup>2</sup> Poderia questionar-se a oportunidade de alargar a obrigação referida no presente artigo às agências e outras entidades, tendo igualmente em conta a eventual extensão da obrigação prevista no artigo 255.º do Tratado CE.

<sup>3</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, a substituição da palavra "Comunidade" por "União" poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (responsabilidade extracontratual) às matérias actualmente abrangidas pelo Segundo e pelo Terceiro Pilares.

Cláusula 295 (ex-artigo 289.º)

A sede das Instituições da ~~Comunidade~~ **União** será fixada, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros.

Cláusula 296 (ex-artigo 290.º)

Sem prejuízo ~~das disposições previstas no do~~ Estatuto do Tribunal de Justiça, **o Conselho aprova por unanimidade as medidas que fixam** o regime linguístico das Instituições da ~~Comunidade~~ **União é fixado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.**

Cláusula 297 (ex-artigo 291.º)

A ~~Comunidade~~ **União** goza, no território dos Estados-Membros, dos privilégios e imunidades necessários ao cumprimento da sua missão, nas condições definidas no Protocolo de 8 de Abril de 1965 relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias <sup>1</sup>. O mesmo regime é aplicável ao Banco Central Europeu, ~~ao Instituto Monetário Europeu e ao Banco Europeu de Investimento.~~

Cláusula 298 (ex-artigo 292.º) <sup>2</sup>

Os Estados-Membros comprometem-se a não submeter qualquer diferendo relativo à interpretação ou aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** a um modo de resolução diverso dos que ~~nele~~ **nela** estão previstos.

Cláusula 299 (ex-artigo 307.º)

~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não prejudicam os direitos e obrigações decorrentes de convenções concluídas antes de 1 de Janeiro de 1958 ou, em relação aos Estados que aderem à ~~Comunidade~~ **União**, anteriormente à data da respectiva adesão, entre um ou mais Estados-Membros, por um lado, e um ou mais Estados terceiros, por outro.

Na medida em que tais convenções não sejam compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**, o Estado ou os Estados-Membros em causa recorrerão a todos os meios adequados para eliminar as incompatibilidades verificadas. Caso seja necessário, os Estados-Membros auxiliar-se-ão mutuamente para atingir essa finalidade, adoptando, se for caso disso, uma atitude comum.

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 247.º (alteração da denominação do Protocolo).

<sup>2</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, o desaparecimento dos pilares poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação desta disposição às matérias actualmente abrangidas pelo Segundo e pelo Terceiro Pilares.

Ao aplicar as convenções referidas no primeiro parágrafo, os Estados-Membros terão em conta o facto de que as vantagens concedidas ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** por cada um dos Estados-Membros fazem parte integrante ~~do estabelecimento da Comunidade,~~ **da União**, estando, por conseguinte, inseparavelmente ligadas à criação de instituições comuns, à atribuição de competências ~~em~~ a seu favor e à concessão das mesmas vantagens por todos os outros Estados-Membros.

\* \* \*

**Disposições dos Tratados CE e UE que não se  
enquadram na Parte II  
do projecto de Constituição**

*Estas disposições constarão quer da Parte I, quer da Parte III  
(disposições gerais e finais)*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pro memoria, alguns artigos encontram-se riscados, quer por serem objecto de projectos de artigos propostos pelo Praesidium, quer por serem obsoletos. Os artigos reproduzidos em itálico são aqueles que são ou virão a ser objecto de uma análise de fundo pela Convenção (ver Anexo I do relatório).

## [Disposições retomadas do Tratado CE]

### Artigo 1.º<sup>1</sup>

~~Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma COMUNIDADE EUROPEIA.~~

### Artigo 2.º

~~A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3.º e 4.º, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros.~~

### Artigo 3.º

~~1. — Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a acção da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado:~~

- ~~a) — A proibição entre os Estados-Membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à entrada e à saída de mercadorias, bem como de quaisquer outras medidas de efeito equivalente;~~
- ~~b) — Uma política comercial comum;~~
- ~~c) — Um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados-Membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais;~~
- ~~d) — Medidas relativas à entrada e circulação de pessoas de acordo com o disposto no Título IV;~~
- ~~e) — Uma política comum no domínio da agricultura e das pescas;~~

---

<sup>1</sup> Os artigos 1.º e 2.º e o n.º 1 do artigo 3.º foram suprimidos e substituídos por projectos de artigos (estabelecimento, valores e objectivos da União) da Parte I (artigos 1.º, 2.º e 3.º – doc. CONV 528/03).

- ~~f) — Uma política comum no domínio dos transportes,~~
- ~~g) — Um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno,~~
- ~~h) — A aproximação das legislações dos Estados-Membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado comum,~~
- ~~i) — A promoção de uma coordenação entre as políticas de emprego dos Estados-Membros, com o objectivo de reforçar a sua eficácia, mediante a elaboração de uma estratégia coordenada em matéria de emprego,~~
- ~~j) — Uma política social que inclui um Fundo Social Europeu,~~
- ~~k) — O reforço da coesão económica e social,~~
- ~~l) — Uma política no domínio do ambiente,~~
- ~~m) — O reforço da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade,~~
- ~~n) — A promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico,~~
- ~~o) — O incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes transeuropeias,~~
- ~~p) — Uma contribuição para a realização de um elevado nível de protecção da saúde,~~
- ~~q) — Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros,~~
- ~~r) — Uma política no domínio da cooperação para o desenvolvimento,~~
- ~~s) — A associação dos países e territórios ultramarinos tendo por objectivo incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o esforço de desenvolvimento económico e social,~~
- ~~t) — Uma contribuição para o reforço da defesa dos consumidores,~~
- ~~u) — Medidas nos domínios da energia, da protecção civil e do turismo.~~

~~2. [...]~~<sup>1</sup>

## ~~Artigo 5.º~~<sup>2</sup>

~~A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos dos pelo presente Tratado.~~

---

<sup>1</sup> Este número encontra-se reproduzido *supra* em "disposições comuns" no início da versão complementar.

<sup>2</sup> O artigo 5.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Princípios fundamentais" da Parte I (artigo 8.º – doc. CONV 528/03).



~~Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.~~

~~A acção da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objectivos do presente Tratado.~~

### *Artigo 7.º<sup>1</sup>*

*1. A realização das tarefas confiadas à Comunidade é assegurada por:*

- um PARLAMENTO EUROPEU;*
- um CONSELHO;*
- uma COMISSÃO;*
- um TRIBUNAL DE JUSTIÇA;*
- um TRIBUNAL DE CONTAS.*

*Cada Instituição actua nos limites das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo presente Tratado.*

*2. O Conselho e a Comissão são assistidos por um Comité Económico e Social e por um Comité das Regiões, com funções consultivas.*

### *Artigo 8.º<sup>2</sup>*

*São instituídos, de acordo com os procedimentos previstos no presente Tratado, um Sistema Europeu de Bancos Centrais, adiante designado por "SEBC", e um Banco Central Europeu, adiante designado por "BCE", os quais actuarão nos limites das atribuições que lhes são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos do SEBC e do BCE, adiante designados por "Estatutos do SEBC", que lhe vêm anexos.*

---

<sup>1</sup> Os artigos 7.º a 10.º são ou serão abrangidos pela Parte I.

<sup>2</sup> Poder-se-á pôr a questão de saber se é desejável que a Constituição contenha abreviaturas (BCE para "Banco Central Europeu", por exemplo) ou se não será mais claro para os leitores utilizar a designação habitual da instituição ou órgão em questão. Nos artigos do Tratado, o Banco Europeu de Investimento (artigo 9.º) não é designado sob a abreviatura "BEI". Se se pretender utilizar estas abreviaturas, haverá que assegurar que a sua explicação figure nalguma parte da Constituição.

## *Artigo 9.º*

*É instituído um Banco Europeu de Investimento, que actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos que lhe vêm anexos.*

## *Artigo 10.º*

*Os Estados-Membros tomarão todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade. Os Estados-Membros facilitarão à Comunidade o cumprimento da sua missão.*

*Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar quaisquer medidas susceptíveis de pôr em perigo a realização dos objectivos do presente Tratado.*

## ~~Artigo 17.º<sup>1</sup>~~

~~1. — É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui.~~

~~2. — Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos no presente Tratado.~~

## [PARTE IV

## ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS]<sup>2</sup>

## Artigo 182.º

Os Estados-Membros acordam em associar à Comunidade os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o Reino Unido **são associados à União**. Estes países e territórios, a seguir denominados "países e territórios", vêm enumerados ~~na lista constante de [no Anexo II] do presente Tratado.~~

A finalidade da associação é promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto.

---

<sup>1</sup> O artigo 17.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 1 do artigo 7.º - doc. CONV 528/03).

<sup>2</sup> A parte referente aos PTU tem por objectivo aplicar parcialmente o regime do Tratado CE aos países e territórios em causa e poderia situar-se nas disposições finais que tratam da aplicação territorial da Constituição. Além disso, conviria incluir uma referência ao regime de associação na Parte I da Constituição.

Em conformidade com os princípios enunciados ~~no preâmbulo do presente Tratado...~~<sup>1</sup>, a associação deve servir, fundamentalmente, para favorecer os interesses dos habitantes desses países e territórios e para fomentar a sua prosperidade de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram.

#### Artigo 183.º

A associação prosseguirá os seguintes objectivos:

- 1) Os Estados-Membros aplicarão às suas trocas comerciais com os países e territórios o mesmo regime que aplicam entre si por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.
- 5) 2) Cada país ou território aplicará às suas trocas comerciais com os Estados-Membros e os outros países e territórios o regime que aplica ao Estado europeu com que mantenha relações especiais.
- 3) Os Estados-Membros contribuirão para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento progressivo destes países ou territórios.
- 4) No que respeita aos investimentos financiados pela ~~Comunidade~~ **União**, a participação nas adjudicações e fornecimentos estará aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e colectivas, nacionais dos Estados-Membros e dos países e territórios.
- 5) Nas relações entre os Estados-Membros e os países e territórios, o direito de estabelecimento dos nacionais e sociedades será regulado em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento e numa base não discriminatória, sem prejuízo das ~~disposições~~ **medidas** especiais ~~adoptadas~~ **aprovadas** por força do [artigo 187.º].

#### Artigo 184.º

1. As importações originárias dos países e territórios beneficiarão, ao entrarem nos Estados-Membros, da proibição dos direitos aduaneiros ~~que, nos termos do presente Tratado, se deve proibir~~ entre os Estados-Membros **prevista na Constituição**.
2. Em cada país e território, os direitos aduaneiros que incidam sobre as importações provenientes dos Estados-Membros e dos outros países e territórios serão proibidos nos termos do [artigo 25.º].
3. Os países e territórios podem, todavia, cobrar os direitos aduaneiros correspondentes às necessidades do seu desenvolvimento e às exigências da sua industrialização, ou os de natureza fiscal que tenham por fim produzir receita para os seus orçamentos.

---

<sup>1</sup> Conviria referir os princípios em questão, que constam actualmente do preâmbulo do Tratado CE. Deveriam ser referidos na Constituição e, eventualmente, nesta disposição.

Estes direitos não podem exceder aqueles que incidam sobre as importações dos produtos provenientes do Estado-Membro com o qual cada país ou território mantém relações especiais.

4. O disposto no n.º 2 não é aplicável aos países e territórios que, por força das obrigações internacionais especiais a que se encontram vinculados, já apliquem uma pauta aduaneira não discriminatória.

5. A introdução ou modificação de direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas pelos países e territórios não deve originar, de direito ou de facto, qualquer discriminação directa ou indirecta entre as importações provenientes dos diversos Estados-Membros.

#### Artigo 185.º

Se o nível dos direitos aplicáveis às mercadorias provenientes de um país terceiro, ao entrarem num país ou território, for, em consequência da aplicação do [n.º 1 do artigo 184.º], de ordem a provocar desvios de tráfego em prejuízo de qualquer Estado-Membro, este pode pedir à Comissão que proponha aos outros Estados-Membros **que tomem as disposições** ~~as medidas~~ necessárias para sanarem tal situação.

#### Artigo 186.º <sup>1</sup>

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros.

#### Artigo 187.º

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, aprovará **por unanimidade**, <sup>2</sup> a partir dos resultados conseguidos no âmbito da associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União** e com base nos princípios enunciados ~~no presente Tratado ...~~ <sup>3</sup>, as **disposições medidas** relativas às modalidades e ao processo de associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>1</sup> Este artigo deveria ser adaptado para ter em conta a competência da União para regular a livre circulação dos trabalhadores dos países terceiros no território dos Estados-Membros (ver artigo 187.º *infra*). Além disso, recorda-se que o Grupo de Trabalho sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Grupo X) recomendou que se suprimisse a convenção entre Estados-Membros como instrumento jurídico para atingir os objectivos da União.

<sup>2</sup> Observe-se, neste caso, o Conselho delibera sem proposta da Comissão.

<sup>3</sup> Ver nota de rodapé ao n.º 3 do artigo 182.º do TCE *supra*.

## Artigo 188.º

~~As disposições dos~~ Os artigos 182.º a 187.º são aplicáveis à Gronelândia, sem prejuízo das disposições específicas para a Gronelândia constantes do Protocolo relativo ao regime especial aplicável à Gronelândia, ~~anexo ao presente Tratado.~~

## PARTE VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

## Artigo 281.º <sup>1</sup>

~~A Comunidade tem personalidade jurídica.~~

## [Artigo 293.º <sup>2</sup>

Os Estados-Membros entabularão entre si, sempre que necessário, negociações destinadas a garantir, em benefício dos seus nacionais:

- a protecção das pessoas, bem como o gozo e a protecção dos direitos, nas mesmas condições que as concedidas por cada Estado aos seus próprios nacionais;
- a eliminação da dupla tributação na Comunidade;
- o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 48.º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes;
- a simplificação das formalidades a que se encontram subordinados o reconhecimento e a execução recíprocos tanto das decisões judiciais como das decisões arbitrais.]

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo “Personalidade jurídica” do Título I da Parte I (artigo 4.º CONV 528/03).

<sup>2</sup> Tendo em conta as recomendações do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação e do Grupo de Trabalho X sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça relativas à supressão do instrumento da convenção, sugere-se que a Convenção analise o que pretende fazer com este artigo.

## Artigo 299.º

1. ~~O presente Tratado~~ **A Constituição**<sup>1</sup> é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte<sup>2</sup>.

2. ~~O disposto no presente Tratado~~ **A Constituição** é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias.

Todavia, tendo em conta a situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará~~ **aprovará, por maioria qualificada**, medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação ~~do presente Tratado da Constituição~~ a essas regiões, incluindo as políticas comuns. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Conselho, ao ~~adoptar~~ **aprovar** as medidas pertinentes a que se refere o parágrafo anterior, terá em consideração domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da ~~Comunidade~~ **União**.

O Conselho ~~adoptará~~ **aprovará** as medidas a que se refere o segundo parágrafo tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas, sem pôr em causa a integridade e a coerência do ordenamento jurídico ~~comunitário~~ **da União**, incluindo o mercado interno e as políticas comuns.

3. O regime especial de associação definido na [Parte IV] ~~do presente Tratado da Constituição~~ é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II] ~~deste Tratado~~.

~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na lista ~~referida no parágrafo anterior~~ **constante do Anexo II**.

4. ~~As disposições do presente Tratado são aplicáveis~~ **A Constituição é aplicável** aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.

<sup>1</sup> Note-se que o artigo 299.º se aplica unicamente ao TCE e que a substituição da palavra "Tratado" por "Constituição" levanta a questão do âmbito de aplicação territorial da Constituição.

<sup>2</sup> Este número deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de adesão.

5. ~~As disposições do presente Tratado são aplicáveis~~ **A Constituição é aplicável** às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.

6. Em derrogação do disposto nos números anteriores:

- a) ~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável às ilhas Faroé;
- b) ~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;
- c) ~~As disposições do presente Tratado só são aplicáveis~~ **A Constituição só é aplicável** às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

#### Artigo 305.º<sup>1</sup>

1. ~~As disposições do presente Tratado não alteram as do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, designadamente no que diz respeito aos direitos e obrigações dos Estados-Membros, aos poderes das Instituições dessa Comunidade e às regras fixadas por esse Tratado para o funcionamento do mercado comum do carvão e do aço.~~

2. ~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não **prejudicam** as do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

#### Artigo 306.º

~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não **constituem** obstáculo à existência e aperfeiçoamento das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam atingidos pela aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

---

<sup>1</sup> Este artigo poderá voltar a ser analisado em função do tratamento da questão relativa ao Tratado EURATOM.

## ~~Artigo 308.º<sup>1</sup>~~

~~Se uma acção da Comunidade for considerada necessária para atingir, no curso de funcionamento do mercado comum, um dos objectivos da Comunidade, sem que o presente Tratado tenha previsto os poderes de acção necessários para o efeito, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, adoptará as disposições adequadas.~~

## *Artigo 309.º<sup>2</sup>*

*1. Se for decidida a suspensão do direito de voto do representante do Governo de um Estado-Membro, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Tratado da União Europeia, esse direito será igualmente suspenso no que se refere ao presente Tratado.*

*2. Além disso, sempre que tenha sido verificada, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Tratado da União Europeia, a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º desse Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação do presente Tratado a esse Estado-Membro. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão nos direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.*

*O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado.*

*3. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente decidir alterar ou revogar as medidas tomadas ao abrigo do n.º 2, se se alterar a situação que motivou a imposição dessas medidas.*

*4. Para a aprovação das decisões previstas nos n.ºs 2 e 3, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do representante do Governo do Estado-Membro em questão. Em derrogação do n.º 2 do artigo 205.º, a maioria qualificada é definida de acordo com a mesma proporção dos votos ponderados dos membros do Conselho em causa fixada no n.º 2 do artigo 205.º.*

*O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 1. Nestes casos, as decisões que requeiram unanimidade serão tomadas sem o voto do representante do Governo do Estado-Membro em questão.*

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "cláusula de flexibilidade" do Título III da Parte I (artigo 16.º CONV 528/03).

<sup>2</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no quadro da Parte I e, por conseguinte, não é aqui tratado.



### *Artigo 311.º<sup>1</sup>*

*Os Protocolos que, de comum acordo entre os Estados-Membros, forem anexados ao presente Tratado, fazem dele parte integrante.*

### *Artigo 312.º*

*O presente Tratado tem vigência ilimitada.*

## DISPOSIÇÕES FINAIS

### *Artigo 313.º*

*O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes em conformidade com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do governo da República Italiana.*

*O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que tiver procedido a esta formalidade em último lugar. Todavia, se esse depósito se efectuar menos de quinze dias antes do início do mês seguinte, a entrada em vigor do Tratado será adiada para o primeiro dia do segundo mês seguinte à data desse depósito.*

### *Artigo 314.º*

*O Presente Tratado, redigido num único exemplar, em língua alemã, francesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos quatro textos, será depositado nos Arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos Governos dos outros Estados signatários.*

*Por força dos Tratados de Adesão, fazem igualmente fé as versões do presente Tratado nas línguas dinamarquesa, espanhola, finlandesa, grega, inglesa, irlandesa, portuguesa e sueca.*

*EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Tratado.*

*Feito em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.*

---

<sup>1</sup> Os artigos 311.º a 314.º deverão ser retomados na Parte III (ver CONV 369/02) e, por conseguinte, não são aqui tratados.

## [Disposições retomadas do Tratado UE]

### Artigo 1.º<sup>1</sup>

~~Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma UNIÃO EUROPEIA, adiante designada por "União".~~

~~O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos.~~

~~A União funda-se nas Comunidades Europeias, completadas pelas políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado. A União tem por missão organizar de forma coerente e solidária as relações entre os Estados-Membros e entre os respectivos povos.~~

### Artigo 2.º

~~A União atribui-se os seguintes objectivos:~~

- ~~— a promoção do progresso económico e social e de um elevado nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante a criação de um espaço sem fronteiras internas, o reforço da coesão económica e social e o estabelecimento de uma união económica e monetária, que incluirá, a prazo, a adopção de uma moeda única, de acordo com as disposições do presente Tratado;~~
- ~~— a afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum, nos termos do disposto no artigo 17.º;~~
- ~~— o reforço da defesa dos direitos e dos interesses dos nacionais dos seus Estados-Membros, mediante a instituição de uma cidadania da União;~~
- ~~— a manutenção e o desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, bem como de prevenção e combate à criminalidade;~~

---

<sup>1</sup> Os artigos 1.º e 2.º são suprimidos e substituídos por projectos de artigos (estabelecimento, valores e objectivos da União) da Parte I (artigos 1.º, 2.º e 3.º – CONV 528/03).

~~a manutenção da integralidade do acervo comunitário e o seu desenvolvimento, a fim de analisar em que medida pode ser necessário rever as políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado, com o objectivo de garantir a eficácia dos mecanismos e das Instituições da Comunidade.~~

~~Os objectivos da União serão alcançados de acordo com as disposições do presente Tratado e nas condições e segundo o calendário nele previstos, respeitando o princípio da subsidiariedade, tal como definido no artigo 5.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.~~

### *Artigo 3.º*

*A União dispõe de um quadro institucional único, que assegura a coerência e a continuidade das acções empreendidas para atingir os seus objectivos, respeitando e desenvolvendo simultaneamente o acervo comunitário.*<sup>1</sup>

*[...].*<sup>2</sup>

### *Artigo 4.º<sup>3</sup>*

*O Conselho Europeu dará à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e definirá as respectivas orientações políticas gerais.*

*O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como o Presidente da Comissão. São assistidos pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros e por um membro da Comissão. O Conselho Europeu reúne-se pelo menos duas vezes por ano, sob a presidência do Chefe de Estado ou de Governo do Estado-Membro que exercer a presidência do Conselho.*

*O Conselho Europeu apresentará ao Parlamento Europeu um relatório na sequência de cada uma das suas reuniões, bem como um relatório escrito anual sobre os progressos realizados pela União.*

### *Artigo 5.º*

*O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas exercem as suas competências nas condições e de acordo com os objectivos previstos, por um lado, nas disposições dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e nos Tratados e actos subsequentes que os alteraram ou completaram e, por outro, nas demais disposições do presente Tratado.*

---

<sup>1</sup> Este ponto será contemplado no Título IV (Instituições) da Parte I.

<sup>2</sup> Este parágrafo figura no Capítulo B - A *supra* (Acção externa, outras disposições) da versão complementar.

<sup>3</sup> Os artigos 4.º e 5.º serão contemplados no Título IV (Instituições) da Parte I.

## Artigo 6.º<sup>1</sup>

- ~~1. — A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros.~~
- ~~2. — A União respeitará os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, assinada em Roma em 4 de Novembro de 1950, e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, enquanto princípios gerais do direito comunitário.~~
- ~~3. — A União respeitará as identidades nacionais dos Estados-Membros.~~
4. [A União dotar-se-á dos meios necessários para atingir os seus objectivos e realizar com êxito as suas políticas.]<sup>2</sup>

## Artigo 7.º<sup>3</sup>

*1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º por parte de um Estado-Membro e dirigir-lhe recomendações apropriadas. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode, deliberando segundo o mesmo processo, pedir a personalidades independentes que lhe apresentem num prazo razoável um relatório sobre a situação nesse Estado-Membro.*

*O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação.*

*2. O Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo e deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º, após ter convidado o Governo desse Estado-Membro a apresentar as suas observações sobre a questão.*

---

<sup>1</sup> O n.º 1 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "valores", da Parte I (artigo 2.º do CONV 528/03); o n.º 2 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "direitos fundamentais", da Parte I (n.º 3 do artigo 5.º do CONV 528/03); o n.º 3 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "estabelecimento da União", da Parte I (n.º 2 do artigo 1.º do CONV 528/03).

<sup>2</sup> Sugere-se que este número seja afinal contemplado na Parte I, pelo que poderia ser suprimido.

<sup>3</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no âmbito da Parte I, pelo que não é aqui tratado.

3. *Se tiver sido verificada a existência da violação a que se refere o n.º 2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação do presente Tratado ao Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto do representante do Governo desse Estado-Membro no Conselho. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão nos direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.*

*O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado.*

4. *O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente decidir alterar ou revogar as medidas tomadas ao abrigo do n.º 3, se se alterar a situação que motivou a imposição dessas medidas.*

5. *Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do representante do Governo do Estado-Membro em questão. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção das decisões a que se refere o n.º 2. A maioria qualificada é definida de acordo com a proporção dos votos ponderados dos membros do Conselho em causa fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.*

*O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 3.*

6. *Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, o Parlamento Europeu delibera por maioria de dois terços dos votos expressos que represente a maioria dos membros que o compõem.*

#### *Artigo 43.º*

*Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada podem recorrer às Instituições, processos e mecanismos previstos no presente Tratado e no Tratado que institui a Comunidade Europeia, desde que a cooperação prevista:*

- a) Tenha por objecto favorecer a realização dos objectivos da União e da Comunidade, preservar e servir os seus interesses e reforçar o processo de integração;*
- b) Respeite os referidos Tratados e o quadro institucional único da União;*
- c) Respeite o acervo comunitário e as medidas tomadas ao abrigo das outras disposições dos referidos Tratados;*
- d) Permaneça nos limites das competências da União ou da Comunidade e não incida nos domínios que são da competência exclusiva da Comunidade;*
- e) Não prejudique o mercado interno como definido no n.º 2 do artigo 14.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, nem a coesão económica e social estabelecida nos termos do Título XVII do mesmo Tratado;*

- f) *Não constitua uma restrição nem uma discriminação ao comércio entre os Estados-Membros e não provoque distorções de concorrência entre eles;*
- g) *Envolva, pelo menos, oito Estados-Membros;*
- h) *Respeite as competências, direitos e deveres dos Estados-Membros não participantes;*
- i) *Não afecte o disposto no Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia;*
- j) *Esteja aberta a todos os Estados-Membros, nos termos do artigo 43.º-B.*

#### *Artigo 43.º-A*

*As cooperações reforçadas só podem ser iniciadas como último recurso, quando se estabelecer no Conselho que os seus objectivos não podem ser atingidos, num prazo razoável, através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados.*

#### *Artigo 43.º-B*

*Aquando da sua instituição, as cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros. Estão-no também a qualquer momento nos termos dos artigos 27.º-E e 40.º-B do presente Tratado e do artigo 11.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia, desde que sejam respeitadas a decisão inicial e as decisões tomadas nesse âmbito. A Comissão e os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada assegurarão que seja incentivada a participação do maior número possível de Estados-Membros.*

#### *Artigo 44.º*

*1. Para efeitos da adopção dos actos e decisões necessários à execução da cooperação reforçada a que se refere o artigo 43.º, são aplicáveis as disposições institucionais pertinentes do presente Tratado e do Tratado que institui a Comunidade Europeia. No entanto, embora todos os membros do Conselho possam tomar parte nas deliberações, só aqueles que representam os Estados-Membros participantes podem intervir na adopção das decisões. A maioria qualificada é definida como sendo constituída pela mesma proporção dos votos ponderados e do número dos membros do Conselho em causa do que a fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no n.º 2, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 23.º do presente Tratado no que respeita a uma cooperação reforçada instituída com base no artigo 27.º-C. A unanimidade é constituída apenas pelos votos desses membros do Conselho.*

*Esses actos e decisões não fazem parte do acervo da União.*

2. Os Estados-Membros aplicarão, no que lhes diga respeito, os actos e decisões adoptados para execução da cooperação reforçada em que participem. Esses actos e decisões apenas vinculam os Estados-Membros participantes e, quando for caso disso, só são directamente aplicáveis nesses Estados. Os Estados-Membros que não participem nessa cooperação reforçada não dificultarão a sua execução por parte dos Estados-Membros participantes.

#### *Artigo 44.º-A*

*As despesas decorrentes da execução de uma cooperação reforçada que não sejam custos administrativos em que incorram as Instituições ficam a cargo dos Estados-Membros participantes, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade de todos os seus membros, após consulta ao Parlamento Europeu.*

#### *Artigo 45.º*

*O Conselho e a Comissão garantem a coerência das acções empreendidas com base no presente Título, bem como dessas acções com as políticas da União e da Comunidade, cooperando para o efeito.*

### **TÍTULO VIII <sup>1</sup>**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### *Artigo 46.º*

*As disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia, do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica relativas à competência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e ao exercício dessa competência apenas serão aplicáveis às seguintes disposições do presente Tratado:*

- a) Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia, o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica;*
- b) Disposições do Título VI, nas condições previstas no artigo 35.º;*
- c) Disposições do Título VII, nas condições previstas nos artigos 11.º e 11.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no artigo 40.º do presente Tratado;*

---

<sup>1</sup> Este título será retomado nas disposições gerais e finais (Parte III).

- d) *N.º 2 do artigo 6.º no que respeita à acção das Instituições, na medida em que o Tribunal de Justiça seja competente nos termos dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e nos termos do presente Tratado;*
- e) *Disposições processuais previstas no artigo 7.º, pronunciando-se o Tribunal de Justiça a pedido do Estado-Membro em questão no prazo de um mês a contar da data da constatação do Conselho a que se refere esse artigo;*
- f) *Artigos 46.º a 53.º.*

#### *Artigo 47.º*

*Sem prejuízo das disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia, o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, nenhuma disposição do presente Tratado afecta os Tratados que instituem as Comunidades Europeias nem os Tratados e actos subsequentes que os alteraram ou completaram.*

#### *Artigo 48.º*

*O Governo de qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão dos Tratados em que se funda a União.*

*Se o Conselho, após consulta do Parlamento Europeu e, quando for adequado, da Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma Conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros, esta será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de adoptar, de comum acordo, as alterações a introduzir nos referidos Tratados. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Conselho do Banco Central Europeu.*

*As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

#### *Artigo 49.º*

*Qualquer Estado europeu que respeite os princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º pode pedir para se tornar membro da União. Dirigirá o respectivo pedido ao Conselho, que se pronunciará por unanimidade, após ter consultado a Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronunciará por maioria absoluta dos membros que o compõem.*

*As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União, decorrentes dessa admissão, serão objecto de Acordo entre os Estados-Membros e o Estado peticionário. Esse Acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*



#### *Artigo 50.º*

- 1. São revogados os artigos 2.º a 7.º e 10.º a 19.º do Tratado que institui um Conselho único e uma Comissão única das Comunidades Europeias, assinado em Bruxelas em 8 de Abril de 1965.*
- 2. São revogados o artigo 2.º, o n.º 2 do artigo 3.º e o Título III do Acto Único Europeu, assinado no Luxemburgo em 17 de Fevereiro de 1986 e na Haia em 28 de Fevereiro de 1986.*

#### *Artigo 51.º*

*O presente Tratado tem vigência ilimitada.*

#### *Artigo 52.º*

- 1. O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do governo da República Italiana.*
- 2. O presente Tratado entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1993, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.*

#### *Artigo 53.º*

*O presente Tratado, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.*

*Por força do Tratado de Adesão de 1994, as versões finlandesa e sueca do presente Tratado fazem igualmente fé.*

**ANEXO I**

*ao Volume I*

*do relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos*

**Convenções terminológicas e tipográficas**

## Convenções terminológicas e tipográficas

### I. Terminologia

Para determinar a sua missão, o Grupo de Peritos seguiu as orientações que lhe foram dadas no mandato de 29 de Janeiro de 2003, bem como no relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) de 29 de Novembro de 2002 (CONV 424/02). Foram também tidos em conta os relatórios dos demais grupos de trabalho da Convenção, bem como as indicações comunicadas pelo Secretário-Geral da Convenção.

O Grupo chegou a acordo quanto às seguintes fórmulas de apresentação e convenções de redacção:

1. Os artigos do Tratado UE e do Tratado CE foram fundidos e ordenados de acordo com a estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002, tal como consta do documento CONV 369/02.
2. Os termos "*a Comunidade*" e "*comunitário*" são substituídos por "*a União*", "*da União*" e "*pela União*". Como se verá mais adiante, estas alterações podem, por vezes, implicar alterações de fundo (ver Anexo II).
3. De cada vez que actualmente se faz referência ao "*Tratado*" ou ao "*presente Tratado*", passa a utilizar-se o termo "*Constituição*" (com as consequências que essa alteração de forma pode ter sobre o alcance do âmbito de aplicação assim atribuído à Constituição; ver Anexo II).
4. Os termos "*mercado comum*" e "*mercado único*" são, qualquer deles, substituídos por "*mercado interno*".
5. Os termos "*lei*" e "*lei-quadro*" substituem, respectivamente, as fórmulas "*regulamento*" e "*directiva*". Em todos os casos em que há necessidade de uma decisão de fundo para determinar o carácter legislativo ou não legislativo de um acto referido no projecto de Constituição, o Grupo utilizou tanto o termo antigo como o novo (por exemplo "*lei/regulamento*"; ver também Anexo II).

Além disso, por pedido expresso do Secretário-Geral da Convenção, às designações de actos (leis, leis-quadro, regulamentos e decisões) foi acrescentado o adjectivo "*européu*" ou "*européia*", conforme indicado no projecto de artigo "Actos jurídicos da União" da Parte I (CONV 571/03).

6. Nos casos em que há a possibilidade de apreciar a forma que deverá assumir a acção ou intervenção das Instituições da União, preferiu-se utilizar o termo "*medida*", em detrimento de outras fórmulas que apontam quer para actos de natureza genérica, como "*a decisão*", quer para métodos de intervenção não claramente definidos. A utilização desta fórmula suscita algumas observações, à luz do projecto de artigos 24.º a 33.º (CONV 571/03, de 26 de Fevereiro de 2003), às quais voltaremos no Anexo II.

7. Em contrapartida, o termo "*disposição*" aplica-se tanto ao direito interno dos Estados-Membros ou, eventualmente, ao direito internacional, como ao aparelho normativo existente.
8. Pela mesma ordem de ideias, utilizou-se o verbo "*aprovar*" para expressar, de uma maneira uniforme, a tomada de decisão por parte das Instituições da União, enquanto os actuais Tratados utilizam alternativamente outras fórmulas.
9. Do mesmo modo, preferiu-se o substantivo à forma verbal, quando o substantivo corresponde a um acto jurídico conhecido, por exemplo: "*dirigir uma decisão*" em vez de "*decidir ...*".
10. Para seguir as orientações formuladas no documento CONV 424/02, Parte II, B), alínea c), acordou-se em fazer referência à aprovação de medidas em co-decisão (actual artigo 251.º CE) da seguinte forma:

*"O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, uma lei/lei-quadro/medida ..."*.

O facto de a fórmula "*processo legislativo*" ficar reservada apenas à acção do Parlamento Europeu em conjunto com o Conselho suscita observações jurídicas de fundo, mas também de forma e legibilidade, a que se voltará no Anexo II.

11. Nos casos em que o Conselho aprova actos autonomamente, optou-se pela seguinte fórmula: "*o Conselho, deliberando sob proposta da Comissão, aprova, por maioria qualificada/unanimidade ...*" (ver também Anexo II).
12. Sempre que uma medida é aprovada após consulta ou parecer de uma Instituição ou de um órgão, a referência a este elemento não é mantida em oposição à referência ao órgão decisório, como sucede actualmente, mas sim num período final, de acordo com a seguinte fórmula: "*... delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social ...*".
13. Por uma questão de legibilidade, o Grupo preferiu suprimir os travessões que surgem na estrutura dos artigos, substituindo-os por alíneas a), b), c) ou i), ii), iii), em função do grau de especificação das disposições em causa.
14. Foi reduzida a formulação das especificações. Assim, por exemplo, em vez de se dizer "*... em aplicação das disposições do presente artigo*", dir-se-á "*... em aplicação do artigo*".
15. A fórmula francesa "*en vue de*" ("*tendo em vista/com vista a*") é substituída por "*pour*" ("*para*").

## **II. Apresentação tipográfica**

16. Os termos ou frases a suprimir aparecem cortados.
17. Os termos ou frases **a negro** correspondem aos aditamentos.
18. Os artigos impressos a *itálico* são os que a Convenção deverá posteriormente sujeitar a alterações de fundo. Considerou-se preferível deixá-los tal como constam actualmente do Tratado UE e do Tratado CE.
19. Os termos ou frases colocados entre parênteses rectos poderão ser posteriormente alvo de adaptação para ter em conta as novas disposições que resultem dos trabalhos da Convenção.
20. Os artigos da segunda parte do anteprojecto de Constituição foram renumerados e, a fim de evitar qualquer confusão nesta fase ainda preliminar dos trabalhos da Convenção, a seguir a cada um deles é indicada a antiga numeração. Os artigos novos são designados por "cláusulas". Os artigos provenientes do Tratado CE são seguidos da indicação "(ex-artigo ...)", e os provenientes do Tratado UE de "(ex-artigo ... TUE)".
21. As remissões para outras disposições do Tratado ("cross references") são também colocadas entre parênteses rectos para ter em conta a necessidade de as alterar em função de uma futura renumeração.
22. As designações dos actuais títulos e secções intermédios dos Tratados UE e CE foram conservadas para facilitar a leitura e colocadas entre parênteses rectos, para assinalar o seu carácter transitório na pendência das decisões a tomar pela Convenção quanto a uma estrutura mais pormenorizada.

\* \* \*

**ANEXO II**

*ao Volume I*

*do relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos*

**Observações e sugestões**

<b>Introdução</b>	Página
<b>I. <u>CONSIDERAÇÕES GERAIS</u></b>	176
<b>A. Alargamento do âmbito de determinadas disposições</b>	176
<b>B. Utilização de abreviaturas</b>	176
<b>C. Estrutura da Parte II da Constituição</b>	177
<b>II. <u>SUGESTÕES DE SIMPLIFICAÇÃO TÉCNICA</u></b>	178
<b>A. Sugestões de supressão</b>	178
<i>a. Supressões por obsolescência</i>	
<i>b. Supressões em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX)</i>	
<i>c. Outras eventuais supressões</i>	
<b>B. Sugestões de fusão/cisão</b>	178
<i>a. Fusões e cisões efectuadas</i>	
<i>b. Fusões sugeridas</i>	
<b>C. Cláusulas horizontais gerais</b>	181
<b>D. Reestruturação de partes do articulado</b>	182
<b>III. <u>SUGESTÕES DE SIMPLIFICAÇÃO</u></b>	183
<b>A. Actos não abrangidos pelos projectos de artigos 24.º a 33.º da Constituição</b>	183
<i>a. Actos do Parlamento Europeu</i>	
<i>b. Actos de âmbito geral aprovados pelas instâncias jurisdicionais da União</i>	
<i>c. Actos aprovados de comum acordo</i>	
<b>B. Processos de decisão</b>	184
<i>a. Parlamento Europeu</i>	
<i>b. Conselho</i>	
<i>c. Comissão</i>	
<b>C. Denominação dos actos legislativos</b>	185
<b>D. Diferenciação entre actos legislativos e não legislativos do Conselho</b>	186
<b>E. Denominação do processo de parecer favorável</b>	186
<b>F. Clarificação das bases jurídicas</b>	187
<b>G. Sessões anuais do Parlamento Europeu</b>	187

## **Introdução**

1. O anexo II do relatório reúne várias sugestões e observações que decorrem do ponto 4, quarto e quinto travessões, do mandato conferido ao Grupo de Peritos.

Na maioria dos casos, trata-se de observações que aprofundam as notas de rodapé introduzidas para esclarecer as escolhas e propostas feitas sobre as diversas disposições dos Tratados CE e UE retomadas nos Volumes I e II.

### **I. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

#### **A. Alargamento do âmbito de determinadas disposições**

- 6) 2. A aplicação de determinadas convenções de simplificação – por exemplo, a substituição dos termos "Comunidade" por "União" e "Tratado" por "Constituição" – implica por vezes o alargamento do âmbito de várias disposições do Tratado CE. É o caso, nomeadamente:

- das cláusulas horizontais de integração de determinadas políticas;
- das disposições relativas às atribuições do Parlamento, da Comissão e do Tribunal de Justiça;
- dos artigos finais do Tratado CE (protecção dos dados pessoais, obrigação de confidencialidade, aplicação territorial, etc.).

De facto, em virtude das alterações terminológicas em questão, a aplicação destas disposições – actualmente limitada ao âmbito de aplicação do Tratado CE – seria alargada aos domínios abrangidos pelo segundo e terceiro pilares, relativos à Política Externa e de Segurança Comum e à Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal.

Haveria que analisar as consequências desse alargamento.

#### **B. Utilização de abreviaturas**

3. Os Tratados actuais apenas em muito poucos casos utilizam abreviaturas, nomeadamente o "BCE", que designa o Banco Central Europeu, e o "SEBC", que designa o Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Poder-se-ia colocar a questão de saber se seria desejável a utilização dessas abreviaturas na Constituição, ou se não seria mais claro para os leitores utilizar, nesse texto, a denominação oficial da instituição ou da entidade em questão. Por exemplo, ao contrário do que sucede com o Banco Central Europeu, no actual Tratado CE não se utiliza a abreviatura "BEI" para o Banco Europeu de Investimento. Em todo o caso, se se utilizarem abreviaturas deste tipo, deveriam igualmente constar da Constituição as explicações adequadas.



## **C. Estrutura da Parte II da Constituição**

4. A integração dos Tratados CE e UE na Parte II da Constituição suscitou um certo número de questões para as quais o Grupo chama a atenção da Convenção, a saber:
- o facto de que determinadas disposições não se enquadram na estrutura de 28 de Outubro de 2002, tais como, por exemplo, certas disposições de aplicação geral (n.º 2 do artigo 3.º, e artigos 6.º, 16.º, 295.º e 296.º do Tratado CE), as disposições sobre a não discriminação e a cidadania (artigos 12.º, 13.º e 18.º a 22.º), as disposições sobre a fiscalidade (artigos 90.º a 93.º), a cooperação aduaneira (artigo 135.º) ou a cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros (artigo 181.º-A). Por conseguinte, o Grupo fez sugestões sobre a sua colocação na Parte II;
  - o facto de que a estrutura de Outubro de 2002 terá de ser actualizada para ter em conta os trabalhos em curso na Convenção. Veja-se:
    - a estrutura de Outubro de 2002 agrupa os domínios de competência sem mencionar a sua classificação por categoria, excepto no que respeita aos domínios de acção de apoio;
    - algumas competências entretanto propostas pelo Praesidium e analisadas pela Convenção não constam da estrutura, nomeadamente a energia, o espaço, a ajuda humanitária, a protecção contra as catástrofes e o desporto. A Convenção poderia ponderar a conveniência de prever bases jurídicas específicas nestes domínios;
    - na estrutura de Outubro de 2002, a saúde pública figura entre as "acções de apoio"; ora, o Praesidium propôs entretanto que fosse considerada "competência partilhada";
  - o carácter absolutamente provisório de alguns agrupamentos de artigos, como por exemplo, no domínio das relações externas, por esses agrupamentos implicarem opções de fundo prévias por parte da Convenção;
  - a amplitude do Capítulo D, relativo ao funcionamento da União, em que o Grupo retomou em bloco, nesta fase, todas as disposições institucionais e orçamentais do Tratado CE, na pendência das decisões da Convenção nesta matéria. De igual modo, o Grupo inseriu no mesmo Capítulo D determinadas disposições de aplicação geral do Tratado CE, como os artigos 282.º a 292.º e os artigos 11.º e 11.º-A, relativos à cooperação reforçada.

## **II. SUGESTÕES DE SIMPLIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **A. Sugestões de supressão**

#### *a. Supressões por obsolescência*

5. Há certas disposições do Tratado CE que referem datas ou acontecimentos ultrapassados. Assim, por exemplo, o artigo 14.º do TCE (e, por remissão, o artigo 93.º do TCE) refere a data de 31 de Dezembro de 1992 como data prevista para a realização do mercado interno, e o n.º 1 do artigo 37.º do TCE faz referência a uma conferência realizada em Stresa, em 1958, cujos resultados fazem hoje parte integrante do acervo. Estas referências estão obsoletas.

#### *b. Supressões em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX)*

6. O relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) propõe o abandono do processo de cooperação previsto no artigo 252.º do TCE (CONV 424/02, pág. 16).

#### *c. Outras eventuais supressões*

7. Certas disposições actuais do Tratado CE não se afiguram compatíveis com determinadas propostas já apresentadas à Convenção: assim, o artigo 293.º do TCE preconiza a celebração de convenções entre os Estados-Membros, enquanto que as conclusões dos Grupos de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) e sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Grupo X) propõem que este tipo de instrumento seja suprimido.

Além disso, podem subsistir dúvidas quanto ao artigo 78.º e à alínea c) do n.º 2 do artigo 87.º do TCE, que dizem respeito ao regime especial aplicável para ter em conta a divisão da Alemanha.

Considerou-se oportuno chamar a atenção da Convenção para estas questões, a fim de promover a reflexão sobre a oportunidade de os manter ou, eventualmente, suprimir.

### **B. Sugestões de fusão/cisão**

#### *a. Fusões e cisões efectuadas*

8. Por uma questão de simplificação, o Grupo procedeu a várias fusões de artigos ou números de artigos, nos casos em que essa operação em nada afectava o sentido das disposições em causa. Assim, por exemplo, foram fundidos os artigos 28.º e 29.º do TCE, que proíbem, exactamente nos mesmos termos, as restrições quantitativas tanto à importação como à exportação.

O mesmo se aplica aos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do TCE, que proíbem, exactamente nos mesmos termos, as restrições, respectivamente, aos movimentos de capitais e aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

9. Além disso, o Grupo cindiu algumas disposições, quando isso tornava o texto mais claro, sem contudo lhe alterar o sentido. Assim, por exemplo, o artigo 172.º do TCE, que estabelece as regras processuais para a aprovação de vários actos jurídicos em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico, foi cindido para associar as regras processuais a cada uma das bases jurídicas correspondentes, a saber os artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º do TCE.

*b. Fusões sugeridas*

10. Noutros casos, para respeitar os termos do mandato que lhe foi conferido, o Grupo limitou-se a aventar uma eventual fusão, sem efectuar essa operação no próprio texto. Foi o que sucedeu nos quatro casos seguintes:

i) N.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do TCE

11. Os n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do TCE fornecem a base jurídica para a aprovação das modalidades de exercício do direito de eleger e de ser eleito tanto nas eleições municipais como nas eleições para o Parlamento Europeu. Embora estas disposições se encontrem formuladas em termos quase idênticos e os direitos que delas decorrem constem ambos do segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º do projecto da Primeira Parte da Constituição (CONV 528/03, de 6 de Fevereiro de 2003), o Grupo considerou que a sua fusão levantava questões para as quais seria necessária uma resposta de natureza política. Por um lado, o direito de voto nas eleições municipais e nas eleições "europeias" suscita problemas diferentes, pelo que ambas as questões foram até agora tratadas separadamente. Por outro lado, o facto de o direito de voto nas eleições europeias referido no n.º 2 do artigo 19.º do TCE ser estabelecido "*sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 190.º*" do TCE torna mais difícil a fusão destas duas disposições, na actual versão dos textos.

ii) Artigos 60.º e 301.º do TCE

12. O Grupo não propôs alterações nem ao artigo 60.º nem ao artigo 301.º do TCE, dado que ambas estas disposições são do domínio das relações externas da União, que será abordada posteriormente pela Convenção. Uma vez que estes dois artigos dizem respeito às sanções económicas e financeiras aplicáveis a países terceiros, seria eventualmente adequado agrupá-los num único artigo, num futuro capítulo dedicado às relações externas.

iii) Artigos 70.º e 80.º do TCE

13. O artigo 70.º do TCE estabelece uma política comum dos transportes, enquanto o artigo 80.º define o respectivo âmbito, nomeadamente as disposições processuais para a sua aplicação aos transportes marítimos e aéreos. O Grupo constatou que, após as sucessivas alterações ao Tratado CE, a competência conferida ao Conselho pelo primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º se revela dificilmente conciliável com o segundo parágrafo da mesma disposição. De resto, na prática, nunca se terá recorrido ao primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º do TCE. Desde a entrada em vigor do Acto Único Europeu, de 1986, que se procede directamente à aprovação de disposições em matéria de navegação marítima e aérea, sem prévia atribuição de competência.

14. Uma das formas possíveis de proceder a uma simplificação mais concisa e legível consistiria em alterar nos seguintes termos a redacção do n.º 2: *"Poderão ser aprovadas medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos, de acordo com o processo previsto no artigo 71.º"*.
15. Poderia também proceder-se a uma alteração mais substancial, que consistiria em fundir os artigos 70.º e 80.º do TCE, o que implicaria uma alteração de fundo, razão pela qual aqui apenas se sugere a seguinte redacção para o artigo 70.º:

*"No que diz respeito aos transportes, os objectivos da Constituição serão prosseguidos através de uma política comum.*

*A política comum dos transportes prevista no presente Título é aplicável aos transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por via navegável.*

*Esta mesma política poderá compreender medidas adequadas relativas aos transportes marítimos e aéreos."*

iv) Artigos 94.º e 95.º do TCE

16. Chama-se também a atenção da Convenção para o problema da relação entre os artigos 94.º e 95.º do Tratado CE. Enquanto que o artigo 94.º do TCE constitui a base jurídica para a aproximação das disposições legislativas nacionais que tenham *"incidência directa"* no estabelecimento e no funcionamento do mercado comum (interno), o artigo 95.º do TCE fornece a base jurídica para a aproximação das disposições legislativas nacionais que tenham *"por objecto"* o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno.

Observe-se que a aplicação destas disposições se faz de acordo com processos decisórios diferentes: o artigo 94.º prevê a unanimidade do Conselho e um simples parecer do Parlamento Europeu, enquanto que o artigo 95.º prevê a co-decisão e, por conseguinte, a votação por maioria qualificada no Conselho.

17. Razões históricas explicam este facto: o antigo artigo 100.º-A (actual artigo 95.º do TCE), inserido no Tratado para a realização do mercado interno, foi concebido na altura a título de excepção, sem dúvida bastante ampla, ao artigo 100.º (actual artigo 94.º do TCE). Todavia, recorreu-se com muito maior frequência ao artigo 95.º do que ao artigo 94.º do TCE.

Deste modo, embora o artigo 95.º do TCE, de acordo com os próprios termos desse preceito, constitua uma disposição derogatória relativamente ao artigo 94.º, na prática, as Instituições recorrem ao artigo 95.º para aprovar medidas que têm por objectivo aperfeiçoar o funcionamento do mercado interno, com excepção das disposições que ficam excluídas em virtude do n.º 2 desse mesmo artigo (disposições fiscais e relativas à livre circulação das pessoas e aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados).

Assim, a Convenção poderia analisar se se deveria reestruturar os textos em causa, a fim de reconhecer que, de futuro, é o artigo 95.º que constitui a regra geral e o artigo 94.º a excepção.

### C. Cláusulas horizontais gerais

18. Na actual versão do Tratado CE, existem diferentes disposições de âmbito geral, isto é, integradas a todos os níveis da actividade da Comunidade, independentemente das políticas sectoriais seguidas.

Estas cláusulas constam quer da Parte I (Princípios), quer da Parte III (Políticas) do Tratado CE. Trata-se, nomeadamente, dos seguintes artigos:

- n.º 2 do artigo 3.º, que fixa o objectivo de *"eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres"*;
- artigo 6.º, que dispõe que *"as exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da Comunidade ..."*;
- n.º 2 do artigo 127.º, segundo o qual o objectivo de alcançar *"um elevado nível de emprego será tomado em consideração na definição e execução das políticas ..."*;
- n.º 4 do artigo 151.º, segundo o qual *"a Comunidade terá em conta os aspectos culturais ... e a diversidade das suas culturas"*;
- n.º 1 do artigo 152.º, nos termos do qual *"será assegurado um elevado nível de protecção da saúde"* na execução das políticas;
- n.º 2 do artigo 153.º, segundo o qual o mesmo se aplica às *"exigência em matéria de defesa dos consumidores"*.

Existe esta mesma concepção no caso da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade (n.º 3 do artigo 157.º do TCE), da coesão económica e social (artigo 159.º do TCE) e da cooperação para o desenvolvimento (artigo 178.º do TCE).

19. Duas soluções de simplificação se afiguram possíveis. Uma consistiria em retomar, num artigo único, na Primeira Parte da Constituição, os dois tipos de cláusulas que actualmente constam da Parte I do Tratado CE, a saber, o n.º 2 do artigo 3.º e o artigo 6.º do TCE. A outra consistiria em retomar no início da Segunda Parte todos os conceitos acima referidos, a título de *"cláusula horizontal"* geral.
20. Para os devidos efeitos, apresenta-se a seguir um modelo para cada uma destas opções.

Opção A (curta, n.º 2 do artigo 3.º e artigo 6.º, que constam da Parte do Tratado CE relativa aos "Princípios")

*"Na definição e execução das políticas e acções da União previstas na presente Parte devem ser integradas as seguintes exigências:*

- a) A eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres;*
- b) A protecção do ambiente, tendo especialmente em vista promover o desenvolvimento sustentável."*

Opção B (longa, todas as disposições horizontais do Tratado CE)

*"Na definição e execução das políticas e acções da União previstas na presente Parte devem ser integradas as seguintes exigências:*

- a) A eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres;*
- b) A protecção do ambiente, tendo especialmente em vista promover o desenvolvimento sustentável;*
- c) A protecção da saúde humana.*

*Na definição e execução das políticas e acções previstas na presente Parte, a União terá em conta os seguintes objectivos:*

- a) A consecução de um elevado nível de emprego;*
- b) Os aspectos culturais, nomeadamente a fim de respeitar e promover a diversidade das culturas;*
- c) A defesa dos consumidores;*
- d) A realização das condições necessárias à competitividade da indústria da União;*
- e) O reforço da coesão económica e social da União e os objectivos desta política;*
- f) Os objectivos da cooperação para o desenvolvimento, sempre que as políticas e acções sejam susceptíveis de afectar os países em desenvolvimento."*

**D. Reestruturação de partes do articulado**

21. No Volume I procedeu-se a um certo número de adaptações não substanciais :

- a) O artigo 4.º do TCE poderia ser transferido para o início do Título "*Política Económica e Monetária*".
- b) Os artigos 14.º e 15.º do TCE poderiam ser transferidos para o início de um novo título ou capítulo consagrado ao mercado interno, no qual figurariam também os artigos 94.º a 97.º do TCE.
- c) No caso de o Título "*Agricultura*" do TCE ser completado com as palavras "*e Pescas*", a fim de reflectir no título o âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 32.º do TCE, o texto deste artigo deverá ser adaptado em conformidade.

- d) A Parte IV do Tratado CE, relativa à associação dos países e territórios ultramarinos, visa uma aplicação parcial do regime do Tratado aos países e territórios em causa, pelo que, em princípio, deveria aproximar-se da cláusula de aplicação territorial do Tratado.

### **III. SUGESTÕES DE SIMPLIFICAÇÃO**

#### **A. Actos não abrangidos pelos projectos de artigos 24.º a 33.º da Constituição**

22. Determinadas disposições do TCE susceptíveis de figurar na Parte II da Constituição prevêem processos e actos não abrangidos actualmente pelos artigos 24.º a 33.º do projecto (CONV 571/03, de 26 de Fevereiro de 2003).

Poderia perguntar-se se esta situação não deveria ser corrigida a fim de tornar a abordagem geral e as disposições específicas compatíveis entre si.

##### *a. Actos do Parlamento Europeu*

23. O Parlamento Europeu goza de poderes de decisão que não estão previstos nos projectos de artigos em questão, nem são abrangidos pelo seu poder de auto-organização.

Nos termos do n.º 1 do artigo 195.º do TCE, "*o Parlamento Europeu nomeará um Provedor de Justiça*" e "*estabelecerá o (seu) estatuto e as condições gerais de exercício das (suas) funções ...após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho...*" (n.º 4 do artigo 195.º do TCE). De igual modo, nos termos do n.º 5 do artigo 190.º do TCE, o PE "*estabelecerá o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros, após parecer da Comissão e mediante aprovação do Conselho*".

O facto de estes actos serem aprovados "*mediante aprovação do Conselho*" em nada afecta o poder de decisão conferido ao Parlamento nesta matéria.

Além disso, no processo orçamental, "*o Presidente do Parlamento Europeu declarará verificado que o Orçamento se encontra definitivamente aprovado*" (n.º 7 do artigo 272.º do TCE). Por último, o Parlamento tem ainda competência para dar, sozinho, quitação à Comissão quanto à execução do Orçamento, "*sob recomendação do Conselho*" (n.º 1 do artigo 276.º do TCE).

##### *b. Actos de âmbito geral aprovados pelas instâncias jurisdicionais da União*

24. Nos termos do sexto parágrafo do artigo 223.º do TCE, "*o Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho...*". O mesmo se passa com o Tribunal de Primeira Instância e as câmaras jurisdicionais, em aplicação respectivamente do quinto parágrafo do artigo 224.º do TCE e do quinto parágrafo do artigo 225.º-A do TCE.

Estamos aqui perante a atribuição de um verdadeiro poder de decisão às instâncias jurisdicionais da União, não sendo o regulamento de processo dessas instâncias equiparável a um regulamento interno.

*c. Actos aprovados de comum acordo*

25. Nos termos do terceiro parágrafo do artigo 193.º do Tratado CE "*as formas de exercício do direito de inquérito são determinadas de comum acordo pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão*".

O mesmo se passa com o acordo celebrado entre o Tribunal de Contas, o Banco Europeu de Investimento e a Comissão em conformidade com o terceiro parágrafo do n.º 3 do artigo 248.º do TCE, bem como com o direito de acesso do Tribunal a informações detidas pelo Banco.

**B. Processos de decisão**

*a. Parlamento Europeu*

26. Sempre que o Parlamento vota por maioria habitualmente denominada "*simples*" ou "*relativa*" – o que é a regra geral –, a terminologia do Tratado CE utiliza a fórmula "*maioria absoluta dos votos expressos*" (primeiro parágrafo do artigo 198.º; n.º 5 do artigo 251.º; n.º 4 do artigo 272.º, etc.). Quando o PE vota pela maioria habitualmente conhecida por "maioria absoluta", a versão francesa do Tratado fala da "*maioria dos membros que o compõem*", utilizando também a fórmula "*maioria dos seus membros*" ou "*maioria dos membros do Parlamento Europeu*". É também esta a fórmula adoptada nas versões inglesa e alemã.

O uso do adjectivo "*absoluta*" pode pois dar azo a confusões: trata-se apenas, de facto, de uma maioria relativa.

Assim sendo, propõe-se a utilização dos termos "*maioria dos votos expressos*", por um lado, e "*maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu*" ou "*maioria dos membros que o compõem*", por outro.

*b. Conselho*

27. Poderíamos perguntar se a actual regra de votação segundo a qual "*as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros*" (n.º 1 do artigo 205.º do TCE) não deveria ser substituída pela fórmula "*as deliberações do Conselho são tomadas por maioria qualificada*".

De facto, sabemos que o Conselho se exprime principalmente por maioria qualificada e, mais raramente, por unanimidade ou por maioria simples. Daí que, em princípio, a regra da votação por maioria qualificada seja conforme com a maior parte dos casos, pelo que, a alteração acima sugerida em muito facilitaria a legibilidade do texto da Constituição.

Assim sendo, a referência ao Conselho na Constituição já não seria acompanhada da expressão "*deliberando por maioria qualificada*"; em contrapartida, a regra de votação (maioria simples ou unanimidade) seria expressamente mencionada nos casos excepcionais.



c. *Comissão*

28. O Grupo de Peritos interroga-se também quanto à necessidade de reproduzir, em cada artigo operacional da Constituição que constitui base jurídica, as diferentes fases institucionais do acto complexo constituído pelo processo legislativo da União.

Deste modo, atendendo ao poder de iniciativa praticamente geral da Comissão para toda a acção normativa da Comunidade, perguntamo-nos se não seria possível dispensar a repetição sistemática da fórmula "*sob proposta da Comissão*" em cada acto.

Bastaria prever, no artigo da primeira parte da Constituição consagrado à Comissão, ou eventualmente da segunda parte especificamente respeitante ao funcionamento da Comissão, uma fórmula do tipo "*Salvo disposição expressa em contrário, os actos da União apenas podem ser aprovados sob proposta da Comissão*".

Para os outros casos, poderia dizer-se, por exemplo, "*O Conselho, por sua própria iniciativa/por iniciativa de um Estado-Membro/por recomendação da Comissão, aprovará...*".<sup>1</sup>

**C. Denominação dos actos legislativos**

29. Em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX (CONV 424/02, parte II, B, alínea c)), o Grupo de Peritos utilizou a expressão "*processo legislativo*" sempre que se trata de actos aprovados em co-decisão. A fórmula utilizada inspira-se na adoptada pelo Praesidium no projecto de n.º 3 do artigo 28.º da Constituição, "*O Parlamento Europeu e o Conselho, em conformidade com o processo legislativo, aprovam...*".

Em casos excepcionais previstos pela Constituição, o Conselho dispõe também, autonomamente, de competência legislativa (projecto de n.º 2 do artigo 25.º).

É inegável o risco de confusão gerada pelo facto de que determinadas leis/leis-quadro, as leis/leis-quadro do Conselho, seriam aprovadas segundo um processo diferente do processo legislativo.

---

<sup>1</sup> As sugestões formuladas nos segundo, terceiro e quarto parágrafos do ponto 28 não merecem o apoio dos membros do Grupo designados pelo Serviço Jurídico do Conselho, que consideram que essas sugestões deveriam ser objecto de uma análise complementar.

#### **D. Diferenciação entre os actos legislativos e não legislativos do Conselho**

30. Do projecto de n.º 1 do artigo 25.º da primeira parte da Constituição, bem como das observações que o acompanham, ressalta que a regra geral para a aprovação dos actos legislativos é o processo de co-decisão.

O n.º 2 deste artigo indica que, por excepção a esta regra, o Conselho pode igualmente aprovar, autonomamente, actos legislativos. Os casos em que o Conselho dispõe autonomamente de competência legislativa devem ser expressamente previstos pela Constituição.

Dado que a Convenção ainda não definiu a lista destas excepções, o Grupo de Peritos não pôde tê-las em conta na elaboração do presente relatório.

31. De igual modo, se a Convenção considerar que, no quadro de uma dada política ou acção, o Conselho deve dispor simultaneamente de competência legislativa, ao abrigo do projecto de n.º 2 do artigo 25.º (aprovação de leis ou leis-quadro), e de competência não legislativa ao abrigo do projecto de artigo 26.º (aprovação de regulamentos ou de decisões), haverá que indicar com precisão, no âmbito da política ou acção em causa, os casos em que o Conselho dispõe de competência legislativa e aqueles em que dispõe de competência não legislativa.
32. De um modo mais geral, o Grupo de Peritos chama a atenção da Convenção para a necessidade de efectuar uma diferenciação precisa entre as competências legislativas e não legislativas do Conselho, conforme previsto pelo projecto de n.º 2 do artigo 25.º e pelo projecto de artigo 26.º da Constituição.

O Grupo assinala, neste contexto, que o exercício de competências legislativas pelo Conselho teria, nesta fase dos trabalhos da Convenção, duas consequências em termos de processo: em primeiro lugar, o Conselho deve deliberar em sessão pública (projecto de n.º 3 do artigo 25.º); em segundo lugar, nos termos do projecto de protocolo relativo à subsidiariedade, o "*mecanismo de alerta rápido*" apenas se aplica às propostas legislativas.

#### **E. Denominação do processo de parecer favorável**

33. Quanto à competência específica de parecer favorável atribuída ao Parlamento Europeu, poderíamos perguntar se esta expressão não poderia ser substituída por "*aprovação*", o que não alteraria a natureza do acto solicitado à Instituição consultada. Essa função de aprovação já figura no Tratado CE, nomeadamente no artigo 214.º, relativo à nomeação dos membros da Comissão.

Nos casos em que a aprovação de um acto por outra Instituição requer o consentimento prévio do Conselho, este exprime-se igualmente mediante "*aprovação*" (cf., por exemplo, o n.º 5 do artigo 190.º ou o n.º 4 do artigo 195.º do TCE).

A este respeito, assinala-se que, por exemplo, a versão alemã do Tratado utiliza, tanto para a expressão "parecer favorável" (*avis conforme*) como para a fórmula "aprovação" (*approbation*), o mesmo vocábulo: "*Zustimmung*".

O termo "*aprovação*" (*approbation*) afigura-se, aliás, de mais fácil compreensão para o cidadão do que a expressão "*parecer favorável*" (*avis conforme*).

## F. Clarificação das bases jurídicas

34. O relatório do Grupo sobre as Competências Complementares – Grupo V (CONV 375/1/02 REV 1, de 4 de Novembro de 2002) recomenda a redução dos casos de recurso ao artigo 308.º do TCE, mediante a introdução das bases jurídicas necessárias para permitir a acção da União nos domínios em que actualmente só pode intervir mediante recurso a essa disposição. A título de exemplo, poderemos mencionar:

- o alargamento do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados: o artigo 42.º do TCE constitui a base jurídica apropriada apenas para os assalariados;
- as sanções económicas e financeiras para os particulares ou associações fora da União: os artigos 60.º e 301.º do Tratado CE aplicam-se unicamente aos "países terceiros"; ou
- os actos relativos à realização do mercado interno que vão além da aproximação das disposições legislativas nacionais (cf. artigos 94.º e 95.º do TCE), nomeadamente em matéria de títulos de propriedade intelectual a nível da União.

35. Caso a Convenção entenda limitar os casos de recurso ao artigo 308.º do TCE, poderá prever, em todos os casos pertinentes, uma base jurídica específica. Podem ser consideradas diferentes soluções, conforme os casos. Por exemplo, no que respeita ao alargamento do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados, poderia ponderar-se a hipótese de estabelecer uma base jurídica no capítulo relativo ao "estabelecimento".

No que se refere aos actos relativos à realização do mercado interno que vão além da aproximação das legislações nacionais, entre outros a criação de títulos de propriedade intelectual a nível da União, poderia considerar-se, quer uma adaptação da referência feita nos artigos 94.º e 95.º do TCE à aproximação das disposições legislativas, quer a criação de uma base jurídica específica.

## G. Sessões anuais do Parlamento Europeu

36. O Parlamento realiza uma sessão anual (primeiro parágrafo do artigo 196.º do TCE). Desde o Tratado de Roma, o PE decidiu, no âmbito do seu poder de auto-organização, planear o seu calendário de trabalho em função de "*períodos de sessões*", situação amplamente corroborada pela jurisprudência do Tribunal de Justiça.

Dado que a fórmula constante do segundo parágrafo do artigo 196.º do TCE ("*O Parlamento Europeu pode reunir-se em sessão extraordinária....*") é muito susceptível de gerar confusões e de levantar interrogações aos olhos do cidadão, propõe-se a sua substituição, neste caso preciso, pela formulação consignada no Regimento do Parlamento desde 1958: "*o período de sessões*".

O Grupo propõe, assim, que o segundo parágrafo do artigo 196.º seja alterado do seguinte modo: "*O Parlamento Europeu pode reunir-se em período extraordinário de sessões...*".

\* \* \*

# **VOLUME II**

## **ANTEPROJECTO DE TRATADO CONSTITUCIONAL**

### **Sugestões de adaptações técnicas às disposições dos Tratados CE e UE**

\* \* \*

*Texto segundo a estrutura inicial dos Tratados CE e UE*

A Parte A do presente volume contém as disposições do Tratado CE (páginas 2 a 140).  
A Parte B do presente volume contém as disposições do Tratado UE (páginas 141 a 170).

O presente volume deve ser lido à luz dos Anexos I e II do Volume I.

## **Parte A**

### **Disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia (Tratado CE)**

## Índice

### Página

Parte I	Princípios	6
Parte II	Cidadania da União	13
Parte III	Políticas da <del>Comunidade</del> União	16
TÍTULO I	Livre Circulação de mercadorias	16
Capítulo 1	União Aduaneira	17
Capítulo 2	Proibição das restrições quantitativas entre os Estados-Membros	18
TÍTULO II	Agricultura	19
TÍTULO III	Livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais	23
Capítulo 1	Trabalhadores	23
Capítulo 2	Direito de estabelecimento	25
Capítulo 3	Serviços	28
Capítulo 4	Capitais e pagamentos	30
TÍTULO IV	Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas	32
TÍTULO V	Transportes	37
TÍTULO VI	Regras comuns relativas à concorrência, à fiscalidade e à aproximação das legislações	41
Capítulo 1	Regras de concorrência	41
Secção 1	Regras aplicáveis às empresas	41
Secção 2	Auxílios concedidos pelos Estados-Membros	44
Capítulo 2	Disposições fiscais	46
Capítulo 3	Aproximação das legislações	48
TÍTULO VII	Política económica e monetária	51
Capítulo 1	Política económica	
Capítulo 2	Política monetária	
Capítulo 3	Disposições institucionais	
Capítulo 4	Disposições transitórias	

TÍTULO VIII	Emprego	51
TÍTULO IX	Política comercial comum	54
TÍTULO X	Cooperação aduaneira	56
TÍTULO XI	Política social, educação, formação profissional e juventude	57
Capítulo 1	Disposições sociais	57
Capítulo 2	Fundo Social Europeu	63
Capítulo 3	Educação, formação profissional e juventude	64
TÍTULO XII	Cultura	65
TÍTULO XXIII	Saúde pública	67
TÍTULO XIV	Defesa dos consumidores	68
TÍTULO XV	Redes transeuropeias	69
TÍTULO XVI	Indústria	71
TÍTULO XVII	Coesão económica e social	72
TÍTULO XVIII	Investigação e desenvolvimento tecnológico	74
TÍTULO XIX	Ambiente	78
TÍTULO XX	Cooperação para o desenvolvimento	80
TÍTULO XXI	Cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros	82
Parte IV	Associação dos países e territórios ultramarinos	83
Parte V	Instituições da <del>Comunidade</del> <b>União</b>	86
TÍTULO I	Disposições institucionais	86
Capítulo 1	Instituições	86
Secção 1	Parlamento Europeu	86
Secção 2	Conselho	91
Secção 3	Comissão	94
Secção 4	Tribunal de Justiça	97
Secção 5	Tribunal de Contas	107

Capítulo 2	Disposições comuns a várias instituições	110
Capítulo 3	Comité Económico e Social	115
Capítulo 4	Comité das Regiões	118
Capítulo 5	Banco Europeu de Investimento	119
 TÍTULO II	 Disposições financeiras	 121
Parte VI	Disposições gerais e finais	128
Disposições finais		139

\* \* \*



## PARTE I

### PRINCÍPIOS

#### Artigo 1.º<sup>1</sup>

~~Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma COMUNIDADE EUROPEIA.~~

#### Artigo 2.º

~~A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3.º e 4.º, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros.~~

#### Artigo 3.º

~~1. — Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a acção da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado:~~

- ~~a) — A proibição entre os Estados-Membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à entrada e à saída de mercadorias, bem como de quaisquer outras medidas de efeito equivalente;~~
- ~~b) — Uma política comercial comum;~~
- ~~c) — Um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados-Membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais;~~
- ~~d) — Medidas relativas à entrada e circulação de pessoas de acordo com o disposto no Título IV;~~
- ~~e) — Uma política comum no domínio da agricultura e das pescas;~~
- ~~f) — Uma política comum no domínio dos transportes;~~
- ~~g) — Um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno;~~

---

<sup>1</sup> Os artigos 1.º e 2.º e o n.º 1 do artigo 3.º foram suprimidos e substituídos por projectos de artigos (estabelecimento, valores e objectivos da União) da Parte I (artigos 1.º, 2.º e 3.º – doc. CONV 528/03).

- ~~h) — A aproximação das legislações dos Estados-Membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado comum;~~
- ~~i) — A promoção de uma coordenação entre as políticas de emprego dos Estados-Membros, com o objectivo de reforçar a sua eficácia, mediante a elaboração de uma estratégia coordenada em matéria de emprego;~~
- ~~j) — Uma política social que inclui um Fundo Social Europeu;~~
- ~~k) — O reforço da coesão económica e social;~~
- ~~l) — Uma política no domínio do ambiente;~~
- ~~m) — O reforço da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade;~~
- ~~n) — A promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico;~~
- ~~o) — O incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes transeuropeias;~~
- ~~p) — Uma contribuição para a realização de um elevado nível de protecção da saúde;~~
- ~~q) — Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros;~~
- ~~r) — Uma política no domínio da cooperação para o desenvolvimento;~~
- ~~s) — A associação dos países e territórios ultramarinos tendo por objectivo incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o esforço de desenvolvimento económico e social;~~
- ~~t) — Uma contribuição para o reforço da defesa dos consumidores;~~
- ~~u) — Medidas nos domínios da energia, da protecção civil e do turismo.~~

~~2.~~ Na realização de todas as acções previstas ~~no presente artigo~~ **na presente Parte**, a ~~Comunidade~~ **União** terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este número, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com o artigo 6.º (ambiente), ou até mesmo com as restantes disposições deste tipo que se encontram dispersas nos vários capítulos, por exemplo sob o título de "disposições comuns". Além disso, observe-se que a referência à "presente parte", na medida em que essa parte viesse a incluir matérias que actualmente se inserem no âmbito dos Segundo e Terceiro Pilares, alargaria o âmbito de aplicação deste (ou destes) número(s) horizontal(ais).

## Artigo 4.º<sup>1</sup>

1. Para alcançar os fins enunciados [no artigo 2.º]<sup>2</sup>, a acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** implica, nos termos do disposto [e segundo o calendário previsto]<sup>3</sup> ~~no presente Tratado na Constituição~~, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.
2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo [o calendário e]<sup>4</sup> os procedimentos previstos ~~no presente Tratado na Constituição~~, essa acção implica ~~a fixação irrevogável das taxas de câmbio conducente à criação de uma moeda única, o ecu euro~~, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na ~~Comunidade~~ **União**, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.
3. Essa acção dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.

## Artigo 5.º<sup>5</sup>

~~A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado.~~

~~Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.~~

~~A acção da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objectivos do presente Tratado.~~

---

<sup>1</sup> Este artigo poderia ser transferido para o início do Título VII – "Política Económica e Monetária".

<sup>2</sup> O artigo 2.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (n.º 2 do artigo 3.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta menção (o calendário...).

<sup>4</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta menção (o calendário...).

<sup>5</sup> O artigo 5.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Princípios fundamentais" da Parte I (artigo 8.º – doc. CONV 528/03).

## Artigo 6.º<sup>1</sup>

As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União** previstas ~~no artigo 3.º na presente Parte~~, em especial com o objectivo de promover um desenvolvimento sustentável.

## Artigo 7.º<sup>2</sup>

1. *A realização das tarefas confiadas à Comunidade é assegurada por:*

- *um PARLAMENTO EUROPEU;*
- *um CONSELHO;*
- *uma COMISSÃO;*
- *um TRIBUNAL DE JUSTIÇA;*
- *um TRIBUNAL DE CONTAS.*

*Cada Instituição actua nos limites das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo presente Tratado.*

2. *O Conselho e a Comissão são assistidos por um Comité Económico e Social e por um Comité das Regiões, com funções consultivas.*

## Artigo 8.º<sup>3</sup>

*São instituídos, de acordo com os procedimentos previstos no presente Tratado, um Sistema Europeu de Bancos Centrais, adiante designado por "SEBC", e um Banco Central Europeu, adiante designado por "BCE", os quais actuarão nos limites das atribuições que lhes são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos do SEBC e do BCE, adiante designados por "Estatutos do SEBC", que lhe vêm anexos.*

---

<sup>1</sup> Este artigo, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com outros artigos do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º). Mesma observação que na referida nota no que se refere à utilização da expressão "presente parte".

<sup>2</sup> Os artigos 7.º a 11.º-A são ou serão abrangidos pela Parte I.

<sup>3</sup> Poder-se-á pôr a questão de saber se é desejável que a Constituição contenha abreviaturas (BCE para "Banco Central Europeu", por exemplo) ou se não será mais claro para os leitores utilizar a designação habitual da instituição ou órgão em questão. Nos artigos do Tratado, o Banco Europeu de Investimento (artigo 9.º) não é designado sob a abreviatura "BEI". Se se pretender utilizar estas abreviaturas, haverá que assegurar que a sua explicação figure nalguma parte da Constituição.

### *Artigo 9.º*

*É instituído um Banco Europeu de Investimento, que actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos que lhe vêm anexos.*

### *Artigo 10.º*

*Os Estados-Membros tomarão todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade. Os Estados-Membros facilitarão à Comunidade o cumprimento da sua missão.*

*Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar quaisquer medidas susceptíveis de pôr em perigo a realização dos objectivos do presente Tratado.*

### *Artigo 11.º*

*1. Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos no presente Tratado devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, que pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.*

*2. A autorização para dar início à cooperação reforçada a que se refere o n.º 1 é concedida, no respeito dos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu. Quando a cooperação reforçada vise um domínio abrangido pelo processo previsto no artigo 251.º do presente Tratado, é necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu.*

*Qualquer membro do Conselho pode pedir que o assunto seja levado ao Conselho Europeu. Nessa sequência, o Conselho pode deliberar nos termos do disposto no primeiro parágrafo.*

*3. Salvo disposição em contrário contida no presente artigo e nos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, os actos e decisões necessários à execução das acções de cooperação reforçada ficam sujeitos a todas as disposições aplicáveis do presente Tratado.*

### *Artigo 11.º-A*

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 11.º notificará a sua intenção ao Conselho e à Comissão, que apresentará um parecer ao Conselho no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação. No prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão tomará uma decisão sobre a questão, bem como sobre eventuais disposições específicas que julgue necessárias.*

## Artigo 12.º

~~No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.~~

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, deliberando nos termos do artigo 251.º, de acordo com o processo legislativo, pode adoptar normas destinadas a proibir essa discriminação medidas para a proibição das discriminações em razão da nacionalidade a que se refere o [artigo (...)]<sup>1</sup>.**

## Artigo 13.º

1. Sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** e dentro dos limites das competências que ~~este~~ **esta** confere à ~~Comunidade~~ **União**, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar~~ **pode aprovar por unanimidade, sob proposta da Comissão**, as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

2. Em derrogação do n.º 1, ~~sempre que adopte as~~ **medidas de incentivo comunitárias da União**, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros, ~~para apoiar~~ **que apoiem** as acções dos Estados-Membros destinadas a contribuir para a realização dos objectivos referidos no n.º 1, ~~e o Conselho delibera nos termos do artigo 251.º são aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.~~

## Artigo 14.º<sup>2</sup>

1. ~~A Comunidade adoptará~~ **União aprovará** as medidas destinadas a estabelecer ~~progressivamente o mercado interno durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992~~ <sup>3</sup>, nos termos do disposto no presente artigo, nos [artigos 15.º e 26.º], no [n.º 2 do artigo 47.º,] e nos [artigos 49.º, 80.º, 93.º e 95.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição.~~

2. O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições ~~do presente Tratado da Constituição.~~

<sup>1</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Não discriminação em razão da nacionalidade" da Parte I (artigo 6.º - doc. CONV 528/03).

<sup>2</sup> Os artigos 14.º e 15.º poderiam ser transferidos para o início da actual Parte III – "Políticas da Comunidade". Além disso, poder-se-ia reflectir sobre a eventual adequação de se prever um título ou capítulo "mercado interno" no início do qual poderiam figurar esses dois artigos.

<sup>3</sup> A referência a este prazo é obsoleta, sendo sugerida a sua supressão.

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, definirá~~ **aprovará por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as medidas que definem** as orientações e condições necessárias para assegurar um progresso equilibrado no conjunto dos sectores abrangidos.<sup>1</sup>

#### Artigo 15.º<sup>2</sup>

Aquando da formulação das suas propostas destinadas a realizar os objectivos enunciados no artigo 14.º, a Comissão terá em conta a amplitude do esforço que certas economias que apresentam diferenças de desenvolvimento devem suportar ~~durante o período de~~ **para o** estabelecimento do mercado interno e pode propor as ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

Se estas ~~disposições~~ **medidas** tomarem a forma de derrogações, devem ter carácter temporário e implicar o mínimo possível de perturbações no funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

#### Artigo 16.º

Sem prejuízo ~~de disposto nos~~ **dos** [artigos 73.º, 86.º e 87.º], e atendendo à posição que os serviços de interesse económico geral ocupam no conjunto [dos valores comuns]<sup>3</sup> da União e ao papel que desempenham na promoção da **sua** coesão social e territorial, a ~~Comunidade~~ **União** e os seus Estados-Membros, dentro do limite das respectivas competências e no âmbito de aplicação ~~de presente Tratado da Constituição~~, zelarão por que esses serviços funcionem com base em princípios e em condições que lhes permitam cumprir as suas missões.

---

<sup>1</sup> Este número parece nunca ter sido utilizado. Deverá ser suprimido?

<sup>2</sup> Foi sugerido que se suprimisse a referência ao período de estabelecimento do mercado interno (ver nota relativa ao artigo 14.º). Todavia, a supressão desta referência poderia acarretar aqui uma perenização das possibilidades de derrogação previstas no artigo 15.º e que só podiam ser aplicadas durante o período em questão.

<sup>3</sup> Poder-se-á reflectir sobre esta noção de "valores comuns", quando a noção de "valores" está definida no projecto de artigo "Valores da União" (artigo 2.º- doc. CONV 528/03) e se refere a valores tais com os direitos humanos. Foi sugerido que se tentasse encontrar outra expressão.

## PARTE II

### CIDADANIA DA UNIÃO

#### ~~Artigo 17.º<sup>1</sup>~~

~~1. — É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui.~~

~~2. — Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos no presente Tratado.~~

#### Artigo 18.º

~~1. — Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adoptadas em sua aplicação.<sup>2</sup>~~

2. Se, para atingir esse o objectivo, referido no [artigo (...)]<sup>3</sup>, **do direito de livre circulação e de livre permanência para qualquer cidadão da União**, se revelar necessária uma acção da Comunidade União sem que o presente Tratado a Constituição tenha previsto poderes de acção para o efeito, ~~o Conselho pode adoptar disposições~~ **o Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, medidas** destinadas a facilitar o exercício ~~dos direitos a que se refere o n.º 1 desse direito. O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º.~~

3. O [n.º 2] não se aplica às ~~disposições~~ **medidas** relativas aos passaportes, aos bilhetes de identidade, às autorizações de residência ou a qualquer outro documento equiparado, nem às disposições respeitantes à segurança social ou à protecção social.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> O artigo 17.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 1 do artigo 7.º - doc. CONV 528/03).

<sup>2</sup> O n.º 1 do artigo 18.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>4</sup> Sugere-se que se esclareça se este número se destina a excluir toda e qualquer competência a título deste artigo nos domínios enumerados ou se o objectivo pretendido é excluir a co-decisão ou apenas a maioria qualificada no Conselho. No segundo caso, seria conveniente que a Convenção analisasse a oportunidade de introduzir uma base jurídica específica para as medidas referidas no n.º 3.



## Artigo 19.º<sup>1</sup>

1. ~~Qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito<sup>2</sup> será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu;~~ **O Conselho aprovará por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam as regras relativas ao exercício do direito, referido no [artigo (...)]<sup>3</sup>, de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições municipais no Estado-Membro de residência. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** Essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.

2. Sem prejuízo do ~~disposto no [n.º 4 do artigo 190.º]<sup>4</sup> e das disposições adoptadas~~ **medidas aprovadas** em sua aplicação, ~~qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade, goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu;~~ **o Conselho aprovará por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam as regras relativas ao exercício do direito, referido no [artigo (...)]<sup>5</sup>, de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** Essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.

---

<sup>1</sup> Sugere-se que estes dois números, que são praticamente idênticos, sejam fundidos, sob reserva de se encontrar uma solução para o problema da referência ao n.º 4 do artigo 190.º (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 19.º *infra*).

<sup>2</sup> O primeiro período dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>4</sup> A referência ao artigo 190.º (processo eleitoral uniforme para os membros do Parlamento Europeu, que será abrangido pela Parte I) visava o direito (de eleger/ser eleito nas eleições europeias) e não o processo relativo à aprovação das disposições necessárias para o exercício desse direito (que é aqui fixado). Ora, o projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03), que contém esse direito, deixou de se referir ao artigo 190.º. Assim, deixar aqui a referência ao artigo 190.º, ligada apenas ao processo, modificaria o âmbito de aplicação dessa referência, a não ser que fosse objecto de uma frase distinta que especificasse que só se aplica ao direito de eleger e ser eleito.

<sup>5</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

## Artigo 20.º<sup>1</sup>

~~Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras necessárias e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa a protecção~~ **diplomática e consular dos cidadãos da União nos Estados terceiros, referida no [artigo (...)]**<sup>2</sup>.

## Artigo 21.º<sup>3</sup>

~~Qualquer cidadão da União goza do direito de petição ao Parlamento Europeu, nos termos do disposto no artigo 194.º.~~

~~Qualquer cidadão da União pode dirigir-se ao Provedor de Justiça instituído nos termos do disposto no artigo 195.º.~~

**As línguas em que qualquer cidadão da União se pode dirigir-se por escrito a qualquer das às Instituições ou órgãos ao abrigo do [artigo (...)]<sup>4</sup>, e obter uma resposta na mesma língua, são as que se encontram enumeradas no artigo 314.º a que se refere o presente artigo ou o artigo 7.º numa das línguas previstas no artigo 314.º e obter uma resposta redigida na mesma língua. As Instituições e órgãos a que se refere o presente artigo são os que estão enumerados no [artigo (...)]<sup>5</sup> e o Provedor de Justiça.**

## Artigo 22.º

A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, de três em três anos, um relatório sobre a aplicação das disposições **do [artigo (...)]<sup>6</sup>** e da [presente Parte]. Esse relatório terá em conta o desenvolvimento da União.

<sup>1</sup> O primeiro período do artigo 20.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03). Para dar seguimento a esta disposição, os Estados-Membros negociaram no âmbito do Conselho e celebraram entre si um acordo internacional. A Convenção poderia analisar se seria adequado alterar o processo segundo o qual devem ser fixadas as regras previstas neste artigo, nomeadamente no que se refere à possibilidade de deixar de recorrer a um instrumento convencional (ver relatório do grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 5).

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (terceiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>3</sup> Os dois primeiros parágrafos, que não são funcionais e apenas remetem para os artigos 194.º e 195.º, devem ser suprimidos, uma vez que o direito que prevêm está enunciado no projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>4</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>5</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo da Parte I que incluirá a lista das Instituições e dos dois órgãos consultivos (Comité Económico e Social e Comité das Regiões).

<sup>6</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

Com base nesses relatórios, e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**, o Conselho **pode aprovar por unanimidade, sob proposta da Comissão,** ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu,~~ **pode aprovar disposições, medidas** destinadas a aprofundar os direitos previstos ~~na presente Parte~~ **no [artigo (...)]<sup>1</sup>**, cuja aprovação recomendará aos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

### PARTE III

## POLÍTICAS DA COMUNIDADE UNIÃO

### TÍTULO I

## LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

### Artigo 23.º

1. ~~A Comunidade União assenta numa~~ **compreende uma** união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-Membros, de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a aprovação de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros.
2. ~~O disposto no [O artigo 25.º] e no [o Capítulo 2] do [presente Título] é aplicável~~ **são aplicáveis** tanto aos produtos originários dos Estados-Membros, como aos produtos provenientes de países terceiros que se encontrem em livre prática nos Estados-Membros.

### Artigo 24.º

Consideram-se em livre prática num Estado-Membro os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-Membro, e que não tenham beneficiado de draubaque total ou parcial desses direitos ou encargos.

---

<sup>1</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

## CAPÍTULO 1

### UNIÃO ADUANEIRA

#### Artigo 25.º

São proibidos entre os Estados-Membros os direitos aduaneiros de importação e de exportação ou os encargos de efeito equivalente. Esta proibição é igualmente aplicável aos direitos aduaneiros de natureza fiscal.

#### Artigo 26.º

~~Os direitos da pauta aduaneira comum são fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão. O Conselho aprova por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as medidas que fixam os direitos da pauta aduaneira comum.~~

#### Artigo 27.º

No exercício das funções que lhe são confiadas no presente capítulo, a Comissão orientar-se-á:

- a) Pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-Membros e países terceiros.
- b) Pela evolução das condições de concorrência na ~~Comunidade~~ **União**, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas.
- c) Pelas necessidades de abastecimento da ~~Comunidade~~ **União** em matérias-primas e produtos semiacabados cuidando que se não falseiem, entre os Estados-Membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados.
- d) Pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-Membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo na ~~Comunidade~~ **União**.

## CAPÍTULO 2

### PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS

#### Artigo 28.º<sup>1</sup>

São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas **tanto** à importação **como** à **exportação**, bem como todas as medidas de efeito equivalente.

#### ~~Artigo 29.º~~

~~São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas à exportação, bem como todas as medidas de efeito equivalente.~~

#### Artigo 30.º

~~As disposições dos [O artigos 28.º] e 29.º são aplicáveis~~ **é aplicável** sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir nem um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros.

#### Artigo 31.º

1. Os Estados-Membros adaptarão os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-Membros, quanto às condições de abastecimento e de comercialização.

~~O disposto no~~ **O** presente artigo é aplicável a qualquer organismo através do qual um Estado-Membro, de jure ou de facto, controle, dirija ou influencie sensivelmente, directa ou indirectamente, as importações ou as exportações entre os Estados-Membros. ~~Estas disposições são~~ **É igualmente aplicável** aos monopólios delegados pelo Estado.

2. Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar qualquer nova medida, que seja contrária aos princípios enunciados no [n.º 1], ou que restrinja o âmbito da aplicação dos artigos relativos à proibição dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> É sugerida a fusão deste artigo com o artigo 29.º

3. No caso de um monopólio de natureza comercial comportar regulamentação destinada a facilitar o escoamento ou a valorização de produtos agrícolas, devem ser tomadas medidas para assegurar, na aplicação ~~de disposto no~~ do presente artigo, garantias equivalentes para o emprego e nível de vida dos produtores interessados.

## TÍTULO II

### AGRICULTURA <sup>1</sup>

#### Artigo 32.º

1. O mercado ~~comum~~ **interno** abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.
2. As regras previstas para o estabelecimento do mercado ~~comum~~ **interno** são aplicáveis aos produtos agrícolas, salvo disposição em contrário dos [artigos 33.º a 38.º] ~~inclusive~~.
3. Os produtos **enumerados no [Anexo I] são** abrangidos ~~pele disposto nos~~ **pelos** artigos 33.º a 38.º ~~inclusive, são enumerados na lista constante do Anexo I do presente Tratado~~ <sup>2</sup>.
4. O funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno** para os produtos agrícolas devem ser acompanhados da adopção de uma Política Agrícola Comum.

#### Artigo 33.º

1. A Política Agrícola Comum tem como objectivos:
  - a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;
  - b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
  - c) Estabilizar os mercados;
  - d) Garantir a segurança dos abastecimentos;
  - e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

<sup>1</sup> Sugere-se que se analise a eventual pertinência de se aditar "E PESCAS" no título. Se esta sugestão for aceite, haverá que adaptar a redacção do artigo 32.º.

<sup>2</sup> É sugerida a supressão destas formulações supérfluas, uma vez que a referência ao Anexo só pode remeter para a Constituição.

2. Na elaboração da Política Agrícola Comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração:

- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
- b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;
- c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-Membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia.

#### Artigo 34.º

1. A fim de atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], é criada uma organização comum dos mercados agrícolas.

Segundo os produtos, esta organização assumirá uma das formas seguintes:

- a) Regras comuns em matéria de concorrência;
- b) Uma coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado;
- c) Uma organização europeia de mercado.

2. A organização comum, sob uma das formas previstas no n.º 1, pode abranger todas as medidas necessárias para atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], designadamente: regulamentações dos preços; subvenções tanto à produção como à comercialização dos diversos produtos; medidas de armazenamento e de reporte; mecanismos comuns de estabilização das importações ou das exportações.

A organização comum deve limitar-se a prosseguir os objectivos definidos no [artigo 33.º] e excluir toda e qualquer discriminação entre produtores ou consumidores da ~~Comunidade~~ **União**.

Uma eventual política comum de preços deve assentar em critérios comuns e em métodos de cálculo uniformes.

3. A fim de permitir que a organização comum referida no n.º 1 atinja os seus objectivos, podem ser criados um ou mais fundos agrícolas de orientação e garantia.

## Artigo 35.º

Tendo em vista alcançar os objectivos definidos no [artigo 33.º], pode prever-se, no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente:

- a) Uma coordenação eficaz dos esforços empreendidos nos domínios da formação profissional, da investigação e da divulgação da agronomia, que pode incluir projectos ou instituições financiados em comum;
- b) Acções comuns destinadas a promover o consumo de certos produtos.

## Artigo 36.º

~~As disposições de O~~ [capítulo] relativo às regras de concorrência só ~~são aplicáveis~~ **é aplicável** à produção e ao comércio dos produtos agrícolas, na medida em que tal seja determinado pelo Conselho, no âmbito do disposto nos [n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º] e em conformidade com o processo [aí previsto], tendo em conta os objectivos definidos no [artigo 33.º].

O Conselho pode, nomeadamente, **aprovar medidas que** autorizem a concessão de auxílios:

- a) Para a protecção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais;
- b) No âmbito de programas de desenvolvimento económico.

## Artigo 37.º

~~1. — A fim de traçar as linhas directrizes de uma política agrícola comum, a Comissão convocará, logo após a entrada em vigor do presente Tratado, uma conferência dos Estados-Membros para proceder à comparação das suas políticas agrícolas, efectuando, nomeadamente, o balanço dos seus recursos e necessidades.<sup>1</sup>~~

2. A Comissão, ~~tomando em consideração os trabalhos da conferência prevista no n.º 1,~~ após consulta ~~de~~ **ao** Comité Económico e Social, apresentará, ~~no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado,~~ propostas relativas à elaboração e execução da Política Agrícola Comum, incluindo a substituição das organizações nacionais por uma das formas de organização comum previstas no [n.º 1 do artigo 34.º] e a execução das medidas ~~especificadas~~ **referidas** no [presente Título].

Tais propostas ~~devem ter~~ **têm** em conta a interdependência das questões agrícolas mencionadas no presente Título.

---

<sup>1</sup> Este número é obsoleto. A Conferência teve lugar em Stresa em 1958, pelo que os seus resultados já fazem parte do acervo.



~~O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, deliberando por maioria qualificada, adoptará regulamentos ou directivas, ou tomará~~ **O Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará, por maioria qualificada, leis/regulamentos<sup>1</sup>, leis-quadro, decisões,** ~~sem prejuízo das e recomendações que possa formular. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.~~

3. ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada,<sup>2</sup> pode substituir, nas condições previstas no número anterior, as~~ **As organizações nacionais de mercado podem ser substituídas, nas condições previstas no número anterior,** pela organização comum prevista no [n.º 1 do artigo 34.º]:

- a) Se a organização comum oferecer, aos Estados-Membros que sejam contrários a esta medida e que disponham eles próprios de uma organização nacional para a produção em causa, garantias equivalentes quanto ao emprego e ao nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias; e
- b) Se essa organização assegurar às trocas comerciais na ~~Comunidade~~ **União** condições análogas às que existem num mercado nacional.

4. Se for criada uma organização comum para certas matérias-primas, sem que exista ainda uma organização comum para os produtos transformados correspondentes, essas matérias-primas, quando utilizadas em produtos transformados destinados à exportação para países terceiros, podem ser importadas do exterior da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Artigo 38.º

Quando, em qualquer Estado-Membro, um produto for submetido a uma organização nacional de mercado ou a outra regulamentação interna de efeito equivalente que afecte a concorrência de produção similar noutro Estado-Membro, será aplicado pelos Estados-Membros um direito de compensação à entrada desse produto proveniente do Estado-Membro em que tal organização ou regulamentação exista, a menos que esse Estado aplique um direito de compensação à saída do referido produto.

A Comissão fixará o montante desses direitos, na medida em que tal seja necessário para restabelecer o equilíbrio; a Comissão pode igualmente autorizar o recurso a outras medidas, de que fixará as condições e modalidades.

---

<sup>1</sup> Uma vez que, segundo os projectos de artigos do Título V ("Exercício das competências da União") da Parte I (artigos 25.º e 26.º- doc. CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis, quer regulamentos, será necessário que a Convenção identifique os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II do presente relatório).

<sup>2</sup> Esta menção é supérflua, uma vez que o processo aplicável já está indicado, através da remissão para o n.º 2 do artigo 37.º.

## TÍTULO III

### LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, DE SERVIÇOS E DE CAPITAIS

#### CAPÍTULO 1

#### TRABALHADORES

##### Artigo 39.º

1. ~~A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada~~ **Os trabalhadores têm o direito de circular livremente na Comunidade União.** <sup>1</sup>
2. ~~A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de~~ **É proibida** <sup>2</sup> toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-Membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
3. ~~A livre circulação dos trabalhadores compreende,~~ Sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, **os trabalhadores têm** <sup>3</sup> o direito de:
  - a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas.
  - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros.
  - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais.
  - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele terem exercido uma actividade laboral, nas condições que ~~serão~~ **são** objecto de regulamentos ~~de execução a estabelecer~~ **aprovados** pela Comissão.
4. ~~O disposto no~~ **O** presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

<sup>1</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>2</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>3</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume II – Parte A (Tratado CE)*

## Artigo 40.º

~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º e após consulta do Comité Económico e Social, tomará, por meio de directivas ou de regulamentos, as medidas~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as leis ou leis-quadro** necessárias à realização da livre circulação dos trabalhadores, tal como se encontra definida no [artigo anterior]. **O Conselho e o Parlamento Europeu deliberam após consulta ao Comité Económico e Social. As referidas leis e leis-quadro destinar-se-ão**, designadamente, a:

- a) ~~Assegurando~~ **Assegurar** uma colaboração estreita entre os serviços nacionais de emprego.
- b) ~~Eliminando~~ **Eliminar** tanto os procedimentos e práticas administrativas, como os prazos de acesso aos empregos disponíveis, decorrentes quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberalização dos movimentos dos trabalhadores.
- c) ~~Eliminando~~ **Eliminar** todos os prazos e outras restrições previstas, quer na legislação nacional quer em acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, que imponham aos trabalhadores dos outros Estados-Membros condições diferentes das que se aplicam aos trabalhadores nacionais quanto à livre escolha de um emprego.
- d) ~~Criando~~ **Criar** mecanismos adequados a pôr em contacto as ofertas e pedidos de emprego e a facilitar o seu equilíbrio em condições tais que excluam riscos graves para o nível de vida e de emprego nas diversas regiões e indústrias.

## Artigo 41.º

O Estados-Membros devem fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores.<sup>1</sup>

## Artigo 42.º

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão tomará, de acordo com o processo legislativo,~~ no domínio da segurança social, as medidas necessárias ao estabelecimento da livre circulação dos trabalhadores<sup>2</sup>, instituindo, designadamente, um sistema que assegure aos trabalhadores migrantes e às pessoas que deles dependam:

<sup>1</sup> Sugere-se que se analise se seria útil "modernizar" esta disposição prevendo uma competência da União cuja natureza teria de ser definida.

<sup>2</sup> Esta base jurídica só permite a aprovação de medidas para os "trabalhadores", isto é, para os trabalhadores assalariados. A extensão do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados foi feita com base no artigo 308.º do TCE. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado prever, no capítulo "Estabelecimento", que se aplica aos trabalhadores não assalariados, uma base jurídica específica que abranja esta matéria.

- a) A totalização de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção do direito às prestações, como para o cálculo destas;
- b) O pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados-Membros.

~~O Conselho delibera por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º.~~<sup>1</sup>

## CAPÍTULO 2

### DIREITO DE ESTABELECIMENTO

#### Artigo 43.º

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro.

~~A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso~~ **Os nacionais de um Estado-Membro têm o direito de aceder, no território de outro Estado-Membro,** a actividades não assalariadas e ~~o seu exercício de as exercer, bem como a constituição e a gestão de empresas de constituir e gerir empresas,~~ designadamente de sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], nas condições definidas na legislação do país **Estado-Membro** de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no [Capítulo] relativo aos capitais.<sup>2</sup>

#### Artigo 44.º

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro** para realizar a liberdade de estabelecimento numa determinada actividade, ~~o Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará directivas. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.~~

2. **O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão exercerão as funções que lhes são confiadas** ~~nos termos das disposições anteriores pelo n.º 1,~~ designadamente:

<sup>1</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

<sup>2</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo (ver também artigo 39.º, relativo aos trabalhadores).

- a) Dando prioridade, em geral, às actividades em que a liberdade de estabelecimento constitua uma contribuição particularmente útil para o desenvolvimento da produção e das trocas comerciais.
- b) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais competentes tendo em vista conhecer as situações especiais, na ~~Comunidade~~ **União**, das diversas actividades em causa.
- c) Eliminando os procedimentos e práticas administrativas decorrentes, quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberdade de estabelecimento.
- d) Velando por que os trabalhadores assalariados de um dos Estados-Membros, empregados no território de outro Estado-Membro, possam permanecer nesse território, para nele exercerem uma actividade não assalariada, desde que satisfaçam as condições que lhes seriam exigidas se chegassem a esse Estado no momento em que pretendem ter acesso a essa actividade.
- e) Tornando possível a aquisição e exploração de propriedades fundiárias, situadas no território de um Estado-Membro, por um nacional de outro Estado-Membro, na medida em que não sejam lesados os princípios estabelecidos no [n.º 2 do artigo 33.º].
- f) Aplicando a supressão gradual das restrições à liberdade de estabelecimento em todos os ramos de actividade considerados, por um lado, quanto às condições de constituição de agências, sucursais ou filiais no território de um Estado-Membro e, por outro, quanto às condições que regulam a admissão de pessoal do estabelecimento principal nos órgãos de gestão ou de fiscalização daquelas.
- g) Coordenando as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], na medida em que tal seja necessário, e a fim de tornar equivalentes essas garantias.
- h) Certificando-se de que as condições de estabelecimento não sejam falseadas pelos auxílios concedidos pelos Estados-Membros.

#### Artigo 45.º

~~As disposições do~~ O presente capítulo não são aplicáveis **se aplica** às actividades que, num Estado-Membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública.<sup>1</sup>

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão,~~ pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, medidas que isentem** ~~determinar que as disposições do presente capítulo não são aplicáveis a certas actividades~~ **da aplicação do presente capítulo.**

<sup>1</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

## Artigo 46.º

1. ~~As disposições de O~~ [presente capítulo] e as medidas ~~tomadas~~ **aprovadas** em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas **dos Estados-Membros** que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.
2. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará directivas~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro** para a coordenação das ~~existentes~~ disposições **nacionais a que se refere o n.º 1.**

## Artigo 47.º <sup>1</sup>

1. A fim de facilitar o acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício, ~~o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, adoptará directivas o~~ **Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, leis-quadro** que visem:
  - a) **O** reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos;
  - b) **A coordenação das** disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício.
2. ~~Para o mesmo fim, o Conselho adoptará, nos termos do artigo 251.º, directivas que visem coordenar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. O Conselho, deliberando por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º, decidirá sobre as directivas cuja execução implique, num Estado-Membro pelo menos, uma alteração dos princípios legislativos existentes do regime das profissões, no que respeita à formação e às condições de acesso de pessoas singulares. Nos outros casos, o Conselho delibera por maioria qualificada.~~ <sup>2</sup>
3. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a eliminação progressiva das restrições dependerá da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-Membros.

<sup>1</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2, que seguem o mesmo processo (na sequência da supressão da unanimidade no Conselho, conforme indicado no relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

<sup>2</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

## Artigo 48.º

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na ~~Comunidade~~ **União** são, para efeitos do ~~disposto no~~ [presente Capítulo], equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados-Membros.

Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

## CAPÍTULO 3

### SERVIÇOS

## Artigo 49.º

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, as restrições à livre prestação de serviços na ~~Comunidade~~ **União** serão proibidas em relação aos nacionais dos Estados-Membros estabelecidos num ~~Estado da Comunidade~~ **Estado-Membro** que não seja o do destinatário da prestação.

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão,~~ **pode aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, medidas destinadas a tornar as disposições do presente capítulo** ~~são extensivas~~ **extensivo** aos prestadores de serviços nacionais de um Estado terceiro estabelecidos na ~~Comunidade~~ **União**.

## Artigo 50.º

Para efeitos do disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, consideram-se "serviços" as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Os serviços compreendem designadamente:

- a) Actividades de natureza industrial.
- b) Actividades de natureza comercial.
- c) Actividades artesanais.
- d) Actividades das profissões liberais.

Sem prejuízo do disposto no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento, o prestador de serviços pode, para a execução da prestação, exercer, a título temporário, a sua actividade no Estado-Membro onde a prestação é realizada, nas mesmas condições que esse Estado impõe aos seus próprios nacionais.

#### Artigo 51.º

1. A livre prestação de serviços em matéria de transportes é regulada ~~pelas disposições constantes do~~ pelo [título] relativo aos transportes.
2. A liberalização dos serviços bancários e de seguros ligados a movimentos de capitais deve efectuar-se de harmonia com a liberalização da circulação dos capitais.

#### Artigo 52.º

1. Para realizar a liberalização de um determinado serviço, o Conselho **aprovará leis-quadro, por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão. ~~e após consulta do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu adoptará directivas, por maioria qualificada. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.~~
2. As ~~directivas~~ **leis-quadro** a que se refere o n.º 1 contemplarão, em geral, prioritariamente os serviços que influem de modo directo nos custos de produção, ou cuja liberalização contribua para fomentar as trocas comerciais de mercadorias.

#### Artigo 53.º<sup>1</sup>

Os Estados-Membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força das ~~directivas adoptadas~~ **leis-quadro aprovadas** em execução do [n.º 1 do artigo 52.º], caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-Membros em causa.

#### Artigo 54.º<sup>2</sup>

Enquanto não forem suprimidas as restrições à livre prestação de serviços, cada Estado-Membro aplicá-las-á, sem qualquer distinção em razão da nacionalidade ou da residência, a todos os prestadores de serviços referidos no [primeiro parágrafo do artigo 49.º].

---

<sup>1</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta disposição.

<sup>2</sup> Por uma questão de coerência, poder-se-ia estudar se não seria mais adequado prever esta disposição a nível horizontal para as quatro liberdades.



## Artigo 55.º

~~As disposições dos Os [artigos 45.º a 48.º], inclusive,~~ são aplicáveis à matéria regulada no [presente capítulo].

## CAPÍTULO 4

### CAPITAIS E PAGAMENTOS

## Artigo 56.º<sup>1</sup>

1. No âmbito ~~das disposições~~ do presente capítulo, são proibidas ~~todas~~ as restrições **tanto** aos movimentos de capitais **como aos pagamentos** entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

~~2. No âmbito das disposições do presente Capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.~~

## Artigo 57.º

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica a aplicação a países terceiros de quaisquer restrições em vigor em 31 de Dezembro de 1993 ao abrigo de legislação nacional ou ~~comunitária~~ **da União** aprovada em relação à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.

2. Ao mesmo tempo que se esforça por alcançar, em toda a medida do possível, o objectivo da livre circulação de capitais entre Estados-Membros e países terceiros, e sem prejuízo dos restantes [capítulos] ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão~~, pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão**, medidas relativas à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais. ~~É exigida unanimidade relativamente às~~ **Sempre que aprove** medidas ~~a adoptar~~ ao abrigo do presente número que constituam um retrocesso da legislação ~~comunitária~~ **da União** em relação à liberalização dos movimentos de capitais provenientes ou com destino a países terceiros, **o Conselho delibera por unanimidade.**

---

<sup>1</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2.

## Artigo 58.º

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica o direito de os Estados-Membros:
  - a) Aplicarem as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o seu capital é investido.
  - b) Tomarem todas as ~~medidas~~ **disposições** indispensáveis para impedir infracções às suas ~~leis e regulamentos~~ **disposições legislativas e regulamentares**, nomeadamente em matéria fiscal e de supervisão prudencial das instituições financeiras, preverem processos de declaração dos movimentos de capitais para efeitos de informação administrativa ou estatística, ou tomarem medidas justificadas por razões de ordem pública ou de segurança pública.
2. O ~~disposto no presente~~ [capítulo] não prejudica a possibilidade de aplicação de restrições ao direito de estabelecimento que sejam compatíveis com o ~~presente Tratado~~ **a Constituição**.
3. As medidas e procedimentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 não devem constituir um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição dissimulada à livre circulação de capitais e pagamentos, tal como definida no [artigo 56.º].

## Artigo 59.º

Sempre que, em circunstâncias excepcionais, os movimentos de capitais provenientes ou com destino a países terceiros causem ou ameacem causar graves dificuldades ao funcionamento do União Económica e Monetária, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta de BCE~~, pode **aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão**, medidas de salvaguarda em relação a países terceiros, por um período não superior a seis meses, se essas medidas forem estritamente necessárias. **O Conselho delibera após consulta ao BCE** <sup>1</sup>.

## Artigo 60.º<sup>2</sup>

*1. Se, no caso previsto no [artigo 301.º], for considerada necessária uma acção da Comunidade, o Conselho, de acordo com o procedimento previsto no [artigo 301.º], pode tomar, relativamente aos países <sup>3</sup> terceiros em causa, as medidas urgentes necessárias em matéria de movimentos de capitais e de pagamentos.*

---

<sup>1</sup> Interrogação quanto à utilização de abreviaturas na Constituição (ver nota relativa ao artigo 8.º *supra*).

<sup>2</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas", pelo que não é aqui abordado. Sugere-se que se analise a pertinência de se fundir este artigo com o artigo 301.º.

<sup>3</sup> Esta restrição aos "países" impede actualmente a utilização deste artigo para fins de sanções contra indivíduos ou entidades não estatais (por exemplo, sanções contra os Talibãs e terroristas designados nominalmente). Esta lacuna obriga actualmente a recorrer, a título suplementar, ao artigo 308.º do TCE. Assim, sugere-se que se analise a eventual utilidade de se prever uma extensão do âmbito de aplicação deste artigo (ver também a sugestão relativa ao artigo 301.º).

2. *Sem prejuízo do disposto no [artigo 297.º], e enquanto o Conselho não tiver tomado medidas ao abrigo do n.º 1, um Estado-Membro pode, por razões políticas graves e por motivos de urgência, tomar medidas unilaterais contra um país terceiro relativamente aos movimentos de capitais e aos pagamentos. A Comissão e os outros Estados-Membros serão informados dessas medidas, o mais tardar na data da sua entrada em vigor.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode decidir que o Estado-Membro em causa deve alterar ou revogar essas medidas. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu das decisões tomadas pelo Conselho.*

#### *TÍTULO IV<sup>1</sup>*

### *VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS*

#### *Artigo 61.º*

*A fim de criar progressivamente um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o Conselho adoptará:*

- a) No prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, medidas destinadas a assegurar a livre circulação de pessoas nos termos do artigo 14.º, em conjugação com medidas de acompanhamento, com ela directamente relacionadas, em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, nos termos do disposto nos pontos 2 e 3 do artigo 62.º, no ponto 1, alínea a), e no ponto 2, alínea a), do artigo 63.º, bem como medidas destinadas a prevenir e combater a criminalidade, nos termos da alínea e) do artigo 31.º do Tratado da União Europeia;*
- b) Outras medidas em matéria de asilo, imigração e protecção dos direitos de nacionais de países terceiros, nos termos do artigo 63.º;*
- c) Medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil, previstas no artigo 65.º;*
- d) Medidas destinadas a incentivar e reforçar a cooperação administrativa a que se refere o artigo 66.º;*

---

<sup>1</sup> Este título será reanalisado pela Convenção, não sendo por isso tratado aqui.

- e) *Medidas no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, destinadas a assegurar um elevado nível de segurança através da prevenção e combate da criminalidade na União, nos termos do Tratado da União Europeia.*

#### *Artigo 62.º*

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- 1) Medidas destinadas a assegurar, de acordo com o artigo 14.º, a ausência de controlos de pessoas, quer se trate de cidadãos da União, quer de nacionais de países terceiros, na passagem das fronteiras internas;*
- 2) Medidas relativas à passagem das fronteiras externas dos Estados-Membros, que conterão:*
  - a) As normas e processos a seguir pelos Estados-Membros para a realização dos controlos de pessoas nessas fronteiras;*
  - b) Regras em matéria de vistos para as estadias previstas por um período máximo de três meses, nomeadamente:*
    - i) A lista dos países terceiros cujos nacionais devem ser detentores de visto na passagem das fronteiras externas e daqueles cujos nacionais estão isentos dessa obrigação;*
    - ii) Os processos e condições de emissão de vistos pelos Estados-Membros;*
    - iii) Um modelo-tipo de visto;*
    - iv) Regras em matéria de visto uniforme;*
- 3) Medidas que estabeleçam as condições da livre circulação de nacionais de países terceiros no território dos Estados-Membros durante um período não superior a três meses.*

#### *Artigo 63.º*

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- 1) Medidas em matéria de asilo concordantes com a Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, bem como com os demais tratados pertinentes, nos seguintes domínios:*

- a) *Critérios e mecanismos para a determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro;*
  - b) *Normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros;*
  - c) *Normas mínimas em matéria de condições a preencher pelos nacionais de países terceiros que pretendam aceder ao estatuto de refugiado;*
  - d) *Normas mínimas em matéria de concessão ou retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros.*
- 2) *Medidas relativas aos refugiados e às pessoas deslocadas, nos seguintes domínios:*
- a) *Normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária a pessoas deslocadas de países terceiros que não possam regressar ao seu país de origem, bem como a pessoas que, por outros motivos, necessitem de protecção internacional;*
  - b) *Medidas tendentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-Membros ao acolherem refugiados e pessoas deslocadas e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento.*
- 3) *Medidas relativas à política de imigração, nos seguintes domínios:*
- a) *Condições de entrada e de residência, bem como normas relativas aos processos de emissão de vistos de longa duração e autorizações de residência permanente, pelos Estados-Membros, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;*
  - b) *Imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o repatriamento de residentes em situação ilegal.*
- 4) *Medidas que definam os direitos e condições em que os nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro podem residir noutros Estados-Membros.*

*As medidas adoptadas pelo Conselho em aplicação dos pontos 3 e 4 não impedirão os Estados-Membros de manter ou introduzir, nos domínios em causa, disposições nacionais que sejam compatíveis com o presente Tratado e com os acordos internacionais.*

*O prazo de cinco anos acima previsto não é aplicável às medidas a adoptar nos termos da alínea b) do ponto 2, da alínea a) do ponto 3 e do ponto 4.*

#### *Artigo 64.º*

- 1. O disposto no presente Título não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*
- 2. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros, e sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode adoptar medidas provisórias, de duração não superior a seis meses, a favor desses Estados-Membros.*

#### *Artigo 65.º*

*As medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil que tenham uma incidência transfronteiriça, a adoptar nos termos do artigo 67.º e na medida do necessário ao bom funcionamento do mercado interno, terão por objectivo, nomeadamente:*

- a) Melhorar e simplificar:*
  - o sistema de citação e de notificação transfronteiriça dos actos judiciais e extrajudiciais;*
  - a cooperação em matéria de obtenção de meios de prova;*
  - o reconhecimento e a execução das decisões em matéria civil e comercial, incluindo as decisões extrajudiciais;*
- b) Promover a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdição;*
- c) Eliminar os obstáculos à boa tramitação das acções cíveis, promovendo, se necessário, a compatibilidade das normas de processo civil aplicáveis nos Estados-Membros.*

#### *Artigo 66.º*

*O Conselho, deliberando nos termos do artigo 67.º, adoptará medidas destinadas a assegurar uma cooperação entre os serviços competentes das Administrações dos Estados-Membros nos domínios abrangidos pelo presente Título, bem como entre esses serviços e a Comissão.*

## *Artigo 67.º*

1. *Durante um período transitório de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão ou por iniciativa de um Estado-Membro e após consulta ao Parlamento Europeu.*

2. *Findo esse período de cinco anos:*

- *o Conselho delibera sob proposta da Comissão; a Comissão deve instruir qualquer pedido formulado por um Estado-Membro, destinado a constituir uma proposta ao Conselho;*
- *o Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu, toma uma decisão destinada a tornar aplicável o processo previsto no artigo 251.º à totalidade ou a parte dos domínios abrangidos pelo presente Título e a adaptar as disposições relativas à competência do Tribunal de Justiça.*

3. *Em derrogação dos n.ºs 1 e 2, a partir da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, as medidas previstas no ponto 2, subalíneas i) e iii) da alínea b), do artigo 62.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu.*

4. *Findo um período de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, as medidas previstas no ponto 2, subalíneas ii) e iv) da alínea b), do artigo 62.º serão adoptadas pelo Conselho nos termos do artigo 251.º.*

5. *Em derrogação do n.º 1, o Conselho adopta nos termos do artigo 251.º:*

- *as medidas previstas no ponto 1) e no ponto 2), alínea a), do artigo 63.º, desde que tenha aprovado previamente, nos termos do n.º 1 do presente artigo, legislação comunitária que defina as normas comuns e os princípios essenciais que passarão a reger essas matérias;*
- *as medidas previstas no artigo 65.º, com exclusão dos aspectos referentes ao direito da família.*

## *Artigo 68.º*

1. *O artigo 234.º é aplicável ao presente Título, nas circunstâncias e condições a seguir enunciadas: sempre que uma questão sobre a interpretação do presente Título ou sobre a validade ou interpretação dos actos adoptados pelas Instituições da Comunidade com base no presente Título seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, deve pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.*

2. O Tribunal de Justiça não tem competência, em caso algum, para se pronunciar sobre medidas ou decisões tomadas em aplicação do ponto 1 do artigo 62.º relativas à manutenção da ordem pública e à garantia da segurança interna.

3. O Conselho, a Comissão ou um Estado-Membro podem solicitar ao Tribunal de Justiça que se pronuncie sobre uma questão de interpretação do presente Título ou de actos adoptados pelas Instituições da Comunidade com base nele. A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em resposta a esse pedido não é aplicável às decisões dos órgãos jurisdicionais dos Estados-Membros que constituam caso julgado.

#### Artigo 69.º

*O presente Título é aplicável sob reserva do disposto no Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda e no Protocolo relativo à posição da Dinamarca e sem prejuízo do Protocolo relativo à aplicação de certos aspectos do artigo 14.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia ao Reino Unido e à Irlanda.*

### TÍTULO V

#### TRANSPORTES

#### Artigo 70.º

No que diz respeito à matéria regulada no presente título, ~~os Estados-Membros prosseguirão~~<sup>1</sup> os objectivos ~~do Tratado da Constituição~~ **serão prosseguidos** no âmbito de uma política comum dos transportes.

#### Artigo 71.º

1. ~~Para efeitos de aplicação de~~ **A fim de aplicar o** [artigo 70.º], e tendo em conta os aspectos específicos dos transportes, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, estabelece~~ **aprovarão medidas, de acordo com o processo legislativo. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. Essas medidas incluirão:**

- a) Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-Membro, ou que atravessem o território de um ou mais Estados-Membros;
- b) As condições em que os transportadores não residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-Membro;

---

<sup>1</sup> Uma vez que se trata de uma competência partilhada, é sugerida a supressão desta menção, que não aparece antes da referência às outras políticas. Ver também a sugestão de fusão com o artigo 80.º (*infra*).



- c) Medidas que permitam aumentar a segurança dos transportes;
- d) Quaisquer outras ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

2. Em derrogação do procedimento previsto no [n.º 1], as ~~disposições~~ **medidas** que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente o nível de vida e o emprego em certas regiões, bem como a exploração dos equipamentos de transporte, tendo em conta a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do mercado ~~comum interno~~, serão ~~adoptadas~~ **aprovadas, por unanimidade**, pelo Conselho, ~~por unanimidade~~, sob proposta da Comissão. **O Conselho delibera** após consulta ~~de~~ **ao** Parlamento Europeu e ~~de~~ **ao** Comité Económico e Social.

#### Artigo 72.º

Enquanto não forem ~~adoptadas as disposições~~ **aprovadas as medidas** referidas no [n.º 1 do artigo 71.º], e a não ser que o Conselho aprove, **por unanimidade, medidas de derrogação**, nenhum ~~dos~~ Estados-Membros pode alterar as diversas disposições que regulem a matéria em 1 de Janeiro de 1958 ou, quanto aos Estados que aderem à Comunidade, à data da respectiva adesão, de tal modo que elas, nos seus efeitos directos ou indirectos, se tornem, para os transportadores dos restantes Estados-Membros, menos favoráveis do que para os transportadores nacionais desse Estado.

#### Artigo 73.º

São compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** os auxílios que vão ao encontro das necessidades de coordenação dos transportes ou correspondam ao reembolso de certas prestações inerentes à noção de serviço público.

#### Artigo 74.º

Qualquer medida relativa aos preços e condições de transporte, ~~tomada~~ **aprovada** no âmbito ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, deve ter em consideração a situação económica dos transportadores.

#### Artigo 75.º

1. ~~Devem ser suprimidas~~ **São proibidas**, no tráfego interno da ~~Comunidade União~~, as discriminações que consistam na aplicação, por parte de um transportador, a idênticas mercadorias e nas mesmas relações de tráfego, de preços e condições de transporte diferentes, em razão do ~~país~~ **Estado-Membro** de origem ou de destino dos produtos transportados.

2. O ~~disposto no~~ n.º 1 não exclui que o **Parlamento Europeu e o** Conselho possam tomar outras medidas em execução do [n.º 1 do artigo 71.º].

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará regulamentação~~ **aprovará, por maioria qualificada, medidas** para a execução do disposto no n.º 1. **O Conselho delibera após consulta ao Comité Económico e Social.**

O Conselho pode, designadamente, ~~tomar~~ **aprovar** as medidas necessárias que permitam às instituições ~~da Comunidade~~ velar pelo cumprimento do disposto no n.º 1 e assegurem que os utentes disso tirem pleno benefício.

4. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, examinará os casos de discriminação previstos no n.º 1 e, após consulta de todos os Estados-Membros interessados, ~~tomar~~ **aprovará** as decisões necessárias, no âmbito ~~da regulamentação adoptada das medidas a que se refere o~~ **nos termos do** n.º 3.

#### Artigo 76.º

1. Fica proibido a qualquer Estado-Membro, salvo autorização **por uma decisão** da Comissão, impor aos transportes efectuados na ~~Comunidade~~ **União** preços e condições que impliquem qualquer elemento de apoio ou protecção em benefício de uma ou mais empresas ou indústrias determinadas.

2. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, analisará os preços e condições referidos no n.º 1, tomando, designadamente, em consideração, por um lado, as exigências de uma política económica regional adequada, as necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas e, por outro, os efeitos destes preços e condições na concorrência entre os diferentes modos de transporte.

Após consulta de todos os Estados-Membros interessados, a Comissão ~~tomar~~ **aprovará** as decisões necessárias.

3. A proibição prevista no n.º 1 não é aplicável às tarifas de concorrência.

#### Artigo 77.º

Os encargos ou taxas que, para além dos preços de transporte, forem cobrados por <sup>1</sup> um transportador [na passagem das fronteiras], não devem ultrapassar um nível razoável, tendo em conta os custos reais efectivamente ocasionados por essa passagem.

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por reduzir ~~progressivamente~~ esses custos.

A Comissão pode dirigir recomendações aos Estados-Membros, tendo em vista a aplicação do presente artigo.

---

<sup>1</sup> Poder-se-á reflectir sobre o tipo de taxas que são assim cobradas pelo transportador. Além disso, num mercado interno sem fronteiras internas, a expressão "na passagem das fronteiras" parece obsoleta. Haverá que analisar se este artigo não será obsoleto.

[Artigo 78.º<sup>1</sup>

As disposições do presente Título não prejudicam as medidas tomadas na República Federal da Alemanha, desde que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas que a divisão da Alemanha causa na economia de certas regiões da República Federal afectadas por essa divisão.]

Artigo 79.º

Um comité consultivo, composto por peritos designados pelos Governos dos Estados-Membros, será instituído junto da Comissão. A Comissão consultá-lo-á em matéria de transportes, sempre que o considere oportuno[, sem prejuízo das atribuições do Comité Económico e Social]<sup>2</sup>.

Artigo 80.º

1. ~~As disposições do~~ O presente Título ~~são aplicáveis~~ **é aplicável** aos transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por via navegável.
2. **O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, deliberando por maioria qualificada, pode decidir-se, em que medida, e por que processo,<sup>3</sup> podem ser adoptadas, de acordo com o processo legislativo, medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos, disposições adequadas.**<sup>4</sup> **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~São aplicáveis as disposições processuais do artigo 71.º.~~

---

<sup>1</sup> A Convenção considerará talvez útil examinar se este artigo ainda tem actualidade (ver também alínea c) do n.º 2 do artigo 87.º).

<sup>2</sup> Sugere-se que seja suprimida esta expressão supérflua, uma vez que é evidente que a consulta deste comité não poderá prejudicar as atribuições do Comité Económico e Social.

<sup>3</sup> Esta referência ao processo adequado não faz sentido, uma vez que esse processo – a co-decisão – já está fixado no segundo parágrafo.

<sup>4</sup> Na sequência das sucessivas alterações do Tratado CE, a habilitação conferida ao Conselho pelo primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º torna-se dificilmente conciliável com o segundo parágrafo desta disposição. De resto, na prática, o primeiro parágrafo do n.º 2 do artigo 80.º parece não ter sido utilizado. Desde a aprovação do Acto Único Europeu, tem-se procedido directamente à aprovação de disposições em matéria de transportes marítimos e aéreos.

Outra possibilidade, mais concisa e legível, consistiria em dar ao n.º 2 a seguinte redacção: "Podem ser aprovadas, de acordo com o processo previsto no artigo 71.º, medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos".

## TÍTULO VI

### REGRAS COMUNS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA, À FISCALIDADE E À APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

#### CAPÍTULO 1

#### REGRAS DE CONCORRÊNCIA

#### SECÇÃO 1

#### REGRAS APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS

##### Artigo 81.º

1. São incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno** e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-Membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, designadamente as que consistam em:

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção.
- b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos.
- c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento.
- d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
- e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.

3. ~~As disposições do O n.º 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis~~ **declarado inaplicável:**

- a) a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
- b) a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e

c) a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas,

que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que:

d) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos.

e) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

## Artigo 82.º

É incompatível com o mercado ~~comum~~ **interno** e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados-Membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado ~~comum~~ **interno** ou numa parte substancial deste.

Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

a) Impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas.

b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores.

c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.

d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

## Artigo 83.º

1. **O Conselho aprova por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, Os regulamentos ou directivas-as leis/os regulamentos<sup>1</sup> ou leis-quadro necessários(as) à aplicação dos princípios constantes dos [artigos 81.º e 82.º]. ~~serão estabelecidos pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão,~~ O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

<sup>1</sup> Uma vez que, de acordo com os projectos de artigos do Título V "Exercício das competências" da Parte I (artigos 25.º e 26.º - CONV 571/03), o Conselho pode aprovar ou leis ou regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar ou um ou outro tipo de acto (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

2. **As leis/os regulamentos ou leis-quadro e as directivas** referidas(os) no n.º 1 têm por finalidade, designadamente:

- a) Garantir o respeito das proibições referidas no [n.º 1 do artigo 81.º] e no [artigo 82.º], pela cominação de multas e adstricções.
- b) Determinar as modalidades de aplicação do [n.º 3 do artigo 81.º], tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir uma fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo.
- c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos [artigos 81.º e 82.º], relativamente aos diversos sectores económicos.
- d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça quanto à aplicação do disposto no presente número.
- e) Definir as relações entre as legislações nacionais e ~~as disposições constantes da~~ a presente secção ou as **medidas** aprovadas em execução do presente artigo.

#### Artigo 84.º

Até à data da entrada em vigor ~~das disposições adoptadas~~ **das leis/dos regulamentos ou leis-quadro aprovada(o)s** em execução do [artigo 83.º], as autoridades dos Estados-Membros decidirão sobre a admissibilidade dos acordos, decisões e práticas concertadas e sobre a exploração abusiva de uma posição dominante no mercado ~~comum~~ **interno**, em conformidade com ~~o direito dos seus próprios países~~ **o respectivo direito interno** e com o disposto no [artigo 81.º, designadamente no o n.º 3, e no o artigo 82.º].

#### Artigo 85.º

1. Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 84.º], a Comissão velará pela aplicação dos princípios enunciados nos [artigos 81.º e 82.º]. A pedido de um Estado-Membro, ou oficiosamente, e em cooperação com as autoridades competentes dos Estados-Membros, que lhe prestarão assistência, a Comissão instruirá os casos de presumível infracção a estes princípios. Se a Comissão verificar que houve infracção, proporá os meios adequados para se lhe pôr termo.

2. Se a infracção não tiver cessado, a Comissão ~~declarará verificada essa infracção aos princípios, em decisão devidamente fundamentada~~ **aprovará uma decisão fundamentada que declare verificada essa infracção aos princípios**. A Comissão pode publicar a sua decisão e autorizar os Estados-Membros a tomarem as ~~medidas~~ **disposições**, de que fixará as condições e modalidades, necessárias para sanar a situação.

## Artigo 86.º

1. No que respeita às empresas públicas e às empresas a que concedam direitos especiais ou exclusivos, os Estados-Membros não tomarão nem manterão qualquer medida contrária ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente ao disposto nos [artigos 12.º e 81.º a 89.º]; ~~inclusive.~~
2. As empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação destas regras não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada. O desenvolvimento das trocas comerciais não deve ser afectado de maneira que contrarie os interesses da ~~Comunidade~~ **União**.
3. A Comissão velará pela aplicação do ~~disposto no presente artigo e dirigirá aos Estados-Membros~~ **aprovará**, quando necessário, ~~as directivas ou~~ **[os regulamentos<sup>1</sup> ou]** as decisões adequada(o)s.

## SECÇÃO 2

### AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELOS ESTADOS-MEMBROS

## Artigo 87.º

1. Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, são incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados-Membros ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.
2. São compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
  - a) Os auxílios de natureza social atribuídos a consumidores individuais com a condição de serem concedidos sem qualquer discriminação relacionada com a origem dos produtos.
  - b) Os auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários.

---

<sup>1</sup> Uma vez que se prevê que o instrumento "directiva" deixe de fazer parte dos instrumentos que a Comissão pode aprovar (ver projecto de Título V ("Exercício das competências da União") da Parte I – CONV 571/03), já só restarão os instrumentos "decisão" (ver artigo 26.º do referido projecto) e "regulamento". Todavia, o regulamento é um instrumento que, contrariamente à directiva, não deixa, em princípio, qualquer margem de manobra aos Estados-Membros. Assim, prevê-lo aqui constitui uma alteração em relação à situação actual.

- [c) Os auxílios atribuídos à economia de certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, desde que sejam necessários para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.]<sup>1</sup>
3. Podem ser considerados compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
- a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego.
  - b) Os auxílios destinados a fomentar a realização de um projecto importante de interesse europeu comum, ou a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro.
  - c) Os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum.
  - d) Os auxílios destinados a promover a cultura e a conservação do património, quando não alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na ~~Comunidade~~ **União** num sentido contrário ao interesse comum.
  - e) As outras categorias de auxílios determinadas por ~~decisão do~~ **medidas aprovadas pelo Conselho por maioria qualificada, deliberando por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão.

#### Artigo 88.º

1. A Comissão procederá, em cooperação com os Estados-Membros, ao exame permanente dos regimes de auxílios existentes nesses Estados. A Comissão proporá também aos Estados-Membros as medidas adequadas que sejam exigidas pelo desenvolvimento progressivo ou pelo funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

2. Se a Comissão, depois de ter notificado os interessados para apresentarem as suas observações, verificar que um auxílio concedido por um Estado-Membro ou proveniente de recursos estatais não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], ou que esse auxílio está a ser aplicado de forma abusiva, ~~decidirá~~ **aprovará uma decisão para** que o Estado em causa ~~deve suprimir~~ **suprima** ou ~~modificar~~ **modifique** esse auxílio no prazo que ela fixar.

Se o Estado em causa não der cumprimento a esta decisão no prazo fixado, a Comissão ou qualquer outro Estado-Membro interessado podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º].

<sup>1</sup> A Convenção considerará talvez útil ponderar se esta alínea ainda tem actualidade (ver também artigo 78.º).



A pedido de qualquer Estado-Membro, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode ~~decidir~~ **aprovar por unanimidade uma decisão segundo a qual** que um auxílio, instituído ou a instituir por esse Estado, deve considerar-se compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, em derrogação do ~~disposto no [artigo 87.º] ou nos regulamentos previstos das leis/dos regulamentos previstas(os)~~ no [artigo 89.º], se circunstâncias excepcionais justificarem tal decisão. Se, em relação a este auxílio, a Comissão tiver dado início ao procedimento previsto no primeiro parágrafo deste número, o pedido do Estado interessado dirigido ao Conselho terá por efeito suspender o referido procedimento até que o Conselho se pronuncie sobre a questão.

Todavia, se o Conselho não se pronunciar no prazo de três meses a contar da data do pedido, a Comissão decidirá.

3. Para que possa apresentar as suas observações, deve a Comissão ser informada, **pelos Estados-Membros**, atempadamente dos projectos relativos à instituição ou alteração de quaisquer auxílios. Se a Comissão considerar que determinado projecto de auxílio não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], deve sem demora dar início ao procedimento previsto no ~~número anterior~~ **n.º 2**. Os Estado-Membro em causa não pode pôr em execução as medidas projectadas antes de tal procedimento haver sido objecto de uma decisão final.

## Artigo 89.º

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Parlamento Europeu, pode adoptar todos os regulamentos~~ **pode aprovar por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, leis/regulamentos**<sup>1</sup> ~~adequados à~~ **para a** execução dos [artigos 87.º e 88.º] e fixar, designadamente, as condições de aplicação do [n.º 3 do artigo 88.º] e as categorias de auxílios que ficam dispensadas desse procedimento. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

## CAPÍTULO 2

### DISPOSIÇÕES FISCAIS

## Artigo 90.º

Nenhum Estado-Membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-Membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

<sup>1</sup> Uma vez que, de acordo com os projectos de artigos do Título V "Exercício das competências" da Parte I (artigos 25.º e 26.º - CONV 571/03), o Conselho pode aprovar ou leis ou regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar ou um ou outro tipo de acto (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

## Artigo 91.º

Os produtos exportados <sup>1</sup> **de um Estado-Membro** para o território de ~~um dos~~ **outro** Estados-Membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

## Artigo 92.º

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos à exportação para outros Estados-Membros, ou lançados direitos de compensação às importações provenientes de Estados-Membros, desde que as ~~medidas~~ **disposições** projectadas tenham sido previamente aprovadas, para vigorarem por um período ~~de tempo~~ limitado, **mediante decisão aprovada** pelo Conselho **por maioria qualificada**, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~para vigorarem por um período de tempo limitado~~.

## Artigo 93.º

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta as disposições~~ **aprova por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas** relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno ~~no prazo previsto no artigo 14.º~~. <sup>2</sup> **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

---

<sup>1</sup> A utilização do termo "exportados" no contexto do comércio entre Estados-Membros deveria ser reanalisada.

<sup>2</sup> Foi sugerida a supressão deste prazo (31.12.1992) (ver nota relativa ao artigo 14.º).

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume II – Parte A (Tratado CE)*

## CAPÍTULO 3

### APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES <sup>1</sup>

#### Artigo 94.º <sup>2</sup>

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta directivas~~ **aprova por unanimidade, sob proposta da Comissão, leis-quadro** para a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado ~~em um~~ **interno. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

#### Artigo 95.º <sup>3</sup>

1. Em derrogação do [artigo 94.º] e salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado da Constituição, aplicam-se as disposições seguintes~~ **o presente artigo aplica-se** à realização dos objectivos enunciados no [artigo 14.º]. ~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adopta~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo,** as medidas relativas à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham por objecto o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**
2. O n.º 1 não se aplica às disposições fiscais, às relativas à livre circulação das pessoas e às relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.
3. A Comissão, nas suas propostas previstas no n.º 1 em matéria de saúde, de segurança, de protecção do ambiente e de defesa dos consumidores, basear-se-á num nível de protecção elevado, tendo nomeadamente em conta qualquer nova evolução baseada em dados científicos. No âmbito das respectivas competências, o Parlamento Europeu e o Conselho procurarão igualmente alcançar esse objectivo.

---

<sup>1</sup> A localização deste capítulo, que contém as bases jurídicas gerais para o estabelecimento do mercado interno, poderia ser reanalisada. Seria talvez adequado colocá-lo num eventual novo título ou capítulo "mercado interno" (ver também notas relativas aos artigos 14.º e 15.º).

<sup>2</sup> Neste momento, os artigos 94.º e 95.º só permitem aprovar medidas que constituam uma aproximação das legislações nacionais, o que leva a que o artigo 308.º seja utilizado em diversas situações que dizem respeito ao mercado interno mas não implicam uma harmonização das legislações nacionais. Isto acontece, nomeadamente, quando se pretende criar um título comunitário de propriedade intelectual que se sobrepõe aos títulos nacionais. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado criar bases jurídicas específicas ou alterar a referência à "aproximação das legislações", nos artigos 94.º e 95.º, por forma a permitir as acções em causa. Além disso, a Convenção poderá analisar a questão da relação entre os artigos 94.º e 95.º (ver explicação no Anexo II do presente relatório).

<sup>3</sup> Ver sugestão da nota anterior.

4. Se, após aprovação de uma medida de harmonização pelo **Parlamento Europeu e pelo Conselho** ou pela Comissão <sup>1</sup>, um Estado-Membro considerar necessário manter disposições nacionais justificadas por exigências importantes a que se refere o [artigo 30.º] ou relativas à protecção do meio de trabalho ou do ambiente, notificará a Comissão dessas medidas, bem como das razões que motivam a sua manutenção.

5. Além disso, sem prejuízo do disposto no n.º 4, se, após a aprovação de uma medida de harmonização **pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho** ou pela Comissão <sup>2</sup>, um Estado-Membro considerar necessário aprovar disposições nacionais baseadas em novas provas científicas relacionadas com a protecção do meio de trabalho ou do ambiente, ou motivadas por qualquer problema específico desse Estado-Membro, que tenha surgido após a aprovação da referida medida de harmonização, notificará a Comissão das disposições previstas, bem como ~~dos motivos da sua adoção~~ **da sua fundamentação**.

6. No prazo de seis meses a contar da data das notificações a que se referem os n.ºs 4 e 5, a Comissão **aprovará uma decisão que** aprovará ou rejeitará as disposições nacionais em causa, depois de ter verificado que não constituem um meio de discriminação arbitrária ou uma restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros, nem um obstáculo ao funcionamento do mercado interno.

Na ausência de decisão da Comissão dentro do citado prazo, considera-se que as disposições nacionais a que se referem os n.ºs 4 e 5 foram aprovadas.

Se a complexidade da questão o justificar, e não existindo perigo para a saúde humana, a Comissão pode notificar o respectivo Estado-Membro de que o prazo previsto no presente número pode ser prorrogado por um novo período de seis meses, no máximo.

7. Se, em aplicação do [n.º 6], um Estado-Membro for autorizado a manter ou aprovar disposições nacionais derogatórias de uma medida de harmonização, a Comissão ponderará imediatamente se deve propor uma adaptação dessa medida.

8. Sempre que um Estado-Membro levante um problema específico em matéria de saúde pública num domínio que tenha sido previamente objecto de medidas de harmonização, informará do facto a Comissão, que ponderará imediatamente se deve propor ao **Parlamento Europeu e ao Conselho** medidas adequadas.

9. Em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro pode recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro utiliza de forma abusiva os poderes previstos no presente artigo.

---

<sup>1</sup> Recorde-se que a Comissão só aprova medidas de harmonização ao abrigo das competências de execução que lhe são conferidas no âmbito do artigo 202.º.

<sup>2</sup> Mesma observação que na nota relativa ao n.º 4 do artigo 95.º *supra*.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume II – Parte A (Tratado CE)*

10. As medidas de harmonização ~~acima~~ referidas **no presente artigo** compreenderão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda que autorize os Estados-Membros a tomarem, por uma ou mais razões não económicas previstas no [artigo 30.º], ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **pela União**.

#### Artigo 96.º

Se a Comissão verificar que a existência de uma disparidade entre as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas dos Estados-Membros falseia as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, provocando ~~assim~~ uma distorção que deve ser eliminada, consultará os Estados-Membros em causa.

Se desta consulta não resultar ~~um acordo que elimine~~ a **eliminação da** distorção em causa, o Conselho, ~~sob proposta da Comissão, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas~~ **aprovará por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, as leis-quadro** necessárias para o efeito. A Comissão e o Conselho podem ~~tomar~~ **aprovar** quaisquer outras medidas adequadas previstas no presente Tratado.

#### Artigo 97.º

1. Quando houver motivo para recear que a ~~adoção~~ **aprovação** ou alteração de uma disposição legislativa, regulamentar ou administrativa **nacional** possa provocar uma distorção, na acepção do [artigo ~~anterior~~ **96.º**], o Estado-Membro que pretenda tomar essa medida consultará a Comissão. Após ter consultado os Estados-Membros, a Comissão ~~recomendará~~ **dirigirá** aos Estados interessados **uma recomendação sobre** as medidas adequadas, tendentes a evitar a distorção em causa.

2. Se o Estado-**Membro** que pretende aprovar ou alterar disposições nacionais não proceder em conformidade com a recomendação que a Comissão lhe dirigiu, não se pode pedir aos outros Estados-Membros que, por força do [artigo 96.º], alterem as suas disposições nacionais a fim de eliminarem tal distorção. Se o Estado-Membro que ignorou a recomendação da Comissão provocar uma distorção em seu exclusivo detrimento, não é aplicável o ~~disposto no~~ [artigo 96.º].

## TÍTULO VII

### *POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA*

<b>Este título será objecto de uma adenda ao presente relatório</b>
---

## TÍTULO VIII

### EMPREGO <sup>1</sup>

#### Artigo 125.º

Os Estados-Membros e a ~~Comunidade~~ **a União** empenhar-se-ão, nos termos do presente Título, em desenvolver uma estratégia coordenada em matéria de emprego e, em especial, em promover uma mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação, bem como mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas, tendo em vista alcançar os objectivos enunciados no ~~[artigo 2.º do Tratado da União Europeia e no artigo 2.º]~~ <sup>2</sup> ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

#### Artigo 126.º

1. Através das suas políticas de emprego, os Estados-Membros contribuirão para a realização dos objectivos previstos no [artigo 125.º], de forma coerente com as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União** aprovadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
2. Tendo em conta as práticas nacionais relativas às responsabilidades dos parceiros sociais, os Estados-Membros considerarão a promoção do emprego uma questão de interesse comum e coordenarão a sua acção neste domínio no âmbito do Conselho, nos termos do ~~disposto no~~ [artigo 128.º].

#### Artigo 127.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização de um elevado nível de emprego, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros, apoiando e, se necessário, completando a sua acção. Ao fazê-lo, respeitará as competências dos Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> Haverá eventualmente que rever o conteúdo deste Título em função das conclusões da Convenção sobre o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) (CONV 516/03).

<sup>2</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (artigo 3.º- doc. CONV 528/03).

2. O objectivo de alcançar um elevado nível de emprego será tomado em consideração na definição e execução das políticas e acções comunitárias da União.<sup>1</sup>

#### Artigo 128.º

1. O Conselho Europeu procederá anualmente à avaliação da situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e aprovará conclusões nessa matéria, com base num relatório anual conjunto do Conselho e da Comissão.

2. Com base nas conclusões do Conselho Europeu, o Conselho, ~~deliberando sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego a que se refere o artigo 130.º, definirá anualmente~~ **aprova anualmente, por maioria qualificada, por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego.** as orientações que os Estados-Membros devem ter em conta nas respectivas políticas de emprego. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego.**

Essas orientações deverão ser coerentes com as orientações gerais aprovadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].

3. Cada Estado-Membro transmitirá ao Conselho e à Comissão um relatório anual sobre as principais ~~medidas~~ **disposições** tomadas para executar a sua política de emprego, à luz das orientações em matéria de emprego previstas no n.º 2.

4. Com base nos relatórios previstos no n.º 3 e uma vez obtido o parecer do Comité do Emprego, o Conselho analisará anualmente a execução das políticas de emprego dos Estados-Membros, à luz das orientações em matéria de emprego. O Conselho, ~~sob proposta da Comissão, pode aprovar, por maioria qualificada, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, pode, se o considerar adequado na sequência dessa análise, dirigir~~ **sob proposta da Comissão, pode aprovar, por maioria qualificada, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, pode, se o considerar adequado na sequência dessa análise, dirigir** recomendações **dirigidas** aos Estados-Membros.

5. Com base nos resultados daquela análise, o Conselho e a Comissão apresentarão anualmente ao Conselho Europeu um relatório conjunto sobre a situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e a aplicação das orientações em matéria de emprego.

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## Artigo 129.º

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, ~~pode adoptar acções~~ aprovar medidas** de incentivo destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros e apoiar a sua acção no domínio do emprego, por meio de iniciativas que tenham por objectivo desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, facultar análises comparativas e consultadoria, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, em especial mediante o recurso a projectos-piloto. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

Essas ~~acções~~ **medidas** não incluirão a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

## Artigo 130.º

O Conselho, ~~após consulta ao Parlamento Europeu~~, criará um Comité do Emprego, com carácter consultivo, para promover a coordenação das políticas em matéria de emprego e de mercado de trabalho entre os Estados-Membros. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções:

- a) Acompanhar a evolução da situação do emprego e das políticas de emprego nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, e contribuir para a preparação das deliberações do Conselho a que se refere o [artigo 128.º].

No cumprimento do seu mandato, o Comité consultará os parceiros sociais.

Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.



## TÍTULO IX

### POLÍTICA COMERCIAL COMUM <sup>1</sup>

#### *Artigo 131.º*

*Ao instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-Membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e para a redução das barreiras alfandegárias.*

*A política comercial comum tomará em conta a incidência favorável que a supressão de direitos aduaneiros entre os Estados-Membros possa ter no aumento da capacidade concorrencial das empresas destes Estados.*

#### *Artigo 132.º*

*1. Sem prejuízo dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no âmbito de outras organizações internacionais, os regimes de auxílios concedidos pelos Estados-Membros às exportações para países terceiros serão progressivamente harmonizados na medida em que tal for necessário para evitar que a concorrência entre as empresas da Comunidade seja falseada.*

*Sob proposta da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito.*

*2. As disposições precedentes não são aplicáveis aos draubaques de direitos aduaneiros ou de encargos de efeito equivalente, nem aos reembolsos que resultem de imposições indirectas, incluindo os impostos sobre o volume de negócios, os impostos sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, concedidos no momento da exportação de uma mercadoria de um Estado-Membro para um país terceiro, na medida em que esses draubaques ou reembolsos não excedam os direitos, encargos ou imposições que tenham incidido, directa ou indirectamente, sobre os produtos exportados.*

#### *Artigo 133.º*

*1. A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de protecção do comércio, tais como as medidas a tomar em caso de dumping e de subvenções.*

*2. Tendo em vista a execução desta política comercial comum, a Comissão submeterá propostas ao Conselho.*

---

<sup>1</sup> Este título ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado.

3. *Quando devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, a Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias. Cabe ao Conselho e à Comissão assegurar que os acordos negociados sejam compatíveis com as políticas e normas internas da Comunidade.*

*A Comissão, no âmbito das directrizes que o Conselho lhe pode dirigir, conduzirá estas negociações, consultando para o efeito um Comité especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções. A Comissão apresentará regularmente ao Comité especial um relatório sobre a situação das negociações.*

*São aplicáveis as disposições pertinentes do artigo 300.º.*

4. *No exercício da competência que lhe é atribuída no presente artigo, o Conselho delibera por maioria qualificada.*

5. *Os n.ºs 1 a 4 são igualmente aplicáveis à negociação e à celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, na medida em que os referidos acordos não estejam abrangidos por esses números e sem prejuízo do n.º 6.*

*Em derrogação do n.º 4, o Conselho delibera por unanimidade no que diz respeito à negociação e à celebração de acordos nos domínios referidos no primeiro parágrafo, sempre que incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas ou sempre que incidam em domínios em que a Comunidade não tenha ainda exercido, através da adopção de normas internas, as suas competências por força do presente Tratado.*

*O Conselho delibera por unanimidade no que diz respeito à negociação e à celebração de acordos de carácter horizontal na medida em que estejam também abrangidos pelo parágrafo anterior ou pelo segundo parágrafo do n.º 6.*

*O disposto no presente número não prejudica o direito dos Estados-Membros de manter ou celebrar acordos com países terceiros ou com organizações internacionais, desde que esses acordos respeitem o direito comunitário e os outros acordos internacionais pertinentes.*

6. *O Conselho não pode celebrar acordos que incluam disposições que excedam as competências internas da Comunidade, tendo nomeadamente por consequência uma harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros num domínio em que o presente Tratado exclua essa harmonização.*

*A este respeito, em derrogação do primeiro parágrafo do n.º 5, os acordos no domínio do comércio de serviços culturais e audiovisuais, de serviços de educação, bem como de serviços sociais e de saúde humana, são da competência partilhada entre a Comunidade e os seus Estados-Membros, pelo que a sua negociação requer, para além de uma decisão comunitária tomada nos termos do disposto no artigo 300.º, o comum acordo dos Estados-Membros. Os acordos assim negociados são celebrados conjuntamente pela Comunidade e pelos Estados-Membros.*

*A negociação e a celebração de acordos internacionais no domínio dos transportes continuam a reger-se pelo disposto no Título V e no artigo 300.º.*

7. *Sem prejuízo do primeiro parágrafo do n.º 6, o Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode alargar a aplicação dos n.ºs 1 a 4 às negociações e acordos internacionais que incidam na propriedade intelectual, na medida em que estes não estejam abrangidos pelo n.º 5.*

#### *Artigo 134.º*

*A fim de garantir que a execução das medidas de política comercial, adoptadas nos termos do presente Tratado por qualquer Estado-Membro, não seja impedida por desvios de tráfego, ou sempre que haja disparidades nessas medidas que provoquem dificuldades económicas em um ou mais Estados, a Comissão recomendará os métodos a empregar pelos outros Estados-Membros para prestarem a cooperação necessária. Na falta dessa cooperação, a Comissão pode autorizar os Estados-Membros a tomarem as medidas de protecção necessárias, de que fixará as condições e modalidades.*

*Em caso de urgência, os Estados-Membros devem pedir autorização à Comissão, que se pronunciará no mais curto prazo, para tomarem eles próprios as medidas necessárias, notificando-as em seguida aos outros Estados-Membros. A Comissão pode decidir, em qualquer momento, que os Estados-Membros em causa devem modificar ou revogar as medidas tomadas.*

*Devem ser prioritariamente escolhidas as medidas que provoquem o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado comum.*

### TÍTULO X

#### COOPERAÇÃO ADUANEIRA

#### *Artigo 135.º*

No âmbito de aplicação do presente Tratado **da Constituição, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, tomará aprovarão, de acordo com o processo legislativo,** medidas destinadas a reforçar a cooperação aduaneira entre os Estados-Membros e entre estes e a Comissão. Essas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

TÍTULO XI

POLÍTICA SOCIAL, EDUCAÇÃO,  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES SOCIAIS

Artigo 136.º

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros, tendo presentes os direitos sociais fundamentais, tal como os enunciam a Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961 e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, terão por objectivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a permitir a sua harmonização, assegurando simultaneamente essa melhoria, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões.

Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros ~~desenvolverão acções que tenham~~ **actuarão tendo** em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais, e a necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia ~~comunitária da~~ **União**.

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros consideram que esse desenvolvimento decorrerá não apenas do funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**, que favorecerá a harmonização dos sistemas sociais, mas igualmente dos processos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e da aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas.<sup>1</sup>

Artigo 137.º

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 136.º], a ~~Comunidade~~ **União** apoiará e completará a acção dos Estados-Membros nos seguintes domínios:

- a) Melhoria, principalmente, do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- b) Condições de trabalho;
- c) Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- d) Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- e) Informação e consulta aos trabalhadores;

---

<sup>1</sup> Este parágrafo parece ter um valor meramente declarativo.

- f) Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão, sem prejuízo do ~~disposto no~~ n.º 5;
- g) Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da ~~Comunidade~~ **União**;
- 7) h) Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho, sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 150.º];
- i) Igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho;
- j) Luta contra a exclusão social;
- k) Modernização dos sistemas de protecção social, sem prejuízo ~~de disposto na~~ da alínea c).

2. Para o efeito, ~~o Conselho pode~~ **podem ser aprovadas:**

- a) ~~Tomar~~ Medidas destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros;
- b) ~~Adoptar~~, Nos domínios referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, ~~por meio de directivas, leis-~~  
**-quadro que definam** prescrições mínimas progressivamente aplicáveis, tendo em conta as condições e as regulamentações técnicas existentes em cada um dos Estados-Membros. Essas ~~directivas~~ **leis-quadro** devem evitar impor disciplinas administrativas, financeiras e jurídicas contrárias à criação e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

**Nos domínios referidos nas alíneas a), b), e), i), j) e k) do n.º 1, o Parlamento Europeu e o Conselho deliberam de acordo com o processo legislativo, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.<sup>1</sup>**

**Nos domínios referidos nas alíneas c), d), f) e g) do n.º 1, o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão, após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**2.-A O Conselho pode, sob proposta da Comissão, decidir por unanimidade tornar o processo legislativo aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

<sup>1</sup> Por uma questão de clareza, os três parágrafos seguintes reproduzem as disposições do segundo parágrafo do actual n.º 2 do artigo 137.º do TCE.

~~O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, excepto nos domínios referidos nas alíneas c), d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo, em que o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e aos referidos Comités. O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo o processo previsto no artigo 251.º.<sup>1</sup>~~

3. Qualquer Estado-Membro pode confiar aos parceiros sociais, a pedido conjunto destes, a execução das ~~directivas adoptadas~~ **leis-quadro aprovadas** em aplicação do n.º 2.

Nesse caso, assegurará que, o mais tardar na data em que determinada ~~directiva~~ **lei-quadro** deva ser transposta ~~nos termos do artigo 249.º~~, os parceiros sociais tenham introduzido, por acordo, as disposições necessárias, devendo o Estado-Membro em questão tomar as disposições indispensáveis para poder garantir, a todo o tempo, os resultados impostos por essa ~~directiva~~ **lei-quadro**.

4. As ~~disposições adoptadas~~ **medidas aprovadas** ao abrigo do presente artigo:

- a) não prejudicam a faculdade de os Estados-Membros definirem os princípios fundamentais dos seus sistemas de segurança social nem devem afectar substancialmente o equilíbrio financeiro desses sistemas;
- b) não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam medidas de protecção mais estritas compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**.

5. O ~~disposto no~~ presente artigo não é aplicável às remunerações, ao direito ~~sindical~~ **de associação**, ao direito ~~de~~ à greve e ao direito ~~de~~ ao *lock-out*.

## Artigo 138.º

1. À Comissão caberá promover a consulta aos parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** e ~~tomar aprovar~~ todas as medidas necessárias para facilitar o seu diálogo, assegurando um apoio equilibrado às partes.

2. Para o efeito, antes de apresentar propostas no domínio da política social, a Comissão consultará os parceiros sociais sobre a possível orientação da acção ~~comunitária~~ **da União**.

3. Se, após essa consulta, a Comissão considerar desejável uma acção ~~comunitária~~ **da União**, consultará os parceiros sociais sobre o conteúdo da proposta prevista. Estes enviarão à Comissão um parecer ou, quando adequado, uma recomendação.

<sup>1</sup> O conteúdo deste parágrafo é retomado nos novos parágrafos anteriores.

4. Ao efectuarem essa consulta, os parceiros sociais podem informar a Comissão do seu desejo de dar início ao processo previsto no [artigo 139.º]. A duração deste não pode exceder nove meses, salvo prorrogação decidida em comum por esses parceiros sociais e pela Comissão.

#### Artigo 139.º

1. O diálogo entre os parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** pode conduzir, se estes o entenderem desejável, a relações contratuais, incluindo acordos.

2. Os acordos celebrados ao nível ~~comunitário~~ **da União** serão aplicados, quer de acordo com os processos e práticas próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros quer, nas matérias abrangidas pelo [artigo 137.º], a pedido conjunto das partes signatárias, com base em ~~decisão~~ **adopta medida<sup>1</sup> aprovada** pelo Conselho **por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão.

~~O Conselho delibera por maioria qualificada, salvo~~ Se o acordo em questão contiver uma ou mais disposições relativas a um dos domínios em relação aos quais por força do [n.º 2 do artigo 137.º] seja exigida a unanimidade, ~~Neste caso, o Conselho delibera por unanimidade.~~

#### Artigo 140.º

Tendo em vista a realização dos objectivos do [artigo 136.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, a Comissão incentivará a cooperação entre os Estados-Membros e facilitará a coordenação das suas acções nos domínios da política social abrangidos pelo [presente capítulo], designadamente em questões relativas:

- a) ao emprego;
- b) ao direito do trabalho e às condições de trabalho;
- c) à formação e ao aperfeiçoamento profissionais;
- d) à segurança social;
- e) à protecção contra acidentes e doenças profissionais;
- f) à higiene no trabalho;
- g) ao direito sindical e às negociações colectivas entre entidades patronais e trabalhadores.

---

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece, neste caso, ser utilizado no sentido genérico, o que não corresponde à definição de "decisão" do quarto parágrafo do artigo 249.º do TCE. Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja precisar o acto jurídico a utilizar, que, até agora, tem sido a directiva, devendo pois passar a ser a lei-quadro (ver Anexo II ao presente relatório).

Para o efeito, a Comissão actuará em estreito contacto com os Estados-Membros, realizando estudos e pareceres e organizando consultas, tanto sobre os problemas que se colocam ao nível nacional, como sobre os que interessam às organizações internacionais.

Antes de formular os pareceres previstos no presente artigo, a Comissão consultará o Comité Económico e Social.

#### Artigo 141.º

1. Os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual.

2. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "remuneração" o salário ou vencimento ordinário, de base ou mínimo, e quaisquer outras regalias pagas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador em razão do emprego deste último.

A igualdade de remuneração sem discriminação em razão do sexo implica que:

- a) A remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;
- b) A remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.

3. **O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará aprovação, de acordo com o processo legislativo,** medidas destinadas a garantir a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

4. A fim de assegurar, na prática, a plena igualdade entre homens e mulheres na vida profissional, o princípio da igualdade de tratamento não obsta a que os Estados-Membros mantenham ou aprovem medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma actividade profissional pelas pessoas do sexo sub-representado, ou a prevenir ou compensar desvantagens na sua carreira profissional.

#### Artigo 142.º

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por manter a equivalência existente dos regimes de férias pagas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Alguns interrogam-se quanto à operacionalidade desta disposição.



### Artigo 143.º

A Comissão elaborará anualmente um relatório sobre a evolução na realização dos objectivos a que se refere o [artigo 136.º], incluindo a situação demográfica na ~~Comunidade~~ **União**. Esse relatório será enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social.

~~O Parlamento Europeu pode convidar a Comissão a elaborar relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.~~<sup>1</sup>

### Artigo 144.º

~~O Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu,~~ criará um Comité da Protecção Social, com carácter consultivo, para promover a cooperação em matéria de protecção social entre os Estados-Membros e com a Comissão. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** Compete ao Comité:

- a) acompanhar a situação social e a evolução das políticas de protecção social nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) promover o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Estados-Membros e com a Comissão;
- c) sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], preparar relatórios, formular pareceres ou desenvolver outras actividades nos domínios da sua competência, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria.

No cumprimento do seu mandato, o Comité estabelecerá os devidos contactos com os parceiros sociais.

Cada Estado-Membro e a Comissão nomeiam dois membros do Comité.

### Artigo 145.º

No seu relatório anual a apresentar ao Parlamento Europeu, a Comissão consagrará um capítulo especial à evolução da situação social na ~~Comunidade~~ **União**.

O Parlamento Europeu pode pedir à Comissão que elabore relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.

---

<sup>1</sup> Este parágrafo é idêntico ao segundo parágrafo do artigo 145.º, pelo que poderia ser suprimido.

## CAPÍTULO 2

### FUNDO SOCIAL EUROPEU

#### Artigo 146.º

A fim de melhorar as oportunidades de emprego dos trabalhadores no mercado interno e contribuir assim para uma melhoria do nível de vida, é instituído um Fundo Social Europeu, nos termos ~~das disposições seguintes~~ **do presente [capítulo]**, que tem por objectivo promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na ~~Comunidade~~ **União**, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais.

#### Artigo 147.º

O Fundo é administrado pela Comissão.

Nestas funções a Comissão é assistida por um Comité presidido por um membro da Comissão e composto por representantes dos ~~Governos~~ **Estados-Membros** e das organizações sindicais de trabalhadores e das associações patronais.

#### Artigo 148.º

~~O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as decisões medidas** <sup>1</sup> de aplicação relativas ao Fundo Social Europeu. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

---

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece, neste caso, ser utilizado no sentido genérico, o que não corresponde à definição de "decisão" do quarto parágrafo do artigo 249.º do TCE. Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja precisar o acto jurídico a utilizar.

*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume II – Parte A (Tratado CE)*

## CAPÍTULO 3

### EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

#### Artigo 149.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros;
  - b) Incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
  - c) Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
  - d) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
  - e) Incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores sócio-educativos;
  - f) Estimular o desenvolvimento da educação à distância.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.
4. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adopta:~~
  - a) **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, aprovam, de acordo com o processo legislativo, medidas** ~~ações~~ de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros; **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;**
  - b) **O Conselho**, sob proposta da Comissão, **aprova recomendações** ~~deliberando~~ por maioria qualificada.

## Artigo 150.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** desenvolve uma política de formação profissional que apoie e complete as acções dos Estados-Membros, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Facilitar a adaptação às mutações industriais, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais;
  - b) Melhorar a formação profissional inicial e a formação contínua, de modo a facilitar a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho;
  - c) Facilitar o acesso à formação profissional e incentivar a mobilidade de formadores e formandos, nomeadamente dos jovens;
  - d) Estimular a cooperação em matéria de formação entre estabelecimentos de ensino ou de formação profissional e empresas;
  - e) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas de formação dos Estados-Membros.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de formação profissional.
4. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, aprovarão, de acordo com o processo legislativo, adoptar~~ medidas que contribuam para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

## TÍTULO XII

### CULTURA

## Artigo 151.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional a regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.

2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes domínios:

- a) Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;
- b) Conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;
- c) Intercâmbios culturais não comerciais;
- d) Criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.

4. Na sua acção ao abrigo de outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta os aspectos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.<sup>1</sup>

5. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adopta:~~

- a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité das Regiões, O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, medidas~~ acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. ~~O Conselho delibera por unanimidade ao aplicar o procedimento previsto no artigo 251.º; O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité das Regiões;~~
- b) **O Conselho**, sob proposta da Comissão, **aprova recomendações** ~~deliberando por unanimidade.~~

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## TÍTULO XIII

### SAÚDE PÚBLICA

#### Artigo 152.º <sup>1</sup>

1. Na definição e execução de todas as políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União** será assegurado um elevado nível de protecção da saúde. <sup>2</sup>

A acção da ~~Comunidade~~ **União**, que será complementar das políticas nacionais, incidirá na melhoria da saúde pública e na prevenção das doenças e afecções humanas e na redução das causas de perigo para a saúde humana. Esta acção abrangerá a luta contra os grandes flagelos, fomentando a investigação sobre as respectivas causas, formas de transmissão e prevenção, bem como a informação e a educação sanitária.

A acção da ~~Comunidade~~ **União** será complementar da acção empreendida pelos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos da droga sobre a saúde, nomeadamente através da informação e da prevenção.

2. A ~~Comunidade~~ **União** incentivará a cooperação entre os Estados-Membros nos domínios a que se refere o presente artigo, apoiando, se necessário, a sua acção.

Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as suas políticas e programas nos domínios a que se refere o n.º 1. A Comissão, em estreito contacto com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros fomentarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da saúde pública.

4. **O Parlamento Europeu e o Conselho contribuirão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, adoptando aprovando:**

- a) Medidas que estabeleçam normas elevadas de qualidade e segurança dos órgãos e substâncias de origem humana, do sangue e dos derivados do sangue; essas medidas não podem obstar a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam medidas de protecção mais estritas;
- b) Em derrogação do [artigo 37.º], medidas nos domínios veterinário e fitossanitário que tenham directamente por objectivo a protecção da saúde pública;

---

<sup>1</sup> O Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) propôs que o âmbito deste artigo fosse alargado de modo a "abranger questões como graves ameaças transfronteiras, doenças transmissíveis, bioterrorismo e acordos no âmbito da OMS" (CONV 516/03, ponto 35).

<sup>2</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

- c) ~~Acções~~ **Medidas** de incentivo destinadas a proteger e melhorar a saúde humana, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**Para os fins enunciados no presente artigo, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode igualmente aprovar recomendações** ~~deliberando~~ por maioria qualificada.

5. A acção da ~~Comunidade~~ **União** no domínio da saúde pública respeitará plenamente as competências dos Estados-Membros em matéria de organização e prestação de serviços de saúde e de cuidados médicos. Em especial, as medidas a que se refere a alínea a) do n.º 4 em nada afectam as disposições nacionais sobre doação de órgãos e de sangue ou a sua utilização para fins médicos.

## TÍTULO XIV

### DEFESA DOS CONSUMIDORES

#### Artigo 153.º

1. A fim de promover os interesses dos consumidores e assegurar um elevado nível de defesa destes, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a protecção da saúde, da segurança e dos interesses económicos dos consumidores, bem como para a promoção do seu direito à informação, à educação e à organização para a defesa dos seus interesses.
2. As exigências em matéria de defesa dos consumidores serão tomadas em conta na definição e execução das demais políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**.<sup>1</sup>
3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1 através de:
  - a) Medidas aprovadas em aplicação do [artigo 95.º] no âmbito da realização do mercado interno;
  - b) Medidas de apoio, complemento e acompanhamento da política seguida pelos Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

4. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as medidas previstas na alínea b) do n.º 3. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.~~

5. As medidas ~~adoptadas~~ **aprovadas** nos termos do n.º 4 não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam ~~medidas~~ **disposições** de protecção mais estritas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

## TÍTULO XV

### REDES TRANSEUROPEIAS

#### Artigo 154.º

1. A fim de contribuir para a realização dos objectivos enunciados nos [artigos 14.º e 158.º] e de permitir que os cidadãos da União, os operadores económicos e as autarquias regionais e locais beneficiem plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes transeuropeias nos sectores das infra-estruturas dos transportes, das telecomunicações e da energia.

2. No âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a acção da ~~Comunidade~~ **União** terá por objectivo fomentar a interconexão e a interoperabilidade das redes nacionais, bem como o acesso a essas redes. Terá em conta, em especial, a necessidade de ligar as regiões insulares, sem litoral e periféricas às regiões centrais da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Artigo 155.º

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no artigo 154.º, a ~~Comunidade~~ **União**:

- a) Estabelecerá um conjunto de orientações que englobem os objectivos, as prioridades e as grandes linhas das acções previstas no domínio das redes transeuropeias; essas orientações identificarão os projectos de interesse comum;
- b) Realizará todas as acções que possam revelar-se necessárias para assegurar a interoperabilidade das redes, em especial no domínio da harmonização das normas técnicas;



- c) Pode apoiar projectos de interesse comum que beneficiem do apoio dos Estados-Membros, identificados no âmbito das orientações referidas ~~no primeiro travessão na alínea a)~~, em especial sob a forma de estudos de viabilidade, de garantias de empréstimo ou de bonificações de juros; a **Comunidade União** pode ainda contribuir para o financiamento de projectos específicos na área das infra-estruturas de transportes, nos Estados-Membros, através do Fundo de Coesão, ~~criado nos termos do disposto no artigo 161.º~~.

A acção da **Comunidade União** terá em conta a potencial viabilidade económica dos projectos.

**2. O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as** ~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º; e. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam~~ após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>1</sup>

~~2-3.~~ Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as políticas desenvolvidas a nível nacional que sejam susceptíveis de ter um impacto significativo na realização dos objectivos enunciados no [artigo 154.º]. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

~~3-4.~~ A **Comunidade União** pode decidir cooperar com países terceiros para promover projectos de interesse comum e assegurar a interoperabilidade das redes.

#### ~~Artigo 156.º~~

~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

~~As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>2</sup>~~

<sup>1</sup> Por uma questão de simplificação, o novo n.º 2, que fornece a base jurídica para a acção da União em matéria de redes transeuropeias, retoma integralmente o texto do artigo 156.º; as alterações indicadas são as que se propõem para o texto actual desse artigo.

<sup>2</sup> Este artigo poderá ser suprimido; ver nota anterior.

## TÍTULO XVI

### INDÚSTRIA

#### Artigo 157.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros velarão por que sejam asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento da capacidade concorrencial da indústria da ~~Comunidade~~ **União**.

Para o efeito, e no âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a sua acção tem por objectivo:

- a) Acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais;
- b) Incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, e nomeadamente das pequenas e médias empresas;
- c) Incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas;
- d) Fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de investigação e de desenvolvimento tecnológico.

2. Os Estados-Membros consultar-se-ão mutuamente em articulação com a Comissão e, na medida do necessário, coordenarão as suas acções. A Comissão pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos enunciados no n.º 1 através das políticas e acções por si desenvolvidas em aplicação de outras disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~. <sup>1</sup> **O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, pode decidir adoptar** medidas específicas destinadas a apoiar as acções empreendidas nos Estados-Membros para alcançar os objectivos enunciados no n.º 1. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

A ~~Comunidade~~ **União** não pode invocar o presente Título para introduzir quaisquer medidas que possam conduzir a distorções de concorrência ou que comportem disposições fiscais ou relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## TÍTULO XVII

### COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

#### Artigo 158.º

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social.

Em especial, a ~~Comunidade~~ **União** procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais.

#### Artigo 159.º

Os Estados-Membros conduzirão e coordenarão as suas políticas económicas tendo igualmente em vista atingir os objectivos enunciados no [artigo 158.º]. A formulação e a concretização das políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**, bem como a realização do mercado interno, terão em conta os objectivos enunciados no [artigo 158.º] e contribuirão para a sua realização.<sup>1</sup> A ~~Comunidade~~ **União** apoiará igualmente a realização desses objectivos pela acção por si desenvolvida através dos fundos com finalidade estrutural (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), do Banco Europeu de Investimento e dos demais instrumentos financeiros existentes.

De três em três anos, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um relatório sobre os progressos registados na realização da coesão económica e social e sobre a forma como os vários meios previstos no presente artigo contribuíram para esses progressos; este relatório será acompanhado, se for caso disso, de propostas adequadas.

**O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, Se se verificar a necessidade de acções quaisquer medidas específicas necessárias** não inseridas no âmbito dos fundos, e sem prejuízo das medidas ~~decididas~~ **aprovadas** no âmbito das outras políticas da ~~Comunidade~~ **União**, ~~essas acções podem ser aprovadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e.~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

---

<sup>1</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## Artigo 160.º

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na ~~Comunidade~~ **União** através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.

## Artigo 161.º

~~Sem prejuízo do disposto no [artigo 162.º], o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, medidas~~ <sup>1</sup> **que definam:**

- a) ~~definirá~~ As missões, os objectivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural, o que poderá implicar o agrupamento desses fundos; e
- b) ~~O Conselho, deliberando de acordo com o mesmo procedimento, definirá igualmente~~ As regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**De acordo com o mesmo processo, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovam as medidas necessárias à criação de um** ~~Um~~ **Fundo de Coesão, criado pelo Conselho segundo o mesmo procedimento, que** contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.

~~A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Conselho delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, caso tenham sido adoptadas até essa data as perspectivas financeiras plurianuais aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, assim como o respectivo acordo interinstitucional. Caso contrário, o processo previsto no presente parágrafo será aplicável a contar da data da sua adopção.~~

---

<sup>1</sup> Alteração do processo decisório, de parecer favorável para co-decisão ("processo legislativo"), de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) (CONV 424/02, p. 17).

## Artigo 162.º

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas** ~~As decisões de aplicação relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional serão tomadas pelo Conselho, nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

No que diz respeito ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação, e ao Fundo Social Europeu, ~~continuarão a ser~~ **são-lhes** aplicáveis, respectivamente, os [artigos 37.º e 148.º].

## TÍTULO XVIII

### INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

## Artigo 163.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo reforçar as bases científicas e tecnológicas da indústria ~~comunitária~~ **da União** e fomentar o desenvolvimento da sua capacidade concorrencial internacional, bem como promover as acções de investigação consideradas necessárias ao abrigo de outros capítulos ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

2. Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** incentivará, em todo o seu território, as empresas, incluindo as pequenas e médias empresas, os centros de investigação e as universidades nos seus esforços de investigação e de desenvolvimento tecnológico de elevada qualidade; apoiará os seus esforços de cooperação, tendo especialmente por objectivo dar às empresas a possibilidade de explorarem plenamente as potencialidades do mercado interno, nomeadamente através da abertura dos concursos públicos nacionais, da definição de normas comuns e da eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a essa cooperação.

3. Todas as acções da ~~Comunidade~~ **União** empreendidas ao abrigo ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, incluindo os projectos de demonstração, no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico serão decididas e realizadas de acordo com ~~as disposições de o~~ [presente Título].

## Artigo 164.º

Na prossecução destes objectivos, a ~~Comunidade~~ **União** desenvolverá as seguintes acções, que serão complementares das empreendidas nos Estados-Membros:

- a) Execução de programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração, promovendo a cooperação com e entre as empresas, os centros de investigação e as universidades;
- b) Promoção da cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~ com países terceiros e com organizações internacionais;
- c) Difusão e valorização dos resultados das actividades em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~;
- d) Incentivo à formação e à mobilidade dos investigadores da ~~Comunidade~~ **União**.

8)

#### 9) Artigo 165.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros coordenarão a sua acção em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de forma a assegurar a coerência recíproca das políticas nacionais e da política ~~comunitária~~ **da União**.
2. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover a coordenação a que se refere o número anterior.

#### Artigo 166.º

1. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, uma lei que criará,** ~~deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará um programa-quadro plurianual, do qual constarão todas as acções comunitárias da União. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam~~ após consulta ao Comité Económico e Social.

O programa-quadro:

- a) Estabelecerá os objectivos científicos e tecnológicos a realizar pelas acções previstas no [artigo 164.º] e as respectivas prioridades;
  - b) Definirá as grandes linhas dessas acções;
  - c) Fixará o montante global máximo e as modalidades da participação financeira da ~~Comunidade~~ **União** no programa-quadro, bem como as quotas-partes respectivas de cada uma das acções previstas.
2. O programa-quadro será adaptado ou completado em função da evolução das situações.

3. O programa-quadro será posto em prática mediante programas específicos desenvolvidos no âmbito de cada acção. Cada programa específico definirá as regras da respectiva realização, fixará a sua duração e preverá os meios considerados necessários. A soma dos montantes considerados necessários, previstos nos programas específicos, não pode exceder o montante global máximo fixado para o programa-quadro e para cada acção.

4. **O Conselho aprovará, sob proposta da Comissão, as medidas que criam os** ~~Os~~ programas específicos. ~~O Conselho delibera serão adoptados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta de ao Parlamento Europeu e de ao Comité Económico e Social.~~

#### Artigo 167.º<sup>1</sup>

Para a execução do programa-quadro plurianual, **o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que fixam:**

- a) ~~fixará~~ As regras de participação das empresas, dos centros de investigação e das universidades;
- b) ~~fixará~~ As regras aplicáveis à difusão dos resultados da investigação.

**O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

#### Artigo 168.º

Na execução do programa-quadro plurianual, ~~pode ser decidido adoptar~~ **podem ser aprovados** programas complementares em que apenas participarão alguns Estados-Membros que assegurem o seu financiamento, sem prejuízo da eventual participação da ~~Comunidade~~ **União**.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que fixam** ~~adoptará~~ as regras aplicáveis aos programas complementares, nomeadamente em matéria de difusão dos conhecimentos e de acesso de outros Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social.**

**A aprovação dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.**<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Por uma questão de legibilidade, os processos decisórios actualmente previstos no artigo 172.º do TCE foram associados às bases jurídicas respectivas (artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º).

<sup>2</sup> Parágrafo retomado da última frase do actual artigo 172.º do TCE.

## Artigo 169.º

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever, com o acordo dos Estados-Membros interessados, a participação em programas de investigação e de desenvolvimento empreendidos por vários Estados-Membros, incluindo a participação nas estruturas criadas para a execução desses programas.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão as medidas necessárias, de acordo com o processo legislativo, deliberando após consulta ao Comité Económico e Social.**

## Artigo 170.º

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever a cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~ com países terceiros ou organizações internacionais.

As formas dessa cooperação podem ser objecto de acordos entre a ~~Comunidade~~ **União** e as partes terceiras interessadas, que serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

## Artigo 171.º

A ~~Comunidade~~ **União** pode criar empresas comuns ou quaisquer outras estruturas necessárias à boa execução dos programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~. **O Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará as medidas necessárias por maioria qualificada, deliberando após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

## Artigo 172.º <sup>1</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se refere o artigo 171.º.~~

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se referem os artigos 167.º, 168.º e 169.º. A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.~~

---

<sup>1</sup> Por uma questão de legibilidade, todas as disposições deste artigo foram retomadas nos artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º *supra*.



## Artigo 173.º

No início de cada ano, a Comissão apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Esse relatório incidirá, nomeadamente, sobre as actividades desenvolvidas em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico e de difusão dos resultados durante o ano anterior e sobre o programa de trabalhos para o ano em curso.

## TÍTULO XIX

### AMBIENTE

## Artigo 174.º

1. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente;
- b) A protecção da saúde das pessoas;
- c) A utilização prudente e racional dos recursos naturais;
- d) A promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente.

2. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente terá por objectivo atingir um nível de protecção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da ~~Comunidade~~ **União**. Basear-se-á nos princípios da precaução e da acção preventiva, da correcção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador.

Neste contexto, as medidas de harmonização destinadas a satisfazer exigências em matéria de protecção do ambiente incluirão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda autorizando os Estados-Membros a tomar, por razões ambientais não económicas, ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **por parte da União**.

3. Na elaboração da sua política no domínio do ambiente, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta:

- a) Os dados científicos e técnicos disponíveis;
- b) As condições do ambiente nas diversas regiões da ~~Comunidade~~ **União**;
- c) As vantagens e os encargos que podem resultar da actuação ou da ausência de actuação;

- d) O desenvolvimento económico e social da ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões.

4. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros cooperarão, no âmbito das respectivas atribuições, com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da ~~Comunidade~~ **União** podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

O ~~disposto no~~ parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

## Artigo 175.º

1. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará as acções a empreender pela Comunidade para medidas destinadas a realizar os objectivos previstos no [artigo 174.º]. O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

2. Em derrogação do processo de decisão previsto no n.º 1 e sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 95.º], o Conselho **aprovará**, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará:~~

- a) ~~Disposições~~ **Medidas** de carácter fundamentalmente fiscal;
- b) As medidas que afectem:
  - i) o ordenamento do território;
  - ii) a gestão quantitativa dos recursos hídricos ou que digam respeito, directa ou indirectamente, à disponibilidade desses recursos;
  - iii) a afectação dos solos, com excepção da gestão dos lixos;
- c) As medidas que afectem consideravelmente a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético.

**O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**De acordo com o mesmo processo, o Conselho, deliberando nas condições previstas no primeiro parágrafo, pode definir quais os domínios referidos no presente número que devem ser objecto de decisões a tomar relativamente aos quais deliberará por maioria qualificada.**

3. Noutros domínios <sup>1</sup>, o **Parlamento Europeu** e o Conselho **aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que estabelecem**, ~~deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ programas gerais de acção que fixarão os objectivos prioritários a atingir. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~O Conselho, deliberando nas condições~~ **As medidas necessárias à execução destes programas serão aprovadas de acordo com o processo previsto, respectivamente**, no n.º 1 ou no n.º 2, ~~consoante o caso, adoptará as medidas necessárias para a execução desses programas.~~

4. Sem prejuízo de certas medidas ~~de carácter comunitário~~ **aprovadas pela União**, os Estados-Membros assegurarão o financiamento e a execução da política em matéria de ambiente.

5. Sem prejuízo do princípio do poluidor-pagador, nos casos em que uma medida ~~adoptada~~ **aprovada** nos termos do n.º 1 implique custos considerados desproporcionados para as autoridades públicas de um Estado-Membro, ~~o Conselho, ao adoptar essa medida~~ **deverá prever, tomará as disposições apropriadas sob a forma de adequada:**

a) Derrogações de carácter temporário e/ou

b) Um apoio financeiro proveniente do Fundo de Coesão ~~criado nos termos do artigo 161.º~~ <sup>2</sup>.

#### Artigo 176.º

As ~~medidas~~ **disposições** de protecção ~~adoptadas~~ **aprovadas** por força do [artigo 175.º] não obstem a que cada Estado-Membro mantenha ou introduza ~~medidas~~ **disposições** de protecção reforçadas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

### TÍTULO XX

#### COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO <sup>3</sup>

#### Artigo 177.º

1. *A política da Comunidade em matéria de cooperação para o desenvolvimento, que é complementar das políticas dos Estados-Membros, deve fomentar:*

<sup>1</sup> Estes termos poderão ser suprimidos, dado que, na realidade, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovam programas-quadro de âmbito geral.

<sup>2</sup> Esta especificação é supérflua, uma vez que existe apenas um Fundo de Coesão.

<sup>3</sup> O Título XX deveria ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado.

- *o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos;*
  - *a inserção harmoniosa e progressiva dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial;*
  - *a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento.*
2. *A política da Comunidade neste domínio deve contribuir para o objectivo geral de desenvolvimento e de consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.*
3. *A Comunidade e os Estados-Membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos aprovados no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais competentes.*

#### *Artigo 178.º*

*A Comunidade terá em conta os objectivos a que se refere o artigo 177.º nas políticas que puser em prática e que sejam susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento.*

#### *Artigo 179.º*

1. *Sem prejuízo das demais disposições do presente Tratado, o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará as medidas necessárias para a prossecução dos objectivos a que se refere o artigo 177.º. Essas medidas podem revestir a forma de programas plurianuais.*
2. *O Banco Europeu de Investimento contribuirá, nas condições previstas nos respectivos estatutos, para a aplicação das medidas a que se refere o n.º 1.*
3. *O disposto no presente artigo não afecta a cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, no âmbito da Convenção ACP-CE.*

#### *Artigo 180.º*

1. *A Comunidade e os Estados-Membros coordenarão as respectivas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e concertar-se-ão sobre os seus programas de ajuda, inclusivamente nas organizações internacionais e no decorrer de conferências internacionais. Podem empreender acções conjuntas. Os Estados-Membros contribuirão, se necessário, para a execução dos programas de ajuda comunitários.*
2. *A Comissão pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação a que se refere o número anterior.*

## *Artigo 181.º*

*No âmbito das respectivas competências, a Comunidade e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da Comunidade podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do artigo 300.º.*

*O disposto no parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.*

## *TÍTULO XXI<sup>1</sup>*

### *COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS*

## *Artigo 181.º-A*

*1. Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, nomeadamente das do Título XX, a Comunidade realizará, no âmbito das suas competências, acções de cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros. Essas acções serão complementares das efectuadas pelos Estados-Membros e coerentes com a política de desenvolvimento da Comunidade.*

*A política da Comunidade neste domínio contribuirá para o objectivo geral de desenvolvimento e consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o objectivo de respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.*

*2. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará as medidas necessárias à execução do n.º 1. O Conselho deliberará por unanimidade no que diz respeito aos acordos de associação a que se refere o artigo 310.º e aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União.*

*3. No âmbito das respectivas competências, a Comunidade e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais pertinentes. As modalidades de cooperação da Comunidade poderão ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras envolvidas, que serão negociados e celebrados em conformidade com o artigo 300.º.*

*O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.*

---

<sup>1</sup> Este título ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas" da União, pelo que não é aqui abordado.

## PARTE IV

### ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS <sup>1</sup>

#### Artigo 182.º

Os ~~Estados-Membros acordam em associar à Comunidade~~ os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o Reino Unido **são associados à União**. Estes países e territórios, a seguir denominados "países e territórios", vêm enumerados ~~na lista constante do [no Anexo II] do presente Tratado~~.

A finalidade da associação é promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto.

Em conformidade com os princípios enunciados ~~no preâmbulo do presente Tratado...~~ <sup>2</sup>, a associação deve servir, fundamentalmente, para favorecer os interesses dos habitantes desses países e territórios e para fomentar a sua prosperidade de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram.

#### Artigo 183.º

A associação prosseguirá os seguintes objectivos:

- 1) Os Estados-Membros aplicarão às suas trocas comerciais com os países e territórios o mesmo regime que aplicam entre si por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.
- 2) Cada país ou território aplicará às suas trocas comerciais com os Estados-Membros e os outros países e territórios o regime que aplica ao Estado europeu com que mantenha relações especiais.
- 3) Os Estados-Membros contribuirão para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento progressivo destes países ou territórios.
- 4) No que respeita aos investimentos financiados pela ~~Comunidade~~ **União**, a participação nas adjudicações e fornecimentos estará aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e colectivas, nacionais dos Estados-Membros e dos países e territórios.

---

<sup>1</sup> A parte referente aos PTU tem por objectivo aplicar parcialmente o regime do Tratado CE aos países e territórios em causa e poderia situar-se entre os actuais artigos 299.º (aplicação territorial do Tratado) e 300.º (relações externas) do TCE. Além disso, conviria incluir uma referência ao regime de associação na Parte I da Constituição.

<sup>2</sup> Conviria referir os princípios em questão, que constam actualmente do preâmbulo do Tratado CE. Deveriam ser referidos na Constituição e, eventualmente, nesta disposição.

- 5) Nas relações entre os Estados-Membros e os países e territórios, o direito de estabelecimento dos nacionais e sociedades será regulado em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento e numa base não discriminatória, sem prejuízo das ~~disposições~~ **medidas** especiais ~~adoptadas~~ **aprovadas** por força do [artigo 187.º].

#### Artigo 184.º

1. As importações originárias dos países e territórios beneficiarão, ao entrarem nos Estados-Membros, da proibição dos direitos aduaneiros ~~que, nos termos do presente Tratado, se deve proibir~~ entre os Estados-Membros **prevista na Constituição**.
  2. Em cada país e território, os direitos aduaneiros que incidam sobre as importações provenientes dos Estados-Membros e dos outros países e territórios serão proibidos nos termos do [artigo 25.º].
  3. Os países e territórios podem, todavia, cobrar os direitos aduaneiros correspondentes às necessidades do seu desenvolvimento e às exigências da sua industrialização, ou os de natureza fiscal que tenham por fim produzir receita para os seus orçamentos.
- Estes direitos não podem exceder aqueles que incidam sobre as importações dos produtos provenientes do Estado-Membro com o qual cada país ou território mantém relações especiais.
4. O disposto no n.º 2 não é aplicável aos países e territórios que, por força das obrigações internacionais especiais a que se encontram vinculados, já apliquem uma pauta aduaneira não discriminatória.
  5. A introdução ou modificação de direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas pelos países e territórios não deve originar, de direito ou de facto, qualquer discriminação directa ou indirecta entre as importações provenientes dos diversos Estados-Membros.

#### Artigo 185.º

Se o nível dos direitos aplicáveis às mercadorias provenientes de um país terceiro, ao entrarem num país ou território, for, em consequência da aplicação do [n.º 1 do artigo 184.º], de ordem a provocar desvios de tráfego em prejuízo de qualquer Estado-Membro, este pode pedir à Comissão que proponha aos outros Estados-Membros **que tomem as disposições** ~~as medidas~~ necessárias para sanarem tal situação.

### Artigo 186.º <sup>1</sup>

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros.

### Artigo 187.º

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, aprovará **por unanimidade**, <sup>2</sup> a partir dos resultados conseguidos no âmbito da associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União** e com base nos princípios enunciados ~~no presente Tratado ...~~ <sup>3</sup>, as ~~disposições~~ **medidas** relativas às modalidades e ao processo de associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União**.

### Artigo 188.º

~~As disposições dos~~ **Os** artigos 182.º a 187.º são aplicáveis à Granelândia, sem prejuízo das disposições específicas para a Granelândia constantes do Protocolo relativo ao regime especial aplicável à Granelândia, ~~anexo ao presente Tratado~~.

---

<sup>1</sup> Este artigo deveria ser adaptado para ter em conta a competência da União para regular a livre circulação dos trabalhadores dos países terceiros no território dos Estados-Membros (ver artigo 187.º *infra*). Além disso, recorda-se que o Grupo de Trabalho sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Grupo X) recomendou que se suprimisse a convenção entre Estados-Membros como instrumento jurídico para atingir os objectivos da União.

<sup>2</sup> Observe-se que, neste caso, o Conselho delibera sem proposta da Comissão.

<sup>3</sup> Ver nota de rodapé ao n.º 3 do artigo 182.º do TCE *supra*.



PARTE V

INSTITUIÇÕES DA ~~COMUNIDADE~~ UNIÃO

**A presente parte foi sujeita a alterações de ordem técnica, de acordo com o mandato, mas que não prejudicam as alterações de fundo que a Convenção venha a efectuar.**

**Refira-se, em particular, que as disposições relativas à composição das Instituições e órgãos se apresentam em *itálico*, uma vez que serão retomadas na Parte I.**

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

CAPÍTULO 1

INSTITUIÇÕES

SECÇÃO 1

PARLAMENTO EUROPEU

Artigo 189.º

*O Parlamento Europeu, composto por representantes dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, exerce os poderes que lhe são atribuídos pelo presente Tratado.*

*O número de deputados do Parlamento Europeu não será superior a setecentos e trinta e dois.*

Artigo 190.º

*1. Os representantes ao Parlamento Europeu, dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, são eleitos por sufrágio universal directo.*

2. *O número de representantes eleitos em cada Estado-Membro é fixado da seguinte forma:*

<i>Bélgica</i>	<i>25</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>16</i>
<i>Alemanha</i>	<i>99</i>
<i>Grécia</i>	<i>25</i>
<i>Espanha</i>	<i>64</i>
<i>França</i>	<i>87</i>
<i>Irlanda</i>	<i>15</i>
<i>Itália</i>	<i>87</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>31</i>
<i>Áustria</i>	<i>21</i>
<i>Portugal</i>	<i>25</i>
<i>Finlândia</i>	<i>16</i>
<i>Suécia</i>	<i>22</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>87.</i>

*Em caso de alteração ao presente número, o número de representantes eleitos em cada Estado-Membro deve assegurar a representação adequada dos povos dos Estados reunidos na Comunidade.*

3. *Os representantes são eleitos por um período de cinco anos.*

4. *O Parlamento Europeu elaborará um projecto destinado a permitir a eleição por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-Membros ou baseado em princípios comuns a todos os Estados-Membros.*

*O Conselho, deliberando por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem, aprova as disposições cuja adopção recomendará aos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

5. *O Parlamento Europeu estabelecerá o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros, após parecer da Comissão e mediante aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada. Quaisquer regras ou condições respeitantes ao regime fiscal dos membros ou ex-membros exigem a unanimidade no Conselho.*

## Artigo 191.º

Os partidos políticos ao nível europeu desempenham um importante papel como factor de integração na União. Contribuem para a criação de uma consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

**O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, as medidas que definem, deliberando nos termos do artigo 251.º, definirá o estatuto dos partidos políticos ao nível europeu, nomeadamente as regras relativas ao seu financiamento.**

## Artigo 192.º

Na medida em que ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** o prevê, o Parlamento Europeu participa no processo conducente à aprovação dos actos ~~comunitários da União~~, exercendo as suas atribuições no âmbito **do processo legislativo dos procedimentos definidos nos artigos 251.º e 252.º** e emitindo pareceres favoráveis ou formulando pareceres consultivos.<sup>1</sup>

O Parlamento Europeu pode, por maioria dos ~~seus~~ membros **que o compõem**, solicitar à Comissão que submeta à sua apreciação todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigure requererem a elaboração de ~~actos comunitários~~ **uma medida da União**<sup>2</sup> para efeitos de aplicação ~~do presente Tratado da Constituição~~.

## Artigo 193.º

No exercício das suas atribuições, o Parlamento Europeu pode, a pedido de um quarto dos ~~seus~~ membros **que o compõem**,<sup>3</sup> constituir uma comissão de inquérito temporária para analisar, sem prejuízo das atribuições conferidas ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição** a outras Instituições ou órgãos, alegações de infracção ou de má administração na aplicação do direito ~~comunitário da União~~<sup>4</sup>, excepto se os factos alegados estiverem em instância numa jurisdição, e enquanto o processo jurisdicional não se encontrar concluído.

A Comissão de inquérito temporária extingue-se com a apresentação do seu relatório.

As formas de exercício do direito de inquérito são determinadas de comum acordo<sup>5</sup> pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão.

---

<sup>1</sup> Esta descrição geral das funções do Parlamento Europeu deveria ser completada por uma referência às respectivas competências orçamentais, de controlo e de nomeação; o PE exerce igualmente competências de decisão autónomas (ver Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (pedido de apresentação de proposta) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>3</sup> Clarificação, conforme à redacção da maioria das demais disposições do Tratado CE que requerem a maioria dos membros do Parlamento Europeu para aprovação de uma decisão.

<sup>4</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (comissão de inquérito temporária) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>5</sup> Este acto não se insere na tipologia estabelecida pelo projecto de artigo "actos jurídicos da União" da Parte I (artigo 24.º, CONV 571/03).

## Artigo 194.º

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, tem o direito de apresentar, a título individual ou em associação com outros cidadãos ou pessoas, petições ao Parlamento Europeu sobre qualquer questão que se integre nos domínios de actividade da ~~Comunidade~~ **da União** <sup>1</sup> e lhe diga directamente respeito <sup>2</sup>.

## Artigo 195.º

1. O Parlamento Europeu nomeará um Provedor de Justiça <sup>3</sup>, com poderes para receber queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro e respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições ou organismos ~~comunitários~~ **da União** <sup>4</sup>, com excepção do Tribunal de Justiça e, do Tribunal de Primeira Instância **e das câmaras jurisdicionais** <sup>5</sup> no exercício das respectivas funções jurisdicionais.

De acordo com a sua missão, o Provedor de Justiça procederá aos inquéritos que considere justificados, quer por sua própria iniciativa quer com base nas queixas que lhe tenham sido apresentadas, directamente ou por intermédio de um membro do Parlamento Europeu, salvo se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional. Sempre que o Provedor de Justiça constate uma situação de má administração, apresentará o assunto à Instituição em causa, que dispõe de um prazo de três meses para lhe apresentar a sua posição. O Provedor de Justiça enviará seguidamente um relatório ao Parlamento Europeu e àquela Instituição. A pessoa que apresentou a queixa será informada do resultado dos inquéritos.

O Provedor de Justiça apresentará anualmente ao Parlamento um relatório sobre os resultados dos inquéritos que tenha efectuado.

2. O Provedor de Justiça é nomeado após cada eleição do Parlamento Europeu, pelo período da legislatura. Pode ser reconduzido nas suas funções.

A pedido do Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça pode demitir o Provedor de Justiça, se este deixar de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tiver cometido falta grave.

---

<sup>1</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá implicar, salvo disposições especiais, o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (direito de petição) às matérias que são actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>2</sup> A Convenção poderia analisar se será ou não conveniente acrescentar a este artigo uma base jurídica específica para a aprovação das modalidades de exercício do direito de petição.

<sup>3</sup> De acordo com a prática habitual, poderia ser aqui utilizado o termo "Provedor de Justiça Europeu".

<sup>4</sup> Observe-se que a substituição do termo "Comunidade" por "União" poderá, salvo disposições especiais, implicar o alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (Provedor de Justiça) às matérias que são actualmente abrangidas pelo Segundo Pilar.

<sup>5</sup> Embora as câmaras jurisdicionais venham a ser "adstritas ao Tribunal de Primeira Instância", seria conveniente referi-las aqui expressamente.

3. O Provedor de Justiça exercerá as suas funções com total independência. No cumprimento dos seus deveres, não solicitará nem aceitará instruções de qualquer organismo. Enquanto durarem as suas funções, o Provedor de Justiça não pode exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não.

4. O Parlamento Europeu ~~estabelecerá~~ **aprovará as medidas <sup>1</sup> que definem** o estatuto e as condições gerais de exercício das funções do Provedor de Justiça. **O Parlamento Europeu delibera** após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho, ~~deliberando que se pronuncia~~ por maioria qualificada.

#### Artigo 196.º

O Parlamento Europeu realiza uma sessão anual, reunindo-se por direito próprio na segunda terça-feira de Março.

O Parlamento Europeu pode reunir-se em **período** extraordinário **de** sessões <sup>2</sup>, a pedido da maioria dos seus membros, do Conselho ou da Comissão.

#### Artigo 197.º

O Parlamento Europeu designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa.

Os membros da Comissão podem assistir a todas as reuniões e serão ouvidos em nome dela quando assim o solicitarem.

A Comissão responderá, oralmente ou por escrito, às questões que lhe forem colocadas pelo Parlamento Europeu ou pelos seus membros.

O Conselho será ouvido pelo Parlamento Europeu nas condições por ele estabelecidas no seu regulamento interno.

#### Artigo 198.º

Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, o Parlamento Europeu delibera por maioria ~~absoluta~~ <sup>3</sup> dos votos expressos.

O regulamento interno fixará o quórum.

---

<sup>1</sup> Observe-se o projecto de Título V da Parte I da Constituição (CONV 571/03) não prevê a possibilidade de o Parlamento aprovar autonomamente actos normativos (ver Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> A actual terminologia não corresponde nem à prática nem à terminologia do parágrafo anterior; a distinção entre "sessão" e "período de sessões" é retomada do artigo 10.º do Regimento do Parlamento.

<sup>3</sup> O termo "absoluta" pode criar confusão entre a maioria dos votos e a maioria (qualificada) dos membros que compõem o Parlamento (ver Anexo II ao presente relatório).

## Artigo 199.º

O Parlamento Europeu ~~estabelecerá~~ **aprovará** o seu regulamento interno por maioria dos membros que o compõem.

As actas do Parlamento Europeu serão publicadas nas condições previstas no regulamento interno.

## Artigo 200.º

O Parlamento Europeu discutirá em sessão pública o relatório geral anual que lhe é submetido pela Comissão.

## Artigo 201.º

Quando uma moção de censura sobre as actividades da Comissão for submetida à apreciação pelo Parlamento Europeu, este só pode pronunciar-se sobre ela por votação pública e depois de decorridos pelo menos três dias sobre o depósito da referida moção.

Se a moção de censura for ~~adoptada~~ **aprovada** por maioria de dois terços dos votos expressos que representem a maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão, porém, a gerir os assuntos correntes até à sua substituição, nos termos do [artigo 214.º]. Neste caso, o mandato dos membros da Comissão designados para os substituir expira na data em que expiraria o mandato dos membros da Comissão obrigados a abandonar funções colectivamente.

## SECÇÃO 2

### CONSELHO

## Artigo 202.º

Tendo em vista garantir a realização dos objectivos enunciados ~~no presente Tratado na~~ **Constituição** e nas condições nela previstas, o Conselho:

- a) assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-Membros;
- b) dispõe de poder de decisão;

- c) *atribui à Comissão, nos actos que adopta, as competências de execução das normas que estabelece. O Conselho pode submeter o exercício dessas competências a certas modalidades. O Conselho pode igualmente reservar-se, em casos específicos, o direito de exercer directamente competências de execução. As modalidades acima referidas devem corresponder aos princípios e normas que o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após parecer do Parlamento Europeu, tenha estabelecido previamente.*<sup>1</sup>

#### Artigo 203.º

*O Conselho é composto por um representante de cada Estado-Membro a nível ministerial, com poderes para vincular o Governo desse Estado-Membro.*

*A Presidência é exercida sucessivamente por cada Estado-Membro no Conselho, durante um período de seis meses, pela ordem decidida pelo Conselho, deliberando por unanimidade.*

#### Artigo 204.º

O Conselho reúne-se por convocação do seu Presidente, por iniciativa deste, de um dos seus membros ou da Comissão.

#### Artigo 205.º

1. *Salvo disposição em contrário do presente Tratado, as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros.*

2. *Relativamente às deliberações do Conselho que exijam maioria qualificada, atribui-se aos votos dos seus membros a seguinte ponderação:*

<i>Bélgica</i>	<i>5</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>3</i>
<i>Alemanha</i>	<i>10</i>
<i>Grécia</i>	<i>5</i>
<i>Espanha</i>	<i>8</i>
<i>França</i>	<i>10</i>
<i>Irlanda</i>	<i>3</i>
<i>Itália</i>	<i>10</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>2</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>5</i>
<i>Áustria</i>	<i>4</i>
<i>Portugal</i>	<i>5</i>
<i>Finlândia</i>	<i>3</i>
<i>Suécia</i>	<i>4</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>10.</i>

---

<sup>1</sup> Ver projecto de artigo "actos de execução" da Parte I (n.º 3 do artigo 28.º, CONV 571/03).

*As deliberações são tomadas se obtiverem pelo menos:*

- *sessenta e dois votos, sempre que, por força do presente Tratado, devam ser tomadas sob proposta da Comissão;*
  - *sessenta e dois votos que exprimam a votação favorável de, pelo menos, dez membros nos restantes casos.*
3. *As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem que sejam tomadas as deliberações do Conselho que exijam unanimidade.*

#### Artigo 206.º

Em caso de votação, cada membro do Conselho só pode representar, por delegação, um dos outros membros.

#### Artigo 207.º

1. Um Comité, composto pelos representantes permanentes dos Estados-Membros, prepara os trabalhos do Conselho e exerce os mandatos que este lhe confia. O Comité pode aprovar decisões de natureza processual nos casos previstos no regulamento interno do Conselho.
2. O Conselho é assistido por um Secretariado-Geral, colocado na dependência de um Secretário-Geral, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, que será coadjuvado por um Secretário-Geral Adjunto responsável pela gestão do Secretariado-Geral. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto são nomeados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.

O Conselho decide sobre a organização do Secretariado-Geral.

3. O Conselho aprova o seu regulamento interno.

Para efeitos de aplicação do [n.º 3 do artigo 255.º], o Conselho estabelecerá no seu regulamento interno as condições de acesso por parte do público aos documentos do Conselho. Para efeitos do presente número, o Conselho determinará os casos em que se deve considerar que actua no exercício dos seus poderes legislativos, a fim de possibilitar um maior acesso aos documentos nesses casos, preservando simultaneamente a eficácia do seu processo decisório. De qualquer modo, sempre que o Conselho actue no exercício de poderes legislativos, os resultados das votações e as declarações de voto, bem como as declarações exaradas em acta, serão tornados públicos.

#### Artigo 208.º

O Conselho pode solicitar à Comissão que proceda a todos os estudos que ele considere oportunos para realização dos objectivos comuns e que lhe submeta todas as propostas adequadas.



## Artigo 209.º

O Conselho ~~estabelecerá, após parecer da Comissão,~~ **aprovará as medidas que definem os estatutos dos comités previstos no presente Tratado na Constituição. O Conselho delibera após consulta à Comissão.**

## Artigo 210.º

O Conselho, ~~deliberando~~ **aprova**, por maioria qualificada, **as medidas que fixam** ~~fixa~~ os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do Presidente e dos membros da Comissão, e ainda do Presidente, dos juizes, dos advogados-gerais e do secretário do Tribunal de Justiça, bem como dos membros e do secretário do Tribunal de Primeira Instância. O Conselho fixa igualmente, por maioria qualificada, todos os subsídios e abonos que substituam a remuneração.

## SECÇÃO 3

## COMISSÃO

## Artigo 211.º <sup>1</sup>

[A fim de garantir o funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno**] <sup>2</sup>, a Comissão:

- a) vela pela aplicação das disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, bem como das medidas ~~tomadas~~ **aprovadas** por força desta pelas Instituições;
- b) formula recomendações ou pareceres sobre as matérias que são objecto ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, quando esta o preveja expressamente ou quando tal seja por ela considerado necessário;
- c) dispõe de poder de decisão próprio, participando na formação dos actos do **Parlamento Europeu e do Conselho e do Parlamento Europeu**, nas condições previstas ~~no presente Tratado na Constituição~~;
- d) exerce as competências que **o Parlamento Europeu e o Conselho ou o Conselho** lhe atribuem para a execução das ~~regras~~ **medidas** por eles ~~estabelecidas~~ **aprovadas**.

<sup>1</sup> Observe-se que o desaparecimento dos pilares poderá implicar, salvo disposições especiais, um alargamento do âmbito dos domínios que fazem parte das atribuições da Comissão às matérias actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

<sup>2</sup> Poderá questionar-se a coerência entre o alcance desta frase e o âmbito das atribuições da Comissão referidas nas alíneas a) a d) que se lhe seguem.

## Artigo 212.º

A Comissão publicará anualmente, pelo menos um mês antes da abertura da sessão do Parlamento Europeu, um relatório geral sobre as actividades da ~~Comunidade~~ **União**.

## Artigo 213.º

*1. A Comissão é composta por vinte membros, escolhidos em função da sua competência geral e que ofereçam todas as garantias de independência.*

*O número de membros da Comissão pode ser modificado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.*

*Só nacionais dos Estados-Membros podem ser membros da Comissão.*

*A Comissão deve ter, pelo menos, um nacional de cada Estado-Membro, mas o número de membros com a nacionalidade de um mesmo Estado não pode ser superior a dois.*

*2. Os membros da Comissão exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.*

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade. Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Os Estados-Membros comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros da Comissão no exercício das suas funções.

Enquanto durarem as suas funções, os membros da Comissão não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios. Se estes deveres não forem respeitados, pode o Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão, conforme o caso, ordenar a demissão compulsiva do membro em causa, nos termos do [artigo 216.º], ou a perda do seu direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam.

## Artigo 214.º

*1. Os membros da Comissão são nomeados segundo o procedimento previsto no n.º 2, por um período de cinco anos, sem prejuízo da eventual aplicação do disposto no artigo 201.º.*

*Podem ser reconduzidos nas suas funções.*

*2. O Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo e deliberando por maioria qualificada, designa a personalidade que tenciona nomear Presidente da Comissão; essa designação será aprovada pelo Parlamento Europeu.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada e de comum acordo com o Presidente designado, aprova a lista das outras personalidades que tenciona nomear membros da Comissão, estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro.*

*O Presidente e os demais membros da Comissão assim designados são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. Após a aprovação pelo Parlamento Europeu, o Presidente e os demais membros da Comissão são nomeados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.*

#### Artigo 215.º

Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções de membro da Comissão cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva.

O membro demissionário, demitido ou falecido será substituído por um novo membro, nomeado pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, pelo período remanescente do seu mandato. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode decidir, **por unanimidade**, pela não substituição durante esse período.

Em caso de demissão voluntária ou compulsiva, ou de morte, o Presidente é substituído pelo período remanescente do seu mandato. É aplicável à substituição do Presidente o procedimento previsto no [n.º 2 do artigo 214.º].

Excepto no caso de demissão compulsiva previsto [no artigo 216.º], os membros da Comissão permanecem em funções até serem substituídos ou até o Conselho decidir, **por unanimidade**, pela não substituição, ~~em conformidade com o segundo parágrafo do presente artigo.~~

#### Artigo 216.º

Qualquer membro da Comissão que deixe de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tenha cometido falta grave pode ser demitido pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão.

#### Artigo 217.º

1. A Comissão actuará sob a orientação política do seu Presidente, que decide da sua organização interna, a fim de assegurar a coerência, a eficácia e a colegialidade da sua acção.
2. As responsabilidades que incumbem à Comissão são estruturadas e distribuídas entre os seus membros pelo Presidente. Este pode alterar a distribuição dessas responsabilidades no decurso do mandato. Os membros da Comissão exercem as funções que lhes foram atribuídas pelo Presidente sob a responsabilidade deste.

3. Após aprovação pelo colégio, o Presidente nomeia vice-presidentes de entre os membros da Comissão.
4. Qualquer membro da Comissão deve apresentar a sua demissão se o Presidente lho pedir, após aprovação pelo colégio.

#### Artigo 218.º

1. O Conselho e a Comissão procederão a consultas recíprocas, organizando, de comum acordo, as modalidades da sua colaboração <sup>1</sup>.
2. A Comissão ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno, de forma a garantir o seu próprio funcionamento e o dos seus serviços, ~~nas condições previstas no presente Tratado~~. A Comissão assegura a publicação desse regulamento interno.

#### Artigo 219.º

As deliberações da Comissão são tomadas por maioria do número de membros previsto no [artigo 213.º].

A Comissão só pode reunir-se validamente se estiver presente o número de membros fixado no seu regulamento interno.

### SECÇÃO 4

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA <sup>2</sup>

**As disposições constantes desta secção poderão ter de ser adaptadas na sequência dos trabalhos do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça (CONV 543/03)**

#### Artigo 220.º

No âmbito das respectivas competências, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância garantem o respeito do direito na interpretação e aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

---

<sup>1</sup> Poder-se-ia questionar a utilidade deste número, dada a sua natureza meramente declarativa.

<sup>2</sup> Note-se que o desaparecimento dos pilares poderá ter incidências no âmbito de competências do Tribunal de Justiça. No que respeita à situação actual, ver o actual artigo 46.º do Tratado UE. O Anexo II contém observações complementares sobre esta questão.

Além disso, nas condições previstas no [artigo 225.º-A], podem ser adstritas ao Tribunal de Primeira Instância câmaras jurisdicionais que, em certos domínios específicos, exercerão as competências jurisdicionais previstas ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**.

#### Artigo 221.º

*O Tribunal de Justiça é composto de um juiz por Estado-Membro.*

*O Tribunal de Justiça reúne-se em secções ou em grande secção, em conformidade com as regras previstas para o efeito no seu Estatuto.*

*Nos casos previstos no Estatuto, o Tribunal de Justiça pode também reunir em tribunal pleno.*

#### Artigo 222.º

*O Tribunal de Justiça é assistido por oito advogados-gerais. Se o Tribunal de Justiça lho solicitar, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode aumentar o número de advogados-gerais.*

*Ao advogado-geral cabe apresentar publicamente, com toda a imparcialidade e independência, conclusões fundamentadas sobre as causas que, nos termos do Estatuto do Tribunal de Justiça, requeiram a sua intervenção.*

#### Artigo 223.º

*Os juizes e os advogados-gerais do Tribunal de Justiça, escolhidos de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reünam as condições exigidas, nos respectivos países, para o exercício das mais altas funções jurisdicionais ou que sejam jurisconsultos de reconhecida competência são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros.*

*De três em três anos, proceder-se-á à substituição parcial dos juizes e dos advogados-gerais, nas condições previstas no Estatuto do Tribunal de Justiça.*

Os juizes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Justiça, que pode ser reeleito.

Os juizes e os advogados-gerais cessantes podem ser nomeados de novo.

O Tribunal de Justiça nomeia o seu secretário e estabelece o respectivo estatuto.

O Tribunal de Justiça estabelece o seu regulamento de processo <sup>1</sup>. Esse regulamento é submetido à aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

#### Artigo 224.º

*O Tribunal de Primeira Instância é composto de, pelo menos, um juiz por Estado-Membro. O número de juizes é fixado pelo Estatuto do Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal seja assistido por advogados-gerais.*

*Os membros do Tribunal de Primeira Instância serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de altas funções jurisdicionais; são nomeados de comum acordo, por seis anos, pelos Governos dos Estados-Membros. De três em três anos, proceder-se-á à sua substituição parcial. Os membros cessantes podem ser nomeados de novo.*

Os juizes designam de entre si, por um período de três anos, o Presidente do Tribunal de Primeira Instância, que pode ser reeleito.

O Tribunal de Primeira Instância nomeia o seu secretário e ~~estabelece~~ **aprova** o respectivo estatuto.

O Tribunal de Primeira Instância ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça <sup>2</sup>. ~~Esse regulamento é submetido à~~ **O Tribunal de Primeira Instância** delibera após aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Salvo disposição em contrário do Estatuto do Tribunal de Justiça, são aplicáveis ao Tribunal de Primeira Instância as disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** relativas ao Tribunal de Justiça.

#### Artigo 225.º

1. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer em primeira instância dos recursos referidos nos [artigos 230.º, 232.º, 235.º, 236.º e 238.º], com excepção dos atribuídos a uma câmara jurisdicional e dos que o Estatuto reservar para o Tribunal de Justiça. O Estatuto pode prever que o Tribunal de Primeira Instância seja competente para outras categorias de recursos.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância ao abrigo do presente número podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Justiça limitado às questões de direito, nas condições e limites previstos no Estatuto.

2. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer dos recursos interpostos contra as decisões das câmaras jurisdicionais criadas nos termos do [artigo 225.º-A].

<sup>1</sup> Este parágrafo prevê um poder normativo para o Tribunal de Justiça. Há que notar que, actualmente, o projecto de Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (CONV 571/03) não prevê a possibilidade de o Tribunal aprovar actos normativos.

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 223.º.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância ao abrigo do presente número podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**.

3. O Tribunal de Primeira Instância é competente para conhecer das questões prejudiciais, submetidas por força do [artigo 234.º], em matérias específicas determinadas pelo Estatuto.

Quando o Tribunal de Primeira Instância considerar que a causa exige uma decisão de princípio susceptível de afectar a unidade ou a coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**, pode remeter essa causa ao Tribunal de Justiça, para que este delibere sobre ela.

As decisões proferidas pelo Tribunal de Primeira Instância sobre questões prejudiciais podem ser reapreciadas a título excepcional pelo Tribunal de Justiça, nas condições e limites previstos no Estatuto, caso exista risco grave de lesão da unidade ou da coerência do direito ~~comunitário~~ **da União**.

#### Artigo 225.º-A

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Justiça, ou a pedido do Tribunal de Justiça e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão~~, pode criar câmaras jurisdicionais encarregadas de conhecer em primeira instância de certas categorias de recursos em matérias específicas. **O Conselho delibera por unanimidade, quer sob proposta da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

A ~~decisão~~ **medida** <sup>1</sup> que crie uma câmara jurisdicional fixará as regras relativas à composição dessa câmara e especificará o âmbito das competências que lhe forem conferidas.

As decisões das câmaras jurisdicionais podem ser objecto de recurso para o Tribunal de Primeira Instância limitado às questões de direito ou, quando tal estiver previsto na ~~decisão~~ **medida** que cria a câmara, que incida também sobre as questões de facto.

Os membros das câmaras jurisdicionais serão escolhidos de entre pessoas que ofereçam todas as garantias de independência e possuam a capacidade requerida para o exercício de funções jurisdicionais. São nomeados pelo Conselho, deliberando por unanimidade.

As câmaras jurisdicionais ~~estabelecem~~ **aprovam** o respectivo regulamento de processo, de comum acordo com o Tribunal de Justiça <sup>2</sup>. ~~Esse regulamento é submetido~~ **As câmaras jurisdicionais deliberam após** aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

<sup>1</sup> O termo "decisão" parece ser aqui utilizado na acepção geral, na medida em que não corresponde à definição de decisão que figura no actual artigo 249.º do Tratado CE (a saber, acto com um ou vários destinatários determinados). Seria conveniente que a Convenção indicasse se deseja prever um instrumento específico.

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 223.º.

Salvo disposição em contrário da ~~decisão~~ **medida** que cria a câmara jurisdicional, aplicam-se às câmaras jurisdicionais as disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** relativas ao Tribunal de Justiça e as disposições do seu Estatuto.

#### Artigo 226.º

Se a Comissão considerar que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, formulará um parecer fundamentado sobre o assunto, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações.

Se o Estado em causa não proceder em conformidade com este parecer no prazo fixado pela Comissão, esta pode recorrer ao Tribunal de Justiça.

#### Artigo 227.º

Qualquer Estado-Membro pode recorrer ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

Antes de qualquer Estado-Membro introduzir recurso contra outro Estado-Membro, com fundamento em pretenso incumprimento das obrigações que a este incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, deve submeter o assunto à apreciação da Comissão.

A Comissão formulará um parecer fundamentado, depois de os Estados interessados terem tido oportunidade de apresentar, em processo contraditório, as suas observações escritas e orais.

Se a Comissão não tiver formulado parecer no prazo de três meses a contar da data do pedido, a falta de parecer não impede o recurso ao Tribunal de Justiça.

#### Artigo 228.º

1. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um Estado-Membro não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, esse Estado deve tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

2. Se a Comissão considerar que o Estado-Membro em causa não tomou as referidas ~~medidas~~ **disposições**, e após ter dado a esse Estado a possibilidade de apresentar as suas observações, formulará um parecer fundamentado especificando os pontos em que o Estado-Membro não executou o acórdão do Tribunal de Justiça.



Se o referido Estado-Membro não tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça dentro do prazo fixado pela Comissão, esta pode submeter o caso ao Tribunal de Justiça. Ao fazê-lo, indicará o montante da quantia fixa ou progressiva correspondente à sanção pecuniária, a pagar pelo Estado-Membro, que considerar adequada às circunstâncias.

Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que o Estado-Membro em causa não deu cumprimento ao seu acórdão, pode condená-lo ao pagamento de uma quantia fixa ou progressiva correspondente a uma sanção pecuniária.

Este procedimento não prejudica o [artigo 227.º].

#### Artigo 229.º

~~os regulamentos adoptados em conjunto pelo~~ **As leis do** Parlamento Europeu e ~~pel~~ **do** Conselho, e ~~pelo as (os) leis /regulamentos~~ <sup>1</sup> **do Conselho aprovadas (os)** por força ~~das disposições do presente Tratado da Constituição~~ podem atribuir plena jurisdição ao Tribunal de Justiça ~~No que respeita às~~ **para as** sanções nelas/**neles previstas.**

#### Artigo 229.º-A

Sem prejuízo das restantes disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta ao Parlamento Europeu,~~ **pode aprovar disposições pode aprovar por unanimidade medidas** destinadas a atribuir **que atribuam** ao Tribunal de Justiça, ~~na medida determinada pelo Conselho,~~ competência para decidir sobre litígios ligados à aplicação dos actos aprovados com base ~~do presente Tratado na~~ **Constituição** que criem títulos ~~comunitários~~ de propriedade [industrial] <sup>2</sup> **a nível da União.** O Conselho **deliberará após consulta ao Parlamento Europeu** e recomendará a aprovação dessas ~~disposições medidas~~ pelos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

---

<sup>1</sup> Dado que, de acordo com o projecto de artigos do Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (artigos 25.º e 26.º CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis quer regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

<sup>2</sup> Poderia questionar-se a pertinência desta noção, que parece restritiva e registar que o n.º 7 do artigo 133.º do Tratado CE se refere à noção mais vasta de "propriedade intelectual".

## Artigo 230.º<sup>1</sup>

*O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade dos actos adoptados em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, dos actos do Conselho, da Comissão e do BCE<sup>2</sup>, que não sejam recomendações ou pareceres, e dos actos do Parlamento Europeu destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros.<sup>3</sup>*

*Para o efeito, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-Membro, pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão.*

*O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer dos recursos interpostos pelo Tribunal de Contas e pelo BCE com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas.*

*Qualquer pessoa singular ou colectiva pode interpor, nas mesmas condições, recurso das decisões de que seja destinatária e das decisões que, embora tomadas sob a forma **[de lei]**<sup>4</sup>, de regulamento ou de decisão dirigida a outra pessoa, lhe digam directa e individualmente respeito.*

*Os recursos previstos no presente artigo devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do acto, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do acto.*

## Artigo 231.º

Se o recurso tiver fundamento, o Tribunal de Justiça anulará o acto impugnado.

Todavia, ~~no que respeita aos regulamentos,~~ o Tribunal de Justiça indicará, quando o considerar necessário, quais os efeitos ~~do regulamento~~<sup>5</sup> do acto anulado que se devem considerar subsistentes.

<sup>1</sup> Este artigo é objecto de uma análise específica por parte do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça e, por conseguinte, não é aqui tratado.

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 8.º sobre a conveniência de utilizar abreviaturas na Constituição e sobre a alternativa possível.

<sup>3</sup> No quadro dos debates sobre o Tribunal de Justiça, a Convenção poderia analisar a oportunidade de alargar a competência do Tribunal a que se refere o presente artigo, a fim de abranger os actos, aprovados pelas agências comunitárias e por outros órgãos, destinados a produzir efeitos jurídicos em relação a terceiros. Actualmente, tal competência está prevista por certos regulamentos relativos à criação de agências.

<sup>4</sup> Observe-se que a inserção da palavra "lei" constituiria uma alteração de fundo.

<sup>5</sup> A substituição do termo "regulamento" pelo termo "acto" é uma adaptação necessária a fim de tornar este parágrafo conforme com a jurisprudência através da qual o Tribunal de Justiça manteve os efeitos de actos que não os regulamentos.

## Artigo 232.º

Se, em violação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão se absterem <sup>1</sup> de se pronunciar, os Estados-Membros e as outras Instituições da ~~Comunidade~~ **União** podem recorrer ao Tribunal de Justiça para que declare verificada essa violação.

Este recurso só é admissível se a Instituição em causa tiver sido previamente convidada a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição não tiver tomado posição, o recurso pode ser introduzido dentro de novo prazo de dois meses.

Qualquer pessoa singular ou colectiva pode recorrer ao Tribunal de Justiça, nos termos dos parágrafos anteriores, para acusar uma das Instituições ~~da Comunidade~~ de não lhe ter dirigido um acto que não seja recomendação ou parecer.

O Tribunal de Justiça é competente, nas mesmas condições, para conhecer dos recursos interpostos pelo *BCE* no domínio das suas atribuições ou das acções contra este intentadas.

## Artigo 233.º

A Instituição ou as Instituições de que emane o acto anulado, ou cuja abstenção tenha sido declarada contrária ~~do presente Tratado~~ **à Constituição**, devem tomar as medidas necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

Esta obrigação não prejudica aquela que decorre da aplicação do [segundo parágrafo do artigo 288.º].

O presente artigo aplica-se igualmente ao *BCE*.

## Artigo 234.º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre:

- a) A interpretação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**;
- b) A validade e a interpretação dos actos ~~adoptados pelas~~ das Instituições ~~da Comunidade~~ e do *BCE*;
- c) A interpretação dos estatutos dos organismos criados por acto [*do Conselho*], desde que estes estatutos o prevejam <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 230.º sobre a oportunidade do alargamento às agências e a outras entidades.

<sup>2</sup> Pode-se colocar a questão do alcance desta alínea c) em relação à alínea precedente. De qualquer modo, o texto deveria ser adaptado, a fim de ter em conta organismos criados por um acto em co-decisão.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada perante qualquer órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros, esse órgão pode, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, pedir ao Tribunal de Justiça que sobre ela se pronuncie.

Sempre que uma questão desta natureza seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal de Justiça.

#### Artigo 235.º

O Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios relativos à reparação dos danos referidos no [segundo parágrafo do artigo 288.º].

#### Artigo 236.º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre todo e qualquer litígio entre a **Comunidade a União** e os seus agentes, dentro dos limites e condições estabelecidas no estatuto ou decorrentes do regime que a estes é aplicável.

#### Artigo 237.º

Nos limites a seguir indicados, o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos litígios respeitantes:

- a) À execução das obrigações dos Estados-Membros, decorrentes dos Estatutos do Banco Europeu de Investimento. O Conselho de Administração do Banco dispõe, para o efeito, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º];
- b) Às deliberações do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento. Qualquer Estado-Membro, a Comissão e o Conselho de Administração do Banco podem interpor recurso nesta matéria, nos termos do [artigo 230.º];
- c) Às deliberações do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento. Os recursos destas deliberações só podem ser interpostos, nos termos do [artigo 230.º], pelos Estados-Membros ou pela Comissão e apenas por violação das formalidades previstas nos n.ºs 2 e 5 a 7, inclusive, do artigo 21.º dos Estatutos do Banco;
- d) À execução das obrigações resultantes ~~do Tratado da~~ **Constituição** e dos Estatutos do *SEBC* pelos bancos centrais nacionais. O Conselho do *BCE* disporá, neste contexto, em relação aos bancos centrais nacionais, dos poderes atribuídos à Comissão no [artigo 226.º] em relação aos Estados-Membros. Se o Tribunal de Justiça declarar verificado que um banco central nacional não cumpriu qualquer das obrigações que lhe incumbem por força ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**, esse banco central deve tomar as ~~medidas~~ **disposições** necessárias à execução do acórdão do Tribunal de Justiça.

#### Artigo 238.º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir com fundamento em cláusula compromissória constante de um contrato de direito público ou de direito privado, celebrado pela ~~Comunidade~~ **União** ou por sua conta.

#### Artigo 239.º

O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer diferendo entre os Estados-Membros, relacionado com o objecto ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, se esse diferendo lhe for submetido por compromisso.

#### Artigo 240.º

Sem prejuízo da competência atribuída ao Tribunal de Justiça ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**, os litígios em que a ~~Comunidade~~ **União** seja parte não ficam, por este motivo, subtraídos à competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

#### Artigo 241.º

Mesmo depois de decorrido o prazo previsto no [quinto parágrafo do artigo 230.º], qualquer parte pode, em caso de litígio que ponha em causa ~~um regulamento adoptado em conjunto pelo~~ **uma lei do** Parlamento Europeu e ~~pel~~ **do** Conselho, **uma lei do Conselho** ou um regulamento do Conselho, da Comissão ou do *BCE*, recorrer aos meios previstos no [segundo parágrafo do artigo 230.º] para arguir, no Tribunal de Justiça, a inaplicabilidade desse ~~regulamento~~ **acto** .

#### Artigo 242.º

Os recursos perante o Tribunal de Justiça não têm efeito suspensivo. Todavia, o Tribunal de Justiça pode ordenar a suspensão da execução do acto impugnado, se considerar que as circunstâncias o exigem.

#### Artigo 243.º

O Tribunal de Justiça, nas causas submetidas à sua apreciação, pode ordenar as medidas provisórias necessárias.

#### Artigo 244.º

Os acórdãos do Tribunal de Justiça têm força executiva, nos termos do [artigo 256.º].

## Artigo 245.º

O Estatuto do Tribunal de Justiça é fixado ~~em num~~ Protocolo ~~separado~~.

~~O Conselho, deliberando por unanimidade, a pedido do Tribunal de Justiça e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, ou a pedido da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Justiça, pode alterar as disposições do Estatuto, com excepção do Título I.~~  
**O Conselho delibera por unanimidade, quer a pedido do Tribunal de Justiça após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão após consulta ao Tribunal de Justiça. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

## SECÇÃO 5

### TRIBUNAL DE CONTAS

## Artigo 246.º

A fiscalização das contas é efectuada pelo Tribunal de Contas.

## Artigo 247.º

- 1. O Tribunal de Contas é composto por um nacional de cada Estado-Membro.*
- 2. Os membros do Tribunal de Contas serão escolhidos de entre personalidades que pertençam ou tenham pertencido, nos respectivos países, a instituições de fiscalização externa ou que possuam uma qualificação especial para essa função. Devem oferecer todas as garantias de independência.*
- 3. Os membros do Tribunal de Contas são nomeados por um período de seis anos e podem ser nomeados de novo. O Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu, aprova, por maioria qualificada, a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. Os membros do Tribunal de Contas podem ser nomeados de novo. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.*<sup>1</sup>

~~Os membros do Tribunal de Contas designam de entre si, por um período de três anos, o seu Presidente do Tribunal de Contas, que pode ser reeleito.~~

- 4. Os membros do Tribunal de Contas exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da Comunidade União.*

---

<sup>1</sup> Parece mais lógico tratar primeiro a questão da duração e da renovação do mandato e depois o processo de nomeação.

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade. Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções.

5. Enquanto durarem as suas funções, os membros do Tribunal de Contas não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios.

6. Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções dos membros do Tribunal de Contas cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva declarada pelo Tribunal de Justiça, nos termos do n.º 7.

O membro em causa será substituído pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício das suas funções.

Salvo no caso de demissão compulsiva, os membros do Tribunal de Contas permanecem em funções até serem substituídos.

7. Os membros do Tribunal de Contas só podem ser afastados das suas funções, ou privados do direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam, se o Tribunal de Justiça declarar verificado, a pedido do Tribunal de Contas, que deixaram de corresponder às condições exigidas ou de cumprir os deveres decorrentes do cargo.

8. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, fixa, **por maioria qualificada**, as condições de emprego, designadamente os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do Presidente e dos membros do Tribunal de Contas. ~~O Conselho fixa, igualmente por maioria qualificada~~, **bem como** todos os subsídios e abonos que substituam a remuneração.

9. As disposições do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias <sup>1</sup> aplicáveis aos juizes do Tribunal de Justiça são igualmente aplicáveis aos membros do Tribunal de Contas <sup>2</sup>.

## Artigo 248.º

1. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da ~~Comunidade~~ **União**. O Tribunal de Contas examina igualmente as contas da totalidade das receitas e despesas de qualquer organismo criado pela ~~Comunidade~~ **União**, na medida em que o respectivo acto constitutivo não exclua esse exame.

<sup>1</sup> Na sequência da nova denominação da União, deverá ser assegurada a alteração da denominação deste protocolo.

<sup>2</sup> Por uma questão de simplificação, poderá colocar-se a questão de saber se não seria melhor integrar este número directamente no protocolo, como é o caso para os membros das outras Instituições.

O Tribunal de Contas envia ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações a que elas se referem, que será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*. Essa declaração pode ser completada por apreciações específicas sobre cada domínio importante da actividade ~~comunitária~~ **da União**.

2. O Tribunal de Contas examina a legalidade e a regularidade das receitas e despesas e garante a boa gestão financeira. Ao fazê-lo, assinalará, em especial, quaisquer irregularidades.

A fiscalização das receitas efectua-se com base na verificação dos créditos e dos pagamentos feitos à ~~Comunidade~~ **União**.

A fiscalização das despesas efectua-se com base nas autorizações e nos pagamentos.

Estas fiscalizações podem ser efectuadas antes do encerramento das contas do exercício orçamental em causa.

3. A fiscalização é feita com base em documentos e, se necessário, nas próprias instalações das outras Instituições ~~da Comunidade~~, nas instalações de qualquer organismo que efectue a gestão de receitas ou despesas em nome da ~~Comunidade~~ **União**, e nos Estados-Membros, inclusivamente nas instalações de qualquer pessoa singular ou colectiva beneficiária de pagamentos provenientes do orçamento. A fiscalização nos Estados-Membros é feita em colaboração com as instituições de fiscalização nacionais ou, se estas para isso não tiverem competência, com os serviços nacionais competentes. O Tribunal de Contas e as instituições de fiscalização nacionais dos Estados-Membros cooperarão num espírito de confiança, mantendo embora a respectiva independência. Estas instituições ou serviços darão a conhecer ao Tribunal de Contas a sua intenção de participar na fiscalização.

Todos os documentos ou informações necessários ao desempenho das funções do Tribunal de Contas ser-lhe-ão comunicados, a seu pedido, pelas outras Instituições ~~da Comunidade~~, pelos organismos que efectuem a gestão de receitas ou despesas em nome da ~~Comunidade~~ **União**, pelas pessoas singulares ou colectivas beneficiárias de pagamentos provenientes do orçamento e pelas instituições de fiscalização nacionais ou, se estas não tiverem competência para o efeito, pelos serviços nacionais competentes.

No que respeita à actividade de gestão de despesas e receitas ~~comunitárias~~ **da União** exercida pelo Banco Europeu de Investimento, o direito de acesso do Tribunal às informações detidas pelo Banco será regido por um acordo celebrado entre o Tribunal, o Banco e a Comissão. Na ausência de um acordo, o Tribunal terá, contudo, acesso às informações necessárias para efectuar a fiscalização das despesas e receitas ~~comunitárias~~ **da União** geridas pelo Banco.

4. O Tribunal de Contas elabora um relatório anual após o encerramento de cada exercício. Este relatório é transmitido às outras Instituições ~~da Comunidade~~ e publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, acompanhado das respostas das referidas Instituições às observações do Tribunal de Contas.



O Tribunal de Contas pode ainda, em qualquer momento, apresentar observações, nomeadamente sob a forma de relatórios especiais, sobre determinadas questões e formular pareceres a pedido de uma das outras Instituições da Comunidade.

O Tribunal de Contas adopta os relatórios anuais, os relatórios especiais ou os pareceres, por maioria dos membros que o compõem. Todavia, pode criar secções para adoptar determinadas categorias de relatórios ou de pareceres nas condições previstas no seu regulamento interno.

O Tribunal de Contas assiste o Parlamento Europeu e o Conselho no exercício da respectiva função de controlo da execução do orçamento.

O Tribunal de Contas ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno. ~~Esse regulamento é submetido à O Tribunal de Contas delibera após~~ aprovação do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

## CAPÍTULO 2

### DISPOSIÇÕES COMUNS A VÁRIAS INSTITUIÇÕES

#### Artigo 249.º <sup>1</sup>

~~Para o desempenho das suas atribuições e nos termos do presente Tratado, o Parlamento Europeu em conjunto com o Conselho, o Conselho e a Comissão adoptam regulamentos e directivas, tomam decisões e formulam recomendações ou pareceres.~~

~~O regulamento tem carácter geral. É obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.~~

~~A directiva vincula o Estado-Membro destinatário quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios.~~

~~A decisão é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários que designar.~~

~~As recomendações e os pareceres não são vinculativos.~~

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Actos jurídicos da União" do Título V da Parte I (artigo 24.º CONV 571/03).

## *Artigo 250.º<sup>1</sup>*

*1. Sempre que, por força do presente Tratado, um acto do Conselho seja adoptado sob proposta da Comissão, o Conselho só pode aprovar um acto que constitua alteração dessa proposta deliberando por unanimidade, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 251.º.*

*2. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, a Comissão pode alterar a sua proposta em qualquer fase dos procedimentos para a aprovação de um acto comunitário.*

## *Artigo 251.º<sup>2</sup>*

*1. Sempre que no presente Tratado se remeta para o presente artigo para a aprovação de um acto, aplicar-se-á o processo a seguir enunciado.*

*2. A Comissão apresenta uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, após parecer do Parlamento Europeu:*

- se aprovar todas as emendas constantes do parecer do Parlamento Europeu, pode aprovar o acto proposto assim alterado;*
- se o Parlamento Europeu não propuser emendas, pode aprovar o acto proposto;*
- nos demais casos, adopta uma posição comum e transmite-a ao Parlamento Europeu. O Conselho informa plenamente o Parlamento Europeu das razões que o conduziram a aprovar a posição comum. A Comissão informa plenamente o Parlamento Europeu da sua posição.*

*Se, no prazo de três meses após essa comunicação, o Parlamento Europeu:*

- a) Aprovar a posição comum ou não se tiver pronunciado, considera-se que o acto em causa foi adoptado nos termos dessa posição comum;*
- b) Rejeitar a posição comum por maioria absoluta dos membros que o compõem, considera-se que o acto proposto não foi adoptado;*
- c) Propuser emendas à posição comum por maioria absoluta dos membros que o compõem, o texto assim alterado será enviado ao Conselho e à Comissão, que emitirá parecer sobre essas emendas.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no quadro da Parte I da Constituição e, por conseguinte, não é aqui tratado.

<sup>2</sup> Este artigo deverá ser adaptado em função do artigo 250.º do Tratado CE e das recomendações do Grupo IX sobre a Simplificação e, por conseguinte, não é aqui tratado.

3. *Se, no prazo de três meses após a recepção das emendas do Parlamento Europeu, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, aprovar todas essas emendas, considera-se que o acto em causa foi adoptado sob a forma da posição comum assim alterada; todavia, o Conselho delibera por unanimidade sobre as emendas em relação às quais a Comissão tenha dado parecer negativo. Se o Conselho não aprovar todas as emendas, o Presidente do Conselho, de acordo com o Presidente do Parlamento Europeu, convoca o Comité de Conciliação no prazo de seis semanas.*
4. *O Comité de Conciliação, que reúne os membros do Conselho ou os seus representantes e igual número de representantes do Parlamento Europeu, tem por missão chegar a acordo sobre um projecto comum, por maioria qualificada dos membros do Conselho ou dos seus representantes e por maioria dos representantes do Parlamento Europeu. A Comissão participa nos trabalhos do Comité de Conciliação e toma todas as iniciativas necessárias para promover uma aproximação das posições do Parlamento Europeu e do Conselho. No cumprimento da sua missão, o Comité de Conciliação analisa a posição comum com base nas emendas propostas pelo Parlamento Europeu.*
5. *Se, no prazo de seis semanas após ter sido convocado, o Comité de Conciliação aprovar um projecto comum, o Parlamento Europeu e o Conselho disporão de um prazo de seis semanas a contar dessa aprovação para aprovar o acto em causa de acordo com o projecto comum, por maioria absoluta dos votos expressos, no caso do Parlamento Europeu, e por maioria qualificada, no caso do Conselho. Se qualquer destas Instituições não aprovar o acto proposto dentro desse prazo, considera-se que não foi adoptado.*
6. *Quando o Comité de Conciliação não aprovar um projecto comum, considera-se que o acto proposto não foi adoptado.*
7. *Os prazos de três meses e de seis semanas a que se refere o presente artigo podem ser prorrogados, respectivamente, por um mês e por duas semanas, no máximo, por iniciativa do Parlamento Europeu ou do Conselho.]*

#### Artigo 252.º <sup>1</sup>

~~Sempre que no presente Tratado se remeta para o presente artigo para a de uma acto, é aplicável o seguinte procedimento:~~

- a) ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer do Parlamento Europeu, adopta uma posição comum.~~
- b) ~~A posição comum do Conselho é transmitida ao Parlamento Europeu. O Conselho e a Comissão informam plenamente o Parlamento Europeu das razões que conduziram o Conselho a adoptar a sua posição comum, bem como da posição da Comissão.~~

---

<sup>1</sup> Artigo suprimido, ver o relatório do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação, página 16.

~~Se, no prazo de três meses após essa comunicação, o Parlamento Europeu aprovar essa posição comum ou se não se tiver pronunciado nesse prazo, o Conselho adopta definitivamente o acto em causa de acordo com a posição comum.~~

- ~~e) — O Parlamento Europeu pode, no prazo de três meses a que se refere a alínea b), por maioria absoluta dos membros que o compõem, propor alterações à posição comum do Conselho. O Parlamento Europeu pode igualmente, pela mesma maioria, rejeitar a posição comum do Conselho. O resultado das deliberações é transmitido ao Conselho e à Comissão.~~

~~— Se o Parlamento Europeu tiver rejeitado a posição comum do Conselho, este só pode deliberar em segunda leitura por unanimidade.~~

- ~~d) — A Comissão reexamina, no prazo de um mês, a proposta em que o Conselho se baseou ao adoptar a posição comum, a partir das alterações propostas pelo Parlamento Europeu.~~

~~A Comissão transmite ao Conselho, simultaneamente com a sua proposta reexaminada, as alterações do Parlamento Europeu que não tenham recebido o seu acordo, acompanhadas de um parecer sobre estas. O Conselho pode adoptar essas alterações por unanimidade.~~

- ~~e) — O Conselho, deliberando por maioria qualificada, adopta a proposta reexaminada da Comissão.~~

~~O Conselho só pode alterar a proposta reexaminada da Comissão por unanimidade.~~

- ~~f) — Nos casos referidos nas alíneas c), d) e e), o Conselho deve deliberar no prazo de três meses. Se não houver decisão nesse prazo, considera-se que a proposta da Comissão não foi adoptada.~~

- ~~g) — Os prazos referidos nas alíneas b) e f) podem ser prorrogados por comum acordo entre o Conselho e o Parlamento Europeu, por um mês, no máximo.~~

#### ~~Artigo 253.º<sup>1</sup>~~

~~Os regulamentos, directivas e decisões adoptados em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, e esses mesmos actos adoptados pelo Conselho e pela Comissão serão fundamentados e referir-se-ão às propostas ou pareceres obrigatoriamente obtidos por força do presente Tratado.~~

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Princípios comuns aos actos da União" do Título V da Parte I (artigo 32.º CONV 571/03).

## Artigo 254.º<sup>1</sup>

~~1. — Os regulamentos, directivas e decisões adoptados de acordo com o procedimento a que se refere o artigo 251.º são assinados pelo Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente do Conselho e publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*, entrando em vigor na data por eles fixada ou, na falta desta, no vigésimo dia seguinte ao da publicação.~~

~~2. — Os regulamentos do Conselho e da Comissão, assim como as directivas destas Instituições dirigidas a todos os Estados-Membros, são publicados no *Jornal Oficial da União Europeia* e entram em vigor na data por eles fixada ou, na falta desta, no vigésimo dia subsequente ao da publicação.~~

~~3. — As outras directivas, bem como as decisões, são notificadas aos respectivos destinatários produzindo efeitos mediante essa notificação.~~

## Artigo 255.º<sup>2</sup>

1. *Todos os cidadãos da União e todas as pessoas singulares ou colectivas que residam ou tenham a sua sede social num Estado-Membro têm direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, sob reserva dos princípios e condições a definir nos termos dos n.ºs 2 e 3.*

2. *Os princípios gerais e os limites que, por razões de interesse público ou privado, hão-de reger o exercício do direito de acesso aos documentos serão definidos pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.*

3. *Cada uma das citadas Instituições estabelecerá, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.*

## Artigo 256.º

Constituem título executivo as ~~decisões~~ **medidas**<sup>3</sup> do Conselho, ~~ou~~ da Comissão ou do **Banco Central Europeu**<sup>4</sup> que imponham uma obrigação pecuniária a pessoas que não sejam Estados.

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Publicação e entrada em vigor" do Título V da Parte I (artigo 33.º CONV 571/03).

<sup>2</sup> Este artigo poderá ser retomado na Parte I da Constituição (ver CONV 369/02) não sendo, por conseguinte, aqui tratado. Todavia, sugere-se que a Convenção analise a oportunidade de alargar a obrigação a que se refere o presente artigo às agências e outras entidades. Actualmente, tal obrigação está prevista em certos regulamentos relativos à criação de agências.

<sup>3</sup> O termo "decisão" é aqui utilizado na acepção geral e, por conseguinte, sugere-se que seja substituído por "medidas", a fim de se ter em conta o facto de poder abranger outros tipos de actos.

<sup>4</sup> Este aditamento permite proceder à supressão do quarto parágrafo do n.º 2 do artigo 110.º do Tratado CE, que remete para o presente artigo.

A execução é regulada pelas normas de processo civil em vigor no Estado-**Membro** em cujo território se efectuar. A fórmula executória é aposta, sem outro controlo além da verificação da autenticidade do título, pela autoridade nacional que o Governo de cada um dos Estados-Membros designará para o efeito e de que ~~dará conhecimento à~~ **informará a** Comissão e ao Tribunal de Justiça.

Após o cumprimento destas formalidades a pedido do interessado, este pode promover a execução, recorrendo directamente ao órgão competente, em conformidade com a legislação nacional.

A execução só pode ser suspensa por força de uma decisão do Tribunal de Justiça. No entanto, a fiscalização da regularidade das ~~medidas~~ **disposições** de execução é da competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

### CAPÍTULO 3

#### COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL <sup>1</sup>

##### Artigo 257.º

É instituído um Comité Económico e Social, de natureza consultiva.

O Comité é composto por representantes das diferentes componentes de carácter económico e social da sociedade civil organizada, designadamente dos produtores, agricultores, transportadores, trabalhadores, comerciantes e artífices, das profissões liberais, dos consumidores e do interesse geral.

##### Artigo 258.º

*O número de membros do Comité Económico e Social não será superior a trezentos e cinquenta.*

---

<sup>1</sup> Sugere-se que se examine a questão de saber se, de acordo com a denominação utilizada actualmente por este Comité, não deveria ser aditado o termo "europeu".

*O número de membros do Comité é estabelecido do seguinte modo:*

<i>Bélgica</i>	<i>12</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>9</i>
<i>Alemanha</i>	<i>24</i>
<i>Grécia</i>	<i>12</i>
<i>Espanha</i>	<i>21</i>
<i>França</i>	<i>24</i>
<i>Irlanda</i>	<i>9</i>
<i>Itália</i>	<i>24</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>12</i>
<i>Áustria</i>	<i>12</i>
<i>Portugal</i>	<i>12</i>
<i>Finlândia</i>	<i>9</i>
<i>Suécia</i>	<i>12</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>24</i>

Os membros do Comité não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercerão as suas funções com plena independência, no interesse geral da **Comunidade União**.

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ **aprova por maioria qualificada as medidas que fixam os subsídios dos membros do Comité.**

#### Artigo 259.º

~~1.—Os membros do Comité são nomeados por quatro anos, sob proposta dos Estados—~~  
**Membros<sup>1</sup> e podem ser reconduzidos nas suas funções.** O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ **aprova, por maioria qualificada,** a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. ~~Os membros do Comité podem ser reconduzidos nas suas funções.<sup>2</sup>~~

**2.—O Conselho consultará a deliberará após consulta à Comissão,** podendo obter o parecer das organizações europeias representativas dos diferentes sectores económicos e sociais interessados nas actividades da **Comunidade União**.

#### Artigo 260.º

O Comité designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos.

O Comité ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno.

<sup>1</sup> A referência à proposta dos Estados-Membros constitui uma duplicação relativamente à frase seguinte.

<sup>2</sup> O Grupo considera mais lógico tratar primeiro a questão da duração e da renovação do mandato e depois o processo de nomeação.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do **Parlamento Europeu**,<sup>1</sup> do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

#### Artigo 261.º

O Comité compreende secções especializadas para os principais sectores abrangidos ~~pelo presente Tratado~~ **pela Constituição**.

O funcionamento das secções especializadas exercer-se-á no âmbito das competências gerais do Comité. As secções especializadas não podem ser consultadas independentemente do Comité.

Podem, por outro lado, ser instituídos, no seio do Comité, subcomités, chamados a elaborar projectos de pareceres a submeter à consideração do Comité sobre questões ou em domínios determinados.

O regulamento interno fixará as modalidades de composição e as normas de competência das secções especializadas e dos subcomités.

#### Artigo 262.º

O Comité será obrigatoriamente consultado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, podendo **em todos os outros casos** ser consultado por estas Instituições ~~sempre que o considerem oportuno~~. O Comité pode **igualmente** tomar a iniciativa de emitir parecer, sempre que o considere oportuno.

**O Parlamento Europeu**, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

O parecer do Comité e o da secção especializada, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao **Parlamento Europeu**, ao Conselho e à Comissão.

~~O Comité pode ser consultado pelo Parlamento Europeu.~~<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Esta alteração, bem como as alterações relativas aos artigos 262.º, 264.º e 265.º, são oportunas a fim de colocar o Parlamento Europeu em pé de igualdade com o Conselho no âmbito do processo legislativo, como foi recomendado no relatório do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação, CONV 424/02, página 15.

<sup>2</sup> Esta supressão resulta das outras alterações introduzidas no presente artigo, ver nota de rodapé relativa ao artigo 260.º.



## CAPÍTULO 4

### COMITÉ DAS REGIÕES

#### Artigo 263.º

É instituído um comité de natureza consultiva, adiante designado por "Comité das Regiões", composto por representantes das autarquias regionais e locais, quer titulares de um mandato eleitoral a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.

*O número de membros do Comité das Regiões não será superior a trezentos e cinquenta.*

*O número de membros do Comité é estabelecido do seguinte modo:*

<i>Bélgica</i>	<i>12</i>
<i>Dinamarca</i>	<i>9</i>
<i>Alemanha</i>	<i>24</i>
<i>Grécia</i>	<i>12</i>
<i>Espanha</i>	<i>21</i>
<i>França</i>	<i>24</i>
<i>Irlanda</i>	<i>9</i>
<i>Itália</i>	<i>24</i>
<i>Luxemburgo</i>	<i>6</i>
<i>Países Baixos</i>	<i>12</i>
<i>Áustria</i>	<i>12</i>
<i>Portugal</i>	<i>12</i>
<i>Finlândia</i>	<i>9</i>
<i>Suécia</i>	<i>12</i>
<i>Reino Unido</i>	<i>24</i>

Os membros do Comité, bem como igual número de suplentes, são nomeados por quatro anos, ~~sob proposta dos respectivos Estados-Membros~~<sup>1</sup>. Podem ser reconduzidos nas suas funções. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, aprova, **por maioria qualificada**, a lista dos membros efectivos e suplentes estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas ~~por cada um dos respectivos Estados-Membros~~. O mandato dos membros do Comité cessa automaticamente no termo do mandato, referido no primeiro parágrafo, em virtude do qual foram propostos, sendo substituídos pelo período remanescente do mandato no Comité de acordo com o mesmo processo. Nenhum membro do Comité pode ser simultaneamente membro do Parlamento Europeu.

Os membros do Comité não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercerão as suas funções com plena independência, no interesse geral da ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>1</sup> A referência à proposta dos Estados-Membros constitui uma duplicação relativamente à frase seguinte.

## Artigo 264.º

O Comité das Regiões designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos.

O Comité ~~estabelece~~ **aprova** o seu regulamento interno.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do **Parlamento Europeu**, do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

## Artigo 265.º

O Comité das Regiões será consultado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e em todos os outros casos, nomeadamente aqueles que digam respeito à cooperação transfronteiriça, em que uma destas Instituições o considere oportuno.

O **Parlamento Europeu**, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

Sempre que o Comité Económico e Social seja consultado ao abrigo do [artigo 262.º], o Comité das Regiões será informado pelo **Parlamento Europeu**, pelo Conselho ou pela Comissão desse pedido de parecer. ~~[Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos, o Comité das Regiões pode emitir parecer a esse respeito]~~<sup>1</sup>

~~O Comité das Regiões pode ser consultado pelo Parlamento Europeu.~~<sup>2</sup>

~~Sempre que o considerar oportuno,~~ **Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos**, o Comité das Regiões pode emitir parecer por sua própria iniciativa.

O parecer do Comité, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao **Parlamento Europeu**, ao Conselho e à Comissão.

## CAPÍTULO 5

### BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

## Artigo 266.º

O Banco Europeu de Investimento goza de personalidade jurídica.

---

<sup>1</sup> É sugerida a fusão desta frase com o penúltimo parágrafo do presente artigo, tendo em conta que este último prevê que o Comité possa, em todos os casos, emitir parecer por sua própria iniciativa.

<sup>2</sup> Esta supressão resulta das outras alterações introduzidas no presente artigo, ver nota de rodapé relativa ao artigo 260.º.

Os Estados-Membros são os membros do Banco Europeu de Investimento.

Os Estatutos do Banco Europeu de Investimento constam de um Protocolo ~~anexo ao presente Tratado~~. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, a pedido do Banco Europeu de Investimento e após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, ou a pedido da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Banco Europeu de Investimento~~, pode alterar os artigos 4.º, 11.º e 12.º e o n.º 5 do artigo 18.º dos referidos Estatutos. **O Conselho delibera por unanimidade, quer a pedido do Banco Europeu de Investimento e após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão e após consulta ao Banco Europeu de Investimento. Em ambos os casos delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

#### Artigo 267.º

O Banco Europeu de Investimento tem por missão contribuir, recorrendo ao mercado de capitais e utilizando os seus próprios recursos, para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do mercado ~~comum~~ **interno** no interesse da ~~Comunidade~~ **União**. Para o efeito, o Banco facilitará, mediante a concessão de empréstimos e de garantias, sem prosseguir qualquer fim lucrativo, o financiamento dos seguintes projectos, em todos os sectores da economia:

- a) Projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;
- b) Projectos de modernização ou reconversão de empresas, ou de criação de novas actividades necessárias ao estabelecimento progressivo do mercado ~~comum~~ **interno** que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros;
- c) Projectos de interesse comum para vários Estados-Membros que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros.

No cumprimento da sua missão, o Banco facilitará o financiamento de programas de investimento em articulação com as intervenções dos fundos estruturais e dos demais instrumentos financeiros ~~comunitários~~ **da União**.

## TÍTULO II <sup>1</sup>

### DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

#### *Artigo 268.<sup>o</sup>*

*Todas as receitas e despesas da Comunidade, incluindo as relativas ao Fundo Social Europeu, devem ser objecto de previsões para cada exercício orçamental e ser inscritas no orçamento.*

*As despesas administrativas ocasionadas às Instituições pelas disposições do Tratado da União Europeia relativas à política externa e de segurança comum e à cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos <sup>3</sup> ficarão a cargo do orçamento. As despesas operacionais ocasionadas pela aplicação das referidas disposições podem, nas condições nelas referidas, ficar a cargo do orçamento.*

*As receitas e despesas previstas no orçamento devem estar equilibradas.*

#### *Artigo 269.<sup>o</sup>*

*O orçamento é integralmente financiado por recursos próprios, sem prejuízo de outras receitas.*

*O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, aprova as disposições relativas ao sistema de recursos próprios da Comunidade, cuja aprovação recomendará aos Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

#### *Artigo 270.<sup>o</sup>*

*Para assegurar a manutenção da disciplina orçamental, a Comissão não apresentará propostas de actos comunitários, não alterará as suas propostas nem aprovará medidas de execução susceptíveis de ter uma incidência sensível no orçamento, sem dar a garantia de que essas propostas ou medidas podem ser financiadas nos limites dos recursos próprios da Comunidade decorrentes das disposições estabelecidas pelo Conselho por força do artigo 269.<sup>o</sup>*

---

<sup>1</sup> Certas disposições deste título poderão ser retomadas na Parte I da Constituição, ver CONV 369/02.

<sup>2</sup> Os artigos 268.<sup>o</sup> a 273.<sup>o</sup> deverão ser analisados pela Convenção no quadro da Parte I e, por conseguinte, não são aqui tratados.

<sup>3</sup> Esta referência não está de acordo com as alterações introduzidas pelo Tratado de Amesterdão no Tratado UE, sendo o título correcto "disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal".

## *Artigo 271.º*

*Salvo disposição em contrário da regulamentação adoptada por força do [artigo 279.º], as despesas inscritas no orçamento são autorizadas para o período de um ano financeiro.*

*Os créditos que não tenham sido utilizados até ao final do ano financeiro, exceptuando os respeitantes às despesas de pessoal, podem transitar para o ano financeiro seguinte, e unicamente para esse, nas condições que serão fixadas em execução do [artigo 279.º].*

*Os créditos são especificados em capítulos, agrupando as despesas segundo a sua natureza ou destino, e subdivididos, quando necessário, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do [artigo 279.º].*

*As despesas do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão e do Tribunal de Justiça são objecto de partes separadas do orçamento, sem prejuízo de um regime especial destinado a certas despesas comuns.*

## *Artigo 272.º*

- 1. O ano financeiro tem início em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.*
- 2. Cada uma das Instituições da Comunidade elaborará, antes de 1 de Julho, uma previsão das suas despesas. A Comissão reunirá essas previsões num anteprojecto de orçamento, juntando-lhe um parecer que pode incluir previsões divergentes.*

*Este anteprojecto compreenderá uma previsão das receitas e uma previsão das despesas.*

- 3. A Comissão deve submeter à apreciação do Conselho o anteprojecto do orçamento, o mais tardar até 1 de Setembro do ano que antecede o da execução do orçamento.*

*O Conselho consultará a Comissão e, se for caso disso, as outras Instituições interessadas, sempre que pretenda afastar-se desse anteprojecto.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, elaborará o projecto de orçamento e transmiti-lo-á ao Parlamento Europeu.*

- 4. O projecto de orçamento deve ser submetido à apreciação do Parlamento Europeu o mais tardar até 5 de Outubro do ano que antecede o da execução do orçamento.*

*O Parlamento Europeu tem o direito de alterar, por maioria dos membros que o compõem, o projecto de orçamento e de propor ao Conselho, por maioria absoluta dos votos expressos, modificações ao projecto, relativas às despesas que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste.*

*Se, no prazo de quarenta e cinco dias após comunicação do projecto de orçamento, o Parlamento Europeu tiver dado a sua aprovação, o orçamento fica definitivamente aprovado. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver alterado o projecto de orçamento nem tiver proposto modificações, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado.*

*Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu tiver adoptado alterações ou proposto modificações, o projecto de orçamento, assim alterado ou incluindo as propostas de modificação, será transmitido ao Conselho.*

*5. Após discussão do projecto de orçamento com a Comissão e, se for caso disso, com as outras Instituições interessadas, o Conselho deliberará nas condições seguintes:*

- a) O Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, modificar qualquer uma das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu;*
- b) No que diz respeito às propostas de modificação:*
  - se uma modificação proposta pelo Parlamento Europeu não tiver por efeito aumentar o montante global das despesas de uma Instituição, nomeadamente porque o aumento das despesas que ela implica seria expressamente compensado por uma ou várias modificações propostas que comportassem uma correspondente diminuição das despesas, o Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, rejeitar essa proposta de modificação. Na falta de uma decisão de rejeição, a proposta de modificação será aceite;*
  - se uma modificação proposta pelo Parlamento Europeu tiver por efeito aumentar o montante global das despesas de uma Instituição, o Conselho pode, deliberando por maioria qualificada, aceitar essa proposta de modificação. Na falta de uma decisão de aceitação, a proposta de modificação será rejeitada;*
  - se, nos termos de um dos dois travessões anteriores, o Conselho tiver rejeitado uma proposta de modificação, pode, deliberando por maioria qualificada, quer manter o montante inscrito no projecto de orçamento quer fixar outro montante.*

*O projecto de orçamento será modificado em função das propostas de modificação aceites pelo Conselho.*

*Se, no prazo de quinze dias após comunicação do projecto de orçamento, o Conselho não tiver modificado nenhuma das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu e tiver aceite as propostas de modificação por ele apresentadas, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado. O Conselho informará o Parlamento Europeu de que não modificou nenhuma das alterações e de que aceitou as propostas de modificação.*

*Se, dentro do mesmo prazo, o Conselho tiver modificado uma ou várias das alterações adoptadas pelo Parlamento Europeu ou se as propostas de modificação por ele apresentadas tiverem sido rejeitadas ou modificadas, o projecto de orçamento modificado será novamente transmitido ao Parlamento Europeu. O Conselho expor-lhe-á o resultado das suas deliberações.*

6. No prazo de quinze dias após comunicação do projecto de orçamento, o Parlamento Europeu, informado sobre o seguimento dado às suas propostas de modificação, pode, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, alterar ou rejeitar as modificações introduzidas pelo Conselho às suas alterações e, conseqüentemente, aprovar o orçamento. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver deliberado, o orçamento considerar-se-á definitivamente aprovado.

7. Terminado o processo previsto no presente artigo, o Presidente do Parlamento Europeu declarará verificado que o orçamento se encontra definitivamente aprovado.

8. Todavia, o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e dois terços dos votos expressos, pode, por motivo importante, rejeitar o projecto de orçamento e solicitar que um novo projecto lhe seja submetido.

9. Para a totalidade das despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, será fixada anualmente uma taxa máxima de aumento, em relação às despesas da mesma natureza do ano financeiro em curso.

A Comissão, após consulta do Comité de Política Económica, fixará esta taxa máxima, que resulta da:

- evolução do produto nacional bruto em volume na Comunidade;
- variação média dos orçamentos dos Estados-Membros;
- e
- evolução do custo de vida durante o último ano financeiro.

A taxa máxima será comunicada, antes de 1 de Maio, a todas as Instituições da Comunidade. Estas Instituições devem respeitá-la no decurso do processo orçamental, sem prejuízo do disposto nos quarto e quinto parágrafos do presente número.

Se, para as despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, a taxa de aumento resultante do projecto de orçamento elaborado pelo Conselho for superior a metade da taxa máxima, o Parlamento Europeu, no exercício de seu direito de alterar, pode ainda aumentar o montante total das despesas referidas, até ao limite de metade da taxa máxima.

Quando o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão entenderem que as actividades das Comunidades exigem que se ultrapasse a taxa estabelecida de acordo com o processo definido no presente número, pode ser fixada uma nova taxa, por acordo entre o Conselho, deliberando por maioria qualificada, e o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos.

10. Cada Instituição exercerá os poderes que lhe são atribuídos pelo presente artigo, no respeito pelas disposições do Tratado e dos actos adoptados por força deste, nomeadamente em matéria de recursos próprios das Comunidades e de equilíbrio entre as receitas e as despesas.

### Artigo 273.º

*Se, no início de um ano financeiro, o orçamento ainda não tiver sido votado, as despesas podem ser efectuadas mensalmente, por capítulo ou segundo outra subdivisão, em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 279.º, e até ao limite de um duodécimo dos créditos abertos no orçamento do ano financeiro anterior. Esta medida não pode ter por efeito colocar à disposição da Comissão créditos superiores ao duodécimo dos previstos no projecto de orçamento em preparação.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode, desde que se respeitem as outras condições previstas no primeiro parágrafo, autorizar despesas que excedam o referido duodécimo.*

*Se esta decisão disser respeito a despesas que não sejam as que decorrem obrigatoriamente do Tratado ou dos actos adoptados por força deste, o Conselho transmiti-la-á imediatamente ao Parlamento Europeu. No prazo de trinta dias, o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, pode tomar uma decisão diferente sobre estas despesas, no que diz respeito à parte que excede o duodécimo a que se refere o primeiro parágrafo. Esta parte da decisão do Conselho fica suspensa até que o Parlamento Europeu tenha tomado a sua decisão. Se, dentro do mesmo prazo, o Parlamento Europeu não tiver tomado uma decisão diferente da decisão do Conselho, esta última considera-se definitivamente adoptada.*

*As decisões a que se referem os segundo e terceiro parágrafos devem prever as medidas necessárias, em matéria de recursos, tendo em vista a aplicação do presente artigo.*

### Artigo 274.º

A Comissão executa o orçamento nos termos ~~da regulamentação adoptada~~ **das leis/dos regulamentos aprovada(o)s** em execução do [artigo 279.º], sob sua própria responsabilidade e até ao limite das dotações concedidas, de acordo com os princípios da boa gestão financeira. Os Estados-Membros cooperarão com a Comissão a fim de assegurar que as dotações sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

A **lei/regulamento** deve prever normas específicas segundo as quais cada Instituição participa na execução das suas despesas próprias.

Dentro do orçamento e nos limites e condições fixados pela **lei/regulamento adoptada-aprovada(o)** por força do [artigo 279.º], a Comissão pode proceder a transferências de dotações, quer de capítulo para capítulo quer de subdivisão para subdivisão.

### Artigo 275.º

A Comissão apresentará todos os anos ao **Parlamento Europeu** e ao Conselho ~~e ao Parlamento Europeu~~ as contas do ano financeiro findo relativas às operações orçamentais. A Comissão comunicar-lhes-á, além disso, um balanço financeiro que descreva o activo e o passivo da **Comunidade União**.



## Artigo 276.º

1. O Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, que delibera por maioria qualificada, dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento. Para o efeito, o Parlamento Europeu examina, posteriormente ao Conselho, as contas e o balanço financeiro a que se refere o [artigo 275.º] e o relatório anual do Tribunal de Contas, acompanhado das respostas das Instituições fiscalizadas às observações do Tribunal de Contas, a declaração de fiabilidade prevista no [n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 248.º], bem como quaisquer relatórios especiais pertinentes deste Tribunal.
2. Antes de dar quitação à Comissão, ou para qualquer outro efeito relacionado com o exercício das atribuições desta Instituição em matéria de execução do orçamento, o Parlamento Europeu pode solicitar que a Comissão seja ouvida sobre a execução das despesas ou o funcionamento dos sistemas de controlo financeiro. A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, a pedido deste, todas as informações necessárias.
3. A Comissão tomará todas as medidas necessárias para dar seguimento às observações que acompanham as decisões de quitação e às demais observações do Parlamento Europeu sobre a execução das despesas, bem como aos comentários que acompanharão as recomendações de quitação aprovadas pelo Conselho.

A pedido do Parlamento Europeu ou do Conselho, a Comissão apresentará um relatório sobre as medidas tomadas em função dessas observações e comentários, e nomeadamente sobre as instruções dadas aos serviços encarregados da execução do orçamento. Esses relatórios serão igualmente enviados ao Tribunal de Contas.

## Artigo 277.º

O orçamento será elaborado ~~na unidade de conta fixada em conformidade com a regulamentação adoptada por força do artigo 279.º~~ **em euros**.

## Artigo 278.º

A Comissão, desde que informe do facto as autoridades competentes dos Estados-Membros interessados, pode transferir para a moeda de um dos Estados-Membros os haveres que detenha na moeda de outro Estado-Membro, na medida em que se torne necessário utilizar tais haveres para os fins previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**. A Comissão evitará, na medida do possível, proceder a tais transferências, caso detenha haveres disponíveis ou realizáveis nas moedas de que necessita.

A Comissão tratará com cada um dos Estados-Membros por intermédio da autoridade por este designada. Na execução das operações financeiras, a Comissão recorrerá ao Banco emissor do Estado-Membro interessado ou a qualquer outra instituição financeira por este aprovada.

## Artigo 279.º

1. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do Tribunal de Contas~~:

- a) ~~Adopta~~ **Aprova as leis financeiras/os regulamentos financeiros** <sup>1</sup> que especifiquem, nomeadamente, as modalidades relativas à elaboração e execução do orçamento e à prestação e fiscalização das contas;
- b) Determina as regras relativas à responsabilidade dos auditores financeiros, dos gestores orçamentais e dos contabilistas, assim como ao seu controlo.

**O Conselho delibera por unanimidade e**, a partir de 1 de Janeiro de 2007, ~~o Conselho delibera por maioria qualificada. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do~~ **ao Tribunal de Contas.**

2. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão ~~e após consulta ao Parlamento Europeu e parecer do Tribunal de Contas~~, **aprova, por unanimidade, as medidas que** fixam as modalidades e o processo segundo os quais as receitas orçamentais previstas no regime dos recursos próprios da ~~Comunidade~~ **União** são colocadas à disposição da Comissão, **bem como e estabelece** as medidas a aplicar para fazer face, se necessário, às necessidades de tesouraria. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Contas.**

## Artigo 280.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros combaterão as fraudes e quaisquer outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade~~ **União**, por meio de medidas a tomar ao abrigo do presente artigo, que tenham um efeito dissuasor e proporcionem uma protecção efectiva nos Estados-Membros.

2. Para combater as fraudes lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade~~ **União**, os Estados-Membros tomarão ~~medidas~~ **disposições** análogas às que tomarem para combater as fraudes lesivas dos seus próprios interesses financeiros.

3. Sem prejuízo de outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, os Estados-Membros coordenarão as respectivas acções no sentido de defender os interesses financeiros da ~~Comunidade~~ **União** contra a fraude. Para o efeito, organizarão, em conjunto com a Comissão, uma colaboração estreita e regular entre as autoridades competentes.

---

<sup>1</sup> Dado que, de acordo com o projecto de artigos do Título V "Exercício das competências da União" da Parte I (artigos 25.º e 26.º, doc. CONV 571/03), o Conselho pode aprovar quer leis quer regulamentos, seria necessário que a Convenção identificasse os casos em que, no domínio abrangido por este artigo, o Conselho pode aprovar um ou outro tipo de acto ou os dois tipos de actos (ver explicação no Anexo II ao presente relatório).

4. **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, deliberando nos termos de de acordo com o processo artigo 251.º e após consulta ao Tribunal de Contas legislativo, adoptará** as medidas necessárias nos domínios da prevenção e combate das fraudes lesivas dos interesses financeiros da ~~Comunidade União~~, tendo em vista proporcionar uma protecção efectiva e equivalente nos Estados-Membros. **O Parlamento Europeu e o Conselho deliberam após consulta ao Tribunal de Contas.** Estas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

5. A Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, apresentará anualmente ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre as medidas ~~tomadas e disposições~~ **aprovadas** em aplicação do presente artigo.

## PARTE VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

#### ~~Artigo 281.º~~<sup>1</sup>

~~A Comunidade tem personalidade jurídica.~~

#### Artigo 282.º

Em cada um dos Estados-Membros a ~~Comunidade~~ **União** goza da mais ampla capacidade jurídica reconhecida às pessoas colectivas pelas legislações nacionais, podendo, designadamente, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis e estar em juízo. Para o efeito, é representada pela Comissão.

#### Artigo 283.º

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, estabelecerá, sob proposta da Comissão e após consulta das outras Instituições interessadas,~~ **aprova, por maioria qualificada,** o Estatuto dos Funcionários ~~das Comunidades Europeias da União~~ e o regime aplicável aos outros agentes ~~destas Comunidades da União.~~ **O Conselho delibera após consulta às outras Instituições interessadas.**

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo “Personalidade jurídica” do Título I da Parte I (artigo 4.º CONV 528/03).

## Artigo 284.º

Para o desempenho das funções que lhe são confiadas, a Comissão pode recolher todas as informações e proceder a todas as verificações necessárias, dentro dos limites e condições fixados pelo Conselho, nos termos ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

## Artigo 285.º

1. Sem prejuízo do artigo 5.º do Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, **o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, deliberando nos termos do, de acordo com o processo artigo 251.º, adoptará legislativo, medidas relativas destinadas** à elaboração de estatísticas, sempre que necessário para a realização das actividades da ~~Comunidade~~ **União**.

2. A elaboração das estatísticas far-se-á no respeito pela imparcialidade, fiabilidade, objectividade, isenção científica, eficácia em relação aos custos e pelo segredo estatístico, não devendo acarretar encargos excessivos para os agentes económicos.

## Artigo 286.º <sup>1</sup>

1. ~~A partir de 1 de Janeiro de 1999, os~~ **Os** actos ~~comunitários da União~~ relativos à protecção das pessoas singulares em matéria de tratamento de dados de carácter pessoal e de livre circulação desses dados serão aplicáveis às Instituições e órgãos instituídos ~~pelo presente Tratado pela~~ **Constituição**, ou com base ~~nele nela~~.

2. ~~Antes da data prevista no n.º 1,~~ **O Parlamento Europeu e o Conselho aprovam deliberando nos termos do, de acordo com o processo artigo 251.º, criará legislativo, medidas que criam um** órgão independente de supervisão, incumbido de fiscalizar a aplicação dos ~~actos~~ **actos** ~~comunitários referidos no n.º 1~~ às Instituições e órgãos da ~~Comunidade União~~, ~~e adoptará bem~~ **como** as demais ~~disposições medidas~~ que se afigurem adequadas.

---

<sup>1</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, o desaparecimento dos pilares poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação desta disposição às matérias actualmente abrangidas pelos Segundo e Terceiro Pilares.

## Artigo 287.º <sup>1</sup>

Os membros das Instituições da ~~Comunidade~~ **União**, os membros dos Comitês, bem como os funcionários e agentes da ~~Comunidade~~ **União** são obrigados, mesmo após a cessação das suas funções, a não divulgar as informações que, por sua natureza, estejam abrangidas pelo segredo profissional, designadamente as respeitantes às empresas e respectivas relações comerciais ou elementos dos seus preços de custo.

## Artigo 288.º

A responsabilidade contratual da ~~Comunidade~~ **União** é regulada pela lei aplicável ao contrato em causa.

Em matéria de responsabilidade extracontratual, a ~~Comunidade~~ **União** <sup>2</sup> deve indemnizar, de acordo com os princípios gerais comuns aos direitos dos Estados-Membros, os danos causados pelas suas Instituições ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.

O parágrafo anterior aplica-se nas mesmas condições aos danos causados pelo Banco Central Europeu ou pelos seus agentes no exercício das suas funções.

A responsabilidade pessoal dos agentes perante a ~~Comunidade~~ **União** é regulada pelas disposições do respectivo Estatuto ou do regime que lhes é aplicável.

## Artigo 289.º

A sede das Instituições da ~~Comunidade~~ **União** será fixada, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros.

## Artigo 290.º

Sem prejuízo ~~das disposições previstas no do~~ Estatuto do Tribunal de Justiça, **o Conselho aprova por unanimidade as medidas que fixam** o regime linguístico das Instituições da ~~Comunidade~~ **União é fixado pelo Conselho, deliberando por unanimidade.**

---

<sup>1</sup> Poderia questionar-se a oportunidade de alargar a obrigação referida no presente artigo às agências e outras entidades, tendo igualmente em conta a eventual extensão da obrigação prevista no artigo 255.º do Tratado CE.

<sup>2</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, a substituição da palavra "Comunidade" por "União" poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação deste artigo (responsabilidade extracontratual) às matérias actualmente abrangidas pelo Segundo e pelo Terceiro Pilares.

## Artigo 291.º

A ~~Comunidade~~ **União** goza, no território dos Estados-Membros, dos privilégios e imunidades necessários ao cumprimento da sua missão, nas condições definidas no Protocolo de 8 de Abril de 1965 relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias <sup>1</sup>. O mesmo regime é aplicável ao Banco Central Europeu, ~~ao Instituto Monetário Europeu~~ e ao Banco Europeu de Investimento.

## Artigo 292.º <sup>2</sup>

Os Estados-Membros comprometem-se a não submeter qualquer diferendo relativo à interpretação ou aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** a um modo de resolução diverso dos que ~~nele~~ **nela** estão previstos.

## [Artigo 293.º <sup>3</sup>

Os Estados-Membros entabularão entre si, sempre que necessário, negociações destinadas a garantir, em benefício dos seus nacionais:

- a protecção das pessoas, bem como o gozo e a protecção dos direitos, nas mesmas condições que as concedidas por cada Estado aos seus próprios nacionais;
- a eliminação da dupla tributação na Comunidade;
- o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 48.º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes;
- a simplificação das formalidades a que se encontram subordinados o reconhecimento e a execução recíprocos tanto das decisões judiciais como das decisões arbitrais.]

## Artigo 294.º <sup>4</sup>

Os Estados-Membros concederão aos nacionais dos outros Estados-Membros o mesmo tratamento que aos seus próprios nacionais, no que diz respeito à participação financeira daqueles no capital das sociedades, na acepção do [artigo 48.º], sem prejuízo da aplicação das outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

---

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé relativa ao artigo 247.º (alteração da denominação do Protocolo).

<sup>2</sup> Note-se que, salvo disposições especiais, o desaparecimento dos pilares poderá implicar um alargamento do âmbito de aplicação desta disposição às matérias actualmente abrangidas pelo Segundo e pelo Terceiro Pilares.

<sup>3</sup> Tendo em conta as recomendações do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação e do Grupo de Trabalho X sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça relativas à supressão do instrumento da convenção, sugere-se que a Convenção analise o que pretende fazer com este artigo.

<sup>4</sup> Esta disposição diz respeito à liberdade de estabelecimento e à livre circulação de capitais. Sugere-se que essa disposição seja transferida para o título ou capítulo consagrado a essas liberdades no mercado interno.

## Artigo 295.º

~~O presente Tratado~~ **A Constituição** em nada prejudica o regime da propriedade nos Estados-Membros.

## Artigo 296.º <sup>1</sup>

1. ~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não prejudicam a aplicação das seguintes regras:

- a) Nenhum Estado-Membro é obrigado a fornecer informações cuja divulgação considere contrária aos interesses essenciais da sua própria segurança.
- b) Qualquer Estado-Membro pode tomar as ~~medidas~~ **disposições** que considere necessárias à protecção dos interesses essenciais da sua segurança e que estejam relacionadas com a produção ou o comércio de armas, munições e material de guerra; tais ~~medidas~~ **disposições** não devem alterar as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno** no que diz respeito aos produtos não destinados a fins especificamente militares.

2. O Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, sob proposta da Comissão, pode introduzir, **por unanimidade**, modificações ~~nesta na~~ **na** lista, ~~que foi fixada em 15 de Abril de 1958, dos que~~ **enumera os** produtos aos quais se aplicam as disposições da alínea b) do n.º 1.

## Artigo 297.º

Os Estados-Membros procederão a consultas recíprocas tendo em vista estabelecer de comum acordo as providências necessárias para evitar que o funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno** seja afectado pelas ~~medidas~~ **disposições** que qualquer Estado-Membro possa ser levado a tomar em caso de graves perturbações internas que afectem a ordem pública, em caso de guerra ou de tensão internacional grave que constitua ameaça de guerra, ou para fazer face a compromissos assumidos por esse Estado para a manutenção da paz e da segurança internacional.

## Artigo 298.º

Se as ~~medidas~~ **disposições** tomadas nos casos previstos nos artigos [296.º e 297.º] tiverem por efeito falsear as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, a Comissão analisará com o Estado interessado as condições em que tais ~~medidas~~ **disposições** podem ser adaptadas às disposições constantes ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

---

<sup>1</sup> Este artigo poderia ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas à defesa comum.

Em derrogação do processo previsto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerarem que outro Estado-Membro está a fazer utilização abusiva das faculdades previstas nos [artigos 296.º e 297.º]. O Tribunal de Justiça decide à porta fechada.

#### Artigo 299.º

1. ~~O presente Tratado~~ **A Constituição**<sup>1</sup> é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte<sup>2</sup>.

2. ~~O disposto no presente Tratado~~ **A Constituição** é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias.

Todavia, tendo em conta a situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará~~ **aprovará, por maioria qualificada**, medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação ~~do presente Tratado da Constituição~~ a essas regiões, incluindo as políticas comuns. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Conselho, ao ~~adoptar~~ **aprovar** as medidas pertinentes a que se refere o parágrafo anterior, terá em consideração domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da ~~Comunidade~~ **União**.

O Conselho ~~adoptará~~ **aprovará** as medidas a que se refere o segundo parágrafo tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas, sem pôr em causa a integridade e a coerência do ordenamento jurídico ~~comunitário~~ **da União**, incluindo o mercado interno e as políticas comuns.

3. O regime especial de associação definido na [Parte IV] ~~do presente Tratado da Constituição~~ é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II] ~~deste Tratado~~.

<sup>1</sup> Note-se que o artigo 299.º se aplica unicamente ao TCE e que a substituição da palavra "Tratado" por "Constituição" levanta a questão do âmbito de aplicação territorial da Constituição.

<sup>2</sup> Este número deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.



~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na lista referida no parágrafo anterior **constante do Anexo II.**

4. ~~As disposições do presente Tratado são aplicáveis~~ **A Constituição é aplicável** aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.

5. ~~As disposições do presente Tratado são aplicáveis~~ **A Constituição é aplicável** às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.

6. Em derrogação do disposto nos números anteriores:

a) ~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável às ilhas Faroé;

b) ~~O presente Tratado~~ **A Constituição** não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;

c) ~~As disposições do presente Tratado só são aplicáveis~~ **A Constituição só é aplicável** às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

**[Inserir aqui as disposições relativas aos PTU]<sup>1</sup>**

*Artigo 300.º<sup>2</sup>*

*1. Nos casos em que as disposições do presente Tratado prevêem a celebração de acordos entre a Comunidade e um ou mais Estados ou organizações internacionais, a Comissão apresenta recomendações ao Conselho, que a autoriza a dar início às negociações necessárias. Essas negociações são conduzidas pela Comissão em consulta com comités especiais designados pelo Conselho para assistirem nessa tarefa e no âmbito das directrizes que o Conselho lhe pode endereçar.*

*No exercício das competências que lhe são atribuídas no presente número, o Conselho delibera por maioria qualificada, excepto nos casos em que o primeiro parágrafo do n.º 2 dispõe que o Conselho delibera por unanimidade.*

---

<sup>1</sup> Como sugerido na nota relativa à Parte IV (artigos 182.º – 188.º do Tratado CE), as disposições relativas aos países e territórios ultramarinos poderiam ser aqui inseridas.

<sup>2</sup> Este artigo ainda deverá ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado.

2. *Sem prejuízo das competências reconhecidas à Comissão nesta matéria, a assinatura, que poderá ser acompanhada de uma decisão de aplicação provisória antes da entrada em vigor, bem como a celebração dos acordos, são decididas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão. O Conselho delibera por unanimidade sempre que o acordo seja relativo a um domínio no qual seja exigida a unanimidade para a de normas internas, bem como no caso dos acordos a que se refere o artigo 310.º.*

*Em derrogação das regras constantes do n.º 3, é aplicável o mesmo processo para decidir da suspensão da aplicação de um acordo, bem como para definir as posições a tomar em nome da Comunidade numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a aprovar decisões que produzam efeitos jurídicos, com excepção das decisões que completem ou alterem o quadro institucional do acordo.*

*O Parlamento Europeu será imediata e plenamente informado de qualquer decisão tomada ao abrigo do presente número que diga respeito à aplicação provisória ou à suspensão de acordos, ou ainda à definição da posição da Comunidade numa instância criada por um acordo.*

3. *O Conselho celebra os acordos após consulta do Parlamento Europeu, excepto nos casos previstos no n.º 3 do artigo 133.º, inclusivamente quando o acordo seja relativo a um domínio para o qual se exija o procedimento previsto no artigo 251.º ou no artigo 252.º para a aprovação de normas internas. O Parlamento Europeu dará o seu parecer num prazo que o Conselho pode fixar em função da urgência da questão. Na falta de parecer nesse prazo, o Conselho pode deliberar.*

*Em derrogação do disposto no parágrafo anterior, serão celebrados após parecer favorável do Parlamento Europeu os acordos a que se refere o artigo 310.º, bem como os demais acordos que criem um quadro institucional específico mediante a organização de processos de cooperação, os acordos com consequências orçamentais significativas para a Comunidade e os acordos que impliquem a alteração de um acto adoptado segundo o procedimento previsto no artigo 251.º.*

*O Conselho e o Parlamento Europeu podem, em caso de urgência, fixar um prazo para o parecer favorável.*

4. *Ao celebrar um acordo, o Conselho pode, em derrogação do disposto no n.º 2, conferir poderes à Comissão para aprovar, em nome da Comunidade, as adaptações cuja aprovação se encontre prevista nesse acordo por um processo simplificado ou por um órgão criado pelo acordo, acompanhando eventualmente esses poderes de condições específicas.*

5. *Sempre que o Conselho preveja celebrar um acordo que implique alterações ao presente Tratado, estas devem ser previamente adoptadas segundo o procedimento previsto no artigo 48.º do Tratado da União Europeia.*

6. *O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão ou qualquer Estado-Membro podem obter previamente o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um projecto de acordo com as disposições do presente Tratado. Um acordo que tenha sido objecto de parecer negativo do Tribunal de Justiça só pode entrar em vigor nas condições previstas no artigo 48.º do Tratado da União Europeia.*

7. Os acordos celebrados nas condições definidas no presente artigo são vinculativos para as Instituições da Comunidade e para os Estados-Membros.

*Artigo 301.º<sup>1</sup>*

*Sempre que uma posição comum ou uma acção comum adoptada nos termos das disposições do Tratado da União Europeia relativas à política externa e de segurança comum prevejam uma acção da Comunidade para interromper ou reduzir, total ou parcialmente, as relações económicas com um ou mais países<sup>2</sup> terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, toma as medidas urgentes necessárias.*

*Artigo 302.º<sup>3</sup>*

*Cabe à Comissão assegurar todas as ligações úteis com os órgãos das Nações Unidas e das suas agências especializadas.*

*A Comissão assegurará, além disso, com todas as organizações internacionais, as ligações que considere oportunas.*

*Artigo 303.º*

*A Comunidade estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com o Conselho da Europa.*

*Artigo 304.º*

*A Comunidade estabelecerá com a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Económico uma estreita colaboração, cujas modalidades serão fixadas de comum acordo.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado. Todavia, sugere-se que se analise a pertinência de o fundir com o actual artigo 60.º do Tratado CE.

<sup>2</sup> Esta restrição aos "países" impede actualmente a utilização deste artigo para fins de sanções contra indivíduos ou entidades não estatais. Ver nota de rodapé relativa ao artigo 60.º para mais pormenores e sugestões sobre esta questão.

<sup>3</sup> Os artigos 302.º a 304.º deverão ainda ser analisados pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não são aqui abordados.

## Artigo 305.º<sup>1</sup>

1. ~~As disposições do presente Tratado não alteram as do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, designadamente no que diz respeito aos direitos e obrigações dos Estados-Membros, aos poderes das Instituições dessa Comunidade e às regras fixadas por esse Tratado para o funcionamento do mercado comum do carvão e do aço.~~

2. ~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não **prejudicam** ~~as do~~ Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

## Artigo 306.º

~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não **constituem** obstáculo à existência e aperfeiçoamento das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam atingidos pela aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.

## Artigo 307.º

~~As disposições do presente Tratado~~ **A Constituição** não **prejudicam** os direitos e obrigações decorrentes de convenções concluídas antes de 1 de Janeiro de 1958 ou, em relação aos Estados que aderem à ~~Comunidade~~ **União**, anteriormente à data da respectiva adesão, entre um ou mais Estados-Membros, por um lado, e um ou mais Estados terceiros, por outro.

Na medida em que tais convenções não sejam compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**, o Estado ou os Estados-Membros em causa recorrerão a todos os meios adequados para eliminar as incompatibilidades verificadas. Caso seja necessário, os Estados-Membros auxiliar-se-ão mutuamente para atingir essa finalidade, adoptando, se for caso disso, uma atitude comum.

Ao aplicar as convenções referidas no primeiro parágrafo, os Estados-Membros terão em conta o facto de que as vantagens concedidas ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** por cada um dos Estados-Membros fazem parte integrante ~~do estabelecimento da Comunidade~~, **da União**, estando, por conseguinte, inseparavelmente ligadas à criação de instituições comuns, à atribuição de competências ~~em~~ a seu favor e à concessão das mesmas vantagens por todos os outros Estados-Membros.

---

<sup>1</sup> Este artigo poderá voltar a ser analisado em função do tratamento da questão relativa ao Tratado EURATOM.

## Artigo 308.<sup>o</sup> <sup>1</sup>

~~Se uma acção da Comunidade for considerada necessária para atingir, no curso de funcionamento do mercado comum, um dos objectivos da Comunidade, sem que o presente Tratado tenha previsto os poderes de acção necessários para o efeito, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, adoptará as disposições adequadas.~~

## Artigo 309.<sup>o</sup> <sup>2</sup>

*1. Se for decidida a suspensão do direito de voto do representante do Governo de um Estado-Membro, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Tratado da União Europeia, esse direito será igualmente suspenso no que se refere ao presente Tratado.*

*2. Além disso, sempre que tenha sido verificada, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Tratado da União Europeia, a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º desse Tratado, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação do presente Tratado a esse Estado-Membro. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão nos direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.*

*O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado.*

*3. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente decidir alterar ou revogar as medidas tomadas ao abrigo do n.º 2, se se alterar a situação que motivou a imposição dessas medidas.*

*4. Para a aprovação das decisões previstas nos n.ºs 2 e 3, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do representante do Governo do Estado-Membro em questão. Em derrogação do n.º 2 do artigo 205.º, a maioria qualificada é definida de acordo com a mesma proporção dos votos ponderados dos membros do Conselho em causa fixada no n.º 2 do artigo 205.º.*

*O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 1. Nestes casos, as decisões que requeiram unanimidade serão tomadas sem o voto do representante do Governo do Estado-Membro em questão.*

---

<sup>1</sup> Este artigo é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "cláusula de flexibilidade" do Título III da Parte I (artigo 16.º CONV 528/03).

<sup>2</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no quadro da Parte I e, por conseguinte, não é aqui tratado.

### *Artigo 310.º<sup>1</sup>*

*A Comunidade pode celebrar com um ou mais Estados ou organizações internacionais acordos que criem uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções comuns e procedimentos especiais.*

### *Artigo 311.º<sup>2</sup>*

*Os Protocolos que, de comum acordo entre os Estados-Membros, forem anexados ao presente Tratado, fazem dele parte integrante.*

### *Artigo 312.º*

*O presente Tratado tem vigência ilimitada.*

## DISPOSIÇÕES FINAIS

### *Artigo 313.º*

*O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes em conformidade com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do governo da República Italiana.*

*O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que tiver procedido a esta formalidade em último lugar. Todavia, se esse depósito se efectuar menos de quinze dias antes do início do mês seguinte, a entrada em vigor do Tratado será adiada para o primeiro dia do segundo mês seguinte à data desse depósito.*

### *Artigo 314.º*

*O Presente Tratado, redigido num único exemplar, em língua alemã, francesa, italiana e neerlandesa, fazendo fé qualquer dos quatro textos, será depositado nos Arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos Governos dos outros Estados signatários.*

---

<sup>1</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas às relações externas, pelo que não é aqui abordado.

<sup>2</sup> Os artigos 311.º a 314.º deverão ser retomados na Parte III (ver CONV 369/02) e, por conseguinte, não são aqui tratados.

*Por força dos Tratados de Adesão, fazem igualmente fé as versões do presente Tratado nas línguas dinamarquesa, espanhola, finlandesa, grega, inglesa, irlandesa, portuguesa e sueca.*

*EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Tratado.*

*Feito em Roma, aos vinte e cinco de Março de mil novecentos e cinquenta e sete.*

---

**Parte B**

**Disposições do Tratado da União Europeia  
(Tratado UE)**



## Índice

Página

TÍTULO I	Disposições comuns	143
TÍTULO II	<del>Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia</del>	146
TÍTULO III	<del>Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço</del>	147
TÍTULO IV	<del>Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica</del>	147
TÍTULO V	Disposições relativas à política externa e de segurança comum	147
TÍTULO VI	Disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal	158
TÍTULO VII	Disposições relativas à cooperação reforçada	166
TÍTULO VIII	Disposições finais	168

\* \* \*

## TÍTULO I

### DISPOSIÇÕES COMUNS

#### Artigo 1.º<sup>1</sup>

~~Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma UNIÃO EUROPEIA, adiante designada por "União".~~

~~O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos.~~

~~A União funda-se nas Comunidades Europeias, completadas pelas políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado. A União tem por missão organizar de forma coerente e solidária as relações entre os Estados-Membros e entre os respectivos povos.~~

#### Artigo 2.º

~~A União atribui-se os seguintes objectivos:~~

- ~~— a promoção do progresso económico e social e de um elevado nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante a criação de um espaço sem fronteiras internas, o reforço da coesão económica e social e o estabelecimento de uma união económica e monetária, que incluirá, a prazo, a adopção de uma moeda única, de acordo com as disposições do presente Tratado;~~
- ~~— a afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum, nos termos do disposto no artigo 17.º;~~
- ~~— o reforço da defesa dos direitos e dos interesses dos nacionais dos seus Estados-Membros, mediante a instituição de uma cidadania da União;~~
- ~~— a manutenção e o desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, bem como de prevenção e combate à criminalidade;~~

---

<sup>1</sup> Os artigos 1.º e 2.º são suprimidos e substituídos por projectos de artigos (estabelecimento, valores e objectivos da União) da Parte I (artigos 1.º, 2.º e 3.º – CONV 528/03).

~~— a manutenção da integralidade do acervo comunitário e o seu desenvolvimento, a fim de analisar em que medida pode ser necessário rever as políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado, com o objectivo de garantir a eficácia dos mecanismos e das Instituições da Comunidade.~~

~~Os objectivos da União serão alcançados de acordo com as disposições do presente Tratado e nas condições e segundo o calendário nele previstos, respeitando o princípio da subsidiariedade, tal como definido no artigo 5.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.~~

### *Artigo 3.º*

*A União dispõe de um quadro institucional único, que assegura a coerência e a continuidade das acções empreendidas para atingir os seus objectivos, respeitando e desenvolvendo simultaneamente o acervo comunitário.*<sup>1</sup>

*A União assegurará, em especial, a coerência do conjunto da sua acção externa no âmbito das políticas que adoptar em matéria de relações externas, de segurança, de economia e de desenvolvimento. Cabe ao Conselho e à Comissão a responsabilidade de assegurar essa coerência, cooperando para o efeito. O Conselho e a Comissão assegurarão a execução dessas políticas de acordo com as respectivas competências.*<sup>2</sup>

### *Artigo 4.º<sup>3</sup>*

*O Conselho Europeu dará à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e definirá as respectivas orientações políticas gerais.*

*O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como o Presidente da Comissão. São assistidos pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros e por um membro da Comissão. O Conselho Europeu reúne-se pelo menos duas vezes por ano, sob a presidência do Chefe de Estado ou de Governo do Estado-Membro que exercer a presidência do Conselho.*

*O Conselho Europeu apresentará ao Parlamento Europeu um relatório na sequência de cada uma das suas reuniões, bem como um relatório escrito anual sobre os progressos realizados pela União.*

<sup>1</sup> Este ponto será contemplado no Título IV (Instituições) da Parte I.

<sup>2</sup> Este ponto deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas", pelo que não é aqui abordado.

<sup>3</sup> Os artigos 4.º e 5.º serão contemplados no Título IV (Instituições) da Parte I.

## *Artigo 5.º*

*O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas exercem as suas competências nas condições e de acordo com os objectivos previstos, por um lado, nas disposições dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e nos Tratados e actos subsequentes que os alteraram ou completaram e, por outro, nas demais disposições do presente Tratado.*

## *Artigo 6.º<sup>1</sup>*

~~1.— A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros.~~

~~2.— A União respeitará os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, assinada em Roma em 4 de Novembro de 1950, e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, enquanto princípios gerais do direito comunitário.~~

~~3.— A União respeitará as identidades nacionais dos Estados-Membros.~~

4. [A União dotar-se-á dos meios necessários para atingir os seus objectivos e realizar com êxito as suas políticas.]<sup>2</sup>

## *Artigo 7.º<sup>3</sup>*

*1. Sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º por parte de um Estado-Membro e dirigir-lhe recomendações apropriadas. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode, deliberando segundo o mesmo processo, pedir a personalidades independentes que lhe apresentem num prazo razoável um relatório sobre a situação nesse Estado-Membro.*

*O Conselho verificará regularmente se continuam válidos os motivos que conduziram a essa constatação.*

---

<sup>1</sup> O n.º 1 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "valores", da Parte I (artigo 2.º do CONV 528/03); o n.º 2 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "direitos fundamentais", da Parte I (n.º 3 do artigo 5.º do CONV 528/03); o n.º 3 é suprimido e substituído pelo projecto de artigo "estabelecimento da União", da Parte I (n.º 2 do artigo 1.º do CONV 528/03).

<sup>2</sup> Sugere-se que este número seja afinal contemplado na Parte I, pelo que poderia ser suprimido.

<sup>3</sup> Este artigo deverá ser analisado pela Convenção no âmbito da Parte I, pelo que não é aqui tratado.

2. O Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo e deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados-Membros ou da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, de algum dos princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º, após ter convidado o Governo desse Estado-Membro a apresentar as suas observações sobre a questão.

3. Se tiver sido verificada a existência da violação a que se refere o n.º 2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação do presente Tratado ao Estado-Membro em causa, incluindo o direito de voto do representante do Governo desse Estado-Membro no Conselho. Ao fazê-lo, o Conselho terá em conta as eventuais consequências dessa suspensão nos direitos e obrigações das pessoas singulares e colectivas.

O Estado-Membro em questão continuará, de qualquer modo, vinculado às obrigações que lhe incumbem por força do presente Tratado.

4. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode posteriormente decidir alterar ou revogar as medidas tomadas ao abrigo do n.º 3, se se alterar a situação que motivou a imposição dessas medidas.

5. Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera sem tomar em consideração os votos do representante do Governo do Estado-Membro em questão. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção das decisões a que se refere o n.º 2. A maioria qualificada é definida de acordo com a proporção dos votos ponderados dos membros do Conselho em causa fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

O presente número é igualmente aplicável em caso de suspensão do direito de voto nos termos do n.º 3.

6. Para efeitos dos n.ºs 1 e 2, o Parlamento Europeu delibera por maioria de dois terços dos votos expressos que represente a maioria dos membros que o compõem.

## TÍTULO II

### ~~DISPOSIÇÕES QUE ALTERAM O TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA TENDO EM VISTA A INSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA~~

~~Artigo 8.º  
(não reproduzido)~~

### TÍTULO III

#### ~~DISPOSIÇÕES QUE ALTERAM O TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO DO AÇO~~

~~Artigo 9.º  
(não reproduzido)~~

### TÍTULO IV

#### ~~DISPOSIÇÕES QUE ALTERAM O TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE EUROPEIA DA ENERGIA ATÓMICA~~

~~Artigo 10.º  
(não reproduzido)~~

### TÍTULO V<sup>1</sup>

#### *DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM*

*Artigo 11.º*

*1. A União definirá e executará uma política externa e de segurança comum extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança, que terá por objectivos:*

- a salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais, da independência e da integridade da União, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas;*
- o reforço da segurança da União, sob todas as formas;*
- a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, com os princípios da Acta Final de Helsínquia e com os objectivos da Carta de Paris, incluindo os respeitantes às fronteiras externas;*
- o fomento da cooperação internacional;*

---

<sup>1</sup> Este título voltará a ser analisado pela Convenção, pelo que não é aqui abordado.  
*Relatório consolidado do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 – Volume II – Parte B (Tratado CE)*

- *o desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.*

*2. Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.*

*Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Os Estados-Membros abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais.*

*O Conselho assegura a observância destes princípios.*

#### *Artigo 12.º*

*A União prosseguirá os objectivos enunciados no artigo 11.º:*

- *definindo os princípios e as orientações gerais da política externa e de segurança comum;*
- *decidindo sobre as estratégias comuns;*
- *adoptando acções comuns;*
- *adoptando posições comuns;*
- *reforçando a cooperação sistemática entre os Estados-Membros na condução da política.*

#### *Artigo 13.º*

*1. O Conselho Europeu definirá os princípios e as orientações gerais da política externa e de segurança comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa.*

*2. O Conselho Europeu decidirá sobre as estratégias comuns a executar pela União nos domínios em que os Estados-Membros tenham importantes interesses em comum.*

*As estratégias comuns especificarão os respectivos objectivos e duração, bem como os meios a facultar pela União e pelos Estados-Membros.*

*3. O Conselho tomará as decisões necessárias para a definição e execução da política externa e de segurança comum, com base nas orientações gerais definidas pelo Conselho Europeu.*

*O Conselho recomendará ao Conselho Europeu estratégias comuns e executá-las-á designadamente mediante a adopção de acções comuns e de posições comuns.*

*O Conselho assegura a unidade, coerência e eficácia da acção da União.*

#### *Artigo 14.º*

*1. O Conselho adoptará acções comuns. As acções comuns incidirão sobre situações específicas em que se considere necessária uma acção operacional por parte da União. As acções comuns definirão os respectivos objectivos e âmbito, os meios a pôr à disposição da União e condições de execução respectivas e, se necessário, a sua duração.*

*2. Se se verificar alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto de uma acção comum, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e adoptará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a acção comum.*

*3. As acções comuns vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.*

*4. O Conselho pode solicitar à Comissão que lhe apresente propostas adequadas em matéria de política externa e de segurança comum para assegurar a execução de uma acção comum.*

*5. Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução de uma acção comum será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.*

*6. Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na falta de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da acção comum. Os Estados-Membros que tomarem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.*

*7. Em caso de dificuldades importantes na execução de uma acção comum, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção comum, nem prejudicar a eficácia desta.*



### *Artigo 15.º*

*O Conselho adoptará posições comuns. As posições comuns definirão a abordagem global de uma questão específica de natureza geográfica ou temática pela União. Os Estados-Membros zelarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições comuns.*

### *Artigo 16.º*

*Os Estados-Membros informar-se-ão mutuamente e concertar-se-ão no âmbito do Conselho sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, de modo a garantir que a influência da União se exerça da forma mais eficaz, através da convergência das suas acções.*

### *Artigo 17.º*

*1. A política externa e de segurança comum abrange todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum, se o Conselho Europeu assim o decidir. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adoptem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

*A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito.*

*A definição gradual de uma política de defesa comum será apoiada por uma cooperação entre os Estados-Membros em matéria de armamento, na medida em que estes a considerem pertinente.*

*2. As questões a que se refere o presente artigo incluem missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz.*

*3. As decisões com repercussões no domínio da defesa a que se refere o presente artigo serão tomadas sem prejuízo das políticas e obrigações a que se refere o segundo parágrafo do n.º 1.*

*4. O disposto no presente artigo não obsta ao desenvolvimento de uma cooperação mais estreita entre dois ou mais Estados-Membros a nível bilateral, no âmbito da União da Europa Ocidental (UEO) e da NATO, na medida em que essa cooperação não contrarie nem dificulte a cooperação prevista no presente Título.*

5. *A fim de promover a realização dos objectivos definidos no presente artigo, as respectivas disposições serão revistas nos termos do artigo 48.º.*

#### *Artigo 18.º*

1. *A Presidência representará a União nas matérias do âmbito da política externa e de segurança comum.*

2. *A Presidência é responsável pela execução das decisões tomadas ao abrigo do presente Título; nessa qualidade, expressará em princípio a posição da União nas organizações internacionais e nas conferências internacionais.*

3. *A Presidência será assistida pelo Secretário-Geral do Conselho, que exercerá as funções de Alto-Representante para a política externa e de segurança comum.*

4. *A Comissão será plenamente associada às funções previstas nos n.ºs 1 e 2. No desempenho dessas funções, a Presidência será assistida, se necessário, pelo Estado-Membro que for exercer a presidência seguinte.*

5. *Sempre que o considere necessário, o Conselho pode nomear um representante especial, a quem será conferido um mandato relativo a questões políticas específicas.*

#### *Artigo 19.º*

1. *Os Estados-Membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições comuns.*

*Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições comuns.*

2. *Sem prejuízo do disposto no n.º 1 e no n.º 3 do artigo 14.º, os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam, manterão estes últimos informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum.*

*Os Estados-Membros que sejam igualmente membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas concertar-se-ão e manterão os outros Estados-Membros plenamente informados. Os Estados-Membros que são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderão, no exercício das suas funções, as posições e os interesses da União, sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas.*

#### *Artigo 20.º*

*As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da Comissão nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, concertar-se-ão no sentido de assegurar a observância e a execução das posições comuns e das acções comuns adoptadas pelo Conselho.*

*As referidas missões, delegações e representações intensificarão a sua cooperação através do intercâmbio de informações, procedendo a avaliações comuns e contribuindo para a aplicação das disposições a que se refere o artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.*

#### *Artigo 21.º*

*A Presidência consultará o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da política externa e de segurança comum e zelará por que as opiniões daquela Instituição sejam devidamente tomadas em consideração. O Parlamento Europeu será regularmente informado pela Presidência e pela Comissão sobre a evolução da política externa e de segurança da União.*

*O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados na execução da política externa e de segurança comum.*

#### *Artigo 22.º*

*1. Qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da política externa e de segurança comum e apresentar-lhe propostas.*

*2. Nos casos que exijam uma decisão rápida, a Presidência convocará, por iniciativa própria ou a pedido da Comissão ou de um Estado-Membro, uma reunião extraordinária do Conselho, no prazo de quarenta e oito horas ou, em caso de absoluta necessidade, num prazo mais curto.*

## *Artigo 23.º*

*1. As decisões ao abrigo do presente Título serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção dessas decisões.*

*Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a posição daquele. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, a decisão não será adoptada.*

*2. Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:*

- sempre que adopte acções comuns ou posições comuns ou tome qualquer outra decisão com base numa estratégia comum,*
- sempre que adopte qualquer decisão que dê execução a uma acção comum ou a uma posição comum*
- sempre que nomeie um representante especial nos termos do n.º 5 do artigo 18.º.*

*Se um membro do Conselho declarar que, por importantes e expressas razões de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.*

*Os votos dos membros do Conselho serão ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. As deliberações serão tomadas se obtiverem, pelo menos, sessenta e dois votos que expressem a votação favorável de, no mínimo, dez membros.*

*O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.*

*3. Em questões de natureza processual, o Conselho delibera por maioria dos seus membros.*

#### *Artigo 24.º*

- 1. Sempre que seja necessário celebrar um acordo com um ou mais Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente Título, o Conselho pode autorizar a Presidência, eventualmente assistida pela Comissão, a encetar negociações para esse efeito. Esses acordos serão celebrados pelo Conselho sob recomendação da Presidência.*
- 2. O Conselho delibera por unanimidade sempre que o acordo incida numa questão em relação à qual seja exigida a unanimidade para a adopção de decisões internas.*
- 3. Sempre que o acordo seja previsto para dar execução a uma acção comum ou a uma posição comum, o Conselho delibera por maioria qualificada nos termos do n.º 2 do artigo 23.º.*
- 4. O disposto no presente artigo é igualmente aplicável às matérias abrangidas pelo Título VI. Sempre que o acordo incida numa questão em relação à qual seja exigida a maioria qualificada para a adopção de decisões ou medidas internas, o Conselho delibera por maioria qualificada nos termos do n.º 3 do artigo 34.º.*
- 5. Nenhum acordo vinculará um Estado-Membro cujo representante no Conselho declare que esse acordo deve obedecer às normas constitucionais do respectivo Estado; os restantes membros do Conselho podem decidir que o acordo será contudo provisoriamente aplicável.*
- 6. Os acordos celebrados de acordo com as condições fixadas no presente artigo vinculam as Instituições da União.*

#### *Artigo 25.º*

*Sem prejuízo do disposto no artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, um Comité Político e de Segurança acompanhará a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da política externa e de segurança comum e contribuirá para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste ou por sua própria iniciativa. O Comité acompanhará igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências da Presidência e da Comissão.*

*No âmbito do presente Título, este Comité exercerá, sob a responsabilidade do Conselho, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises.*

*Sem prejuízo do disposto no artigo 47.º, para efeitos de uma operação de gestão de crises e pela duração desta, tal como determinadas pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação.*

#### *Artigo 26.º*

*O Secretário-Geral do Conselho, Alto-Representante para a política externa e de segurança comum, assistirá o Conselho nas questões do âmbito da política externa e de segurança comum, contribuindo nomeadamente para a formulação, elaboração e execução das decisões políticas e, quando necessário, actuando em nome do Conselho a pedido da Presidência, conduzindo o diálogo político com terceiros.*

#### *Artigo 27.º*

*A Comissão será plenamente associada aos trabalhos realizados no domínio da política externa e de segurança comum.*

#### *Artigo 27.º-A*

*1. As cooperações reforçadas num dos domínios referidos no presente Título destinam-se a salvaguardar os valores e servir os interesses da União no seu conjunto, afirmando a sua identidade como força coerente na cena internacional. Devem respeitar:*

- os princípios, os objectivos, as orientações gerais e a coerência da política externa e de segurança comum, bem como as decisões tomadas no quadro dessa política;*
- as competências da Comunidade Europeia;*
- a coerência entre o conjunto das políticas da União e a sua acção externa.*

*2. Salvo disposição em contrário contida no artigo 27.º-C e nos artigos 43.º a 45.º, às cooperações reforçadas previstas no presente artigo aplica-se o disposto nos artigos 11.º a 27.º e nos artigos 27.º-B a 28.º.*

#### *Artigo 27.º-B*

*As cooperações reforçadas ao abrigo do presente Título incidem na execução de uma acção comum ou de uma posição comum. Não podem incidir em questões que tenham implicações militares ou do domínio da defesa.*

#### *Artigo 27.º-C*

*Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada nos termos do artigo 27.º-B devem dirigir um pedido nesse sentido ao Conselho.*

*O pedido será enviado à Comissão e, para informação, ao Parlamento Europeu. A Comissão dará o seu parecer, nomeadamente, sobre a coerência da cooperação reforçada prevista com as políticas da União. A autorização é concedida pelo Conselho, deliberando nos termos do n.º 2, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 23.º, no respeito dos artigos 43.º a 45.º.*

#### *Artigo 27.º-D*

*Sem prejuízo das competências da Presidência e da Comissão, o Secretário-Geral do Conselho, Alto Representante para a política externa e de segurança comum, assegurará em especial que o Parlamento Europeu e todos os membros do Conselho sejam plenamente informados da execução das cooperações reforçadas instituídas no domínio da política externa e de segurança comum.*

#### *Artigo 27.º-E*

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 27.º-C notificará a sua intenção ao Conselho e informará a Comissão. A Comissão apresentará um parecer ao Conselho, no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação. No prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, o Conselho tomará uma decisão sobre a questão, bem como sobre eventuais disposições específicas que julgue necessárias. A decisão considera-se tomada, excepto se o Conselho, deliberando por maioria qualificada dentro desse prazo, decidir suspendê-la; neste caso, indicará os motivos da sua decisão e fixará um prazo para voltar a avaliá-la.*

*Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera por maioria qualificada. Esta é definida como sendo constituída pela mesma proporção dos votos ponderados e do número dos membros do Conselho em causa do que a fixada no n.º 2, terceiro parágrafo, do artigo 23.º.*

## *Artigo 28.º*

- 1. Os artigos 189.º, 190.º, 196.º a 199.º, 203.º, 204.º, 206.º a 209.º, 213.º a 219.º, 255.º e 290.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia são aplicáveis às disposições relativas aos domínios previstos no presente Título.*
- 2. As despesas administrativas em que incorram as Instituições por força das disposições relativas aos domínios previstos no presente Título ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*
- 3. As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.*

*Nos casos em que as despesas não sejam imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias, ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tiverem feito uma declaração formal nos termos do n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 23.º não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.*
- 4. O processo orçamental estabelecido no Tratado que institui a Comunidade Europeia é aplicável às despesas imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias.*



## TÍTULO VI <sup>1</sup>

### *DISPOSIÇÕES RELATIVAS À COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL*

#### *Artigo 29.º*

*Sem prejuízo das competências da Comunidade Europeia, será objectivo da União facultar aos cidadãos um elevado nível de protecção num espaço de liberdade, segurança e justiça, mediante a instituição de acções em comum entre os Estados-Membros no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal e a prevenção e combate do racismo e da xenofobia.*

*Este objectivo será atingido prevenindo e combatendo a criminalidade, organizada ou não, em especial o terrorismo, o tráfico de seres humanos e os crimes contra as crianças, o tráfico ilícito de droga e o tráfico ilícito de armas, a corrupção e a fraude, através de:*

- uma cooperação mais estreita entre forças policiais, autoridades aduaneiras e outras autoridades competentes dos Estados-Membros, tanto directamente como através do Serviço Europeu de Polícia (Europol), nos termos do disposto nos artigos 30.º e 32.º;*
- uma cooperação mais estreita entre as autoridades judiciárias e outras autoridades competentes dos Estados-Membros, inclusive por intermédio da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), nos termos do disposto nos artigos 31.º e 32.º;*
- uma aproximação, quando necessário, das disposições de direito penal dos Estados-Membros, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 31.º.*

#### *Artigo 30.º*

*1. A acção em comum no domínio da cooperação policial abrange:*

- a) A cooperação operacional entre as autoridades competentes, incluindo os serviços de polícia, das alfândegas e outros serviços especializados responsáveis pela aplicação da lei nos Estados-Membros, no domínio da prevenção e da detecção de infracções penais e das investigações nessa matéria;*

---

<sup>1</sup> Este título voltará a ser analisado pela Convenção, pelo que não é aqui abordado.

- b) *A recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações pertinentes, incluindo informações em poder de serviços responsáveis pela aplicação da lei respeitantes a transacções financeiras suspeitas, em especial através da Europol, sob reserva das disposições adequadas relativas à protecção dos dados de carácter pessoal;*
- c) *A cooperação e as iniciativas conjuntas em matéria de formação, intercâmbio de agentes de ligação, destacamentos, utilização de equipamento e investigação forense;*
- d) *A avaliação em comum de técnicas de investigação específicas relacionadas com a detecção de formas graves de criminalidade organizada.*

2. *O Conselho promoverá a cooperação através da Europol e, em especial, no prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão:*

- a) *Habilitará a Europol a facilitar e apoiar a preparação, bem como a incentivar a coordenação e execução, de acções específicas de investigação efectuadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo acções operacionais de equipas conjuntas em que participem representantes da Europol com funções de apoio;*
- b) *Adoptará medidas que permitam à Europol solicitar às autoridades competentes dos Estados-Membros que efectuem e coordenem investigações em casos concretos, bem como desenvolver conhecimentos especializados que possam ser postos à disposição dos Estados-Membros para os assistir na investigação de casos de criminalidade organizada;*
- c) *Promoverá o estabelecimento de contactos entre magistrados e investigadores especializados na luta contra a criminalidade organizada, em estreita cooperação com a Europol;*
- d) *Criará uma rede de investigação, documentação e estatística sobre a criminalidade transfronteiriça.*

### *Artigo 31.º*

1. *A acção em comum no domínio da cooperação judiciária em matéria penal terá por objectivo, nomeadamente:*

- a) *Facilitar e acelerar a cooperação entre os ministérios e as autoridades judiciárias ou outras equivalentes dos Estados-Membros, inclusive, quando tal se revele adequado, por intermédio da Eurojust, no que respeita à tramitação dos processos e à execução das decisões;*

- b) *Facilitar a extradição entre os Estados-Membros;*
  - c) *Assegurar a compatibilidade das normas aplicáveis nos Estados-Membros, na medida do necessário para melhorar a referida cooperação;*
  - d) *Prevenir os conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros;*
  - e) *Adoptar gradualmente medidas que prevejam regras mínimas quanto aos elementos constitutivos das infracções penais e às sanções aplicáveis nos domínios da criminalidade organizada, do terrorismo e do tráfico ilícito de droga.*
2. *O Conselho promoverá a cooperação através da Eurojust:*
- a) *Permitindo à Eurojust facilitar a coordenação adequada entre as autoridades nacionais dos Estados-Membros competentes para a investigação e o exercício da acção penal;*
  - b) *Favorecendo o contributo da Eurojust para as investigações relativas aos processos referentes a formas graves de criminalidade transfronteiriça, especialmente quando se trate de criminalidade organizada, tendo em conta, nomeadamente, as análises da Europol;*
  - c) *Promovendo a estreita cooperação entre a Eurojust e a Rede Judiciária Europeia, designadamente a fim de facilitar a execução das cartas rogatórias e dos pedidos de extradição.*

#### *Artigo 32.º*

*O Conselho definirá as condições e limites dentro dos quais as autoridades competentes a que se referem os artigos 30.º e 31.º podem intervir no território de outro Estado-Membro em articulação e em acordo com as autoridades desse Estado.*

#### *Artigo 33.º*

*O presente Título não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*

#### *Artigo 34.º*

1. *Nos domínios previstos no presente Título, os Estados-Membros devem informar-se e consultar-se mutuamente no âmbito do Conselho, de modo a coordenarem a sua acção. Para o efeito, devem instituir uma colaboração entre os serviços competentes das respectivas Administrações.*

2. *O Conselho tomará medidas e promoverá a cooperação, sob a forma e segundo os processos adequados instituídos pelo presente Título, no sentido de contribuir para a realização dos objectivos da União. Para o efeito, o Conselho pode, deliberando por unanimidade, por iniciativa de qualquer Estado-Membro ou da Comissão:*

- a) Adotar posições comuns que definam a abordagem da União em relação a uma questão específica;*
- b) Adotar decisões-quadro para efeitos de aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. As decisões-quadro vinculam os Estados-Membros quanto ao resultado a alcançar, deixando, no entanto, às instâncias nacionais a competência quanto à forma e aos meios. As decisões-quadro não produzem efeito directo;*
- c) Adotar decisões para quaisquer outros efeitos compatíveis com os objectivos do presente Título, com exclusão da aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. Estas decisões têm carácter vinculativo e não produzem efeito directo; o Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará as medidas necessárias à execução destas decisões ao nível da União;*
- d) Elaborar convenções e recomendar a sua adopção pelos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais. Os Estados-Membros iniciarão o cumprimento das formalidades aplicáveis num prazo a fixar pelo Conselho.*

*Após adopção por parte de, pelo menos, metade dos Estados-Membros, essas convenções entrarão em vigor em relação a esses Estados-Membros, salvo disposições em contrário que nelas se contenham. As medidas de aplicação dessas convenções serão adoptadas no âmbito do Conselho, por maioria de dois terços das Partes Contratantes.*

3. *Se as deliberações do Conselho exigirem maioria qualificada, os votos dos membros serão ponderados nos termos do n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia; as deliberações serão tomadas se obtiverem, pelo menos, sessenta e dois votos que expressem a votação favorável de, no mínimo, dez membros.*

4. *Em questões de natureza processual, o Conselho delibera por maioria dos seus membros.*

### *Artigo 35.º*

- 1. O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias é competente, sob reserva das condições constantes do presente artigo, para decidir a título prejudicial sobre a validade e a interpretação das decisões-quadro e das decisões, sobre a interpretação das convenções estabelecidas ao abrigo do presente Título e sobre a validade e a interpretação das respectivas medidas de aplicação.*
- 2. Mediante declaração feita no momento da assinatura do Tratado de Amesterdão, ou posteriormente, a todo o tempo, qualquer Estado-Membro pode aceitar a competência do Tribunal de Justiça para decidir a título prejudicial, nos termos do n.º 1.*
- 3. Qualquer Estado-Membro que apresente uma declaração nos termos do n.º 2 deve especificar que:*
  - a) Qualquer órgão jurisdicional desse Estado cujas decisões não sejam susceptíveis de recurso judicial previsto no direito interno pode pedir ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre uma questão suscitada em processo pendente perante esse órgão jurisdicional relativa à validade ou interpretação de um acto a que se refere o n.º 1, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa, ou que*
  - b) Qualquer órgão jurisdicional desse Estado pode pedir ao Tribunal de Justiça que se pronuncie a título prejudicial sobre uma questão suscitada em processo pendente perante esse órgão jurisdicional relativa à validade ou interpretação de um acto a que se refere o n.º 1, se considerar que uma decisão sobre essa questão é necessária ao julgamento da causa.*
- 4. Qualquer Estado-Membro, quer tenha ou não feito uma declaração nos termos do n.º 2, tem o direito de apresentar ao Tribunal alegações ou observações escritas nos casos previstos no n.º 1.*
- 5. O Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços responsáveis pela aplicação da lei num Estado-Membro, ou o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna.*
- 6. O Tribunal de Justiça é competente para fiscalizar a legalidade das decisões-quadro e das decisões no âmbito dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado-Membro ou pela Comissão. Os recursos previstos no presente número devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar da publicação do acto.*

7. *O Tribunal de Justiça é competente para decidir sobre qualquer litígio entre Estados-Membros decorrente da interpretação ou da execução dos actos adoptados em aplicação do n.º 2 do artigo 34.º, sempre que o diferendo não possa ser resolvido pelo Conselho no prazo de seis meses a contar da data em que lhe tenha sido submetido por um dos seus membros. O Tribunal de Justiça é igualmente competente para decidir sobre qualquer litígio entre os Estados-Membros e a Comissão decorrente da interpretação ou da aplicação das convenções elaboradas ao abrigo do n.º 2, alínea d), do artigo 34.º.*

#### *Artigo 36.º*

1. *É instituído um Comité de Coordenação constituído por altos funcionários. Além do seu papel de coordenação, o Comité tem por missão:*

- formular pareceres destinados ao Conselho, quer a pedido deste, quer por sua própria iniciativa;*
- contribuir, sem prejuízo do disposto no artigo 207.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, para a preparação dos trabalhos do Conselho nos domínios a que se refere o artigo 29.º.*

2. *A Comissão será plenamente associada aos trabalhos nos domínios previstos no presente Título.*

#### *Artigo 37.º*

*Os Estados-Membros expressarão, nas organizações internacionais e nas conferências internacionais em que participem, as posições comuns adoptadas em aplicação das disposições do presente Título.*

*O disposto nos artigos 18.º e 19.º aplicar-se-á, quando adequado, às matérias abrangidas pelo presente Título.*

#### *Artigo 38.º*

*Os acordos a que se refere o artigo 24.º podem abranger questões do âmbito do presente Título.*

#### *Artigo 39.º*

1. *Previamente à adopção de qualquer das medidas a que se refere o n.º 2, alíneas b), c) e d), do artigo 34.º, o Conselho consultará o Parlamento Europeu. Este emitirá parecer num prazo que pode ser fixado pelo Conselho e não pode ser inferior a três meses. Se o Parlamento Europeu não tiver emitido parecer nesse prazo, o Conselho pode deliberar.*

2. *A Presidência e a Comissão informarão regularmente o Parlamento Europeu sobre os trabalhos realizados nos domínios abrangidos pelo presente Título.*
3. *O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados nos domínios a que se refere o presente Título.*

#### *Artigo 40.º*

1. *As cooperações reforçadas num dos domínios referidos no presente Título destinam-se a permitir à União tornar-se mais rapidamente um espaço de liberdade, segurança e justiça, sem deixar de respeitar as competências da Comunidade Europeia e os objectivos fixados no presente Título.*
2. *Salvo disposição em contrário contida no artigo 40.º-A e nos artigos 43.º a 45.º, às cooperações reforçadas previstas no presente artigo aplica-se o disposto nos artigos 29.º a 39.º e nos artigos 40.º-A, 40.º-B e 41.º.*
3. *Aplica-se ao presente artigo, assim como aos artigos 40.º-A e 40.º-B, o disposto no Tratado que institui a Comunidade Europeia em matéria de competência do Tribunal de Justiça e de exercício dessa competência.*

#### *Artigo 40.º-A*

1. *Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada nos termos do artigo 40.º devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, que pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram. Estes podem então submeter ao Conselho um pedido no sentido de obter autorização para a cooperação em questão.*
2. *A autorização a que se refere o n.º 1 é concedida, no respeito dos artigos 43.º a 45.º, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão ou por iniciativa de, pelo menos, oito Estados-Membros, e após consulta ao Parlamento Europeu. Os votos dos membros do Conselho estão sujeitos à ponderação fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.*

*Qualquer membro do Conselho pode pedir que o assunto seja levado ao Conselho Europeu. Nessa sequência, o Conselho pode deliberar nos termos do disposto no primeiro parágrafo.*

#### *Artigo 40.º-B*

*Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 40.º-A notificará a sua intenção ao Conselho e à Comissão, que, no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação, apresentará ao Conselho um parecer, eventualmente acompanhado de uma recomendação relativa a disposições específicas que julgue necessárias para que o Estado-Membro em causa possa participar nessa cooperação. O Conselho tomará uma decisão sobre a questão no prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação. A decisão considera-se tomada, excepto se o Conselho, deliberando por maioria qualificada dentro desse prazo, decidir suspendê-la; neste caso, indicará os motivos da sua decisão e fixará um prazo para voltar a avaliá-la.*

*Para efeitos do presente artigo, o Conselho delibera nas condições previstas no n.º 1 do artigo 44.º.*

#### *Artigo 41.º*

- 1. Os artigos 189.º, 190.º, 195, 196.º a 199.º, 203.º, 204.º, o n.º 3 do artigo 205.º, os artigos 206.º a 209.º, 213.º a 219.º, 255.º e 290.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia são aplicáveis às disposições relativas aos domínios previstos no presente Título.*
- 2. As despesas administrativas em que incorram as Instituições por força das disposições relativas aos domínios previstos no presente Título ficarão a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*
- 3. As despesas operacionais decorrentes da execução das referidas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento das Comunidades Europeias, salvo nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário. Nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento das Comunidades Europeias, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade.*
- 4. O processo orçamental estabelecido no Tratado que institui a Comunidade Europeia é aplicável às despesas que fiquem a cargo do orçamento das Comunidades Europeias.*

#### *Artigo 42.º*

*O Conselho, deliberando por unanimidade, por iniciativa da Comissão ou de um Estado-Membro, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável o Título IV do Tratado que institui a Comunidade Europeia a acções nos domínios a que se refere o artigo 29.º, determinando simultaneamente as correspondentes condições de votação. O Conselho recomendará a adopção dessa decisão pelos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais.*



## TÍTULO VII<sup>1</sup>

### DISPOSIÇÕES RELATIVAS À COOPERAÇÃO REFORÇADA

#### Artigo 43.º

*Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada podem recorrer às Instituições, processos e mecanismos previstos no presente Tratado e no Tratado que institui a Comunidade Europeia, desde que a cooperação prevista:*

- a) Tenha por objecto favorecer a realização dos objectivos da União e da Comunidade, preservar e servir os seus interesses e reforçar o processo de integração;*
- b) Respeite os referidos Tratados e o quadro institucional único da União;*
- c) Respeite o acervo comunitário e as medidas tomadas ao abrigo das outras disposições dos referidos Tratados;*
- d) Permaneça nos limites das competências da União ou da Comunidade e não incida nos domínios que são da competência exclusiva da Comunidade;*
- e) Não prejudique o mercado interno como definido no n.º 2 do artigo 14.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, nem a coesão económica e social estabelecida nos termos do Título XVII do mesmo Tratado;*
- f) Não constitua uma restrição nem uma discriminação ao comércio entre os Estados-Membros e não provoque distorções de concorrência entre eles;*
- g) Envolver, pelo menos, oito Estados-Membros;*
- h) Respeite as competências, direitos e deveres dos Estados-Membros não participantes;*
- i) Não afecte o disposto no Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia;*
- j) Esteja aberta a todos os Estados-Membros, nos termos do artigo 43.º-B.*

---

<sup>1</sup> Este título será contemplado na Parte I.

#### *Artigo 43.º-A*

*As cooperações reforçadas só podem ser iniciadas como último recurso, quando se estabelecer no Conselho que os seus objectivos não podem ser atingidos, num prazo razoável, através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados.*

#### *Artigo 43.º-B*

*Aquando da sua instituição, as cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros. Estão-no também a qualquer momento nos termos dos artigos 27.º-E e 40.º-B do presente Tratado e do artigo 11.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia, desde que sejam respeitadas a decisão inicial e as decisões tomadas nesse âmbito. A Comissão e os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada assegurarão que seja incentivada a participação do maior número possível de Estados-Membros.*

#### *Artigo 44.º*

*1. Para efeitos da adopção dos actos e decisões necessários à execução da cooperação reforçada a que se refere o artigo 43.º, são aplicáveis as disposições institucionais pertinentes do presente Tratado e do Tratado que institui a Comunidade Europeia. No entanto, embora todos os membros do Conselho possam tomar parte nas deliberações, só aqueles que representam os Estados-Membros participantes podem intervir na adopção das decisões. A maioria qualificada é definida como sendo constituída pela mesma proporção dos votos ponderados e do número dos membros do Conselho em causa do que a fixada no n.º 2 do artigo 205.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no n.º 2, segundo e terceiro parágrafos, do artigo 23.º do presente Tratado no que respeita a uma cooperação reforçada instituída com base no artigo 27.º-C. A unanimidade é constituída apenas pelos votos desses membros do Conselho.*

*Esses actos e decisões não fazem parte do acervo da União.*

*2. Os Estados-Membros aplicarão, no que lhes diga respeito, os actos e decisões adoptados para execução da cooperação reforçada em que participem. Esses actos e decisões apenas vinculam os Estados-Membros participantes e, quando for caso disso, só são directamente aplicáveis nesses Estados. Os Estados-Membros que não participem nessa cooperação reforçada não dificultarão a sua execução por parte dos Estados-Membros participantes.*

#### *Artigo 44.º-A*

*As despesas decorrentes da execução de uma cooperação reforçada que não sejam custos administrativos em que incorram as Instituições ficam a cargo dos Estados-Membros participantes, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade de todos os seus membros, após consulta ao Parlamento Europeu.*

#### *Artigo 45.º*

*O Conselho e a Comissão garantem a coerência das acções empreendidas com base no presente Título, bem como dessas acções com as políticas da União e da Comunidade, cooperando para o efeito.*

### **TÍTULO VIII <sup>1</sup>**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### *Artigo 46.º*

*As disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia, do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica relativas à competência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e ao exercício dessa competência apenas serão aplicáveis às seguintes disposições do presente Tratado:*

- a) Disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia, o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica;*
- b) Disposições do Título VI, nas condições previstas no artigo 35.º;*
- c) Disposições do Título VII, nas condições previstas nos artigos 11.º e 11.º-A do Tratado que institui a Comunidade Europeia e no artigo 40.º do presente Tratado;*
- d) N.º 2 do artigo 6.º no que respeita à acção das Instituições, na medida em que o Tribunal de Justiça seja competente nos termos dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e nos termos do presente Tratado;*

---

<sup>1</sup> Este título será retomado nas disposições gerais e finais (Parte III).

- e) *Disposições processuais previstas no artigo 7.º, pronunciando-se o Tribunal de Justiça a pedido do Estado-Membro em questão no prazo de um mês a contar da data da constatação do Conselho a que se refere esse artigo;*
- f) *Artigos 46.º a 53.º.*

#### *Artigo 47.º*

*Sem prejuízo das disposições que alteram o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia tendo em vista a instituição da Comunidade Europeia, o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, nenhuma disposição do presente Tratado afecta os Tratados que instituem as Comunidades Europeias nem os Tratados e actos subsequentes que os alteraram ou completaram.*

#### *Artigo 48.º*

*O Governo de qualquer Estado-Membro ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão dos Tratados em que se funda a União.*

*Se o Conselho, após consulta do Parlamento Europeu e, quando for adequado, da Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma Conferência de representantes dos governos dos Estados-Membros, esta será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de adoptar, de comum acordo, as alterações a introduzir nos referidos Tratados. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Conselho do Banco Central Europeu.*

*As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

#### *Artigo 49.º*

*Qualquer Estado europeu que respeite os princípios enunciados no n.º 1 do artigo 6.º pode pedir para se tornar membro da União. Dirigirá o respectivo pedido ao Conselho, que se pronunciará por unanimidade, após ter consultado a Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronunciará por maioria absoluta dos membros que o compõem.*

*As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União, decorrentes dessa admissão, serão objecto de Acordo entre os Estados-Membros e o Estado peticionário. Esse Acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

#### *Artigo 50.º*

- 1. São revogados os artigos 2.º a 7.º e 10.º a 19.º do Tratado que institui um Conselho único e uma Comissão única das Comunidades Europeias, assinado em Bruxelas em 8 de Abril de 1965.*
- 2. São revogados o artigo 2.º, o n.º 2 do artigo 3.º e o Título III do Acto Único Europeu, assinado no Luxemburgo em 17 de Fevereiro de 1986 e na Haia em 28 de Fevereiro de 1986.*

#### *Artigo 51.º*

*O presente Tratado tem vigência ilimitada.*

#### *Artigo 52.º*

- 1. O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do governo da República Italiana.*
- 2. O presente Tratado entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1993, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.*

#### *Artigo 53.º*

*O presente Tratado, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.*

*Por força do Tratado de Adesão de 1994, as versões finlandesa e sueca do presente Tratado fazem igualmente fé.*